

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**SENTIDOS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL:
A PERSPECTIVA DE CASAIS**

MIRIAM CÁSSIA MENDONÇA PONDAAG

TESE DE DOUTORADO

Brasília – DF

Dezembro de 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

SENTIDOS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL: A PERSPECTIVA DE CASAIS

MIRIAM CÁSSIA MENDONÇA PONDAAG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Clínica e Cultura – PPG PsiCCC,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Doutora em Psicologia Clínica e Cultura

Orientadora: Profa. Gláucia Ribeiro Starling Diniz, Ph.D.

Apoio: PROCAD/CAPES

Brasília – DF

Dezembro de 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Sentidos da Violência Conjugal: a Perspectiva de Casais

Banca Examinadora:

Presidente: Profa. Dra. Gláucia Ribeiro Starling Diniz
PPG PsiCC/PCL/IP/UnB

Membro Externo: Profa. Dra. Sandra Maria da Mata Azeredo
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Membro Externo: Profa. Dra. Maria Fátima Araújo
Universidade Estadual Paulista -UNESP

Membro Interno: Profa. Dra. Julia F. N. S. Bucher-Maluschke
UNIFOR/UnB

Membro Interno: Profa. Dra. Vera Lúcia Decnop Coelho
PPG PsiCC/PCL/IP/UnB

Membro Suplente: Profa. Dra. Ana Lúcia Galinkin
PPG PSTO/PSTO/IP/UnB

Brasília, 17 de dezembro de 2009

Dedicatória

Ao Alberto,
com quem dividi cada etapa
do processo do Doutorado e
com quem posso contar sempre:
“meu companheiro pra tudo nessa vida”.

Ao Júlio,
que me distrai, convoca
minha atenção para o que
realmente tem valor nesta vida.

Te adoro, filho.

Ao Henrique,
por seu sorriso gostoso
e seu olhar cativante
que me acalma.

Agradecimentos

A Deus, presença constante que sentia nos momentos árdusos deste processo e que me motiva a almejar outros projetos.

Aos meus pais, pelo sincero apoio e torcida e pelo simples fato de saber que posso contar com eles, haja o que houver.

Aos meus irmãos,
com quem choro, reclamo, brigo e também celebro e brindo.

Aos meus amados sobrinhos,
que me chamam de um apelido que inventaram para mim e que me faz sentir única no pequeno mundo onde nos encontramos e no qual renovo minhas forças. Pelos bons momentos que passamos juntos, pelas confusões que arranjam, pelas vezes em que brigam entre si e se perdoam, por me distraírem.

À Dinaura, por todo o apoio que me deu neste processo, pelo cuidado, pela companhia, pela consideração, dando suporte para que eu pudesse produzir.

À Profa. Gláucia Diniz que, além de orientadora, é amiga, humana, “mãezona”, terapeuta, feminista, mulher: “unidas na luta”.

À Profa. Ângela Almeida,
a quem admiro, por ter proporcionou a mim e aos colegas debates ricos, experiências fundamentais para nossa formação e por ter nos acolhido no PROCAD.

À Profa. Sandra Azerêdo, minha mãe acadêmica,
com quem dei os primeiros passos na pesquisa e nos estudos de gênero e dos feminismos.

À Profa. Ana Lúcia Galinkin,
pelas ricas interlocuções e pelo seu jeito doce e acolhedor.

À equipe do SERAV/TJDFT, pela parceria e pelas contribuições fundamentais a esta pesquisa, em especial, à Marília Lobão e Sérgio Bittencourt.

Aos colegas do programa de Pós-Graduação,
especialmente, a Fábio, Cristina e Ana Lúcia, pelas trocas, por tudo aquilo que partilhamos e pelo que almejamos co-construir ainda.

Aos colegas do IESB
que me escutaram, me apoiaram, me acolheram ao longo do Doutorado.

Aos alunos do IESB com os quais tive mais proximidade e que participaram deste processo indiretamente, através dos debates acerca da conjugalidade, do gênero e da violência e das experiências que vivenciamos nas supervisões de estágio, nos atendimentos realizados no contexto da Justiça e em sala de aula.

Um especial agradecimento aos casais participantes da pesquisa a quem estimo e respeito e que me ensinaram que falar de violência é também falar de amor, de vínculo, de sonho, esperança, da vida.

"Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?"

(Carlos Drummond)

SUMÁRIO

Resumo	ix
Abstract	x
Introdução	1
Capítulo I – Sentidos da Violência: a Integração de Dimensões no Olhar Clínico	5
1.1. A Aventura Polissêmica: “ <i>Quantos Nomes Pode Haver?</i> ”	6
1.2. A noção de sentido.....	10
1.3. Experiência.....	17
1.4. Gênero e produção de sentido.....	19
Capítulo II – Uma Leitura da Violência Conjugal: Gênero e Patriarcado	24
2.1. Socialização de gênero e relações de poder.....	26
2.2. Gênero e Patriarcado.....	30
2.3. Estereotipia dos papéis de gênero, ajuste e coerção: a violência sutil	33
2.4. Práticas desconstrutoras: patriarcado, gênero, identidades.....	36
Capítulo III – Reflexões sobre os Sentidos e as Dinâmicas da Violência Conjugal	39
3.1 - Sentidos da conjugalidade.....	40
3.2 - Sentidos da violência.....	42
3.2.1. Múltiplas faces, não nomeação, sutileza: a dimensão afetiva da violência.....	43
3.2.2. As crenças, o consenso, a perversidade da anonímia.....	45
3.3. Reflexões sobre a Dinâmica Conjugal Violenta.....	48
3.3.1. Mascaramento e legitimação da violência: o papel de truques comunicacionais e disciplinares.....	48
3.3.2. Implicando os atores protagonistas: paradoxos da responsabilidade pela violência.....	50
3.3.3. Funções da violência na dinâmica familiar.....	56
3.4 - O entrecruzamento e a transição de sentidos: conjugalidade, gênero e violência.....	59

Capítulo IV – Metodologia	64
4.1. Contextualização da pesquisa.....	64
4.2. Participantes da pesquisa.....	65
4.3. Objetivos da pesquisa.....	67
4.4. Procedimento para Construção das informações: Processo Dialógico de Produção de Sentidos.....	69
4.4.1. Posicionamento ético.....	69
4.5. Procedimento de Análise e Interpretação das Informações e Síntese.....	69
Capítulo V – Resultados - Sentidos Distoantes: Perspectivas de Homens e Mulheres sobre a Conjugalidade Violenta	76
5.1 - Casal 1 – Nenê e Lineu.....	76
5.1.1. Entrevista individual – Nenê.....	77
5.1.2. Entrevista individual inicial: Lineu.....	86
5.1.3. Entrevista de casal: Nenê e Lineu.....	88
5.2 - Casal 2 – Arlequim e Colombina.....	93
5.2.1. Entrevista individual: Arlequim.....	94
5.2.2. Entrevista individual: Colombina.....	101
5.2.3. Entrevista de Casal: Arlequim e Colombina.....	108
5.3 - Casal 3 – Maria Rosa e Campos.....	114
5.3.1 - Entrevista individual: Maria Rosa.....	114
5.3.2. Entrevista individual: Campos.....	126
5.3.3. Entrevista de Casal: Campos e Maria Rosa.....	131
5.4 – Casal 4: Estácio e Helena.....	135
5.4.1. Entrevista individual: Estácio.....	136
5.4.2. Entrevista individual: Helena	138
5.4.3. Entrevista de Casal: Estácio e Helena.....	143
5.5 - Casal 5: Bárbara e Oliver	147
5.5.1. Entrevista individual: Bárbara.....	147
5.5.2. Entrevista Individual: Oliver	154
5.5.3. Entrevista de casal: Oliver e Bárbara.....	160

Capítulo VI – Discussão – A polissemia dos sentidos.....	167
6.1. Sentidos da conjugalidade.....	168
6.1.1. Sentidos do vínculo conjugal.....	168
6.1.2. Solidão a dois: percepções da causalidade dos conflitos/problemas conjugais.....	176
6.1.3. Até que a vida os separe.....	179
6.2. Sentidos de gênero.....	180
6.2.1. Sentidos conflituosos: mudanças de gênero e tensões na conjugalidade?.....	182
6.3. Sentidos da Violência.....	188
6.3.1. “Você provocou, eu só reagi”.....	189
6.3.2. O boicote das percepções como estratégia: não nomeação da violência vivida.....	193
6.3.3. Autoria, atribuição e distorção: mecanismos de significação das violências..	195
6.3.4. Entrelaçamento de sentidos: conjugalidade, gênero, vínculo e violência.....	198
6.5. Produção de sentidos.....	202
Considerações finais.....	205
Referências bibliográficas.....	209
Anexos.....	219

Resumo

O que é percebido como violência em uma relação conjugal? Este estudo teve como objetivo investigar os sentidos da violência conjugal para casais em que um membro formalizou queixa na Justiça. A tese defendida é que os sentidos da violência conjugal se constroem na interseção com os sentidos da conjugalidade e do gênero. Participaram do estudo cinco casais. Foram realizadas entrevistas individuais e de casal. Para análise e interpretação das informações utilizou-se a metodologia de análise das práticas discursivas como produção de sentido. Nos discursos de ambos os sexos, mas de maneira mais notória nos discursos masculinos, verificou-se uma tendência maior para perceber como violência comportamentos agressivos vindos do par conjugal, em detrimento dos próprios. Constatou-se uma polissemia de sentidos atribuídos à violência, visível através da pluralidade de significados usada por cada membro do casal para representar a conjugalidade, os papéis de gênero e a própria violência. O gênero é determinante para esta pluralidade, ao demarcar diferenças significativas nas percepções de maridos e esposas em relação a estas dimensões. Os achados apontaram para uma transição nos sentidos de gênero, que se revelou como fonte geradora de conflitos e da violência no cotidiano conjugal. Enquanto as mulheres paradoxalmente resistem e se movimentam para buscar rupturas com sentidos tradicionais de gênero, os homens demonstraram querer preservar tais sentidos. Estas rupturas parecem ameaçadoras às masculinidades. A percepção da violência na conjugalidade, para os homens, está relacionada a situações que ameaçam seu poder e sua autoridade. O uso da violência parece ser um recurso para resguardar os estereótipos de gênero e para lidar com o risco da perda de poder. A percepção da violência, para as mulheres, acentua-se nas circunstâncias em que atitudes e atos dos parceiros ameaçam o vínculo conjugal, o sonho romântico de ter um parceiro ideal e um relacionamento feliz. O uso da violência, por parte delas, parece ser uma tentativa de preservação/realização deste sonho e/ou uma expressão do ressentimento por sua perda. A indignação das mulheres diante das agressões dos parceiros não tem o poder de abalar o vínculo conjugal - ele pareceu ser incondicional. Os maridos compartilharam essa percepção do vínculo, embora utilizando uma outra lógica: sentidos tradicionais de gênero fazem que os maridos acreditem que suas atitudes destrutivas não constituam razão para o rompimento conjugal - eles tenderam a minimizar os danos e os impactos destas atitudes. A presença de sentidos estereotipados de gênero contribui para que a violência conjugal assumia sentidos que a minimizam e justificam e permite que o vínculo conjugal seja mantido.

Palavras chave: sentidos, violência conjugal, gênero, vínculo, casais

Abstract

What is perceived as violence in a marital relationship? The objective of this study was to investigate the meanings of domestic violence for couples in which one of its members had filed a criminal complaint against the other. The thesis defended here is that the meanings of violence in relationships are constructed in interaction with the meanings ascribed to marriage and gender. Five couples took part on this study. Individual and couple interviews were used to collect data. Discourse analysis was the method used to interpret the data gathered. The discourses of husbands and wives, but specially the discourses of the males, showed a tendency to perceive as violence the aggressive behavior of the partner, instead of ones own. One of the main findings of the study was that multiple meanings are attributed to violence in the relationship. This became visible through the plurality of meanings that each member of the couple used to represent marriage, gender roles and violence itself. Gender is by far the determinant factor of this plurality- there are significant differences in the perceptions of husbands and wives regarding these dimensions. The findings pointed to a transition in the meanings of gender. Such transition revealed itself as a source of conflicts and of violence in the daily life of the couples. While the women paradoxically resisted and moved out to search for ruptures in the traditional meanings of gender, men demonstrated the will to preserve such meanings. The wives' movements toward gender ruptures seemed to threaten their masculinities. The husbands' perceptions of violence in the relationship were related to situations that threatened their power and their authority. The use of violence seemed to be instrumental in protecting gender role stereotypes and in dealing with the risk of losing power. The women's perceptions of the presence of violence in the relationship became stronger in circumstances in which attitudes and acts of their partners threatened the marital bond, or the romantic dream of having an ideal partner and a happy relationship. The use of violence on the part of the wives, seemed to be an attempt to preserve or to accomplish this dream; it could also be seen as an expression of resentment for losing it. The indignation of the wives in face of the aggressions of their partners was not strong enough to destruct the relational bond - it seemed to be unconditional. The husbands shared this perception of the bond, although holding a different point of view: the strongly held traditional meanings of gender made them believe that their destructive attitudes were not enough to bring about marital rupture: they tended to minimize the damages and the impacts of their attitudes. Summarizing, the presence of stereotyped gender meanings contributed to the meanings attributed to the violence experienced in the relationship. minimizing and justifying it, thus contributing to the continuation of the marital bond.

Key words: meanings, marital violence, gender, bond, couples

INTRODUÇÃO

*“Enquanto eu tiver perguntas e não
houver respostas... continuarei a escrever”*

(Clarice Lispector)

Parafrazeando Lispector, este estudo foi movido pela existência de perguntas sem respostas. Enquanto esta ausência mobilizava a escritora a escrever, aqui, moveu à continuação da pesquisa e à formulação de mais perguntas. Este movimento de buscar respostas se agravou com a suspeita de que entre o dito e o interpretado, entre o gesto e o seu impacto, entre o ato e sua sentença, entre o vivido e o normatizado como violência, há distorções, releituras, atribuições, significações, sentidos, possibilidades.

A pesquisa de mestrado foi realizada junto a mulheres usuárias do Programa de Climatério de uma policlínica, serviço de saúde pública, de uma cidade satélite do Distrito Federal. Elas haviam procurado este serviço para atendimento ginecológico. Não havia, portanto, uma demanda direta para tratar a questão da violência. Realizamos uma pesquisa-intervenção: foram constituídos grupos de mulheres e realizadas entrevistas semi-estruturadas para a construção dos dados. Os resultados apontaram que as mulheres participantes da pesquisa relatavam experiências de abuso e de agressão sem significá-las como violência. Tais experiências foram frequentemente mantidas em segredo até sua revelação nesse contexto de intervenção grupal breve. Constatamos, portanto, uma não nomeação da violência, que implica falar da violência como se não fosse, sem conceber o que é vivido como tal. Poucas mulheres demonstraram se perceber como vítimas de violência, embora falassem de suas vivências como geradoras de sofrimento. Este achado confirma o que tem sido levantado por estudos como o de Soares (1999). Através da não nomeação, as mulheres mostraram como são amplas e contextuais as possibilidades de definição da violência na vida a dois.

O silêncio apareceu como estratégia de sobrevivência e de enfrentamento da violência. Este silêncio foi identificado na manutenção dos segredos por anos a fio, assim como nas ausências, na recusa de mulheres em participar da intervenção grupal. Os achados da pesquisa confirmaram o que é apontado por diversos estudos: há uma tendência de silenciar, de ocultar a violência (Corsi, 1999; De Paula, 1993; Diniz e Pondaag, 2004, 2006) que dificulta sua detecção e avaliação (McWhirter, 1999; Ravazzola, 1998).

As participantes da pesquisa apresentaram uma visão tradicional e estereotipada dos papéis masculinos e femininos na relação conjugal e familiar. Essa adesão rígida somada à expectativa de posturas tradicionais por parte dos homens levava as mulheres a minimizar e justificar os atos violentos dos parceiros: “isso é coisa de homem”. O exercício estereotipado dos papéis femininos, ao mesmo tempo em que fundamentava suas identidades, limitava suas possibilidades, fazendo-as existir através dos outros. A naturalização dos papéis e padrões relacionais estereotipados de gênero revelou o seu peso, configurando-se como uma violência sutil, simbólica, muitas vezes, imperceptível no cotidiano das mulheres.

Após a conclusão da pesquisa do mestrado (Pondaag, 2003), ficou o interesse de ampliar o ângulo de compreensão da violência na vida a dois: incluir as narrativas de casais, ou seja, ouvir também os homens e, ao mesmo tempo, captar na dialogia estabelecida entre cônjuges/parceiros e entre o par conjugal e a pesquisadora-clínica as dimensões da experiência que afetam a atribuição de sentidos. Postulamos, portanto, nesse novo trabalho que integrar os sentidos atribuídos por mulheres e homens às experiências conjugais possibilita uma leitura mais rica dos sentidos da violência - viabiliza a observação da dinâmica conjugal e a identificação de como cada par conjugal percebe o relacionamento, os conflitos a dois e as violências nossas de cada dia. Acreditamos que as diversidades dos sentidos, se não negociadas, per si, podem dar base a desencontros conjugais e, por vezes, a violências.

Alguns desafios identificados no processo da dissertação geraram o interesse de progredir no estudo do tema da violência conjugal no doutorado. Esses desafios, inerentes ao trabalho de uma(m) *clínica(o)-pesquisadora(r)* (Lévy, 2001) ficam evidentes nas seguintes questões: a) Que contexto criar para que a temática da violência surja de um modo que não seja ameaçador em situações tanto de pesquisa quanto de intervenção? b) Como promover a possibilidade de conversar acerca da violência, sem precipitar ou impor sentidos para as experiências das pessoas? c) Como propiciar um contexto que não reproduza um clima de vergonha, acusação e de expiação para as pessoas envolvidas em relações familiares violentas?

Supor que os atores significam e nomeiam situações de violência conjugal como tal, pode levar os(as) *clínicos(as)-pesquisadores(as)* à constatação de que há um problema, um incômodo, um sofrimento nos atores sociais que demanda intervenção. Advogamos que, para compreender e intervir em situações de violência conjugal devemos considerar a relevância das concepções dos atores envolvidos: levar em conta os sentidos

que as pessoas atribuem a determinadas vivências conjugais e familiares e o modo como se vêem em suas relações. Na perspectiva da *linguagem em uso* (Spink e Gimenes, 1994; Spink e Lima, 2000; Spink, 2001), para entender os processos de produção de sentidos é fundamental voltar-se para as práticas discursivas.

Nesta ótica, o objetivo deste trabalho é investigar os sentidos da violência para os casais participantes da pesquisa. Estudos apontam para a relevância de compreender os significados da violência (Azerêdo, 2004; Pondaag, 2003; Soares, 1999). Tal problema é relevante para entender as dinâmicas conjugais, os contratos relacionais e os posicionamentos, a partir dos quais homens e mulheres se produzem como vítimas e agressores (Gregori, 1993).

A compreensão dos sentidos implica em “trabalhar com a processualidade à luz das permanências culturais e sociais e à luz da funcionalidade do discurso frente ao contexto de sua produção” (Spink e Gimenes, 1994, p. 156). Tão relevante quanto atentar para as práticas discursivas que situam-se nas relações face-a-face, nos processos dialógicos cotidianos, é considerar as construções históricas dos objetos que são foco dos processos de significação em pauta, ou seja, *historicizar* a experiência (Scott, 1991).

Buscamos, especificamente, investigar a relação entre os sentidos atribuídos à conjugalidade, ao gênero e os sentidos atribuídos à violência conjugal. Nosso primeiro pressuposto é que os sentidos atribuídos à violência são construídos na confluência dos sentidos da conjugalidade e do gênero. Argumentamos que os sentidos históricos do gênero e da conjugalidade contribuem para fenômenos como a aceitação e a justificação da violência.

Representações tradicionais de gênero que atribuem às mulheres posições de submissão no relacionamento conjugal e perpetuam a dominação masculina, acabam delineando uma violência simbólica nas relações entre os sexos, e fazem com que a violência seja naturalizada e assuma sentidos que a minimizam e a justificam. Crenças culturais de que o casamento deve ser preservado e de que cabe às mulheres se sacrificarem e suportarem o sofrimento para sustentá-lo, contribuem para que a violência na vida a dois seja tomada como preço a pagar, condição a ser assumida no cumprimento dos papéis femininos de cuidadoras das relações e mantenedoras dos vínculos.

Há, portanto, uma não nomeação da violência, contextualizada pelos sentidos históricos do gênero e da conjugalidade. Estes sentidos fazem com que determinadas vivências da vida conjugal – o assujeitamento, a conversão de diferenças sexuais em desigualdades sociais, a hierarquização, entre outros - sejam consideradas parte da relação

entre os sexos. Naturalizadas, essas vivências produzem o silêncio e o não enfrentamento da situação de violência.

A exploração da relação entre os sentidos do gênero, da conjugalidade e da violência toca em uma questão clássica: como o vínculo conjugal se mantém, a despeito da violência? Eis uma indagação intrigante: que sentidos sustentam acordos perversos? Um segundo pressuposto assumido é que os sentidos do gênero e da conjugalidade afetam a construção dos sentidos da violência, de modo que a percepção da violência é distorcida e minimizada. Tornam possível um arranjo de sentidos que fazem com que percepção da violência e de seus impactos não coloquem em risco o vínculo conjugal.

O silêncio, o segredo, a não nomeação são questões com as quais temos que nos haver enquanto *clínicas(os)-pesquisadoras(es)* (Lévy, 2001). A anestesia (Ravazzola, 1998) que parece se impor às vítimas de violência conjugal faz com que neguem o danos que estão sofrendo e os riscos, justificando a violência e contribuindo para o silêncio e para sua continuidade (Hirigoyen, 2006; Ravazzola, 1998). O silêncio acerca desta violência isola a dor da situação vivenciada, gerando um contexto de diluição e minimização do ato que gera a dor (Diniz e Pondaag, 2004, 2006; Laird, 1994). Por outro lado, a tendência a negar e a minimizar o impacto de seus atos, leva também os autores da violência a não nomear suas ações como tal. A partir de lugares distintos e por razões diferentes, os homens também silenciam e guardam segredo sobre a violência. Cabe ressaltar ainda que os homens impõem e reforçam o silêncio das mulheres. Nesse contexto, a compreensão deste silêncio, da anonimidade da violência, torna-se extremamente relevante.

CAPÍTULO I

SENTIDOS DA VIOLÊNCIA:

A INTEGRAÇÃO DE DIMENSÕES NO OLHAR CLÍNICO

O que é percebido como violência em uma relação conjugal? Alguns atos são passíveis de categorização em códigos, em leis, mas seriam considerados violência por quem os sofre e por quem os forja? O que constitui violência: atos que machucam o corpo; o que dói ao ouvir; o que humilha; é pressentido como perigo; palavras e ações que negam a presença, as necessidades, a existência da pessoa e a retira de sua condição de sujeito? Violência em uma relação conjugal seria aquilo – palavras e atos - que destoam das normas de um grupo social (Michaud, 1989)? Não há resposta exata e unânime. É complexo definir o que é percebido como violência em um relacionamento conjugal (Pondaag, 2003).

Estudos anteriores (Diniz e Coelho, 2003; Coelho e Diniz, 2003; Diniz e Pondaag, 2004; Diniz e Pondaag, 2006; Pondaag, 2003) apontaram que os sentidos atribuídos à violência conjugal são múltiplos. Apontaram também que estamos diante de um paradoxo: de um lado, dificilmente as pessoas envolvidas nomeiam agressões ocorridas na relação conjugal como violência e, de outro, é surpreendente a diversidade dos atos que são considerados violentos. Um ato que, para alguns, seria inaceitável, que é visto como uma grave agressão, para outros, parece ser considerado parte dos jogos relacionais. Ao contrário, atos sutis podem ser tomados como violência e o que parece dar-lhes esta conotação não é sua condição concreta ou o dano gerado.

Na pesquisa de mestrado intitulada “O dito pelo não dito: desafios no trabalho com mulheres vítimas de violência” (Pondaag, 2003) ficou visível que o que é tomado como violência não é o ato em si, mas aquilo que é significado como tentativa de subjugação, domínio, controle por parte do outro. A violência conjugal ocorre quando atos e palavras transformam diferenças existentes entre os membros do casal em hierarquia, desigualdade, com fins de dominação, opressão, exploração e “*assujeitamento do outro*” (Chauí, 1985, p.51). O que subjuga, assujeita, é apreendido através da leitura da intencionalidade do ato.

O modo como determinado ato é significado, interpretado na particularidade de uma história de vida, de uma relação - e não a sua objetividade - é o que define se ele constitui violência para quem o vive (Brito, 2002, 2006; Pondaag, 2003). Os objetivos deste capítulo são: 1. evidenciar a noção de sentido adotada neste trabalho; 2. apontar a relevância de tomar os sentidos atribuídos por cônjuges à violência no contexto de relações violentas como objeto dessa tese de doutorado.

1.5. A Aventura Polissêmica: “*Quantos Nomes Pode Haver?*”

Definir, nomear uma dada vivência conjugal como violência implica um olhar, uma interpretação, uma abordagem, uma forma de sentir, de ser impactado, de se posicionar. Nos contextos das pesquisas ou das intervenções clínicas e sociais, duas óticas estão em jogo em relação à definição de violência conjugal: a dos (as) clínicos(as)-pesquisadores(as) (Lévy, 2001) e a dos atores sociais envolvidos na situação de violência. Não raro pode-se pressupor que estas duas perspectivas são homogêneas. Por mais que pareça insensato, pode-se sequer chegar a perceber que existam duas óticas em jogo, que exista uma multiplicidade de interpretações do que constitui violência conjugal. Isso pode trazer inúmeros desencontros entre clínicas(os)-pesquisadoras(es) e as pessoas que vivenciam a situação.

A experiência com a pesquisa de mestrado (Pondaag, 2003) ilustra bem essa situação. A pesquisa foi desenvolvida dentro do Programa de Climatério da Policlínica de Taguatinga, DF em função de parceria estabelecida entre pesquisadoras do Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, UnB e a equipe de enfermagem da referida Policlínica. Mulheres procuravam a instituição para atendimento ginecológico relacionado ao climatério e tomavam conhecimento da existência do Projeto de Apoio e Valorização da Mulher, através da equipe de enfermagem. O projeto de pesquisa-intervenção coordenado pelas professoras Gláucia Diniz e Vera Coelho (Diniz e Coelho, 2003; Coelho e Diniz, 2003) e integrado por alunas(os) dos cursos de graduação e pós-graduação oferecia grupos de conversação para mulheres. O objetivo do projeto era pesquisar dimensões da saúde mental de mulheres na meia idade e promover conversações/reflexões sobre questões da meia-idade/climatério, com foco na saúde mental e valorização da mulher. Não havia, portanto, uma demanda direta para tratar a questão da violência. No contexto desse projeto começou a chamar atenção o fato de que a maioria das participantes dos grupos relatava experiências de violência familiar e conjugal. Muitas disseram que nunca haviam contado algumas das experiências relatadas no grupo para ninguém.

Essa constatação gerou a idéia de condução de um grupo específico para mulheres com histórias de violência. A triagem era feita pelas enfermeiras que escutavam a história de vida dessas mulheres durante a entrevista de acolhimento e anamnese. Nos três primeiros processos grupais, foi esclarecido para as participantes que o grupo tinha como foco a violência. A evasão grupal foi significativa e muitas mulheres sequer retornaram para as entrevistas individuais. Na quarta tentativa de realização do grupo, a estratégia metodológica foi modificada, ou seja, o grupo foi divulgado da mesma forma que os demais que já vinham acontecendo. Adotou-se também a mesma metodologia de

condução; o processo tinha início com uma reunião de apresentação na qual os temas a serem abordados no processo de conversação eram escolhidos pelas participantes, as regras de participação eram discutidas e o termo de consentimento informado lido e assinado. Predominava entre as participantes o interesse em falar sobre o casamento; a família e a criação de filhos; a sexualidade; a saúde da mulher, entre outros temas. “O que significa ser mulher” era o único tema apresentado pela equipe. Em todos os contextos aproveitava-se a oportunidade para promover reflexões sobre os papéis de gênero. Nesse formato, a evasão grupal foi reduzida para quarenta por cento.

A análise das falas das participantes da pesquisa nos permitiu concluir que havia uma tendência entre as mulheres de não nomear os atos violentos impostos por seus parceiros como tal. Esses atos não eram significados como violência, mas sim naturalizados, tomados como parte do jeito de ser dos homens, como algo comum ao casamento e como destino feminino. Ter estabelecido a temática da violência conjugal como foco do processo grupal naquele momento da pesquisa-intervenção pode ter representado, portanto, a nomeação da experiência daquelas mulheres como violência, o que entrou em choque e dissonância com a tendência a não nomeá-la como tal. Eis o exemplo do arriscado jogo de negociação de sentidos entre participantes da pesquisa e clínicos(as)-pesquisadores(as).

A importância de considerar a diversidade das perspectivas em jogo no cenário das intervenções clínico-sociais aponta para o posicionamento da pessoa do (a) pesquisador (a) na produção do conhecimento. A tradicional ruptura entre sujeito e objeto (Demo, 2000) que dominou a história do fazer científico demarca a tendência de desconsiderar que o “objeto” também busca compreender e interpretar o seu mundo. Esta herança, muitas vezes, leva o (a) pesquisador(a) a ignorar que seu olhar, sua descrição da realidade consiste em uma tradução, uma interpretação e, não raro, a imposição de um sentido único à experiência das pessoas.

Ao contrário, o desprendimento de conceitos apriorísticos, valores, ideologias e o reconhecimento auto-crítico de sua vinculação, como pesquisador(a), ao conhecimento que produz (Santos, 2004), permitiria a abertura à polissemia, o verdadeiro encontro com a experiência do outro. “*A dificuldade desta forma de pensamento reside na oposição à tendência para dar nomes às coisas. Há que vencer, pelo contrário, esta tendência e, em seu lugar, assumir como tarefa outra pergunta: **quantos nomes pode haver?***” (Santos, 2004, p.458). Daí a utilização dessa questão como parte do subtítulo.

O apego a um único nome, a uma só significação, advém da necessidade de dar sentido ao mundo, de vivermos em uma realidade coerente, previsível e estável (Aronson,

Wilson & Akert, 1999/2002; Spink & Medrado, 2000). A aventura polissêmica consiste em transcender nossos princípios teóricos, nossos esquemas cognitivos e implica um distanciamento da própria realidade estudada, “questionar o empírico” (Santos, 2004, p. 464). Envolve não aceitar o óbvio, ir além das aparências, resgatar a *historicidade* dos fenômenos (Santos, 2004), *problematizar* (Butler, 1990/2003).

Ao relativizar a divisão entre sujeito e objeto, este movimento pode afetar as identidades das(os) pesquisadoras(es), daí a insistência de se agarrar ao porto seguro da restrição de sentidos. Reconhecer que há múltiplos sentidos para os fenômenos que abordamos, pode abalar os pressupostos, os valores, a solidez das verdades que os orientam. Partimos do pressuposto que o mesmo processo afeta também os(as) profissionais, em especial, da psicologia, área que contextualiza essa reflexão. Assim, como sujeitos cognoscentes e terapeutas, colocamo-nos diante dos contextos de violência conjugal imbuídos de significações construídas ao longo da nossa trajetória de vida; orientados por sentidos de gênero, da vida a dois, do sistema familiar, da própria violência. Como esse processo afeta nosso olhar?

É necessário esforço para não reduzirmos a realidade a nossos pressupostos, aos nossos pontos de vista. Não há como ser plenamente bem sucedido nesta tarefa se não levarmos em conta que “todo ponto de vista é à vista de um ponto” (Boff, 1997). Há que se fazer esforço para problematizar nossos sentidos, os parâmetros universais que lançam luz na trilha desconhecida, no intuito de alcançar o inédito, o não previsto, o “sem nome” (Santos, 2004, p.465) ou o que pode ter múltiplas nomeações e sentidos. O processo de incorporação do(a) pesquisador(a) ao conhecimento que constrói também o convoca a produzir sentidos, à abertura, à resignificação.

Na pesquisa sobre a violência conjugal, além da questão da nomeação, somos constantemente desafiados a romper e/ou questionar representações estereotipadas de gênero que levam a supor que homens são agressores e mulheres são vítimas. Somos também instigados a desconstruir mitos. Alguns desses mitos envolvem a noção de que a família é lugar de segurança e proteção; que violência e amor são mutuamente excludentes; que as pessoas se vinculam exclusivamente por afetos positivos. Somos desafiados a questionar suposições apriorísticas, entre as quais, que o que consideramos e nomeamos como violência conjugal é o mesmo que consideram os atores sociais. Por fim, somos levados a refletir sobre a demanda implícita na denúncia.

As perspectivas dos atores sociais - homens e mulheres envolvidos em situações de violência - precisa, portanto, ser compreendida e problematizada. É importante considerar que estes não são depositários de sentidos prontos, acabados sobre a relação, a violência e

que tampouco tais sentidos estão à disposição para serem captados pelos pesquisadores. Prisioneiros do imediatismo da experiência, nem sempre estes atores refletem sobre a experiência.

Os sentidos emergem de um duplo movimento de consciência: experiência imediata e reflexão. A apreensão dos sentidos, neste trabalho, aproxima-se do movimento empreendido pela pesquisa fenomenológica de acesso ao vivido. Esse processo de compreensão da experiência pressupõe esforço tanto do(a) clínico(a)-pesquisador(a) quanto dos participantes da pesquisa de questionar e possivelmente romper com as próprias idéias, concepções, estruturas de pensamento e de considerá-las capazes de mudar em função dos fenômenos que possam se revelar como meio de aproximar-se do vivido (Amatuzzi, 2003).

A busca pelos sentidos envolve a recusa do(a) *clínico(a)-pesquisador(a)* (Lévy, 2001) de precipitar significações para o vivido, de modo a conhecer a violência com a face que ela revela para o outro; de modo a entender o seu impacto, a dor que provoca, sua intensidade na lógica e na medida de quem a experimenta. Às vezes, a abertura aos sentidos atribuídos pelos sujeitos a certos atos e padrões de resolução de conflitos leva à estranha sensação de que o que se supõe como violência não é nomeado, significado como tal. Outras vezes, revela como a violência é calada, banalizada, incorporada à rotina. Quando isso ocorre, a postura “*perturbadora*” (Ravazzola, 1997) do(a) pesquisador(a) clínico(a) pode provocar significações, abalar outras, na tentativa de desvelar segredos e produzir novos sentidos. “Perturbar”, de acordo com Ravazzola (1997) implica em provocar as pessoas que vivenciam as situações de violência na vida a dois a rever os próprios sentidos e em introduzir nossa surpresa, enquanto pesquisadores (as) e profissionais que intervêm nos contextos conjugais marcados pela violência, cada vez que esta é narrada como se fosse natural. A postura perturbadora cria, por vezes, a possibilidade de nomear a violência calada, minimizada, suportada como parte da vida.

Explorar os sentidos que cada membro do casal atribui às suas vivências conjugais é um movimento que provoca a (re)significação da própria história pessoal e relacional. Não há sentidos a serem capturados - a dialogia estabelecida no contexto da pesquisa e do atendimento clínico convoca para a produção de sentidos e ressignificações: a experiência é em si construtora de sentidos. A produção de sentidos permite à (ao) pesquisadora(o) clínica (o) maior intimidade com a experiência, uma proximidade maior com o que as pessoas vivem, sentem, fazem e sofrem. Por outro lado, as pessoas que narram os fatos violentos têm a oportunidade de refletir sobre esses fatos e buscar novos sentidos e

significados para suas experiências, o que gera uma possibilidade de ruptura e reposicionamento diante de si mesma(o) e do(a) parceiro(a),

O processo de pesquisa, a dialogia estabelecida entre pesquisador(a) clínico(a) e entrevistado(a), convoca, portanto, ambos a construir significados para a experiência (Holanda, 2003). Na pesquisa, as (os) participantes são instigada(os) a se voltar para questões que talvez nunca tenham sido alvo de reflexões e é por esta “ruptura com o habitual que se torna possível dar visibilidade aos sentidos” (Spink & Medrado, 2000, p. 45). O sentido emerge na intersubjetividade, conforme apontam Spink & Medrado (2000):

a produção de sentidos não é uma atividade cognitiva intra-individual, nem pura e simples reprodução de modelos predeterminados. Ela é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso. A produção de sentidos é tomada, portanto, como um fenômeno sócio-linguístico (...) e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo), como os repertórios utilizados nessas produções discursivas (p. 42).

Nesta prática dialógica, os(as) pesquisadores(as) clínicos(as) também são objetos discursivos, tanto quanto as pessoas que estuda, devendo “situar-se”, posicionando-se, já que há “uma dimensão política em toda ação humana” (Azerêdo, 2004, p. 121). Segundo Azerêdo (2004), situar-se implica indagar sobre e problematizar a própria identidade, na luta contra a “submissão da subjetividade” (p. 121) que leva a vasculhar possibilidades de ser. O posicionamento, para a autora, envolve responsabilidade e o movimento simultâneo de ater-se à diferença e a identidade existente entre nós, as(os) pesquisadoras (es) clínicas(os) e as pessoas com quem entramos em contato. O processo de construção de sentidos transforma ambos os lados da relação dialógica: “não voltamos para a mesma casa, da qual saímos para teorizar, ainda que ela possa parecer a mesma” (p. 118).

1.2. A noção de sentido

O sentido é uma categoria construída na historicidade do sujeito, a partir do seu contexto social concreto, que disponibiliza recursos simbólicos para a produção individual de sentido. Rey (2004) argumenta que:

a definição de sentido não se produz por qualquer influência externa ao sistema psíquico, e sim como resultado de um processo que tem lugar em um nível psíquico, dentro do qual toda influência externa atua através das possibilidades geradoras de sentido da subjetividade em seu momento atual. Essa definição da psique, com efeito, conduz a uma visão diferente sobre a ação do social sobre a

psique, visão que rompe definitivamente com a dicotomia social/individualidade (p. 51).

O social não é tomado, nesta concepção, como externo e objetivo e, sim, como “outro momento de produção de sentidos associado a condições objetivas e de relação que transcendem os espaços e tempos do individual, e dentro dos quais se produz o desenvolvimento da subjetividade individual” (Rey, 2004, p.53).

A consideração da subjetividade traz inúmeras reflexões sobre o caráter das intervenções políticas e jurídicas nos contextos conjugais violentos. Por um lado, há que se pontuar que o discurso e as intervenções das instituições sociais de controle não produzirão efeitos se limitarem a impor sentidos para a experiência de violência conjugal, denominando-a como tal e, a partir disso, julgando e punindo. Produzirão mudanças apenas se forem consolidados como espaços de problematização dos sentidos que movem as pessoas, convocando-as a produzirem novos sentidos para sua experiência. Este espaço precisa promover mudança da não nomeação da violência, presente nas relações violentas, para a nomeação (Diniz & Pondaag, 2004, 2006).

Ao considerar a violência conjugal como um problema de saúde pública ou como um crime, as instituições sociais se convertem, portanto, em um contexto que tem o potencial de mobilizar a construção de outros sentidos individuais para esta vivência. A produção de novos sentidos para a violência conjugal no cenário social possibilita a desnaturalização de sentidos subjetivos, tomados como verdades nas histórias particulares dos atores sociais. Cabe ressaltar, neste ponto, o papel crucial dos movimentos feministas que contribuíram para que os atos violentos da vida privada fossem nomeados como violência, deixando de ser concebidos como destino ou parte, em especial, da vida das mulheres.

A categoria sentido permite apreender algo não só dos atores sociais em jogo, mas dos grupos sociais dos quais fazem parte. O sentido integra o social com o individual, sendo evidente a circularidade da relação entre estas duas esferas:

(...) une inseparavelmente a produção subjetiva a uma história e a um contexto sociais. Ela nos permite fazer uma arqueologia de uma história em cada manifestação de comportamento concreto. Com isso ela rompe com a lógica comportamental da representação do homem, dominante nas instâncias políticas e jurídicas, na qual o comportamento se confunde com o ser do sujeito, uma lógica que é reificada com características que são atribuídas a sua natureza quando, na verdade, só se definiram pelo comportamento (Rey, 2004, p. 56).

Levar em conta a dimensão do sentido significa não tomar como essência o comportamento das pessoas; não atrelá-las faticamente aos papéis de vítimas ou de culpados, mas se voltar para os sentidos que estão na base do seu comportamento. Implica considerar que o comportamento individual coloca em cena não só o sujeito, mas a história, a própria sociedade. No sentido “são sintetizados elementos de procedências muito diferentes e de tempos e espaços também diferentes da vida do sujeito” (Rey, p. 57).

Nas manifestações dos sentidos dos sujeitos, é possível capturar inúmeras vozes. Na dialogia, o sentido encarna construções arcaicas, remete a sentidos passados, sendo revigorado em relação ao presente e às necessidades subjetivas em jogo no processo de sua construção.

Nesta pesquisa, adota-se a proposta de Spink & Medrado (2000) para a compreensão da produção de sentidos sobre a violência conjugal que circulam na esfera social e subjetiva. Estes autores apontam para a necessidade de trabalhar o contexto discursivo na interface de três tempos históricos: o *tempo longo*, que marca os conteúdos culturais, os sentidos históricos, definidos ao longo da história da civilização; o *tempo vivido*, correspondente às experiências da pessoa no decorrer de sua história pessoal e ao processo no qual os conteúdos históricos são apreendidos e ressignificados a partir dos processos de socialização; e o *tempo curto*, marcado pelos processos dialógicos, pelas interações face a face, nas quais está em jogo a diversidade dos repertórios dos sujeitos. Nas práticas de negociação de sentidos, convivem, portanto, sentidos arcaicos e novas significações.

No que diz respeito ao *tempo longo*, cabe salientar o papel das verdades reproduzidas socialmente e veiculadas através das convenções e instituições sociais acerca dos papéis de gênero, da família, da conjugalidade e da própria violência que contribuem para naturalizar expressões de violência na vida privada, para perpetuá-la e silenciá-la. Em pesquisa anterior (Pondaag, 2003), discutimos como representações de gênero, com novas roupagens, ancoram e sustentam posições de poder na vida conjugal, lançando bases e legitimando a violência.

O *tempo vivido* remete a conteúdos que são transmitidos a partir dos processos de socialização, mensagens que são *reiteradas* (Butler, 1990/2003) através das *tecnologias do gênero* (Lauretis, 1994) e a esquemas aprendidos nos grupos de referência que demarcam possibilidades de sentido e posições de poder. Na indagação sobre os sentidos da violência, cabe vasculhar estes conteúdos nos modelos parentais, nos padrões relacionais e de resolução de conflitos. Estes conteúdos são apreendidos no processo de socialização de

gênero - na trajetória familiar, nos grupos de pertença - e revividos e redesenhados na dinâmica conjugal.

A referência ao *tempo curto* para se voltar para a produção de sentidos acerca da violência conjugal implica em considerar os processos dialógicos, as interações face-a-face nas quais está em jogo a diversidade dos repertórios dos sujeitos e convivem significações arcaicas e construções recentes, representações tradicionais e novas, nas práticas de negociação dos sentidos. Nesta dimensão, importa considerar não apenas as interações entre os atores sociais envolvidos no cenário de violência, mas também as interações deste com os *atores de contexto* (Ravazzola, 1997), ou seja, com os(as) profissionais que fazem parte das instituições voltadas para o atendimento de pessoas envolvidas em situações de violência conjugal, às quais são remetidas suas demandas.

A consideração destes três tempos mostra que a exploração dos sentidos acerca da violência conjugal envolve a aproximação do contexto sócio-cultural no qual este fenômeno se desenrola. A concepção de sentido permite problematizar clássicas dualidades: subjetividade e objetividade, passado e presente, individual e social, externo e interno, particular e geral, entre outras. Nas interfaces destes tempos não se negociam apenas idéias, argumentos, significações, mas também posições identitárias num jogo de práticas discursivas marcado por relações de poder (Spink & Medrado, 2000). Os repertórios colocados em cena variam de acordo com o contexto argumentativo, podendo uma pessoa apresentar múltiplas narrativas em torno de eixos comuns: ser um homem brando e tímido, no ambiente de trabalho e revelar-se agressivo e bruto nas interações conjugais. A pergunta é: que aspectos identitários estão sendo negociados nas interações violentas de um casal?

O olhar sobre as dimensões temporais do contexto discursivo de produção de sentidos pode ser articulado com a proposta de Scott (1991) de “historicização da experiência”, que inspira este estudo. Para esta teórica, dar visibilidade à experiência implica “prestar atenção aos processos históricos que, através dos discursos, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são indivíduos que tem experiência, mas os sujeitos são constituídos através da experiência” (p. 25-26). Para Scott (1991), os sujeitos são constituídos discursivamente. Como o discurso é partilhado, a experiência é coletiva assim como individual: “o social e o pessoal são imbricados e ambos são historicamente variáveis” (p. 35).

Creemos ser oportuno, nesta pesquisa, explorar o papel das três dimensões – “*tempo longo*”, “*tempo vivido*” e “*tempo curto*” - do contexto discursivo da violência conjugal. Nomear o vivido na vida conjugal como violência consiste em situar-se socialmente em

um lugar incômodo. Há discursos políticos, institucionais, que impedem a emergência de sentidos que entram em choque com representações hegemônicas, como as do casamento como indissolúvel, da família como lugar seguro, do vínculo como incondicional e dos papéis tradicionais de gênero como naturais.

A não nomeação, ou seja, o fato de vivências conjugais não serem conotadas como violência e de serem relegadas ao silêncio e ao segredo, não impede que determinados elementos de sentido continuem sendo percebidos no cotidiano das pessoas, as façam sentir, sofrer e significar suas vivências. Estes elementos não constituídos como representações compreendem “o não-nominalizado”, “vazios representacionais” (Rey, 1994, p.99) e agem também como produtores de sentidos. Há eventos, experiências que, embora toquem afetivamente as pessoas e impactem suas vidas, não são nomeados no contexto social.

Esta noção de “não-nominalizado” – não nomeação - pôde ser vislumbrada, em duas dimensões, na pesquisa de mestrado (Pondaag, 2003). A primeira dimensão diz respeito à existência de representações estereotipadas de gênero. A segunda dimensão relaciona-se à tendência que apresentaram de usar estas representações para justificar as agressões dos parceiros.

Sentidos tradicionais do masculino eram resgatados pelas participantes na tentativa de significar a postura dos parceiros: homem é assim mesmo, sem sensibilidade, impulsivo, sem habilidade para expressar carinho. Este jeito essencializado de ver “o ser homem” conferia um caráter fatídico, natural à situação vivida na relação com os homens. Tais argumentos acabavam por justificar o comportamento agressivo e acentuava nas mulheres a tendência a agir como salvadoras e protetoras dos parceiros. Perversamente acabavam destituindo os parceiros de sua responsabilidade pelo uso da violência, responsabilidade que as mulheres, muitas vezes, tomavam para si próprias (Pondaag, 2003; Ravazzola, 1997). Elas se referiam aos eventos ocorridos como “partes da vida”, “o preço a pagar” para manter a família unida e segura, como “destino”.

“Sentidos históricos” (Spink, 2001) se cruzavam, portanto, com sentidos subjetivos e levavam à naturalização dos papéis tradicionais de gênero, à significação da “violência” como decorrente dos “jeitos diferentes” de ser homem e mulher. Os atos dos parceiros e a violência eram comumente designados como agressividade e não raro elas utilizavam argumentos para justificá-los: estavam relacionados ao jeito bruto como os parceiros foram criados, à educação que tiveram; e também ao estresse; ao sofrimento ou a um estado patológico. Embora sem nomear suas vivências como violência, ficou evidente a expressão de sofrimento, a tonalidade afetiva que escancarava o impacto da violência em suas vidas.

Os episódios de agressão ocorridos na esfera familiar e conjugal foram nomeados como violência e os eventos vividos “entre quatro paredes” passaram a ser alvo de intervenção por parte do Estado apenas a partir da segunda metade do século passado. Nossa pesquisa apontou (Pondaag, 2003; Diniz e Pondaag, 2004, 2006) que tal mudança representacional já produziu efeitos nos sentidos pessoais. As participantes demonstraram a necessidade de justificar a manutenção do vínculo conjugal e constrangimento por não terem denunciado a “violência” até então.

O incômodo expressado nestas justificativas provavelmente decorre da construção da violência conjugal no cenário sócio-cultural, nas últimas décadas. Os movimentos sociais, em especial, os feminismos impulsionaram respostas por parte do Estado. Esta forma de violência foi, nos momentos iniciais de militância radical, ao apelo à denúncia, à mudança de atitudes e à expectativa de que as mulheres vítimas rompessem com o relacionamento (Sorj & Monteiro, 1985). Revelar constrangimento, algumas vezes, e até ser capaz de formular críticas diante da situação vivida ao mesmo tempo em que não se nomeia esta situação como violência demonstra que, em momentos de transição representacional, estão presentes tanto movimentos de rupturas com velhas significações como de resistência às novas. Tomar o fenômeno da violência conjugal como objeto de investigação permite capturar os sentidos em seu processo de desenvolvimento e mudança.

Se, por um lado, os sentidos compartilhados são fonte para a construção de sentidos subjetivos acerca da experiência vivida, há que se considerar que os sujeitos - através dos seus diálogos e das suas relações - por outro, podem atribuir significados particulares às experiências que os circundam. Através de sua ação criativa podem significá-las a seu modo, reescrevê-las, transformá-las e até mesmo romper com sentidos hegemônicos. E este dinamismo os faz não só constituídos pelos “sentidos históricos” (Spink, 2001), mas construtores ativos destes conteúdos culturais.

Scott (1991) afirma que é preciso considerar que existem conflitos entre os sistemas discursivos que constituem os sujeitos e que cada um destes sistemas caracteriza-se por contradições internas e pela presença de multiplicidade de significados para as experiências. Para esta teórica, a experiência é um evento lingüístico que não é “confinada a uma ordem fixa de significados” (1991, p. 34). Há uma multiplicidade de significados para a experiência não apenas pelas conotações subjetivas que a tonalizam: os sistemas discursivos, os sentidos culturais também são múltiplos e não tão consensuais como se costuma imaginar.

Na pesquisa e no atendimento a pessoas envolvidas em situação de violência conjugal, na justiça, torna-se visível como as instituições sociais, seu papel de intervenção na situação e todo os seus aparelhos, são significados de modo particular pelas mulheres que moveram a denúncia. Se a existência de tais instituições busca dar respostas à violência, nomeando-a e criando códigos e mecanismos de controle, não se pode negar que muitas usuárias buscam a polícia, a justiça, como um terceiro mediador para o conflito. Elas não necessariamente buscam a criminalização dos parceiros (Angelim, 2004; Azevedo, 1985; Barsted, 1994; Walker, 1984, 1989).

Boa parte das mulheres parece significar a possível punição dos parceiros mais como um risco conseqüente do ato de denúncia do que como algo que desejam que realmente se efetive. Muitas chegam a se tornar resistentes durante o processo judicial, chegando a adotar a curiosa postura de aliadas, “cúmplices” e protetoras dos parceiros. Podemos mesmo arriscar a dizer que acionam tais instituições como se acenassem para os parceiros com um limite expresso na possibilidade de punição. As instituições passam a ser vistas como aliadas das mulheres em função da crença dessas na possibilidade de mudanças dos parceiros em função da intervenção judicial.

Para que intervenções sociais, como as do Estado, e os recursos desenvolvidos para aumentar sua eficácia tenham o alcance esperado, é imprescindível considerar não só como estas instâncias de controle e suas ações são representadas socialmente, mas vasculhar também os sentidos subjetivos atribuídos a tais instâncias, à própria experiência de violência, ao relacionamento e a outras esferas da vida dos sujeitos em jogo. O que parece vigorar nas representações das pessoas é o caráter punitivo da justiça. Provavelmente se houvesse esforços para que as leis fossem percebidas como viabilizadoras de mecanismos não só de controle e punição, mas como geradoras de novas formas de posicionamento na vida e no relacionamento conjugal, elas alcançariam um poder maior de mudança social.

É fundamental, portanto, entender como determinadas leis, como a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), são significadas pelas pessoas e como estes significados se cruzam com suas histórias particulares. Compreender os modos de significar as leis e a justiça a partir do vivido pode ajudar a entender os posicionamentos adotados pelas pessoas até então, o contrato conjugal, os efeitos e os riscos da violência. Estas reflexões têm o poder de mobilizar os atores sociais a perceberem as necessidades de mudança. Este processo não pode se dar de um modo impositivo, mas através da problematização dos velhos significados atribuídos às experiências, de modo a permitir a construção de novos sentidos, que permitam transformar as queixas de mulheres e homens em demandas sociais (Azerêdo, 2004). Deste modo, a lei e a justiça poderiam assumir faces mais compatíveis

com as expectativas de seus usuários e a relação com estas instituições poderia ser percebida como oportunidade de reflexão e mudança.

1.3. Experiência

A concepção de sentido definida, neste trabalho, aproxima-se das noções de experiência, em suas dimensões de conhecimento, de implicação psicológica do sujeito e de vivido. A experiência vivida remete à consciência que os sujeitos têm do mundo onde vivem e compreende o modo através do qual as pessoas sentem uma situação, subjetivamente, elaboram uma avaliação dessa situação e da forma como se posicionam/se relacionam com ela.

O vivido remete ao que o sujeito experimenta emocionalmente e que o leva a tomar consciência de sua identidade – o que pode ser privado. Por outro lado, pode corresponder também a momentos vivenciados na esfera coletiva, como nas experiências partilhadas por um grupo. Essas experiências compartilhadas provocam identificações, afetam as pessoas no plano emocional e identitário e geram elaborações cognitivas comuns. São exemplos de elaborações cognitivas comuns: os ritos religiosos; as situações de multidão; e acontecimentos históricos que ganham visibilidade e são apreendidos de maneiras semelhantes pelas pessoas em um dado contexto.

A experiência compartilhada pode explicar o impacto de movimentos sociais, como os feministas, nas percepções das pessoas sobre a violência na esfera íntima. Ao construir o coletivo “mulher” como sujeito dos feminismos, tais movimentos colocaram em evidência situações que perpassam a existência das mulheres, demarcam o seu gênero, suas condições de vida e suas relações sociais, situações às quais este sujeito dos feminismos deveria se opor. Uma destas situações denotadas por estes movimentos como típicas da condição feminina foi a violência vivida na esfera doméstica, o que certamente afetou o modo das pessoas experimentarem, sentirem emocionalmente tais situações e até de a enfrentarem. A experiência de violência vivida na particularidade da história de vida passa a ser sentida como uma experiência também vivenciada por outras mulheres, a ser experimentada como uma realidade de toda uma categoria social no tocante a seu gênero. A violência deixa de ser sentida por Maria apenas como algo próprio, particular da sua relação com João e passa a ser conotada também como experiência, dor vivida compartilhada por outras mulheres. Daí se apreende a relação entre a dimensão particular, subjetiva da experiência e a dimensão social dessa experiência.

Designar socialmente, através dos movimentos sociais e das intervenções estatais, certas vivências da vida conjugal como violência consiste em fornecer subsídios, códigos a

partir dos quais as experiências subjetivas serão interpretadas. Nomear a violência conjugal socialmente consiste em disponibilizar esquemas de interpretação que podem gerar novas significações subjetivas, contribuindo para a não banalização e para a construção de novos contratos relacionais: é fazê-la existir, é dar-lhe concretude. Isso é fundamental para que atos violentos tomados como naturais nas particularidades dos relacionamentos conjugais sejam problematizados e que novos sentidos sejam atribuídos a eles, impulsionando mudanças sociais que impeçam que a violência conjugal permaneça velada e seja perpetuada. Ademais a experiência subjetiva só pode ser conhecida, decodificada através da linguagem e sua existência depende do reconhecimento dos outros. A noção de experiência e de vivido permite compreender a relação entre o coletivo e o singular, o social e o individual.

A recente nomeação social de determinados atos da vida conjugal como violência, reforçada atualmente, no Brasil, pela Lei 11340/06, intitulada Lei Maria da Penha, constitui novo texto representacional a partir do qual podem emergir novas significações subjetivas. No entanto, sentidos históricos de gênero e da própria violência ainda colorem as interpretações das pessoas acerca de sua experiência, contribuindo para a essencialização, a naturalização da violência conjugal. Pesquisas demonstram como representações tradicionais de gênero demarcam desigualdades e diferenças de poder (Dantas-Berger & Giffin, 2005; Diniz, 1999; Saffioti, 1994; Scott, 1995; Santos, Novelino & Nascimento, 2001; Pondaag, 2003) e o quanto são típicas de contextos sociais marcados pela violência (Ravazzola, 1997; Winck e Strey, 2007). Ao relegarem às mulheres uma posição inferior na hierarquia de poderes, tais representações contribuem para que elas continuem sendo alvo de violência, na vida doméstica (Data Senado, 2007; IBOPE e Instituto Patrícia Galvão, 2006).

Estudos também pontuam como estereótipos de gênero, aliados a outras variáveis sociais como condições de sobrevivência e raça, contribuem para a invisibilidade, a banalização e a não nomeação de vivências agressivas e conflituosas da vida conjugal como violência (Dantas-Berger e Giffin, 2005; Narvaz & Koller, 2006; Pondaag, 2003; Queiroz, 2006; Strey, 2000). Tal estereotípia leva algumas mulheres a aceitar a violência como destino (Pondaag, 2003) até mesmo como algo justificável e os homens a recorrerem a ela como recurso para impor sua força (Winck e Strey, 2006).

No entrecruzamento entre “sentidos históricos” e sentidos subjetivos, o real não se caracteriza para o sujeito por suas propriedades objetivas, mas pelas vividas. Para compreender como as pessoas são influenciadas pelas situações sociais que vivem, como são afetadas pela suposta violência conjugal, é importante considerar a maneira como são

influenciadas pela sua interpretação da situação vivida. O olhar sobre o processo de produção de sentidos no cotidiano permite vislumbrar como interagem sujeitos e sociedade para co-construir a realidade, em estreita parceria.

Se, por um lado, os “sentidos históricos” (Spink, 2001), as “permanências culturais” (Spink & Gimenes, 1994) designam o pano de fundo a partir do qual os atores sociais dão significado ao vivido, por outro lado, a experiência social tem em si uma dimensão criativa que traz dinamismo ao social. A consideração da noção de experiência leva a conferir um papel ativo aos atores sociais. Eles não são meros produtos das determinações e pressões sociais. A consciência que têm de seu mundo e de si mesmos é fundamental para delinear o papel assumido por tais pressões, uma vez que estas, ao passarem pelo crivo do sentido, inscrevem registros diversos, tonalizados pela subjetividade.

1.4. Gênero e produção de sentido

Ao mesmo tempo que é fundamental entender a experiência que constrói homens e mulheres, há que se considerar o risco de naturalizar as diferenças de gênero a partir da evidenciação da experiência (Scott, 1991). Referindo-se ao impasse dos feminismos, no sentido de dar voz, ao mesmo tempo em que se desconstrói a *experiência* das mulheres, Weedon (1997) argumenta que para uma perspectiva teórica ser politicamente útil para os feminismos, deve reconhecer a importância do subjetivo na constituição do significado da realidade vivida das mulheres. Afinal, é mote dos feminismos que “o pessoal é político!” Ela coloca que a teorização sobre a experiência se apresentou como prioridade política urgente, já na década de 70, pela necessidade de se entender “porque as mulheres são tão freqüentemente cúmplices em sua própria opressão” (p. 171).

Para não sucumbir ao risco da naturalização, torna-se necessário *pensar criticamente* (Azerêdo, 2004) e *historicizar* esta experiência. Segundo Scott (1991), é fundamental historicizar tanto o poder da abordagem analítica de um(a) pesquisador(a) quanto os eventos que são objetos de seu estudo: “negando qualquer coisa que pareça operar como um fundamento” (p. 37). Historicizar implica, para a autora, aproximar-se da genealogia foucaultiana: recordar a história dos conceitos, possibilitando a emergência de diferentes interpretações. Investigar os sentidos da violência implica lançar um olhar sobre a experiência que produz identidades femininas e masculinas, historicizando-a. Indagar sobre os sentidos da violência é mais do que “evidenciar” (Scott, 1991) a experiência de homens e mulheres em situação de violência. Envolve a busca de compreender como as

diferenças de gênero se estabelecem, como operam, constituindo e posicionando sujeitos. Implica problematizar sentidos históricos e vasculhar como as ideologias operam para produzir identidades e padrões relacionais.

Trata-se, e isso serve como sugestão para a elaboração clínica, de esclarecer para as mulheres – e, diríamos, para os homens – a “não evidência” da experiência, e a existência da possibilidade de interpretá-la e reinterpretá-la de modos diferentes. Weedon (1997) argumenta ainda que para entender porque “voluntariamente” tomam os papéis estereotipados do feminino, é necessária uma teoria “do relacionamento entre subjetividade e sentido, e sentido e valor social” (p. 18). Para a autora, é preciso entender o poder e a impotência investidas nas possíveis posições subjetivas abertas às mulheres, e diríamos na presente pesquisa, aos homens.

Compreendemos, deste modo, que a relação entre sentidos compartilhados socialmente e a subjetividade não é direta. Para Lauretis (1994), o gênero “como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (p. 208). Se o “sistema sexo-gênero” é uma construção social e um “aparato semiótico” (p. 212) que atribui significado a homens e mulheres, definindo-os, também “é extremamente instável e fugidio nos seus processos de instanciação” (Segato, 1997). Os modos como os sujeitos se constituem, na mediação da cultura à qual pertencem; a maneira como se relacionam, interpretam e se constroem a partir do que é prescrito na matriz sexo/gênero dá possibilidades a nuances, a variações.

Lauretis (1994) aponta para o espaço de criação do sujeito, “na passagem da socialidade à subjetividade, dos sistemas simbólicos à percepção individual, ou de representações culturais à auto-representação” (p. 229). Ela reflete sobre como as armadilhas do gênero fazem com que mulheres e homens absorvam representações culturais como suas auto-representações, aceitando-as como reais, embora sejam imaginárias. Buscando entender a diferença de gênero de um modo que possa explicar mudanças, argumenta que é crucial que as pessoas não sejam vistas como vítimas dos sistemas de idéias que as engendram. Tão importante quanto compreender como as representações de gênero são construídas por diversas tecnologias sociais, é se perguntar sobre o modo como estas são subjetivamente absorvidas por cada pessoa, ou seja, sobre os processos subjetivos desta construção.

É neste espaço, o da subjetividade, que se abre caminho para que a construção de gênero seja problematizada, para o agenciamento. A pluralidade nas construções de gênero, nos modos de ser e de exercer a feminilidade e a masculinidade, explica-se pelos significados subjetivos atribuídos ao gênero e às posições colocadas à disposição, no discurso, para homens e mulheres. Segundo Lauretis (1994), é um investimento que faz as pessoas de ambos os sexos se posicionarem em certo discurso. Ou seja, por mais poderosas que sejam as tecnologias sociais de gênero, as pessoas tomam “posições diferentes quanto ao gênero e as práticas e identidades sexuais” (p. 225). Se o que se busca são mudanças, cabe indagar o que leva homens e mulheres a investir em seus posicionamentos nas interações conjugais e, em especial, nas interações conjugais violentas. E mais do que isso, cabe indagar o que poderia persuadi-los a tomarem posições diferentes, no discurso.

Uma contribuição que a clínica psicológica pode oferecer é colocar em questão o status de vítima das mulheres (Narvaz & Koller, 2006; Strey, 2000). Paradoxalmente elas se julgam e costumam ser vistas socialmente como merecedoras e culpadas pela violência que sofrem, ao mesmo tempo que se colocam no lugar de vítimas (Gregori, 1993), produzindo-se como não sujeitos (Azerêdo, 2004). Problematizar o status de vítimas, portanto, envolve o movimento paradoxal de reconhecê-las como vítimas e de mobilizá-las a se verem como tal para, a partir deste reconhecimento, empoderá-las para que mudem seu posicionamento (Pondaag, 2003; Soares, 1999). Quando se queixam da situação de violência que vivenciam na esfera conjugal, as mulheres colocam a responsabilidade do que estão vivendo no outro (Araújo, 1995; Azerêdo, 2004), sem que haja compromisso com esta situação. É preciso reconhecer a queixa, acolhê-la e, ao mesmo tempo, desconstruí-la: “nada podemos fazer com a queixa, no sentido de possibilitarmos mudança na situação a partir das próprias mulheres, a não ser transformar a queixa em demanda, demanda que é social, que emerge em situações coletivas, das quais resultam vivências compartilhadas” (Azerêdo, 2004, p. 123).

Mobilizar as mulheres a adotar novos posicionamentos envolve levá-las a perceber que suas relações com determinadas posições discursivas são “investimentos de poder” (Lauretis, 1994). Deste modo, resgata-se sua agência onde supostamente ela não estaria (Lauretis, 1994; Saffioti, 2002). Deslocá-las do lugar de vítimas para o de sujeitos que fazem “escolhas”, propicia que explorem outros investimentos. E aqui outra tarefa se impõe: como desconstruir a sedução de possíveis poderes que poderiam obter assumindo a “posição feminina do casal” (Lauretis, 1994) – o poder relativo almejado nas sedutoras imagens patriarcais (Weedon, 1997) – para que possam explorar, investir “em outros

posicionamentos, em outras fontes de poder capazes de alterar as relações de gênero?” (Lauretis, 1994, p. 226). Quanto aos homens, que posicionamentos seriam mais atraentes do que aqueles comumente assumidos por eles – de domínio, de poder, de controle - nos jogos conjugais violentos? Como criar tecnologias desconstrutivas tão sedutoras como as de engendramento?

Weedon (1997) não propõe a negação da experiência subjetiva, já que “os modos nos quais as pessoas fazem sentido de suas vidas é um ponto de partida necessário para compreender como as relações de poder estruturam a sociedade” (p. 8). Para ela, assim como a razão, a experiência requer tanto desconstrução quanto reconstrução. Isso me leva a acreditar no potencial da clínica como espaço para o exercício das propostas feministas: atenta ao subjetivo, não se restringe a ele, mas constrói/desconstrói a partir dele. Ao mesmo tempo em que se configura como espaço de reconhecimento das experiências, das identidades de mulheres e de homens e do sofrimento, muitas vezes, atrelado a elas, busca alternativas subjetivas e relacionais que possam permitir que eles se desvinculem dos modos de ser prescritos para os sexos, viabilizando leituras polissêmicas de suas histórias. Ou seja, como pesquisadoras (es) e terapeutas é imprescindível estarmos, ao mesmo tempo, “dentro e fora do gênero”, contribuindo para a visão de um “outro lugar” (Lauretis, 1994).

Este estudo orienta-se pela tese de que os sentidos da violência se constroem na interseção de outros sentidos, como da conjugalidade, do vínculo amoroso e do gênero. Considera-se, portanto, fundamental compreender como estes operam, contextualizando a produção subjetiva de sentidos para o vivido. Este estudo parte da suspeita de que há múltiplos sentidos para a violência conjugal e de que a produção destes é contraditória. Esta perspectiva é desconstrutora: “não assume uma correspondência direta entre palavras e coisas”, “não aponta para a resolução da contradição” (Scott, 1991, p.35) e toma as categorias de análise “como contextuais, contestáveis e contingentes” (p. 36).

Indagar sobre os sentidos atribuídos por homens e mulheres às experiências conjugais de violência é se voltar para o caráter discursivo, histórico, subjetivo, intersubjetivo, dialógico e polissêmico das experiências conjugais. Considerando o contexto dialógico da construção de sentidos como um lugar de negociações identitárias, pode-se arriscar a dizer que as interações estabelecidas na pesquisa ou no atendimento psicológico têm o potencial de transformar, de fazer dos envolvidos outros. Este poder de transformação intensifica-se ainda mais se provoca a contestação de verdades dadas, supostas, que fundamentam, justificam e legitimam a violência na conjugalidade. O

movimento de produção de sentidos crítica, “perturba” (Ravazzola, 1997) práticas e representações normativas que supõem a hierarquização na família, a imposição do poder, a conversão de sujeitos em coisas. Nesta perspectiva, indagar e provocar a produção de sentidos, tanto na pesquisa quanto na intervenção é uma prática política.

CAPÍTULO II

UMA LEITURA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL: GÊNERO E PATRIARCADO

Crenças patriarcais e sentidos de gênero contextualizam as identidades, a construção de papéis, a dinâmica relacional e a divisão de poderes no âmbito familiar. Carregados de tradicionalismo, se consolidam como alicerces para a violência.

Tomamos como parâmetro para compreensão da violência, a definição proposta no texto da Lei 11340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha: “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Título II, art. 5º).

Esta definição traduz a compreensão da violência como fenômeno multifacetado, ou seja, tipifica como violência atos que não se restringem às agressões físicas. A Lei 11.340/06 aponta para cinco formas de violência: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral. A ênfase que se dá à “violência contra a mulher” vem ao encontro da perspectiva de gênero adotada, neste estudo, segundo a qual não se pode negligenciar que a violência, na esfera conjugal, pesa ainda mais sobre as mulheres. Além disso, há que se considerar as diferenças existentes nas formas de violência adotadas por homens e mulheres (Soares, 2006). Desta forma, a violência conjugal é também uma violência de gênero (Azerêdo, 2004; Narvaz & Koller, 2006).

Como a presente pesquisa volta-se para a investigação dos sentidos da violência para mulheres e homens, recorreremos também a definições que ampliam a compreensão da violência conjugal como toda relação na qual há desequilíbrio de poder, “definido culturalmente ou pelo contexto ou produzido por manobras interpessoais de controle da relação” (Corsi, 1999, p. 23). A violência na esfera conjugal refere-se às manobras, aos jogos perversos utilizados por homens e mulheres para restringir a autonomia e para o assujeitamento, a conversão do outro em coisa (Chauí, 1985).

O gênero é mais que uma categoria, é uma ótica através da qual a violência conjugal é compreendida, neste estudo. O gênero é compreendido como a lente através da qual conceitualizamos e entendemos o mundo; perpassa as organizações e estruturas sociais, como a economia, a política, a família, ordenando os processos sociais cotidianos (Diniz, 1999; Lorber, 1994; White, 1989; Scott, 1995).

Compreender gênero como uma construção social leva a considerar que esse conceito é plural (Louro, 1996). A pluralidade nos modos de expressão do feminino e masculino revela-se na diversidade das concepções de homem e mulher existentes nas diferentes culturas, assim como no interior de uma mesma sociedade. No entrecruzamento com raça, idade, religião, classe, entre outras localizações sociais (Berger, 1986), as representações e práticas sociais de gênero variam em matizes que escapam dos extremos polarizados, como também variam ao longo do tempo. Ao focar o processo de construção das identidades, dos papéis e das relações de gênero, esta leitura foge de um viés essencialista, que supõe essências universais e imutáveis para o masculino e feminino. Aproxima-se mais da leitura da vida e do que há de mais belo na experiência humana: o movimento, a dinâmica, a autoria, o devir.

Problematizar as identidades implica levar em consideração a impossibilidade de existência da mulher/do homem essencial e universal. A noção de essência fixa o pressuposto de um sujeito e a de universal é uma noção totalizante que só é alcançada à custa de exclusões (Butler, 1990/2003), de restrições normativas e da padronização das possibilidades subjetivas e relacionais de homens e mulheres. É recusar concepções essencialistas e imutáveis dos sujeitos, para pensá-los como abertos aos processos de subjetivação que os constroem ao longo de suas histórias, como identidades nômades.

Problematizar a identidade do homem/da mulher universal abre possibilidades de mudanças. Reconhecer que as identidades de gênero são construídas socialmente e questionar a norma heterossexual que prescreve e mantém a fixidez dos papéis de gênero, por meio de discurso, consiste em concebê-las como processo, passível de ressignificações.

No tocante à violência, a relativização das identidades de gênero e dos papéis que as constroem e perpetuam, é etapa fundamental para possibilitar releituras dos posicionamentos relacionais. Ampliar as possibilidades do que significa “ser mulher” e “ser homem”, sem limitá-las aos padrões prescritos, é empoderar os sujeitos para que assumam a autoria das suas narrativas. Essa postura possibilita o rompimento com a rigidez dos papéis, representações e auto-representações que revelam conformidade com as hierarquias de gênero e ditam conseqüentes posicionamentos nas dinâmicas conjugal e familiar: o da mulher assujeitada e do homem dominador. Trata-se de sair do plano da natureza, imutável e determinista – no qual boa parte dos casais em situação de violência já se encontram – para enveredar no plano do discurso – no qual releituras são possíveis.

2.1 - Socialização de gênero e relações de poder

A socialização das mulheres passa pela transmissão de valores, de habilidades relacionadas ao exercício da maternidade: o cuidado do outro, a empatia, o alcance do ponto de vista do outro. Por outro lado, a socialização dos homens visa orientá-los para o reconhecimento e desenvolvimento de um lugar de poder, para avaliar e adotar atitudes compatíveis com a consecução de seus objetivos, para sustentar sua própria posição e ponto de vista. Pode-se notar que a socialização das mulheres capacita-as pouco para o exercício do poder (Amâncio, 2001). Não raramente, tal exercício é interpretado como contrário à sua capacidade empática e como não legítimo (Ravazzola, 1997).

O cotidiano da convivência conjugal e familiar impõe a necessidade de negociações e estas demandarão posicionamentos. Como os homens são socializados para defender seu próprio ponto de vista e para demarcar seu território de poder, muitas vezes, as mulheres ficam em desvantagem. Os diferentes condicionamentos culturais de homens e mulheres podem tornar-se prejudiciais quando vividos rigidamente, pois interferem na divisão de poderes entre homens e mulheres, beneficiando, na maioria das vezes, os primeiros. Ravazzola (1997) aponta que tal fato não significa que as mulheres não tenham competência para negociar:

Entendemos que isso não reflita as reais capacidades dela para exercer seu próprio juízo crítico nem para assumir um critério próprio. Se trata, mais bem, do fato de não haver sido habituada a exercer seu poder, o que na prática funciona como se não o tivera (p. 77).

O que ocorre é que o exercício do poder parece paradoxal ao exercício do cuidado. Em relações caracterizadas pela equivalência de gênero, nas quais existe espaço para o diálogo, tais condicionamentos culturais podem ser minimizados ou mesmo superados. Todavia, nas famílias com problemas de violência nota-se o predomínio de estruturas autoritárias e a distribuição desigual de poder (Corsi, 1999). As possibilidades de negociação são limitadas por crenças, pela imposição de verdades transmitidas como dogmas nas comunicações e, sobretudo, pelas diferenças de gênero.

Uma questão recorrente acerca das mulheres que permanecem em uma relação violenta é: por que não reagem? Tal indagação costuma ser respondida com a insinuação popular de que são masoquistas e de que há um prazer envolvido em sua condição. Essas atribuições sugerem que há alguma patologia ou desvio de caráter que explica seu conformismo. É a falta de poder que as faz serem violentadas? Ou é a violência que as destitui de poder? A última interrogação é mais rara, mas há que se considerar que o

impacto da violência contribui para que as vítimas não tenham reação, para que entrem em um estado de anestesia e de “indefesa aprendida” (Ravazzola, 1997).

O desgaste e o impacto da violência na saúde mental impede as vítimas de avaliar os riscos envolvidos e faz com que se sintam incapazes de proteger a si e aos filhos (Diniz, 1999). A exposição repetitiva e duradoura à violência na esfera conjugal abala a autoestima, gera confusão mental, provoca introjeção das desqualificações dos agressores. A descrença na capacidade de gerenciar a própria vida e a conseqüente dependência faz com que mulheres vítimas tendam à delegação (Araújo, 1995) e à anulação da autonomia.

Há que se considerar também as condições concretas, materiais que dificultam a tomada de decisão por parte das vítimas e são curiosamente colocadas em segundo plano pela sociedade que as julga. Outras variáveis como classe, raça/etnia, condição financeira, grau de autonomia, origem familiar, história de outros relacionamentos também afetam o enfrentamento da situação de violência.

Compreender as razões que levam algumas mulheres a não ter uma reação decisiva diante da violência e a não romper o vínculo amoroso não implica em considerar que deixar o relacionamento seja o melhor caminho. Nem significa tampouco que elas devem se conformar com sua condição de vítimas. Implica em reconhecer que é difícil e complexo buscar mudança.

Esse posicionamento implica em olhar de forma crítica idéias presentes no imaginário social de que “mulher gosta de apanhar”, de que tem ganhos secundários ou de que é masoquista. Essas idéias, popularmente utilizadas, responsabilizam as vítimas e colocam o problema na área da patologia individual. Ampliar as explicações do porque mulheres permanecem em relações violentas é uma tarefa essencial. Entendemos que uma leitura de gênero é fundamental para empreender tal tarefa.

Muitas vezes, o olhar sobre as atitudes das vítimas é equivocado por basear-se em expectativas de que sua reação seja extrema e definitiva. A argumentação de que não reagem tem como referência a idéia de que deveriam romper o relacionamento, denunciar e ter iniciativas mais consistentes e firmes para sua própria proteção. Tais expectativas ofuscam a observação de movimentos mais sutis de reação que as vítimas apresentam em seu dia-a-dia.

A violência, com as ameaças e riscos que traz, provoca um estado de constante vigilância e demanda frequentemente atitudes de defesa e enfrentamento no cotidiano de quem a vive. No contato com as vítimas, não é raro nos surpreendermos com sua capacidade de sobreviver e lidar com situações extremas. Um olhar mais cuidadoso permite alcançar as nuances de seus posicionamentos, insuficientes para romper com a

violência, mas ilustrativos de sua força e capacidade de resiliência. Não é à toa que em dinâmicas grupais nas quais é pedido às mulheres que se representem e depois expressem verbalmente como se vêem, a imagem de guerreiras e de lutadoras seja evocada (Diniz e Coelho, 2003; Coelho e Diniz, 2003; Diniz e Pondaag, 2004; Diniz e Pondaag, 2006; Pondaag, 2003).

Nesse ponto, cabe ressaltar novamente a importância de levar em conta os sentidos - individual ou culturalmente construídos - que as pessoas atribuem às interações agressivas que vivenciam para compreender não só a estrutura da conduta agressiva (Corsi, 1999), mas suas estratégias de enfrentamento. Em relação às situações de violência, nas quais os estereótipos demonstram se presentificar ao extremo, a presença de tensão e de conflitos conjugais, por si, sinaliza uma não comodidade e aponta para a insatisfação nos/dos envolvidos com o exercício dos papéis de gênero. Se ocorre violência no âmbito conjugal, esta traduz tragicamente um movimento em busca de outras construções, em contraste com os poderes de manutenção da ordem, muitas vezes, impostos à força pelos atores representados como os instituidores das leis, das normas familiares. Em outras palavras, a presença da violência atesta a resistência das mulheres.

Espíndola, Bucher-Maluschke & Santos (2004) revelam que o próprio uso de violência por parte das mulheres, a transgressão das normas, consiste na sua conversão em sujeitos ativos, em uma tentativa de busca de reconhecimento e autonomia. Ao tomar para si o uso da violência, ela pode desconstruir a posição do homem forte, valente, e superior. A “violência aparece, portanto, como uma arma poderosa para ocupar e ampliar os espaços sociais tipicamente masculinos” (p. 226).

Na dissertação de mestrado (2003), foi constatado que as participantes da pesquisa significavam seu silêncio não como resignação ou submissão, mas como estratégia de enfrentamento da violência (Diniz e Pondaag, 2004; 2006). Vale pontuar que a maioria delas não concordava com a noção de que as mulheres devem se calar e aceitar as imposições e agressões dos cônjuges/parceiros, mas que devem saber como, onde e quando dizer o que desejam. As participantes também sugeriram ser feminina a habilidade de discernir a melhor forma de se comunicar no contexto da relação. Pode-se inferir que onde menos se vislumbra o exercício de poder - no silêncio - é possível apreendê-lo.

Louro (1995) discute como as mulheres exercem poder nos espaços onde são controladas. Por trás da ordem que supostamente aceitam, elas podem manipular, resistir, se rebelar, enquanto aparentam obediência e submissão. É importante lembrar que mesmo na violência as mulheres agenciam e demandam desconstruções das “verdades” que as

escravizam. Mais do que afirmar que não resistem, resta-nos perguntar sobre as condições de produção de sentidos que prescrevem os moldes de suas resistências. Parece mais prudente problematizar o contexto que construiu e mantém seu silenciamento, seu assujeitamento, sua submissão como linguagens possíveis.

Embora considerando a naturalização do sistema patriarcal como lógica que constrói e perpetua a “dominação simbólica” (Bourdieu, 1999) dos homens em relação às mulheres, cabe problematizar a idéia de que o poder nas relações conjugais violentas se impõe unilateralmente. O poder não se localiza de forma fixa e absoluta, mas flui dependendo das negociações em jogo (Foucault, 1981; Scott, 1995), podendo estar onde não é suposto. Há que se questionar a universalidade das categorias homem e mulher e, como sugere Scott (1995), problematizar a associação do masculino a poder e dominação e do feminino a obediência e submissão. “Se o gênero é relacional, não se pode admitir, no contexto das relações de gênero, um poder masculino absoluto” (Araújo, Martins e Santos, 2004, p. 19).

Importa considerar os engajamentos e investimentos subjetivos (Lauretis, 1994) das pessoas nas posições discursivas assumidas em suas interações conjugais. É fundamental compreender o que se passa no trânsito dos sentidos culturais do gênero, da conjugalidade, entre tantos outros, às percepções e conotações subjetivas que conferem às suas experiências relacionais, às auto-representações. Tal ótica reconhece a autoria da própria história em homens e mulheres envolvidos em relações conjugais violentas e abre possibilidades para que não sejam vistos como meros produtos dos discursos que os engendram e prescrevem a violência como possibilidade na vida a dois. Mais do que evidenciar como são produzidos como dominadores ou vítimas, importa saber como as próprias mulheres se produzem como assujeitadas (Gregori, 1993) e como os homens se constroem como senhores de seus destinos.

Se a *experiência* que “engendra” (Lauretis, 1994) homens e mulheres os atrela à repetição dos jogos de poder previstos na lógica patriarcal “os termos para uma construção diferente do gênero também existem e uma visão de ‘outro lugar’” (p. 236) pode ser construída “nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamentos e fontes de poderes ou investimentos de poder; e nas produções culturais das mulheres, feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da ideologia, cruzando e recruzando as fronteiras – e os limites – da (s) diferença (s) sexual (ais)” (Lauretis, 1994:237).

Esta visão de um outro lugar implica no desvencilhamento das mulheres e dos homens das armadilhas da identidade, no seu descolamento da experiência. A “subversão da identidade” (Butler, 1990/2003), seu fraturamento (Haraway, 1995) é um desafio não só para a teorização feminista, mas para a clínica, em especial para a clínica que pretende se voltar para os paradoxos da conjugalidade e da afetividade violenta. Butler (1990/2003) sugere localizar esta problemática em termos de práticas de significação. Se o sujeito é consequência de discursos ordenados por regras que delinham sua identidade, a agência localiza-se na possibilidade de variação dessa reiteração, dessa repetição (Azerêdo, no prelo, 2000; Butler, 1990/2003).

A compreensão da dinâmica conjugal violenta envolve um movimento paradoxal por parte das(os) pesquisadoras(es) e das(os) profissionais das áreas da psicologia, do direito, e das ciências sociais, entre outras. Esse movimento paradoxal implica em estar “dentro e fora” (Lauretis, 1994) do sistema sexo/gênero. De um lado, deve-se considerar que a naturalização das diferenças sexuais e os efeitos do sistema patriarcal de gênero na estrutura familiar contribuem para que haja visibilidade e imposição do poder masculino; e para que o impacto da violência pese mais sobre as mulheres. De outro, é preciso considerar que somos agentes de reflexão sobre essas e outras dinâmicas e que a reflexão é um agente potencializador de mudanças.

2.2 - Gênero e Patriarcado

A relevância de pensar a dinâmica conjugal e a violência como perpassadas pelas questões de gênero e do patriarcado, justifica-se pelo fato de a literatura apontar que as mulheres ainda tem sido as maiores vítimas da violência familiar, sejam elas crianças ou adultas (Araújo e cols., 2004; Diniz, Lopes, Gesteira, Alves e Gomes, 2003; Greenspun, 2002; Ministério da Saúde, 2007; Ravazzola, 1997; Soares, 1999).

Estatísticas revelam que, no Brasil, a cada 15 segundos, uma mulher é espancada e que 70% dos incidentes acontecem dentro de casa (Araújo e cols., 2004; Azevedo, 1985; Diniz, 1999; Gregori, 1993; Grossi, 1998; Saffioti, 1994; Soares, 1996; Soares, 1999), sendo o agressor o próprio marido ou companheiro (Araújo e cols., 2004; Relatório CEDAW, 2002; Soares, 1999). Alguns desses estudos incluem realidades de países distintos – Argentina, Brasil, Estados Unidos etc – esse fato deixa claro que a vitimização das mulheres atravessa fronteiras. Pesquisas revelam também que as violências perpetradas por homens e mulheres, na esfera conjugal, são qualitativamente diferentes (Diniz e cols., 2003; Soares, 1999).

Esses e outros dados de pesquisa consolidam a visão feminista de que, para compreender os sentidos da violência, é preciso entender o contexto cultural sexista, patriarcal: “o contexto político da insignificância que faz calar as mulheres” (Azerêdo, 2004, p. 123). Terapeutas sistêmicas feministas vêem a “família como instituição social que coloca as mulheres em situações particularmente difíceis” (Burck e Daniel, 1994:112), levando-as ao sacrifício da individualidade e ao uso de um poder indireto ou através do sintoma (Madanes, 1981). Ravazzola (1997) advoga que o sistema de gênero, como parte de uma construção social de poder, reforça desigualdades nas famílias, constituindo referência para a hierarquização e divisão de poderes. Torna-se, portanto, fundamento a partir do qual as premissas autoritárias se concretizam, de acordo com parâmetros vigentes nos estereótipos culturais.

Famílias em situação de violência possuem estruturas rígidas e hierárquicas - e o patriarcado, além de idade, classe e raça, é um dos princípios que rege esta estratificação, conferindo aos homens o direito de dominar as mulheres (Corsi, 1999). Os fundamentos que tendem a regular as relações em famílias nas quais a violência é marcante são: disciplina, obediência, hierarquia, verticalidade, castigo e respeito. A adesão a estas leis implícitas e a naturalidade com que são aceitas mostram a coerência deste modelo autoritário de família com o macrocontexto no qual esta se insere, qual seja, o da cultura patriarcal. Esta legalidade é caracterizada pela unidirecionalidade e pela ênfase nos deveres dos integrantes da família, bem como pela desconsideração de seus direitos.

A rigidez na aceitação e a ausência de questionamento de tais premissas é o que justifica e legitima diversas formas de violência intrafamiliar. Compreender que a família é estruturada em valores patriarcais, leva as terapeutas sistêmicas feministas também a desconfiarem da premissa sistêmica de que esta é capaz de encontrar soluções para seus problemas (Corsi, 1999; Ravazzola, 1997; Walters, 1994). Incita também ao questionamento da neutralidade dos (as) terapeutas.

Nas dinâmicas conjugais violentas, é surpreendente o fato de mulheres regerem suas práticas por normas patriarcais, legitimando-as e transmitindo-as aos filhos (Saffioti, 1999). Princípios patriarcais convivendo com novas representações de gênero, são fonte de conflito e, por vezes, de violência. Saffioti (1999) é contundente em sua afirmação:

É óbvio que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência. (...) O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A *organização social de gênero*, baseada na virilidade como

força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres (p. 74-75).

A ordem patriarcal está na base dos sentidos culturais de gênero que legitimam a dominação masculina internalizada e perpetuada por homens e mulheres (Araújo e cols., 2004). Bourdieu (1999) refere-se à dominação masculina como uma “dominação simbólica” que se impõe sobre o tecido social, sobre os discursos e práticas sociais, naturalizando as diferenças entre homens e mulheres e convertendo-as em desigualdades. O autor discute como a “dominação masculina” inscreve-se nos corpos dos sujeitos dominados, demarcando neles posturas e marcas da submissão, no caso, feminina. Nos corpos, esta “dominação simbólica” inscreve não somente modos de ser, mas todo um “programa de percepção” do mundo diversificada, conforme os gêneros, estruturando a organização concreta e simbólica da vida social. Bourdieu (1999) afirma que:

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado (...) em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (p. 17).

Para Weedon (1997), as relações patriarcais são estruturais, existem nas instituições e práticas sociais e não podem “ser explicadas pelas intenções, boas ou más, de indivíduos homens e mulheres” (p. 3), ainda que estes frequentemente sejam os agentes da opressão. Ela sugere, assim, que é necessária uma teorização que leve em conta não só a subjetividade, mas o relacionamento entre o individual e o social. Compartilhamos deste ponto de vista da autora, pois consideramos fundamental levar em conta não apenas os sentidos da violência conjugal para aqueles que a vivenciam, mas também as narrativas culturais a partir das quais esses sentidos são construídos.

Cabe, portanto, refletir sobre o impacto do sistema sexo/gênero nas pessoas. Se o gênero é “uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (Scott, 1995, p. 75); e se podemos pensar esta categoria como “*instituição social*”, inerente às organizações e às estruturas fundamentais da sociedade, que ordena os processos sociais cotidianos e estabelece padrões de expectativas para os indivíduos (Lorber, 1994), como falar de responsabilidade individual pela reprodução do gênero? Um homem que foi socializado para ser viril, exercer controle, usar a agressividade e controlar expressões de sensibilidade, é responsável pelo uso da violência? Uma mulher educada para cuidar, reconhecer o outro, ser sensível e renunciar, é responsável pela sua subjugação no relacionamento amoroso?

Estudos apontam para a presença de representações tradicionais de gênero (Giffin, 1994), em especial, nos sistemas familiares marcados pela violência (Corsi, 1999; Pondaag, 2003; Ravazzola, 1997). A naturalização do *sistema sexo-gênero*, ou seja, o fato de ser tomado como “*facticidade evidente e compulsória*” (Berger e Luckmann, 1974) faz com que o mesmo constitua a identidade dos atores sociais e seja incorporado como uma realidade contra a qual não há suspeitas nem conspirações.

A perda da noção de que tal realidade é construída, torna este sistema mais estável que as ditaduras políticas (Ravazzola, 1997). A partir de sua relação com as idéias que dão base ao sistema patriarcal, o sistema de gênero pressupõe “construções hierárquicas inamovíveis, que assinalam claramente que pessoas ‘são’ (em essência) mais importantes que outras, segundo a pertença ao gênero masculino ou ao feminino” (Ravazzola, 1997, p. 61).

2.3 - Estereotipia dos papéis de gênero, ajuste e coerção: a violência sutil

A pesquisa de mestrado (Pondaag, 2003) mostrou que há uma violência característica do exercício dos papéis estereotipados de gênero *per si*, violência que foi denominada como sutil. As participantes da pesquisa revelaram o custo, o quanto é difícil e sofrido encarnar os papéis estereotipados de mulher, mãe e esposa. As identidades das mulheres pareciam ter sido construídas a partir da aprendizagem e exercício destes papéis sociais, ao mesmo tempo em que paradoxalmente produziam nas mesmas alienação e perda de si. Ficou evidente que a dedicação das mulheres à vida doméstica e ao cuidado das pessoas íntimas, fazia com que não construíssem projetos pessoais e percepções claras de si como pessoas, além de filhas, esposas e mães.

É importante considerar a multiplicidade de formas de homens e mulheres se relacionarem com a matriz de gênero e de constituírem suas identidades - expressões de masculinidade e feminilidade, modos de ser e de se posicionar nas relações. Através do processo de singularização, de subjetivação, a matriz de gênero resulta em pluralidade, constituindo o “*sujeito múltiplo*” (Lauretis, 1994).

Uma característica presente entre as participantes da pesquisa de mestrado (Pondaag, 2003), foi a adesão a representações de gênero tradicionais e estereotipadas. Foi possível, entretanto, observar variação no grau em que as mulheres questionavam o direito masculino de dominá-las, bem como no grau de sua própria sujeição. Cabe mencionar que mesmo aquelas que manifestavam maior capacidade crítica, pareciam dominadas pelo

medo, pela falta de perspectiva futura e de autonomia, o que “boicotava” a possibilidade de mudança que poderia resultar da consciência e da indignação quanto a sua opressão.

É comum que mulheres vítimas de violência tenham dificuldade de olhar para o futuro. Parece ser assustador para elas a possibilidade de recomeçar a vida sozinhas, com autonomia. Soma-se a isso os efeitos da violência em sua saúde mental (Diniz, 1999; Espíndola, Bucher-Maluschke & Santos, 2004; Hirigoyen, 2006; Koss, 1990; Saffioti, 1994; Soares, 1999), como os descritos na síndrome de estresse pós-traumático característica de vítimas de violência grave e contínua no tempo, como baixa auto-estima, dependência emocional e até depressão (Diniz, 1999; Kaplan, 1997; Koss, 1990; Walker, 1984).

Entender o estado de anestesia (Ravazzola, 1997), de falta de iniciativa para buscar mudança e de “aceitação” da própria condição torna-se, portanto, um desafio. Pode ser que as mulheres não classifiquem como violência o exercício estereotipado dos papéis de gênero no cotidiano de suas vidas; mas no contexto de grupos, em que são mobilizadas a falarem da sua história e a produzirem sentidos é possível alcançar o quanto este exercício é doloroso, quiçá violento. É preciso que uma experiência seja nomeada como violência para que esta faça sofrer? Quem vivencia violência é capaz de percebê-la em todas as suas dimensões, inclusive a afetiva? O ato violento pode ocupar o lugar do não dito, do não identificado? Será que por se tratar de violência experienciada na condição de anonimia, de anestesia, doe menos?

Vivenciar os papéis de gênero de modo estereotipado também tem alto custo para os homens (Giddens, 1993; Meth & Pasick, 1990; Nolasco, 1995; Philpot, Brooks, Lusterman & Nutt, 1997). Pela delegação histórica às mulheres da responsabilidade de cuidar das pessoas no âmbito da família, o desenvolvimento de habilidades empáticas como a solidariedade diante das demonstrações de carência e fragilidade do outro, a sensibilidade e a ternura, só começaram a fazer parte do universo masculino nas últimas décadas. Giddens (1993) aponta:

A dependência emocional mascarada dos homens tem inibido a sua propensão e a sua capacidade, para tornarem-se, assim, vulneráveis. O ethos do amor romântico tem de certo modo sustentado esta orientação, no sentido de que o homem desejável tem sido com frequência representado como frio e inatingível (p. 73).

Chodorow (1979) argumenta que a masculinidade se constitui a partir do distanciamento do feminino e que a resolução edípica faz, inclusive, que os homens sintam-se ameaçados pela intimidade. Assumir o status de viril, forte, implica, muitas vezes, sacrificar a expressão de afetos, a proximidade com o outro, dificultando as relações

e levando à solidão. A mesma matriz – sistema sexo-gênero (Scott, 1995) - que oprime as mulheres, condiciona também os homens (Rubin, 1975; Bourdieu, 1999), limitando e enrijecendo modos de ser e naturalizando construções sociais.

Nos sistemas familiares violentos ambos recebem fortes pressões. Alguns estudos (Pondaag, 2003; Salem, 1980; Santos, Novelino & Nascimento, 2001) fazem alusão às imagens, aos estereótipos, às características, papéis e atributos que diferenciam o masculino e o feminino. Amâncio (2001) pontua a tendência dos estudos de gênero e dos estereótipos sexuais de explicar a distinção e a hierarquização entre os sexos a partir dos atributos que os distinguem e do processo de socialização. Esta forma de explicar demarcaria a diferenciação entre os sexos ao nível das crenças, a partir do processo de internalização dos estereótipos. A autora argumenta que tal tendência explica a diferenciação, mas não suas razões.

Amâncio (2001) propõe compreender esta diferenciação e a conseqüente hierarquização em termos da lógica simbólica que a orienta. O que distingue o masculino e o feminino, para a autora, não são apenas os atributos característicos de cada um destes gêneros, mas a assimetria simbólica:

(...) o fato dos conteúdos que definem a masculinidade estarem confundidos com outras categorias supraordenadas, como a de pessoa adulta, enquanto que os significados femininos definem apenas um corpo sexuado. É neste processo de construção social que o simbólico masculino se constitui em referente universal (...) relativamente ao feminino que permanece marcado pelo sexo de pertença (p.179).

No tocante às dinâmicas identitárias, Amâncio (2001) coloca que os comportamentos masculinos são marcados pela distintividade, caracterizada “tanto em relação às normas estabelecidas pelo estereótipo do seu grupo, como em relação às normas do contexto” (p. 179). O efeito da assimetria simbólica faz com que as mulheres se vejam, ao contrário, mais sensíveis e ligadas aos contextos, em conflito entre sua liberdade, individualidade e sua alteridade.

Amâncio (2001) aponta que o fator que é determinante na forma de se ver e ser visto como indivíduo, sujeito, é a “partilha do sentido que regula a diferenciação entre os sexos, e sobre o qual se constroem as representações subjetivas que homens e mulheres se fazem de si próprios” (p. 180). As identidades masculinas e femininas se explicam, portanto, pela assimetria simbólica e pelos efeitos desta que se impõem “mesmo nas situações em que se invertem contextualmente as posições relativas dos grupos de sexo” (p.180).

Tal assimetria de gênero faz-se presente em vários cenários, tanto na esfera pública quanto na privada. Ela ameniza as possibilidades de transformação nos sentidos culturais do masculino e do feminino trazidas pelas mudanças nas práticas sociais. Através de rearranjos simbólicos, perpetua representações arcaicas do masculino e do feminino (Amâncio, 2001).

2.4 - Práticas desconstrutoras: patriarcado, gênero, identidades

Um dos desafios presente nas leituras da violência conjugal, nas pesquisas e nas intervenções, é a possibilidade de uma prática desconstrutora dos termos patriarcais que regem a vida familiar, dos papéis de gênero estereotipados em cena e, mais do que isso, das noções de subjetividade e identidade, pontuando seu caráter histórico e construído. Ao historicizar o gênero e propor seu uso como categoria analítica e metodológica, Scott (1995) abre caminhos teóricos para compreender como se construíram socialmente as diferenças sexuais e para a desconstrução das desigualdades de gênero, tomadas como fatos, verdades universais fundamentadas nas diferenças biológicas. Compreendendo gênero como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (p.4), Scott (1995) se debruça sobre três dimensões: gênero como construção da diferença entre os sexos; como dimensão relacional, já que os sujeitos se produzem na relação (Louro, 1996) e como campo onde o poder se articula.

Nesta lógica, as pesquisas e as intervenções clínico-sociais devem focalizar os processos de formação dos sujeitos femininos e masculinos (Louro, 1996). No tocante à violência conjugal, o olhar para as experiências masculinas e femininas, a escuta de ambos os parceiros e a consideração da dinâmica relacional consiste numa atuação clínica mais ampla. O atendimento psicossocial de casais que vivenciam a violência conjugal deve se converter em um espaço em que não se problematiza apenas a dominação masculina e o assujeitamento feminino, mas onde isso não é pressuposto e busca-se questionar a matriz, o sistema sexo-gênero que oprime ambos os parceiros.

Rubin (1975) argumenta que a opressão não advém de ser mulher ou homem, mas de ter de ser um *ou* outro, correspondendo aos estereótipos de gênero. O sistema que oprime as mulheres, nas suas relações sociais, oprime a todos: na insistência sobre padrões rígidos de divisão de personalidade; no enquadramento a possibilidades finitas de existência (Rubin, 1975).

Desconstruir os pressupostos que convertem diferenças em desigualdades hierárquicas entre os sexos, envolve romper com o esquema binário, que consiste na crença de que o masculino e feminino se constroem em oposição um ao outro e constituem

extremos opostos. Louro (1996) pontua que as oposições binárias repousam nos princípios de oposição e de identidade: “Ao mesmo tempo em que elas indicam que os dois pólos diferem e se opõem, elas afirmam que cada um é idêntico a si mesmo. Assim, um termo da oposição difere do outro tanto no sentido de que não é idêntico a ele, como no sentido de que ‘suspende a consumação’ do outro” (p.3).

Desconstruir a lógica das operações binárias implica demonstrar como um pólo está presente no outro. Implica também em deixar evidente que tais oposições entre o masculino e o feminino são histórica e linguisticamente construídas. Afinal, como apontado por Rubin (1975), a identidade de gênero decorre não da expressão de diferenças naturais, mais da supressão de semelhanças naturais entre homens e mulheres. A divisão sexual decorre da repressão de características virtualmente comuns da personalidade de homens e mulheres. Scott (1995) aponta para a necessidade de “uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual” (p. 84).

Nas interações violentas, estas representações binárias são surpreendentemente visíveis, podendo ser notadas, por exemplo, nas reações de indiferença ou de recusa dos homens no atendimento das reivindicações femininas por maior intimidade, sensibilidade e investimento relacional: possivelmente estas soam como ameaças à masculinidade. É gritante o quanto os sujeitos envolvidos frequentemente orientam-se por representações de gênero tradicionais e estereotipadas (Pondaag, 2003; Ravazzola, 1998) e como a maioria das pessoas vivem a experiência de gênero, a existência das duas posições, como se fosse natural.

Problematizar as definições de masculinidade e feminilidade, os posicionamentos adotados por homens e mulheres nas relações; convocar ambos os parceiros ao exame das regras e dos papéis que os mantêm estagnados em posições tradicionais que legitimam a violência, é fundamental. A partir desse movimento, uma ponte entre homens e mulheres pode ser criada, unificando seus mundos através da luta contra um sistema que os oprime (Philpot, Brooks, Lusterman e Nutt, 1997).

Enfim, é preciso problematizar a rigidez das expectativas de gênero nos contextos de violência conjugal, segundo a qual mulheres são apenas vítimas e homens são apenas culpados. É fundamental ir além do reconhecimento das prescrições do sistema de sexo/gênero para a vida familiar, e ter consciência de que tais prescrições não podem ser tomadas como realidades naturais. Cabe aos pesquisadores, operadores do direito e a profissionais de diversas áreas que atuam em situações de violência conjugal problematizar

o gênero e entender suas próprias concepções e valores generificados. Esse processo de auto-reflexão é etapa fundamental para que, no diálogo com os atores sociais, possam demarcar o sistema sexo/gênero como realidade construída socialmente, mobilizando-os a se desprenderem da experiência, para que esses atores sociais possam ampliar as possibilidades de negociações identitárias e relacionais.

Capítulo III

REFLEXÕES SOBRE OS SENTIDOS E AS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Buscamos, no capítulo anterior, discutir o papel dos sentidos de gênero na construção das identidades, dos papéis e das relações entre homens e mulheres. Chamamos a atenção para a presença de sentidos estereotipados de gênero que fundamentam, legitimam e perpetuam a violência nos contextos conjugais violentos. Ressaltamos a relevância de problematizar e “historicizar” (Scott, 1991) os termos patriarcais que regem a vida conjugal e familiar, os papéis e as identidades de gênero, como forma de possibilitar a ressignificação das histórias pessoais e relacionais.

A tese defendida, aqui, é que os sentidos da violência conjugal se constroem na confluência dos sentidos do gênero e da conjugalidade. Defende-se o pressuposto de que os sentidos históricos do gênero e da conjugalidade – “tempo longo” (Spink & Medrado, 2000), contribuem para que a violência seja naturalizada, banalizada (Strey, 2000, Narvaz e Koller, 2006) no cotidiano dos casais.

Para embasar esta tese, o capítulo organiza-se em três partes. Em primeiro lugar, apontaremos o papel dos sentidos da conjugalidade na construção dos sentidos da violência conjugal. Reiterando a importância de preservar o vínculo conjugal, representações do amor, da família e da conjugalidade contribuem para que a violência se instale e seja tolerada no convívio conjugal.

Em segundo lugar, discutiremos os sentidos da violência conjugal. Argumentamos que a violência vivenciada na conjugalidade tende a ser conotada por sentidos – de gênero, da conjugalidade, entre outros, que a minimizam e justificam. Tal arranjo de sentidos visa à manutenção do vínculo amoroso e faz com que a violência conjugal se configure como um processo marcado pela anonimidade. Lançaremos um olhar sobre a dinâmica conjugal como contexto discursivo no qual se constrói a trama violenta.

Por fim, argumentaremos em favor da existência de uma transição de sentidos da conjugalidade e do gênero. Indagamos sobre seus efeitos nas conjugalidades e nos sentidos da violência.

Cabe ressaltar que as discussões propostas são coerentes com a concepção de sentido adotada nessa tese, explicitada no capítulo anterior, que propõe considerar os três tempos do processo de produção de sentidos: *o tempo longo, o vivido e o curto* (Spink & Medrado, 2002). Abarcar elementos sócio-históricos, subjetivos e relacionais na

compreensão da violência conjugal traduz a perspectiva adotada neste estudo, de que os sentidos atribuídos às experiências conjugais e à violência se constroem no entrecruzamento das prescrições e normatizações sociais com a subjetividade.

3.1 - Sentidos da conjugalidade

A perspectiva de amor também influencia a dinâmica conjugal e familiar, podendo contribuir de modo mais ou menos significativo para que se recorra à violência. Em outras palavras, a perspectiva de amor é fundamental para definir o contorno das imposições e negociações na interação conjugal. O imaginário romântico caracterizado pela idealização da pessoa amada e da própria relação; pela crença de que esta relação é “para sempre”; de que se é incompleto, metade, possível de ser completada por uma única pessoa, faz com que muito se exija ou se ceda para preservar o vínculo amoroso.

As interações conjugais violentas traduzem a presença deste imaginário romântico. O vínculo afetivo mostra-se nelas tão intenso e a tentativa de preservá-lo tão desesperada, que as imposições exercidas sobre o par conjugal tornam-se severas e podem dar lugar à violência. É como se a perda fosse também perda de si, daí o medo do rompimento. Parece arriscado demais deixar o outro livre, propenso a ir, longe dos olhos. Não há espaço para as individualidades, invade-se a existência do outro, há controle e repressão de sua liberdade. Exigências quanto à exclusividade do investimento afetivo são agravadas pela dependência, baixa auto-estima e insegurança. Este quadro se agrava, em função do gênero. Sentimentos de posse mais comuns no universo masculino fazem com que as mulheres sejam vistas como objetos. A perda amorosa é desonra; soa como perda de propriedade.

Ao contrário, quando a idéia de incompletude cede espaço para a percepção de que há duas individualidades em interação e que o que é buscado não é mais uma pessoa especial, mas sim um relacionamento especial, o envolvimento torna-se contingente e as pessoas se mantêm unidas enquanto encontram satisfações individuais que as levam a crer que “vale a pena”. Tais relações se aproximam do *amor confluyente* (Giddens, 1993), que consiste em uma autêntica intimidade e abertura ao outro, atenção de ambos os parceiros às necessidades do par e reciprocidade e equilíbrio entre doar-se e receber. Talvez o que caracterize uma relação menos violenta seja o espaço existente para o exercício das individualidades, de maneira que as demandas e desafios envolvidos na construção da conjugalidade são vivenciados como possibilitadores de amadurecimento, transformação e evolução pessoal.

No imaginário social, crenças relacionadas aos papéis femininos, à família se articulam na representação da conjugalidade e são poderosas para manutenção do vínculo conjugal. A visão da família como lugar de proteção, harmonia e de amor, como esfera na qual o conflito deve estar ausente, paradoxalmente dão base à violência conjugal ao fazer com que as mulheres se submetam, se calem, sejam relegadas à insignificância (Azerêdo, 2004) para evitar o agravamento dos conflitos. Idéias do tipo “Em questões familiares, não devem intervir os de fora”, contribuem para que haja silenciamento desta violência. Corsi (1999) alerta que “ao negarmos a inevitabilidade do conflito é que, muitas vezes, se contribui para a aparição da violência” (p. 27).

São ilustrativas das crenças relacionadas ao casamento, as falas: “O amor vence tudo, tudo perdoa”, “Ciúme é sinal de amor”; “O casamento deve durar para sempre”. Alguns estudos demonstram que esta última crença tem sido relativizada (Azerêdo, no prelo; Pondaag, 2003). Entretanto, dá lugar a outras crenças que parecem contribuir igualmente para resguardar o vínculo conjugal, como a de que “é razão para orgulho manter a família unida” ou “não é bom a mulher educar sozinha os filhos” (Pondaag, 2003). Estereótipos culturais atribuídos às mulheres separadas reforçam aqueles que desqualificam o feminino, levando as mulheres a verem a separação como ameaça e a julgarem-se incapazes de tocar a vida sozinhas.

Weedon (1997) discute como o patriarcado é representado, através das tecnologias do gênero (Lauretis, 1994), que veiculam imagens que o tornam sedutor: como da família tradicional aquecida, sorridente, se alimentando em uma aconchegante sala de jantar. Há uma valorização social do casamento e das identidades que este acarreta que contribui para que violências sutis e cotidianas sejam toleradas, especialmente, pelas mulheres. A associação da feminilidade com a maternidade faz com que as mulheres sejam socializadas para a incondicionalidade e para o sacrifício, predispondo-as para o cuidado dos outros e para terem dificuldade de agir em defesa de si mesmas (Ravazzola, 1997). Não se pode negligenciar que as mulheres tendem a sentir-se responsáveis pela vida emocional da família e a carregar o sentimento de que falharam, caso haja algum problema. A valorização da conjugalidade evidencia-se na falta de saída diante de representações pejorativas do feminino: se solteiras, as mulheres são alvo de chacotas; se separadas, tem que se ater à conduta “moral” para não serem.

Enquanto os sentidos atribuídos à conjugalidade parecem resguardar as mulheres do desvalor social, conferem valor e reconhecimento aos homens. É comum que imagens de homens bem-sucedidos apareçam associadas à família, filhos, ao casamento. A publicidade de produtos voltados para o público masculino, como carros, frequentemente

traz a mensagem de que o poder de adquiri-lo também acarreta a possibilidade de possuir a linda mulher que é representada quase que como um item do produto. Enquanto que, para os homens, a conjugalidade relaciona-se à constituição da família (Negreiros e Féres-Carneiro, 2004) e ao patrimônio, para as mulheres, parece carregar significados relacionados à possibilidade de construir uma experiência romântica.

Os sentidos culturais atribuídos à conjugalidade contribuem para a manutenção do vínculo conjugal. Se é esta a tendência, há razões para que as violências características do cotidiano a dois sejam minimizadas, ou seja, que arranjos de sentidos sejam construídos para torná-la suportável e para justificar a permanência na relação com um (a) outro (a) que agride. Possivelmente por pagarem um preço mais alto pela preservação da conjugalidade (Diniz, 1999) seja tão recorrente ao universo feminino a justificação do vínculo.

As mulheres tendem a apresentar uma leitura mais ampla dos fatos e fatores que geram os problemas, enquanto os homens costumam apresentar uma visão mais limitada - provavelmente pela percepção de que o status quo os beneficia ou por estarem menos afetados por sentimentos de insatisfação (Burck e Daniel, 1994). Afinal, a conjugalidade parece trazer mais qualidade de vida aos homens, enquanto é fator de risco para a saúde mental das mulheres (Diniz, 1999). Se os homens buscam preservar a conjugalidade ao corresponder às expectativas sociais de que assumam o papel de autoridade e de guardiões de valores tradicionais que supostamente manteriam a família segura (Ravazzola, 1997) - podendo fazer uso até mesmo da violência para sufocar a reação "perigosa" de outros membros que poderiam impulsionar o sistema à mudança - as mulheres o fazem por serem representadas e se verem como cuidadoras das relações e mantenedoras dos vínculos (Pondaag, 2003).

3.2 - Sentidos da violência

Nesta parte, abordaremos a violência como processo marcado pela anonimidade. Entende-se esta como a tendência das pessoas de não perceberem os conflitos e agressões de que são alvo como violência, embora revelem sofrer com tais vivências. Discute-se que o sofrimento provocado pela vivência da violência não guarda relação direta com o ato cometido, mas com o significado atribuído a este ato. O sofrimento permite alcançar o que nem sempre é nomeado, a violência, em sua dimensão afetiva. Dar-se-á especial atenção à dinâmica conjugal, como espaço de interação, no qual conteúdos culturais são apreendidos

e ressignificados – “*tempo vivido*” (Spink & Medrado, 2000) – e de negociações, através das quais a violência toma sentidos particulares, dependendo dos repertórios dos sujeitos e da natureza do contrato conjugal em jogo – “*tempo curto*”).

3.2.1. Múltiplas faces, não nomeação, sutileza: a dimensão afetiva da violência

A violência física se destaca como principal tipo de violência nas estatísticas de denúncia. Entretanto, as pessoas que vivenciam violência frequentemente fazem referência e reconhecem o fato de serem agredidas psicologicamente como um aspecto determinante para seu cotidiano conjugal e sofrimento psíquico (Alvim e Souza, 2004). A violência psicológica traz conseqüências mais graves, pois sua repetição e duração no tempo geram desgaste; atacam sua identidade, minando sua auto-estima e fazendo com que incorporem a depreciação perpetrada pelos agressores (Hirigoyen, 2006; Walker, 1989). Este tipo de violência costuma ser citado, por ambos os cônjuges como critério para se sentir violentado (Alvim e Souza, 2004). Por sua sutileza, as pessoas ao redor não a vêem se desenrolar e as próprias vítimas podem duvidar de que essa dinâmica constitua violência, perguntando-se a si mesmas se não estão demasiado sensíveis ou se poderiam fazer algo para acalmar os parceiros, evitando a escalada.

Brito (1997) nos mostra como a variável classe social interfere na categorização de determinados comportamentos masculinos como violência. Em sua pesquisa, realizou contato telefônico com mulheres de três classes sociais e os seus achados mostraram que quanto mais alta a classe social de pertença, mais se amplia o leque de atos designados pelas participantes como violência. As mulheres de classe C tendiam a categorizar como violência atos que possuem certa materialidade, relacionados à violência física e sexual. Já as mulheres de classe B e classe A, tendiam a abarcar atos menos objetivos como violência, como não poder expressar sua opinião num relacionamento.

Tenho observado nos atendimentos grupais que realizo no contexto da justiça que, embora não nomeiem determinadas situações, atos do (a) (s) parceiro (a) (s) como violência, as mulheres, geralmente pertencentes às classes B e C, referem-se à ocorrência e repetição de tais atos em uma rotina de convivência como algo que provoca dor, que traz sofrimento. O fato de não categorizar tais atos como violência significaria que os mesmos não as afetam? Pude notar que, embora muitos atos não sejam designados como violência, eles atingem as pessoas a tal ponto que, afetivamente, parecem ser vivenciados com peso equivalente ou até maior do que aqueles nomeados como violência. O sofrimento permite alcançar a violência em sua dimensão afetiva.

A construção dos sentidos para uma experiência se faz a partir de um movimento que a coloca como objeto de reflexão. Pedir que as pessoas classifiquem, nomeiem determinados atos como violência é bem diferente do que solicitar que narrem e avaliem o quanto estes atos as afetam, o que trazem para sua rotina relacional e como marcam suas vidas. Perceber na narrativa a tonalidade emocional de quem narra a própria história, o grau de repetição destes atos, o nível de protesto da pessoa em relação a estes pode dizer mais sobre o que as pessoas consideram violência, sobre os sentidos desta, do que simplesmente indagar: isso é violência? Acredito que através da narrativa, como parte de uma relação intersubjetiva, seja mais possível capturar os significados de tais atos.

Um achado instigante da pesquisa de mestrado (Pondaag, 2003) é que a maioria das mulheres não usava a palavra violência para designar as agressões sofridas do parceiro. Usavam palavras como: grosseria, agressividade, jeito severo, nervosismo, falta de educação, brutalidade, entre outras. Inicialmente esse fato pareceu ser apenas uma questão de nomenclatura, de sintaxe. Porém, isso ia além do vocabulário, tinha a ver com a semântica, com a dimensão do sentido. Percebi em seus discursos que esse modo de articular o discurso era manifestação de sua tendência a não nomear, de fato, as situações vividas como violência.

Esta ausência de nomeação é também apontada em outros estudos (Ravazzola, 1997; Hirigoyen, 2006) e pode ser bem ilustrada através de exemplos extremos, como na violência sexual, na qual as vítimas dificilmente se reconhecem como tal, ocorrendo uma certa inversão de responsabilidades que desculpabiliza os agressores: provavelmente ela fez algo para provocar ou não buscou se defender do abuso como deveria, o que é sinal de que queria. A violência sexual exercida pelos maridos, muitas vezes, não é considerada violação pelas próprias vítimas (Ravazzola, 1997). Mas esta não nomeação também se aplica às violências cotidianas, não tão evidentes, que muitas vezes são tomadas como parte da vida, como preço a pagar para preservar o casamento e a família (Pondaag, 2003; Diniz e Pondaag, 2004).

Podemos argumentar que vários fatores contribuem para a presença da não nomeação. Em primeiro lugar a adesão a representações tradicionais e estereotipadas de gênero, características das participantes, ajudam a contextualizar esta anonimidade: ela legitima a divisão de poderes patriarcal, levando-as a considerar natural o poderio masculino e compreensível, mas nem sempre aceitável, sua subordinação. Outro aspecto que contribui para esta não nomeação da violência é o movimento de preservação identitária destas mulheres. Sustentar uma relação agressiva, que traz danos e riscos à integridade física e mental, gera dissonância. Admitir sua ambivalência afetiva, ou seja,

que ainda amam ou carregam sentimentos incompreensíveis em relação ao agressor, é conflituoso e, possivelmente, vergonhoso diante de outras pessoas. Ademais, reconhecer-se como vítima de violência consiste em se identificar com o estereótipo da “mulher que apanha”, carregado de preconceitos e atribuições. Uma forma de resolver o impasse é distorcer a realidade, negligenciando, amenizando ou até mesmo negando a violência vivida. No plano afetivo, podemos nos perguntar o quanto tal nomeação geraria dor e, inversamente, o quanto a intensidade da dor vivida contribuiria para camuflar, não nomear a violência.

3.2.2. As crenças, o consenso, a perversidade da anonimidade

Os sentidos que circulam nos sistemas familiares marcados pela violência são poderosos pelo consenso existente em torno deles. É comum que ambos os parceiros tenham a suposição de que um deles, na maioria das vezes, o homem, é o maior responsável pela relação, deve defini-la e tomar as decisões relacionadas à família. O compartilhamento desta crença naturaliza atos de domínio masculino sobre as mulheres.

Há algo muito impressionante nas colocações de Ravazzola sobre este consenso. As crenças quanto às diferenças hierárquicas são tão poderosas que não é sempre necessário que a autoridade masculina seja imposta. No mais das vezes, as próprias mulheres se submetem, adiam a denúncia e a reação diante da violência, recorrem aos parceiros para delegar a eles decisões acerca de seus projetos pessoais (Araújo, 1995), do seu relacionamento com os filhos, das suas atitudes na vida profissional e privada, produzindo-se como não sujeitos (Gregori, 1993). Não é raro que se convertam, no contexto da justiça, em cúmplices e defensoras de seus parceiros. Frequentemente demonstram compartilhar as crenças que atribuem aos homens maior poder na família e reconhecer as razões dos agressores para o uso da violência.

Seria, por outro lado um erro de generalização afirmar que o consenso acerca da hierarquia que, não raro, coloca os homens em uma posição de autoridade, é característico de todas as interações conjugais violentas. Existem também mulheres que questionam a divisão de poderes no âmbito privado. Mas nem sempre elas são bem-sucedidas nas tentativas de modificar os posicionamentos assumidos pelos parceiros e por elas mesmas. É comum que oscilem entre a atitude de questionar a ordem vigente e legitimar a mesma. Nas interações violentas em questão, a falta de consenso também dá lugar à violência, pois é comum que um dos cônjuges acredite ter mais poder, constituindo ameaça os questionamentos de sua autoridade, não apenas a si, mas ao próprio sistema. O uso da força pode ser utilizado para conter rupturas e impor o consenso. Nem sempre a falta de

consenso implica numa divisão de poderes mais equitativa: ironicamente, perde seu caráter revolucionário através do recurso à violência como forma de controle. Entretanto, vale ressaltar que é mais comum haver coincidências nas idéias apresentadas pelos atores sociais envolvidos em relações abusivas, inclusive, relacionadas à divisão de poderes, do que divergências (Ravazzola, 1997).

Tais coincidências servem como argumentos que explicam e justificam as práticas violentas. Ravazzola (1997) argumenta que o ato de explicar as razões para o uso da violência consiste, ao mesmo tempo, numa *justificação* para o uso desta (p. 61). E isso contribui para que a responsabilidade dos agressores seja relativizada e que se sinta parte de um circuito de compreensão dos seus atos.

Argumenta-se que o consenso sobre as desigualdades hierárquicas existentes na família ou a tentativa de impô-lo, somados a sentidos históricos do gênero, levam a uma não nomeação da violência. Determinados atos agressivos sequer são percebidos como abusivos, podendo ser considerados legítimos ou, no mínimo, compreensíveis. Ocorre uma inversão: os agressores são vistos como guardiões de valores importantes para a sobrevivência do sistema e não é raro que os atores envolvidos, e os próprios “rebeldes”, interpretem os atos de questionamento da ordem vigente como dignos de repressão.

O que há de perverso nesta não nomeação é a desculpabilização dos agressores e o não reconhecimento das outras pessoas que são alvo da violência, da sua condição de vítimas. Nesse contexto, essas últimas podem chegar até a assumir a responsabilidade, a culpa pelos atos de violência perpetrados (Hirigoyen 2006). Esta tendência de assumir a responsabilidade em lugar do outro pode ser vislumbrada nas expressões emocionais de muitas vítimas de violência, entre as quais se destaca a vergonha. A “vergonha alheia” (Ravazzola, 1997, p. 97) revela o quanto se apropriam da responsabilidade e da culpa e vivenciam o afeto que os agressores deveriam sentir, isentando-os do mal-estar.

A diversidade através da qual cada pessoa, na singularidade de sua história de vida, assume modelos, representações socialmente compartilhadas; relaciona-se com as tecnologias (Lauretis, 1994) que a engendram; dá cor e movimento às roupagens do seu personagem enquanto encena seus papéis sociais; leva à pluralidade nos modos de ser homem e mulher e de exercício da conjugalidade. Isso provoca variações no grau de consenso presente nas interações dos casais. no contrato relacional que construirão a dois. Só é possível compreender o grau de consenso existente entre os pares conjugais a partir do olhar sobre a trama de cada casal, sobre o contrato relacional que estabeleceram, na particularidade de sua relação, no encontro de suas subjetividades. Avaliar o grau de consenso é importante para entender os pontos conflitivos da relação, o quanto os atos do

outro podem ser considerados impositivos, o quanto podem ser ou não percebidos como violência.

A consideração de tal pluralidade, portanto, torna a noção de sentido, do que se considera violência, fundamental, neste trabalho. Pelo exposto, nenhum tipo de violência tem hegemonia em nossa consideração sobre as outras. Não se pode pressupor que a violência física seja mais significativa que as demais para a construção da experiência, principalmente se levarmos em conta a perspectivas dos sujeitos. O nosso interesse é dar abertura para que a violência possa se revelar em suas diversas faces, desde a sutil até a aterradora, perceptível por sua realidade física e material, não havendo como afirmar qual destes modos afeta mais quem a vive. E quem de nós não conhece, nunca presentiu ou foi afetado por uma de suas formas de expressão? Não contemplou sua face na *coerção* tão característica de nosso mundo (Sidman, 2003) e marcante nas interações com aqueles que nos são mais caros? Ou mesmo nos sutis e perversos mecanismos de controle social, nas “*maravilhas do pacifismo*” (Berger, 1986), tão acionados na esfera privada? E enquanto era atingido não a sentiu profundamente, como se fosse a pior de todas as violências?

Com estas indagações arrisco-me a introduzir a perturbadora idéia de que toda relação conjugal tem uma dose de violência, pois exige certo ajuste. Féres-Carneiro (1998) discorre:

toda dificuldade de ser casal, reside no fato de o casal encerrar, ao mesmo tempo, na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, de o casal conter dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções de mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal (p. 380).

Podemos argumentar que a dificuldade de construção desse projeto conjunto torna-se um elemento estressor capaz de desencadear vivências de violência. A violência adviria das renúncias, da adequação das individualidades e até mesmo, em alguns casos, do adiamento e negação de alguns aspectos da mesma. Obviamente existem diferenças significativas nas relações conjugais quanto às imposições que serão exercidas sobre cada cônjuge e quanto à qualidade das negociações envolvidas neste movimento de converter dois em um. Nas relações violentas, tais imposições costumam pesar com mais rigor sobre um dos cônjuges.

Em síntese, a violência sutil faz-se notar não apenas no exercício dos papéis estereotipados de gênero, mas nos ajustes das individualidades para a construção da

conjugalidade e na coerção presente no cotidiano da vida a dois. A seguir, buscarei salientar aspectos importantes para a compreensão da dinâmica conjugal caracterizada pela violência.

3.3. Reflexões sobre a Dinâmica Conjugal Violenta

A seguir, abordaremos a dinâmica conjugal como mercado onde se negociam identidades e se constroem - a partir das matrizes culturais do gênero, da conjugalidade e da própria violência na vida a dois e de seus impactos - sentidos para as experiências conjugais. Quanto a esta dinâmica, serão explorados os fenômenos comunicacionais e disciplinares, as crenças, os efeitos da própria violência, que contribuem para que seja mascarada e não significada como tal pelos envolvidos na interação conjugal. Problematizaremos, então, a polêmica questão da responsabilidade pela violência. Este aspecto será tratado por considerar que os sentidos que a violência tomará para aqueles que a vivenciam passa pela percepção de responsabilidade por sua ocorrência. Discutiremos também sua funcionalidade e os mecanismos acionados para enfrentá-la; bem como as questões de poder que a delineiam. O olhar sobre a violência abarca a relação entre esta dinâmica e os vínculos afetivos vivenciados por cada par conjugal na sua família de origem e na trajetória do ciclo de vida.

3.3.1. Mascaramento e legitimação da violência: o papel de truques comunicacionais e disciplinares

A exposição a formas de abuso mais graves contribui para que os atores sociais deixem passar inadvertidos maus-tratos mais sutis que ocorrem em suas interações e se fazem notar nas palavras, gestos e ações. As atitudes das pessoas que os impõem contribuem para amenizar a percepção destes maus-tratos. Há uma tendência de minimizar os atos violentos praticados, bem como seus danos e consequências (Ravazzola, 1997; Hirigoyen, 2006). Outras atitudes das pessoas abusadoras também são comuns: não socorrer as vítimas e ocultar, banalizar, ou mesmo negar os danos causados pelas agressões diante de outras pessoas. Soma-se a isso gestos de desprezo, imposição de ordens, mensagens ambivalentes e constantes desqualificações. Tudo isso contribuir para tornar as vítimas confusas, duvidando de suas próprias percepções, questionando se estão sensíveis demais e, algumas vezes, acreditando que o tratamento dos (das) parceiros (as) é compatível com o que merecem: condições que as impedem de nomear e de perceber o vivido como violência. As estratégias de dominação, as características do processo de submissão mascaram sua violência.

As justificações utilizadas pelas pessoas agressoras para seus atos, tais como, “*fiz aquilo porque te amo*” ou “*você provocou*”, contribuem também para mascarar e colocar no plano do compreensível as intenções de dominação e a violência perpetrada. Ravazzola (1997) chama a atenção para estratégias características do discurso autoritário que funcionam como “*exitosos fenômenos hipnóticos*” (p. 80) que impedem que os sujeitos tomem consciência da opressão e dos mecanismos utilizados para sua subjugação. Ela aponta para modelos conversacionais sintomáticos que expressam formas de opressão e ao mesmo tempo a negam, atuando como “truques de linguagem” (p. 82). São exemplos destas estratégias o uso de generalizações a partir de experiências particulares, sugerindo que a “maioria das pessoas”, pensa ou age de determinada forma; ou de idéias universais como a família, o país, os homens (como representativos do humano e de ambos os sexos) para justificar ações e verdades. Estes movimentos visam ocultar a diversidade de crenças e práticas existentes nos grupos sociais, bem como o controle dos conflitos e contradições na família.

Na mesma lógica, a tendência de usar argumentos que insinuam uma suposta igualdade são comuns nas interações conjugais violentas. Um exemplo desse tipo de argumento é “somos todos iguais”, “o homem é a cabeça, mas a mulher é o pescoço que determina para onde a cabeça gira” (dito popular). Outro tipo é “a mulher é que tem poder em casa” – que procura manter uma aparência igualitária na vida doméstica e social. Tudo isso serve para dissimular a dominação, como argumentado por Ravazzola (1997): “(...) a estrutura autoritária é mais efetiva para sua própria perpetuação quanto mais mascarada aparece sua condição hierárquica” (p. 85). O uso destas estratégias comunicacionais e disciplinares visa, sobretudo, garantir e perpetuar posições de poder na família. Ocultando as intenções de dominação, levam a um consenso: os membros desta aceitam e legitimam as ideologias autoritárias que alicerçam a violência.

Estas estratégias comunicacionais são reforçadas pela naturalização de verdades acerca da família, do casamento e dos gêneros. Contribuem para que o estereótipo da família liderada por um chefe masculino seja aceito e para que reste às mulheres assumir o papel idealizado da mãe. Isso implica, por parte das mulheres, na renúncia aos seus projetos pessoais, na abnegação e dedicação ao cuidado dos outros em detrimento de si mesmas, processo que passa a ser visto como natural (Ravazzola, 1997).

Há inúmeras razões para que a violência seja mascarada. Não é fácil pensar a violência, percebê-la (Hirigoyen, 2006). Para quem a vivencia na esfera íntima, é difícil vê-la em si e naqueles que mais ama. O impacto da violência nos atores de contexto

(Ravazzola, 1997), ou seja, nas pessoas que testemunham a situação de violência ou que intervêm na mesma, pode provocar anestesia. Nomear a experiência, registrá-la, provoca mal-estar e não é raro que, na tentativa de evitar encará-la, as pessoas envolvidas acionem mecanismos de defesa como as distorções e a negação. Recorrer a truques comunicacionais é outra forma de amenizar o desconforto. São exemplos de truques o uso de termos que negligenciam o fato de que quem agride, na maioria das vezes, é quem tem mais força e poder e de que o alvo é vítima; ou o uso de expressões que sugerem que as pessoas se agridem mutuamente, tais como “famílias violentas” ou “circuitos familiares violentos”. Outro exemplo são os chistes, que substituem a indignação e as reações contra a violência.

A seguir, será abordada a complexa questão da responsabilidade pela violência na vida a dois. Esta temática será tratada por considerar-se que a percepção do papel pessoal na dinâmica conjugal violenta relaciona-se aos sentidos que a violência tomará para aqueles que a vivenciam. Acreditar que o outro provocou, é o único ou o maior responsável pelos conflitos e agressões conjugais, por exemplo, leva a não interpretar as agressões cometidas contra ela (e) como violência.

3.3.2. Implicando os atores protagonistas: paradoxos da responsabilidade pela violência

A tendência de atribuir a responsabilidade pelas mazelas do relacionamento a dois e pela violência ao outro cônjuge é muito comum. A frase “eu só reagi, ele (a) provocou” é o exemplo clássico para ilustrar esse comportamento. Isso é tão humano: é tão incômodo e doloroso perceber nossas intenções, nossos atos destrutivos; reconhecer a agressividade, o descontrole e a ira em nós mesmos! Entretanto, esta lógica de raciocínio é problemática porque embaça a autopercepção, a autocrítica; leva à inércia; evita dissonância e inviabiliza mudanças.

O difícil é cada um se perguntar: “qual a minha parte nisso? De que modo contribuo para que haja violência?” Embora a experiência clínica revele que isso é raro, há diferenças no grau em que as pessoas se implicam, se questionam, se responsabilizam. Pessoas que percebem a vida como “algo que lhes ocorre”, tendem a não se ver como autoras da realidade, responsáveis pela construção da vida que levam, ou melhor, que “as levam”. Idiossincrasias individuais são determinantes para o grau de responsabilização, não porque sejam inerentes às pessoas, mas porque foram construídas nas narrativas de suas histórias. Pensar no que leva as pessoas a se verem ou não como fantoches do destino ou como responsáveis é instigante, mas não faz parte do escopo deste trabalho.

No tocante à violência conjugal, é fundamental considerar o papel dos sentidos culturais de gênero na maneira como as pessoas se vêem implicadas na construção da dinâmica violenta. A literatura revela que há diferenças de gênero no grau em que homens e mulheres se implicam, refletem sobre sua responsabilidade pela violência na esfera conjugal. Homens, de modo geral, têm maior dificuldade de se responsabilizar pela violência cometida, tendem a minimizar seus atos agressivos, bem como os danos e o impacto causados pelos mesmos (Greespun, 2002; Hirigoyen, 2006; Ravazzola, 1997, 1998; Pondaag, 2003). Por isso, algumas feministas chegam a estabelecer como condição que a intervenção psicossocial ou clínica junto aos mesmos, quando agressores, busque a responsabilização e até a punição (Greespun, 2002). Assumir a responsabilidade, reconhecer os próprios erros, pedir desculpas são atitudes que revelam sensibilidade, capacidade de empatia, reconhecimento das próprias limitações e fragilidades. Isso pode ser ameaçador para as identidades masculinas, principalmente se estas aproximam-se muito do estereótipo do “macho”.

As mulheres, em contrapartida, tendem a tomar para si a responsabilidade pelo que ocorre de negativo no âmbito familiar e na vida conjugal (Pondaag, 2003), provavelmente por terem sido socializadas para a culpa (Ravazzola, 1997; Soares, 1999). Em uma sociedade patriarcal, são vistas e aprendem a se ver como aquelas que devem ceder, se colocar no lugar do outro (Ravazzola, 1997). Se o desenvolvimento de habilidades relacionadas à maternidade as leva a suportar e amar incondicionalmente e a sentir responsabilidade pela manutenção da família; há que se levar em conta que as posições de homens e mulheres no convívio conjugal e nas cenas de violência não são equivalentes. Os homens, desde cedo, são estimulados a exercer poder (Amâncio, 2001; Ravazzola, 1997); a se perceberem mais ligados às questões individuais, à autonomia; a sentirem que há maior tolerância ao uso de sua agressividade para alcançar certos fins, pois espera-se que sejam firmes, decidam, nunca expressem fragilidade ou sensibilidade.

A própria forma como alguns homens se referem à violência cometida ajuda a compreender a dificuldade das mulheres de reconhecerem que eles são agressores e de se verem como vítimas. (Sem contar que tal reconhecimento é extremamente dissonante e doloroso...) A minimização dos efeitos dos atos violentos por parte de homens agressores e a desconsideração da dor das vítimas, levam-nas a duvidar de suas percepções da violência sofrida (Hirigoyen, 2006). O impacto da violência na saúde mental abala a capacidade de julgamento das mulheres (Diniz, 1999; Goldner, 1985, 1998; Hirigoyen, 2006). Os atos de justificação da violência também são frequentes no dia-a-dia e se revelam em frases ambíguas, tais como: “é o melhor para nossa família” ou “faço isso porque te amo”.

A tendência de serem culpadas socialmente pela violência que sofrem e a falta de auto-reconhecimento de que são vítimas, ofuscam as atrocidades cometidas pelos agressores, isentando-os de sua responsabilidade e confundindo as mulheres (Pondaag, 2003). Ocorre, então, uma perversa inversão: as mulheres sentem e carregam a culpa que os homens não sentem. “A culpa mascara a agressividade que a vítima não consegue sentir” (Hirigoyen, 2006, p. 23). A expressão afetiva disso se traduz como “vergonha alheia” (Ravazzola, 1997).

Diante destas diferenças de gênero, mencionadas acima, seria justo considerar que os pares conjugais são igualmente responsáveis pela violência na esfera conjugal? Por um lado, há que se considerar a pluralidade existente entre homens e mulheres envolvidos em situação de violência, bem como o grau variável em que estes tomam para si a responsabilidade por seus comportamentos e atitudes. Cabe criticar a leitura universalizante de que homens sempre terão maior dificuldade de se responsabilizar, enquanto as mulheres o fazem com facilidade.

Há que se considerar também a diversidade de tipos de relacionamentos conjugais abusivos, que variam quanto ao controle e às restrições impostas à autonomia das vítimas da violência e quanto ao grau em que se aproximam dos padrões estereotipados de gênero. Há situações extremas de violência, nas quais os (as) agressores (as) parecem exercer violência independentemente do comportamento das vítimas, podendo mesmo não existir algo concreto no contexto que justifique suas ações violentas - quadro caracterizado por Hirigoyen (2006) como violência perversa. Nesta situação, a violência não decorre de uma escalada nas agressões e de um acúmulo de tensão entre dois parceiros. Perpassa o cotidiano, se presentificando no modo como um dos membros do casal trata o par conjugal: desqualificando, aviltando a auto-estima, impondo, exercendo agressões sem que as vítimas consigam identificar razões plausíveis para tal. Neste quadro de violência perversa, seria pertinente falar de igual responsabilidade entre os parceiros? Em que medida indagar sobre a implicação e reciprocidade entre os atores protagonistas (Ravazzola, 1997) poderia ser útil para provocar mudanças relacionais e para o controle da violência?

Há que se ter cuidado para não negligenciar a tendência hierárquica e autoritária que caracteriza as estruturas familiares marcadas pela violência conjugal (Corsi, 1999; Goldner e cols., 1990; Ravazzola, 1997) e o quanto as questões de gênero dão base à verticalização das relações e à conversão das diferenças existentes entre os atores sociais em desigualdades no exercício de sua autonomia, poder, de sua agência. Isso leva a refletir que, nos casos onde a violência funda-se em representações, modos relacionais e práticas

estereotipadas de gênero, é problemático falar de igual responsabilidade pela ocorrência da violência na esfera conjugal, de retroalimentação, como advogam as abordagens sistêmicas tradicionais.

A partir de uma ótica sistêmica feminista (Goldner, 1988, 1998, 1999; Goodrich, 1988; Hare-Mustin, 1987), é importante que ambos os parceiros reflitam sobre sua participação na dinâmica relacional, nos jogos conjugais que resultam na ocorrência de violência. Entretanto, a sensibilidade característica desta abordagem teórica às questões de gênero leva à consideração de que não é possível falar de igual responsabilidade pelas ações violentas se a distribuição de poderes, no cotidiano conjugal, é desigual.

Levando-se em conta a histórica subordinação, mudez e insignificância das mulheres (Azerêdo, 2004), não se pode responsabilizá-las pelas violências que sofrem. Compartilhamos do ponto de vista feminista de que os homens, quando agressores, são responsáveis por seu comportamento violento e pelo controle exercido sobre a violência, independentemente do quanto sentem ter sido provocados. A perspectiva sistêmica feminista concilia esta visão feminista com o olhar sistêmico sobre a dinâmica relacional do casal, afinal, ambos os parceiros constroem e participam do processo interacional. Ao mesmo tempo, acredita que “padrões recíprocos e complementares no relacionamento do casal estão implicados no ciclo da violência” (Goldner e cols., 1990, p. 345). Examinar o papel que cada parceiro assume no conflito conjugal e incitar a reflexão sobre a sua participação na trama da violência é fundamental.

Em lugar de buscar culpados e inocentes, cabe “compreender a dinâmica da violência nas relações de gênero de maneira a contribuir para a transformação dessas relações” (Araújo, 1995, p.13). A análise destas dinâmicas permite perceber que cada uma das partes têm sua responsabilidade, ainda que distinta, pelo relacionamento que constroem e sustentam e pela violência. Goldner (1998) considera que as mulheres devem se responsabilizar por sua segurança e que os homens devem se responsabilizar pela intimidação e violência que exercem.

A relevância atribuída à responsabilidade pessoal pela violência conjugal, proposta por terapeutas sistêmicas feministas (Goldner, 1998; Walker, 1989), portanto, diferencia-se da velha tendência de culpar as vítimas. A posição sistêmica feminista é clara: não negligencia o quanto as mulheres que são agredidas por homens são suas vítimas e advoga que elas não são igualmente responsáveis pelas agressões sofridas, ainda que reconheçam a própria fúria e o fato de terem “provocado”. Quando se propõe às mulheres que reflitam sobre como foram “capturadas na situação de agressão” (Goldner e cols., 1990, p. 356), busca-se compreender o que as levam a não romper o relacionamento, por que cedem aos

apelos e promessas dos seus parceiros e priorizam-nos e ao relacionamento, mesmo quando isso coloca sua segurança em risco. Ou seja, em que medida contribuem para manutenção do jogo relacional e atuam na co-construção das consequências desastrosas que podem advir de suas regras.

Considerar ambos os parceiros responsáveis pela violência, mesmo que em graus distintos, é uma leitura coerente com a noção de poder apontada por Saffioti (1992). Segundo a autora:

A relação dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no pólo de dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais” (p. 184).

Na relação de dominação, característica da violência, é necessário que o par conjugal permaneça como outro, coadjuvante no discurso, para que o jogo perverso se encene: para que este outro possa ser convertido de sujeito à objeto, de pessoa à coisa (Chauí, 1985). Para Henriques, Hollway, Urwin, Venn e Walkerdine (1984), enfatizar o caráter discursivo da construção das identidades e posicionamentos subjetivos é crucial. E aí se abre caminho para o agenciamento: na perspectiva destas autoras, “o poder é o que motiva (...) os ‘investimentos’ feitos pelas pessoas nas posições discursivas”. (p. 225). Segundo Foucault (1981), o poder seduz, e daí vem sua força, pelos efeitos que produz a nível do desejo e do saber. Esta leitura do poder permite que o agenciamento possa ser percebido pelo sujeito, mesmo em situações de violência e opressão, relativizando a consideração de que agressores e vítimas seriam, ambos, meras vítimas de estruturas sociais que não lhes dão escolha. A despeito de sua força, o sistema sexo-gênero não consegue garantir a submissão, obediência das mulheres (Saffioti, 2002) .

Pontuar que o poder é o que motiva os investimentos das pessoas nas posições discursivas, leva a questionar as análises que apontam para a mulher dominada versus o homem dominante (Louro, 1996). Nos atendimentos clínicos, é fundamental compreender o poder “como uma ação que é exercida constantemente entre os sujeitos e que supõe, intrinsecamente, formas de resistência e contestação, do que como algo que é possuído apenas por um pólo e que está ausente no outro” (Louro, 1996, p. 9).

Para Foucault (1981) o poder não é instituído de forma fixa. Não se concentra de maneira absoluta nas mãos de um único ator social que domina e o impõe sobre o (s) outro

(s), mas circula na relação (Scott, 1995). Esta noção de poder relativiza a tendência de atrelar o domínio aos homens e a subjugação às mulheres. Ambos os parceiros conjugais detêm parcelas de poder, além de vivenciarem diferentes processos de subjetivação que tornarão singular o uso que fazem do poder e o grau em que se subjugam. Esta leitura não equivale a negligenciar que nem sempre as mulheres têm poder suficiente para evitar a violência sofrida, que não estejam acostumadas a exercer poder ou que o usam por uma via indireta e passiva (Amâncio, 2001; Madanes, 1981; Pondaag, 2003; Ravazzola, 1998).

Esta leitura leva-nos a explorar, no contato com mulheres em situação de violência, suas resistências, mesmo nos casos em que não conseguem escapar da sujeição. Na pesquisa de mestrado (Pondaag, 2003), percebemos que o silêncio das mulheres, mais do que uma submissão adotada a contento, é estratégia de sobrevivência e de enfrentamento da violência, utilizada para controlar a imprevisibilidade desta (Pondaag, 2003; Diniz e Pondaag, 2004; Diniz e Pondaag, 2006). As mulheres através de sua aparente obediência, submissão e aceitação, manipulam e resistem (Louro, 1995). Mais do que afirmar que não resistem, resta-nos perguntar sobre as condições de produção que prescrevem os moldes de suas resistências. Parece mais prudente problematizar o contexto que construiu seu silenciamento, seu assujeitamento, sua submissão como linguagens possíveis.

A ênfase na responsabilidade pessoal, de ambos os parceiros, possibilita a superação de dicotomias que aprisionam os atores protagonistas, como a de agressores e vítimas. Tais dicotomias, por vezes, encarceram as percepções e ações dos pares conjugais e dos *atores de contexto* (Ravazzola, 1997), ou seja, dos profissionais envolvidos no atendimento do casal. Pressupor que homens e mulheres são, respectivamente, agressores e vítimas, pode distorcer a leitura da dinâmica conjugal e a compreensão da violência. Estes rótulos podem acabar conformando expectativas e naturalizando personagens e scripts no cotidiano conjugal. Assumir, na relação terapêutica, que os homens são agressores, pode contribuir para a adoção de uma perspectiva de controle social, passível de crítica. Além disso, pode naturalizar a violência que exercem e a perda de controle que alegam, como características inerentes e essenciais às suas personalidades. Pode também fazê-los recuar, resistir e agravar as dificuldades dos homens, sequelas da socialização de gênero, de estabelecer vínculo, de falar de si, de sentirem-se seguros para demonstrar reações e afetos que soariam como ameaçadores de suas identidades (Meth, 1990), no atendimento psicossocial.

Terapeutas e teóricas reconhecem o quanto pode ser limitador descrever e tratar as mulheres como meras vítimas (Goldner e cols., 1990; Pondaag, 2003; Strey, 2000),

alertando para o quanto isso poderia legitimar a tendência que elas têm de atribuir a outros (principalmente, ao parceiro) a responsabilidade por seus males e a decisão de mudar a própria vida (Araújo, 1995). Araújo (1995) descreve um processo de terapia com o casal no qual a tendência das mulheres de culpabilizar os homens por todas as dificuldades vividas na conjugalidade foi sendo colocada em questão. Estas iam se dando conta de sua participação nos conflitos e de que, de algum modo, “permitiam e se submetiam à situação” e se “surpreendiam ao perceber que ajudaram a construir essa relação que tanto criticavam” (Araújo, 1995, p. 14). A culpabilização do outro dava lugar à reflexão sobre sua responsabilidade e participação, o que as levava à mudança, a aprender com a experiência. A responsabilização abriu, portanto, caminhos para o agenciamento feminino.

3.3.3. Funções da violência na dinâmica familiar

Compreender a violência conjugal envolve o desafio de pensar nas funções que ela desempenha na dinâmica conjugal e familiar. Por vezes, o recurso à violência parece ser desestruturador e tender a fins destrutivos, por outras, soa como uma tentativa do casal de alcançar um equilíbrio, um rearranjo. As reflexões que se seguem têm o intuito de evidenciar o que tenho observado nas intervenções clínico-sociais que realizo há alguns anos acerca do papel que a violência desempenha na dinâmica conjugal. Há variações no modo como estas funções aparecem nos relacionamentos. Embora uma delas possa se destacar em alguns relacionamentos, elas podem coexistir ou se revelar em etapas distintas da trajetória conjugal.

À luz de uma perspectiva de gênero, destaca-se que a violência conjugal serve à divisão de poderes e à manutenção das desigualdades entre homens e mulheres, no contexto familiar. Posto que esta violência parece pesar de maneira mais drástica sobre as mulheres, pode-se compreender que estas busquem mudanças na situação de subordinação, enquanto os seus parceiros procuram preservá-la, usando a força, se necessário (Connell, 1995; Cortez, Padovani & Williams, 2008). A violência visa resguardar representações tradicionais de gênero e opor-se à mudanças. Mais especificamente, seu uso consiste na tentativa de manutenção do poder masculino (Welzer-Lang, 2001). Não raro, é forma de suprimir expressões do poder das mulheres, ameaçadoras à masculinidade (Cortez, Padovani & Williams, 2008; Wood, 2004). Se de representações tradicionais de gênero.

Em algumas situações, a violência parece atuar como padrão relacional. Pelo hábito; pelo clima de tensão gerado; pelo fato da violência ter se tornado duradoura a ponto de se converter numa condição permanente; pelo desgaste e mágoas que esta provoca; por

sua banalização; o uso da violência se naturaliza. As pessoas podem chegar, inclusive, a não registrar ou perceber violências mais sutis e até mesmo as mais graves no seu cotidiano. Quando isso ocorre, só haverá reação se algo muito grave acontecer. Se os gritos, as agressões verbais, as ameaças são frequentes, em alguns casos, estas formas de interagir acabam atuando como padrão.

A violência também costuma se constituir como forma de comunicação, ainda que perversa (Espíndola et al., 2004). Por vezes, a comunicação entre o casal está tão bloqueada, distorcida ou superficial, que a violência passa a ser um recurso para falar ou para fazer com que o outro escute. Quando há percepção de que o outro não considera, não dá importância ou desvaloriza a sua palavra, uma pessoa pode acreditar que dizer radicalmente, expressar de modo que o outro sinta-se coagido a prestar atenção, seja o caminho. “Observa-se frequentemente que o casal, na tentativa de achar um culpado para a crise, passa a se acusar mutuamente, e o fato em si, no motivo da discórdia, torna-se secundário, prevalecendo a agressão. É a total impossibilidade de escutar o outro” (Espíndola et al., 2004, p. 224).

A violência se converte em linguagem, talvez a única concebida pelos participantes da interação como possível. Entretanto, ela parece ser mais um movimento para que o outro escute, do que para que ambos se comuniquem. Pois no jogo relacional, sua função pode ser calar, negar, repreender ou desprezar a voz do outro. Pensar a violência como canal de expressão dá lugar à seguinte pergunta: o que se pretende dizer ao outro através da violência? Esta indagação pode conduzir aos sentidos da violência na relação. Dirigida aos atores sociais, pode mobilizar reflexão.

Em certas situações, a violência parece ser estratégia de aproximação, tentativa de contato. Ainda que pela violência, quebrar o distanciamento, a frieza do outro pode ser um ganho. Há quem diga que pior do que a agressão é a indiferença.

No que diz respeito aos afetos, nem sempre se encontra a maneira adequada de expressá-los e a socialização de gênero é, em parte, responsável por isso. Homens são socializados para não expressarem dor, medo, tristeza, pois isso seria sinal de fraqueza. No entanto, a raiva é mais tolerada como expressão no universo masculino do que no feminino. Elas precisam ser frágeis, delicadas, dóceis e, não, agressivas ou alteradas. Se atentarmos para a quantidade de mensagens contemporâneas que ridicularizam a expressão feminina de raiva – termos como “alteradas”, “descontroladas”, “histéricas”, “mal amadas”, “loucas” e a insinuação de não satisfação sexual são comuns – vamos entender que a repressão da agressividade feminina ainda vigora.

Esta visão binária leva a uma condição propícia para eclosão de violência. Expressar o que sentimos é uma necessidade tão humana, tão fundamental, que os homens encontrarão uma maneira de expor suas “fraquezas”. Ainda mais se levarmos em conta o alerta psicanalítico de que o que é reprimido retorna com mais força, de modo a se inscrever. Como a raiva é permitida, eles tenderão a comunicar outros afetos através dela. Quando estão tristes, se sentem ameaçados ou inseguros, expressam raiva e, de tanto fazer isso ao longo do tempo, acabam por confundi-la com outros afetos. Para complementar isso, do outro lado, é comum estar uma mulher contida, passiva, prudente na expressão de sua agressividade; sem costume de expressar seu poder e julgando-se frágil; tentando controlar, com docilidade, o parceiro alterado. Quando não tem êxito, coloca em jogo outras habilidades para a qual foi treinada: amar incondicionalmente e compreender a perspectiva do outro. A violência parece adequada para o estilo masculino de expressar afetos e, mais do que isso, para que os homens possam dizer de si sem se sentirem ameaçados. Ela ajusta-se às linguagens dos gêneros.

A expressão de afetos, entretanto, não é delineada apenas pelo processo de socialização de gênero. Enspíndola et al. (2004) argumentam sobre a importância de analisar profundamente a relação psicodinâmica existente no contexto do casal. Para estas autoras, a lógica dos relacionamentos violentos só pode ser entendida através da “história da construção dos afetos ainda na infância e no desenvolvimento das formas de comunicação” (p. 214). Bucher-Maluschke (2004) enfatiza que nos vínculos criados no convívio familiar, na primeira infância, se constrói o padrão de relacionamento que a pessoa cria e repete nos diversos cenários de sua vida. Ela discute que a privação de laços afetivos sólidos, na infância, acarretam prejuízos emocionais e afetivos na relação conjugal e familiar, posteriormente. Ela chama a atenção para o papel da ruptura ou do enfraquecimento dos vínculos afetivos na família no surgimento da violência.

Considero de suma importância a leitura realizada por esta autora, pertinente não só para a análise da expressão dos afetos, mas para a compreensão mais ampla do fenômeno da violência conjugal. Sua proposta é que a compreensão da violência passa não apenas pela análise das determinações sociais sobre os indivíduos: é imprescindível considerar toda a trajetória do ciclo de vida dos sujeitos para entender porque a agressividade e a violência passam a caracterizar suas relações interpessoais. Há um convite para o olhar sobre a dimensão subjetiva, psicodinâmica da violência conjugal.

Quando se está no calor do conflito, a violência pode servir também como válvula de escape. No auge da tensão, ela parece atuar como forma de resolução do conflito conjugal. Algumas pessoas dizem sentir alívio depois da explosão, como se esta tivesse

atuado, per si, para amenizar a tensão. Não que tenha havido resolução das questões que moveram os desencontros do casal ou que a briga tenha chegado ao fim – a violência aparece mais como resolução pontual do próprio confronto. Inverte a trajetória da escalada, o que pode trazer segurança. Se considerarmos que um número significativo de pessoas que vivem situações de violência foi vítima ou testemunha da violência nas famílias de origem ou em outros relacionamentos amorosos pode-se compreender que a mesma tenha sido apreendida como modelo interacional, como padrão de resolução de conflitos.

As pessoas costumam interpretar a violência que cometem como perda de controle. Esta perda de controle refere-se aos (às) parceiros (as), à percepção de que estes (as) não estão conseguindo controlar seus comportamentos e atitudes. Refere-se também a si mesmas, à sensação de que se foi além dos limites. Por outro lado, a violência parece consistir em uma tentativa de controle sobre o par conjugal, como recurso para que ele escute, obedeça, ceda, pague pelo que fez.

Em suma, pode-se perceber que se a violência no relacionamento a dois representa a dificuldade do casal de encontrar estratégias mais pacíficas de resolução de conflitos, bem como indica a presença de dificuldades de naturezas diversas – afetivas, comunicacionais etc. Não raro reflete a ausência de negociação, revelando-se como sintoma dos problemas vividos pelo casal. Por outro, parece ter a função de recuperar o controle e se constituir como linguagem, como arranjo que visa alcançar o equilíbrio do sistema.

3.4 - O entrecruzamento e a transição de sentidos: conjugalidade, gênero e violência

Acredito ser oportuno refletir sobre este capítulo à luz dos objetivos desta pesquisa. Espero ter esclarecido que a compreensão da violência conjugal adotada, neste trabalho, se consolida pela integração de várias dimensões. Os sentidos que ela assume para aqueles que a vivenciam se entrecruzam nos sentidos históricos da conjugalidade, do gênero e da própria violência. Há, entretanto, uma releitura subjetiva desta a partir das experiências dos sujeitos, ao longo de sua história de vida e das dinâmicas conjugais. Levar em consideração como os sujeitos interpretam seu papel e sua responsabilidade na trama violenta, bem como a funcionalidade da violência na dinâmica conjugal, amplia a leitura sobre os sentidos que esta toma em suas histórias. Buscou-se discutir, além disso, a multiplicidade dos sentidos, a dimensão afetiva da violência conjugal e como se oculta na sutileza da incorporação dos papéis estereotipados de gênero e em função de concepções naturalizadas sobre o amor, a família, entre outras, deixando, por vezes, de ser nomeada.

Advogo que estas reflexões trazem subsídios relevantes não só para a compreensão dos objetivos da pesquisa, mas constituem fundamentos para o delineamento de intervenções psicossociais relacionadas à violência conjugal. Abarcar elementos sócio-históricos, subjetivos e relacionais na compreensão dos violência conjugal possibilita uma leitura mais ampla de seus sentidos: na mágica interação intersubjetiva, os sujeitos reproduzem sentidos aprendidos, ao mesmo tempo que os recria.

Para concluir, argumenta-se haver uma transição nos sentidos do gênero e da conjugalidade, nos contextos familiares. A crença de que o casamento seja indissolúvel tem sido abalada (Azerêdo, no prelo), mas este ainda é visto como algo a ser preservado, por exemplo. Nas dinâmicas conjugais, observa-se o exercício de novos papéis por parte de homens e de mulheres. Advoga-se também, neste estudo, que a coexistência de sentidos arcaicos e novos frequentemente provocam tensão e conflitos conjugais que, muitas vezes, levam à violência. Por um lado, estudos recentes demonstram que, apesar dos questionamentos e das transformações produzidas pelos movimentos feministas, as concepções sobre o que é ser homem ou mulher apresentam poucas mudanças (Dantas-Berger e Giffin, 2005; Negreiros e Féres-Carneiro, 2004; Pondaag, 2003). Giffin (1994) argumenta que, nas sociedades ocidentais, as concepções sobre o masculino e o feminino são polarizadas e dualistas. Visões do homens como ativos, associados à cultura/razão, e das mulheres como passivas, associadas à natureza/emoção ainda prevalecem. Tais concepções favorecem a produção da violência, pois pressupõem posicionamentos hierárquicos e distintas valorizações do masculino e feminino.

Amâncio (2001) postula que um dos elementos de maior resistência nas dinâmicas representacionais é o modelo de feminilidade. Através da noção de assimetria simbólica, ela demonstra como há resistência nas mudanças das representações e como concepções naturalizantes dos gêneros se reajustam às transformações do contexto, mantendo seu núcleo estável. Não estariam os fenômenos de subjugação, as manifestações de violência, também adquirindo novas roupagens, de modo a sustentar antigas posições e representações de gênero? A assimetria simbólica consiste em um rearranjo que faz com que componentes representacionais tradicionais se recomponham diante de novas imagens de gênero, delineando a lentidão da mudança.

No contato com situações de violência conjugal, percebe-se este movimento simbólico de resgate de crenças e significados tradicionais de gênero para interpretar novos comportamentos, acordos, posicionamentos e exercício dos papéis na vida a dois. A impressão é que a mudança não é suficiente para abalar concepções enraizadas, que acabam ditando as normas de convivência. A violência parece atuar para resguardar

valores naturalizados e arcaicos, exercendo controle sobre a mudança. Seria um dos recursos para preencher as lacunas deixadas pela assimetria simbólica. O novo seria, ao mesmo tempo, indício de mudança e razão para que esta não ocorra?

A lentidão das mudanças nos sentidos culturais da conjugalidade e do gênero não deve, por outro lado, ofuscar as transformações geradas, no cenário sócio-histórico, pelos feminismos, pelos estudos das masculinidades e de gênero, pelos movimentos sociais (homossexuais, negros, minorias étnicas) e pela dinâmica das práticas sociais. Tais transformações questionaram a hegemonia branca e masculina, provocando uma crise da masculinidade (Nolasco, 2001). Estudos sinalizam para mudanças nos cenários sócio-históricos: homens também são vítimas de violência, o casal se agride mutuamente. Tais mudanças decorrem das novas configurações sociais que exigem negociações até então impensáveis para homens e mulheres, no cotidiano conjugal (Alvim & Souza, 2005). No entanto, algumas pesquisas sobre violência conjugal, embasadas numa visão feminista, parecem ignorar os questionamentos impostos à masculinidade e as transformações produzidas. Por vezes, estes estudos continuam utilizando concepções universalistas, naturalizadas e essenciais do homem e da mulher, mencionando o primeiro como exclusivamente agressor e violento e a última como vítima. A incorporação de homens como sujeitos de pesquisas voltadas para violência conjugal é recente e as análises que consideram as dimensões relacionais deste fenômeno são ainda escassas.

Não devemos subestimar o impacto das mudanças das práticas sociais nos sentidos de gênero. O cenário contemporâneo caracteriza-se como um momento de transição representacional (Dantas-Berger e Giffin, 2005). Novas e velhas representações de gênero, da conjugalidade e da violência coexistem. Há pluralidade na forma das pessoas se relacionarem com o sistema de gênero (Scott, 1995). Os grupos e indivíduos fazem o ajuste das representações consensuais à sua realidade.

Vale apostar no potencial criativo dos sentidos e no impacto de novas práticas sociais nos sentidos de gênero e da conjugalidade. No entanto, as situações de violência evidenciam mais intensamente estas representações em sua estereotipia e o movimento de manter o status quo, ou seja, o uso da força para intimidar a mudança e para resgatar padrões estereotipados de gênero e para preservar o vínculo é gritante demais para ser negligenciado. A assimetria simbólica pode ser explorada, neste terreno, a olho nu. Eis a transição e seu paradoxo: somos capazes de vislumbrar o novo, mas muitas vezes pensamos e agimos de acordo com velhos esquemas. Por vezes, acreditamos estar rompendo com estruturas, mas nos vemos reproduzindo-as. Outras vezes, as práticas

parecem ir adiante, enquanto assistimos perplexos às mudanças, limitados por nossas representações.

Neste momento de transição dos sentidos da conjugalidade e do gênero, as mudanças parecem tantas que, à primeira vista, chega-se a suspeitar que possa se falar de um conjunto comum de conhecimentos que constitui prisma para a leitura, compreensão e atuação no mundo. Entretanto, tecnologias de gênero (Lauretis, 1994) *reiteram* (Butler, 1990/2003) imagens tradicionais do masculino e feminino. Quando olhamos mais cuidadosamente, percebemos que as novas realidades são perpassadas por tradições e reproduzem o jogo de dominação-subjugação. Dependemos de esquemas conhecidos para construir o inusitado. A noção de assimetria simbólica (Amâncio, 2001) é perturbadora!

Atualmente, os estudos relacionados à masculinidade como os feministas tem se preocupado em ir além da análise exclusiva das mulheres ou dos homens, para vislumbrar as relações de gênero (Badinter, 2003; Louro, 1996). Neste sentido, adotar uma perspectiva sistêmica feminista, em um cenário pós-moderno, não implica na suposição de que as mulheres sejam vítimas nas situações de violência conjugal. Implica no movimento paradoxal que leva a considerar o gênero como categoria fundamental, mas não exclusiva, para a análise da violência na dinâmica conjugal, ao mesmo tempo em que se busca problematizar, desnaturalizar a *matriz sexo/gênero* (Scott, 1995), que prescreve para homens e mulheres rígidos papéis e modos relacionais.

O paradoxo e o incômodo são condições necessárias para manter vigilância em relação às imposições sociais e para avaliar a herança histórica. Nossa surpresa diante das mudanças nos papéis e nas relações de gênero indica a presença de concepções tradicionais. Falamos, por exemplo, de inversão de papéis; os homens que “ajudam em casa” são referenciados com admiração; ao mesmo tempo em que nos sentimos bem ao assistir cenas que rememoram a clássica família patriarcal (Sabat, 2001; Weedon, 1997). As mudanças nos sentidos históricos são lentas, mas possíveis. Seria ingênuo desconsiderar as transformações ocorridas no tocante ao gênero e precipitado acreditar que são suficientes para garantir equivalência nas relações conjugais entre homens e mulheres.

A proposição feita, nessa tese, é que tanto a pesquisa quanto o atendimento psicossocial de casais envolvidos em interações violentas deve ser compreendido como contexto de produção de sentidos, de outras significações, no qual a(o) clínica(o)-pesquisadora(or) aparece como facilitadora(or) de construções e deve estar atenta(o) aos lugares de fala, situando-se também. Cabe à(ao) pesquisadora(or), bem como às(aos) *atoras(es) de contexto* (Ravazzola, 1997), ou seja, às (aos) profissionais que acompanharão

as histórias e serão alvo das demandas de homens e mulheres em situação de violência conjugal, compor com as(os) atoras(es) sociais durante o trabalho de construção dos sentidos.

A ética que norteia o trabalho de pesquisa e de intervenção, em contextos de violência conjugal, implica no respeito à liberdade do outro, ao mesmo tempo em que comporta uma dimensão política: não nega a pertença do(a) clínico(a)-pesquisador(a) e seu posicionamento em um mundo marcado por relações de poder (Lévy, 2001). Importa ressaltar a importância da dimensão construtiva dos sentidos: na relação dialógica entre pesquisadoras(es) e as pessoas que vivenciam situações de violência conjugal constroem-se possibilidades de mudança; de nomeação da violência; de desconstrução de sentidos e de (re)significação (Lévy, 2001).

Capítulo IV

METODOLOGIA

O objetivo primordial deste trabalho foi investigar os sentidos da violência para os casais que participaram da pesquisa. Estudos apontam para a relevância de compreender os significados da violência (Azerêdo, 2004; Pondaag, 2003; Soares, 1999). Tal problema é relevante para entender as dinâmicas conjugais, os contratos relacionais e os posicionamentos, a partir dos quais homens e mulheres se produzem como vítimas e agressores (Gregori, 1993).

O presente capítulo está organizado em três partes. Na primeira é apresentada a contextualização da pesquisa: histórico, local e período de realização; participantes; instituição na qual foi desenvolvida; mudanças ocorridas no cenário social.

Na segunda parte, apontamos os objetivos da pesquisa e os procedimentos utilizados: foram realizadas entrevistas individuais e de casal. A estratégia metodológica visou mobilizar os(as) participantes à produção de sentidos sobre a violência na vida conjugal

A terceira parte do capítulo discorre sobre a escolha do referencial metodológico, voltado para o estudo da produção dos sentidos no cotidiano, a partir da análise das práticas discursivas (Spink & Frezza, 2000; Spink & Lima, 2000; Spink e Medrado, 2000). Optamos pela metodologia qualitativa por acreditar que esta, por ser mais sensível aos contextos, revela-se mais adequada para apreender as experiências dos(as) participantes da pesquisa, bem como os sentidos que estes/estas atribuem a tais experiências.

4.1. Contextualização da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em parceria com o SERAV/SEPSI – Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência, da Secretaria Psicossocial, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O projeto de pesquisa foi submetido àquela Secretaria.

Ao solicitar autorização da instituição para realização da pesquisa, a coordenadora do SERAV informou que não seria possível apenas entrevistar os casais. Esclareceu que, em função dos problemas enfrentados por estas pessoas, considerava que elas deveriam ser ouvidas em um contexto de atendimento.

A coordenadora propôs, então, que a pesquisadora oferecesse atendimento aos casais de, no mínimo, seis sessões. Esta proposta foi interpretada como um cuidado ético com os usuários do serviço e foi aceita pela pesquisadora. O atendimento solicitado foi realizado e será objeto de reflexões e publicações futuras. O foco dessa tese recai sobre o conteúdo das entrevistas individuais e de casal, realizadas com os(as) participantes antes de iniciar o processo grupal.

É relevante pontuar que, ao longo do processo de pesquisa, entrou em vigor em 07/08/06 a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta lei trouxe inovações para o enfrentamento da violência contra as mulheres viabilizando o uso de maior rigor por parte da Justiça. Entre as inovações, cabe destacar que a Lei 11.340/06: estipula que a renúncia à denúncia só pode dar-se perante o Magistrado; proíbe penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas); possibilita ao Magistrado decretar comparecimento obrigatório do agressor a programas de reeducação e recuperação; determina o prazo de 48 horas para que a autoridade policial remeta os autos ao juiz com o pedido de medida protetiva da ofendida, entre outras.

A difusão da lei no tecido social, per si, parece contribuir para o controle da violência contra as mulheres, ao traduzir-se como um contraponto à tendência de silenciar, banalizar a violência contra elas, viabilizando um controle social mais efetivo. O conhecimento de que a lei prevê medidas mais severas em relação aos agressores, ou seja, a possibilidade de punição, contribui para que os homens pensem mais nas consequências dos seus atos violentos, tão impunes e naturalizados até então. Obviamente isso é positivo; mas a normatização não garante que as pessoas percebam os danos e riscos envolvidos nos abusos perpetrados; optem por estratégias de relacionamento e de resolução de conflitos mais saudáveis e sejam capazes de criá-las e praticá-las.

4.2. Participantes da pesquisa

Os participantes dessa pesquisa foram casais que frequentavam atendimento psicossocial grupal no SERAV/SEPSI – Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência, da Secretaria Psicossocial, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em decorrência de suas experiências de violência no convívio a dois.

Os critérios para a escolha dos participantes foram:

- Casais heterossexuais;
- Ter vínculo conjugal. A conjugalidade foi definida pela existência de união estável entre os parceiros, caracterizada pela convivência no mesmo teto por,

no mínimo, um ano. Não constituiu critério de exclusão o fato de não haver um vínculo formal (casamento, contrato);

- Ter passado por experiências de agressões no relacionamento conjugal;
- Ter queixa formal apresentada por um dos membros do casal relacionada à violência conjugal;
- Ser um casal encaminhado pelo Serviço de Atendimento a Famílias em Situação de Violência – SERAV/SEPSI, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Segue tabela com a caracterização dos participantes:

Participantes	Qualidade do vínculo/tempo relacionamento	Nº de filhos do casal	Idade	Escolaridade	Profissão	Quem registrou denúncia
Casal 1 Nenê e Lineu	Casados. anos	29	Ele: 56 Ela: 50	Ele: 4ª. Série do 1º. grau Ela: curso “normal”. Ensino médio.	Ele: carpinteiro Ela: professora do primeiro grau.	Ele. Ela quebrou uma garrafa de cerveja na cabeça do parceiro.
Casal 2 Arlequim e Colombina	União estável. 7 anos	Ele: 01 (relacionamento anterior) Ela: 03 (vivem com casal)	Ele: 30 Ela: 33	Ele: 1º. Grau Ela: 2º. Grau incompleto	Ele: funcionário de restaurante Ela: informal, faz bicos, vende cosméticos e bijouterias	Ela.
Casal 3 Maria Rosa e Campos	União estável. 4 anos	4 01	Ele: Ela:	Ele: nível superior - Economia Ela: nível médio	Ele: “empresário” Ela: funcionária de concessionária de carros	Ele. Ela arremessou um prato e machucou o braço dele.
Casal 4 Helena e Estácio	Casados. anos	27 02	Ele: 5 Ela: 49	Ele: 1º. Grau incompleto Ela: superior	Ele: dono negócio Ela: dona negócio Profissional da área de humanas	Ela
Casal 5 Bárbara e Oliver	Casados. anos (casados: 11)	14 02	Ele: 41 Ela: 31	Ele: 1º. Grau incompleto Ela: cursando curso pedagogia (superior)	Ele: comerciante Ela: profa. Ensino fundamental	Ele.

4.3. Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral da pesquisa foi **investigar os sentidos da violência** para os casais participantes. Os objetivos **específicos** foram:

- Investigar a relação entre sentidos atribuídos à conjugalidade, ao gênero e os sentidos atribuídos à violência conjugal.
- Investigar se os sentidos de gênero e da conjugalidade contribuem para uma não nomeação da violência conjugal e para que esta assumam sentidos que a justificam e minimizam.

4.4. Procedimento para Construção das informações: Processo Dialógico de Produção de Sentidos

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas para construção dos sentidos sobre a violência conjugal: uma entrevista individual com cada membro do casal e uma entrevista de casal. Adotamos a estratégia metodológica de realizar as entrevistas individuais, seguidas da entrevista de casal no intuito de conhecermos a posição de cada um antes de investigarmos a maneira como os membros do casal percebem a conjugalidade e os conflitos/problemas.

Cada uma das etapas do processo de produção das informações da pesquisa se consolidou como um contexto discursivo com possibilidades específicas para a construção de sentidos, permitindo explorar a dinâmica conjugal e a violência a partir de estratégias e de ângulos distintos. Afinal, a produção de sentidos se dá não apenas em função da história de cada pessoa, mas também em função da interação dialógica estabelecida.

Parte das entrevistas foram realizadas na sede do próprio SERAV e outra parte na Clínica de Psicologia do IESB – Instituto de Educação Superior de Brasília, local onde a pesquisadora exerce atividades de docência, pois a SERAV/SEPSI estava com dificuldades para disponibilização de salas de atendimento. O objetivo dessas entrevistas foi provocar reflexões sobre alguns eixos que estruturam a violência conjugal: os sentidos da conjugalidade, do gênero, do vínculo e o próprio efeito anestésico que leva a silenciar sua ocorrência.

As entrevistas individuais (Anexo B), fundamentaram-se na estratégia das entrevistas em profundidade. Elas possibilitam perceber as leituras e as percepções do

relacionamento e da violência próprias de cada parceiro. Inicia-se pedindo que a pessoa entrevistada conte a história do casal. Na segunda fase, a pesquisadora faz perguntas que remetem à experiência conjugal e à violência. Busca investigar a natureza do vínculo com a(o) parceira(o), como os papéis de gênero são vividos, quais os momentos mais difíceis vividos no relacionamento. Explora a dimensão conflitiva da vida a dois, vasculhando como os(as) participantes atuam nas situações de briga, como se sentem, como significam as experiências conflitivas e de agressões. Na última fase, busca-se explorar o discurso, problematizando concepções e contradições apresentadas pelos sujeitos. Busca-se aprofundar os conteúdos trazidos pelas narrativas. Há também o objetivo de esclarecer idéias trazidas por eles, explorando termos que foram explicitados nas narrativas, por exemplo. Busca-se, inclusive, explorar questões relacionadas aos objetivos da pesquisa, caso elas não tenham sido abordadas pelos participantes.

As entrevistas de casal (Anexo C), foram inspiradas nas propostas de Greespun (2002), e tiveram como foco tornar possível observar elementos da dinâmica relacional. Os elementos dessa dinâmica privilegiados nesse trabalho foram: a comunicação; os posicionamentos de cada parceiro diante do cônjuge; os jogos através dos quais o poder é colocado em ação, exercido por e sobre cada um dos cônjuges; a tolerância e as possibilidades para a expressão dos sentimentos e necessidades do outro e a capacidade de escutá-lo(a); os recursos utilizados para justificar a permanência no relacionamento e para perpetuar a violência, entre tantas outras dimensões da convivência a dois.

Esta estratégia coloca em cena a arena na qual as tramas conjugais se desenrolam permitindo acessar as práticas discursivas, as formas em que o casal, através do discurso, produz sua relação, constrói a trama dos conflitos e da violência e a significam. Foram feitas intervenções por parte da pesquisadora no sentido de levar o casal a perceber a própria dinâmica e a refletir sobre as consequências desta, estimulando-os à produção de sentidos. A opção por várias modalidades de entrevista em lugar de aprofundar apenas uma modalidade explica-se, portanto, pelo interesse de criar múltiplas possibilidades dialógicas, ou seja, uma diversidade de condições de produções discursivas.

Ao sondar “vividos mais profundos”, as entrevistas foram, deste modo, “mobilizadoras” (Amatuzzi, 2003). Convidar à produção de sentidos é uma forma de perturbar (Ravazzola, 1997), de problematizar identidades (Azerêdo, 2004), bem como de buscar/conhecer as construções históricas de gênero, da conjugalidade – historicização (Scott, 1991) - e os sentidos que as/os participantes dão à violência vivida. Esse processo provoca a releitura das experiências conjugais, bem como gera possibilidades de

construção de novas narrativas. As entrevistas pretenderam também mobilizar os/as participantes a refletirem sobre sua implicação pessoal no ciclo da violência.

Como o objetivo primordial da pesquisa foi compreender os sentidos que os sujeitos atribuem à violência, o uso desta palavra por parte da pesquisadora foi evitado ao longo das entrevistas, para que uma significação não fosse antecipada para os(as) participantes. Buscamos, portanto, identificar os sentidos atribuídos à violência conjugal, a partir das narrativas da violência e da mobilização para que os casais refletissem sobre o vivido. Para aproximação dos sentidos, solicitamos às pessoas/aos casais que falassem não apenas do que pensavam, do que idealizavam. A pesquisadora/terapeuta mobilizava a produção de sentidos através de perguntas que remetiam às experiências (Amatuzzi, 2003) dos membros do casal.

Posicionamento Ético

Esta pesquisa foi delineada em conformidade com os parâmetros estabelecidos nas “*Recomendações éticas e de segurança para a pesquisa sobre a violência doméstica contra as mulheres*”, da Organização Mundial de Saúde (1999). O Projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde/UnB, em março de 2007. A aprovação ocorreu durante a 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2007.

O Projeto também foi submetido à aprovação do Núcleo Psicossocial do SERAV/TJDFT, que o discutiu e aprovou em reunião ordinária da equipe. Os casais participantes foram esclarecidos sobre o processo de pesquisa, em linguagem acessível e foi solicitada sua anuência para a participação na pesquisa. O termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo A) foi apresentado em duas vias de igual teor, sendo que uma ficou com cada participante e outra com a pesquisadora.

4.5. Procedimento de Análise e Interpretação das Informações e Síntese

O processo interpretativo e a explicitação dos sentidos resultantes, ou seja, a apresentação dos resultados das entrevistas individuais e de casal baseou-se na metodologia de análise das práticas discursivas como produção de sentido (Spink e Gimenes, 1994; Spink e Lima, 2000; Spink, 2001). Os achados da presente pesquisa não são tomados como dados pré-existentes à relação intersubjetiva estabelecida entre os sujeitos e a terapeuta-pesquisadora, “que estavam lá”, constituindo uma realidade passível de ser captada em sua rede teórico-metodológica. Considera-se que o processo de pesquisa,

ao incitar a produção de sentidos sobre as vivências conjugais, leva as pessoas envolvidas nesta co-construção - casais participantes e pesquisadoras(es) - a se surpreenderem com significações até então impensadas, que vão além das suas estruturas e formas de pensar habituais (Amatuzzi, 2003).

Parte-se da concepção de que a comunicação é processo e não dado. Tal leitura reivindica um procedimento de análise que não se reduza às estruturas e aos elementos formais da comunicação, ou seja, demanda um procedimento que vá além da descrição do conteúdo manifesto das narrativas, da síntese dos achados e evidencie o *processo* de produção de sentidos, a dialogia, as condições de produção do discurso, sua retórica, desvios e rupturas.

Encontramos na perspectiva da *linguagem em uso* (Spink e Gimenes, 1994; Spink e Lima, 2000; Spink, 2001), uma proposta metodológica adequada a este intuito e um meio de preservar, na análise interpretativa, o interesse de levar em conta os sentidos produzidos pelos casais participantes da pesquisa acerca da violência conjugal. Nesta perspectiva, a pesquisa é compreendida como prática social e processo de produção de sentidos, o que leva à reflexão sobre a intersubjetividade e a dialogia presentes na interação entre os(as) pesquisadores(as) e os(as) participantes da pesquisa e sobre o quanto os primeiros compartilham e constroem com os últimos possibilidades de dar sentido ao mundo.

A produção de sentidos, ao mesmo tempo que espontânea, é constrangida pela situação característica do contexto de pesquisa. Isso foi visível no contexto que delineou a produção de narrativas no presente estudo. As expressões, desejos e motivações das(os) participantes se confrontavam com as condições de produção dos discursos sobre a conjugalidade e a violência característicos da justiça, instância de controle social. Torna-se fundamental, portanto, utilizar estratégias metodológicas que busquem alcançar as significações dos sujeitos e que evidenciem os “acidentes do discurso”, como suas contradições, lapsos e rupturas.

Tal trajetória metodológica seria importante ainda que a pesquisa tivesse se desenrolado em outro contexto, se levarmos em conta que não há escapatória das imposições dos códigos linguísticos para a produção subjetiva. O olhar sobre o processo de produção de sentidos, na análise e interpretação dos dados, seria limitado se focasse a pessoa construindo sentidos. Mais do que a visão do “meio ambiente material e institucional do discurso” (Lima, 2003, p. 78), o(a) pesquisador(a) deve voltar-se para a compreensão de sua produção a partir das “condições de produção”, que designam “as representações imaginárias que os interagentes fazem de sua própria identidade, assim como do referente de seus discursos” (Lima, 2003, p. 78). Nesta ótica, “o conceito de

‘discurso’ veio destituir o sujeito falante de seu papel central, para integrá-lo ao funcionamento de enunciados”, “os textos produzidos são abordados a partir das condições de possibilidade de articulação com um “exterior”, por exemplo, as formações ideológicas” (Lima, 2003, p. 79).

Spink (2001) propõe integrar na abordagem das práticas discursivas várias dimensões do uso da linguagem. A produção de sentidos, nesta ótica, é uma prática social, dialógica, produtora de realidades psicológicas e sociais e de identidades e não uma atividade intra-individual. Para entender este processo de produção é fundamental voltar-se para a linguagem no contexto das práticas discursivas, para os processos de interanimação dialógica. Por outro lado, também faz-se mister indagar sobre os discursos – “uso institucionalizado de repertórios interpretativos” (Spink, 2001, p. 1278). Como repertório interpretativo compreende-se:

o conjunto de termos, conceitos, lugares-comuns e figuras de linguagem utilizados para falar de um fenômeno específico. Sendo produções culturais e estando inscritos nos textos, imagens e lugares de memória que constituem o imaginário social, os repertórios são melhor compreendidos quando abordados no tempo longo da história (p. 1278).

A partir do exposto, o ponto de vista adotado neste estudo é que a compreensão do processo de produção de sentidos deve voltar-se para a dinâmica das práticas discursivas presentes no cotidiano dos participantes e na própria dialogia implicada no processo de pesquisa, bem como para as construções históricas acerca da violência, da conjugalidade, dos gêneros, da família, entre outros repertórios interpretativos que constituem “reservatórios de sentidos passíveis de serem reativados nos processos de compreensão do mundo” (Spink, 2001, p. 1278). A metodologia de análise das práticas discursivas (Spink, 2001; Spink & Frezza, 2000; Spink & Gimenes, 1994; Spink & Lima, 2000; Spink & Medrado, 2000) permite entender tanto a dimensão instituída dos discursos – as permanências culturais e sociais, a “consciência social compartilhada” (Spink & Gimenes, 1994, p. 149) – como a diversidade de repertórios construídos, destituídos, reinterpretados frente aos contextos de produção de sentidos – sua funcionalidade.

Dar sentido ao mundo implica posicionar-se em uma rede de relações. O processo de produção de sentidos é um mercado de negociações de posições, de poderes, de identidades. Posicionar-se supõe buscar coerência discursiva entre as múltiplas possibilidades de narrativas, de sentidos que nos cercam, de modo a reconhecer-se, a criar um fio entre os tempos vividos, a construir identidade. Explorar as múltiplas narrativas presentes nas histórias de cada membro do par conjugal, as barganhas e negociações

características do encontro de duas subjetividades, as posições de poder assumidas no cotidiano da vida a dois e como se delineiam, a partir daí, os esforços de sentidos para a compreensão de si, da conjugalidade, da violência nesta esfera permite uma maior compreensão da dinâmica conjugal e da violência.

O conceito de *posicionamento* utilizado Spink & Lima (2000) revela-se extremamente instigante no presente estudo. Ater-se à funcionalidade do discurso na esfera da intersubjetividade mostra-se extremamente profícuo numa pesquisa. Tal conceito leva a indagar sobre como o espaço de interlocução entre a pesquisadora e os(as) participantes é significado, utilizado. Faz-se mister indagar sobre as interpretações que os casais fazem sobre a entrevista, bem como sobre como posicionam a pesquisadora, suas intenções e propostas. A abordagem das práticas discursivas convida a vasculhar as relações de poder estabelecidas no espaço de interação da pesquisa; a perceber o quanto a produção de sentidos e a polissemia das narrativas está sendo afetada pela assimetria típica de relações socialmente instituídas (como a da psicóloga-pesquisadora que atua em parceria com a Justiça e os casais em situação de violência) (Pinheiro, 2000).

Spink & Lima (2000) propõem focalizar o processo de produção de sentidos, não apenas os conteúdos verbais. Sugerem “trabalhar a dialogia implícita na produção de sentidos e o encadeamento das associações de idéias” (p.106). Spink (1994) sugere que há temas que são do(a) pesquisador(a) e há temas que são “elementos intrínsecos de uma representação que aflora no discurso” (Spink, 1994, p. 130). A intersubjetividade estabelecida na relação de entrevista é primordial para emergência dos temas, de tal modo, que torna-se difícil separar o que é do entrevistador e o que é do entrevistado. É fundamental prestar atenção “não apenas às associações de idéias do sujeito, mas também entre as idéias da pesquisadora e do sujeito” (Azerêdo, 2000, p. 17-18).

A leitura da pesquisa como processo de construção de sentidos convoca à responsabilidade pelo fazer-ciência, implicando-nos eticamente durante todo o processo de pesquisa. Ao convocar os(as) participantes à produção de sentidos, a pesquisa é produtora de mudanças, o que é apelo para a reflexão ética sobre o pensar, fazer a clínica. Nesta lógica, questiona-se a idéia de que existe uma verdade, de que os sentidos que cada participante da pesquisa produz acerca da violência vivida na esfera conjugal possam ser apreendidos e que estejam na linguagem como materialidade: a noção de objetividade é problematizada e re-situada como processo intersubjetivo. Tais sentidos estão “no discurso que faz da linguagem a ferramenta para a construção da realidade” (Pinheiro, 2000, p. 193).

Deste modo, não interessa apenas o produto acabado da pesquisa, o conhecimento como produto que se traduz em dados. O olhar se volta para o processo de interanimação dialógica que inclui o pesquisador no jogo de construção de sentidos. O conhecimento produzido é tomado como uma versão sobre a realidade, versão construída a partir do contexto sócio-histórico, do vivido e dos apelos imediatos da situação dialógica, ou seja, da relação estabelecida no processo de pesquisa: é a primazia da interpretação. “Na perspectiva construcionista o rigor passa a ser concebido como a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo” (Spink e Lima, 2000, p. 102).

Ressignificando a objetividade como visibilidade, Spink e Lima (2000) desenvolvem técnicas de análise que são caminhos de visualização, estratégias para assegurar o rigor. Entre as técnicas propostas, optamos pela elaboração dos mapas de associação de idéias.

Acreditamos que a opção pela metodologia das práticas discursivas permitiu apreender a profundidade das narrativas subjetivas, identitárias e conjugais – os sentidos – assim como os conteúdos compartilhados nas experiências dos casais participantes.

Os passos propostos por Spink e Lima (2000) para a interpretação de discursos na pesquisa fundamentam-se na perspectiva construcionista e não traduzem apenas uma “opção meramente técnica, associada aos objetivos da investigação, passando a alinhar-se a uma postura epistemológica específica” (p. 75). Por voltar-se para os diversos processos através dos quais as pessoas dão sentido ao mundo, em seu cotidiano, a perspectiva construcionista é extremamente compatível com os objetivos do presente estudo: investigar os sentidos que cada participante dá às suas vivências conjugais e o que qualificam como violência nestas vivências.

Seguem os passos utilizados na explicitação dos sentidos resultantes do processo de interpretação das entrevistas individuais e de casal nesta pesquisa:

- a. Transcrição das entrevistas pela própria pesquisadora, de modo a não se perder a relação criada na entrevista. Em seguida, a transcrição de cada entrevista foi conferida pela pesquisadora, que intercalou a leitura flutuante do material com a escuta da gravação, atendo-se aos momentos mais densos, intensos, de investimentos afetivos notórios, nos quais havia identificação ou discordância entre entrevistadora e entrevistada(o) em relação ao que estava sendo conversado. Tentou-se pontuar silêncios, choros, risos, sinais de escuta, pausas etc.
- b. Leitura flutuante, atendo-se aos momentos mais densos, intensos, de investimentos afetivos notórios, nos quais havia identificação ou discordância entre entrevistadora

e entrevistada(o) em relação ao que estava sendo conversado. Spink e Gimenes (1994) propõem que esta leitura seja efetuada em referência a anotações da(o) pesquisadora(or) sobre o contexto da entrevista. Isso permite uma compreensão inicial da esfera da intersubjetividade, da situação dialógica e do uso que está sendo feito do espaço de entrevista, ressaltando-se que esta se insere no contexto de uma intervenção jurídica. Os qualificadores afetivos e os momentos mais densos do discurso serão negritados.

- c. Mapeamento dos temas emergentes: imersão no conjunto de informações coletadas, deixando aflorar os sentidos, sem impor-lhes categorizações, classificações ou tematizações já definidas. Isso possibilita o “confronto entre sentidos construídos no processo de pesquisa e de interpretação e aqueles decorrentes da familiarização prévia com nosso campo de estudo e de nossas teorias de base” (2000, p. 106). Este mapeamento se deu a partir dos temas emergentes definidos a partir da leitura flutuante e teve como guia os objetivos da pesquisa.
- d. Construção dos mapas de associação de idéias. definição de categorias gerais – unidades de produção de sentidos, temáticas – que refletem os objetivos da pesquisa e possíveis sentidos que emergiram dos repertórios, no processo de análise. Seleção de trechos das entrevistas relevantes, representativos das principais associações de idéias e das interações mais significativas entre pesquisadora e entrevistada, de forma a visualizar o processo de co-construção dos sentidos, a intersubjetividade de sua produção. Transposição dos conteúdos destes trechos para contextos temáticos (já que não vamos incluir os mapas), preservando a seqüência das falas e a dialogia.

Atenção especial foi dada aos sentidos do gênero. Procuramos dar visibilidade no mapa às crenças dos(as) participantes sobre o masculino e o feminino, a suas percepções dos papéis e das formas de se relacionar de homens e mulheres na vida familiar e conjugal. Quanto aos sentidos da conjugalidade, houve atenção para as crenças dos(as) participantes em relação ao casamento, para os sentidos atribuídos ao vínculo - razões apontadas para sua manutenção, como interpreta e justifica sua permanência na relação, por exemplo. Também foram explicitadas as percepções e expectativas existentes em relação à vida a dois e ao par conjugal.

Em relação aos sentidos atribuídos à violência, buscamos dar visibilidade às narrativas dos(as) participantes demonstrativas dos seguintes aspectos: como nomeavam as situações de agressão; como viam a causalidade dos conflitos conjugais. Buscou-se ampliar a compreensão dos sentidos da violência, indagando

sobre o seu impacto e sobre como as pessoas viam o próprio posicionamento na interação conjugal: como se referiam à maneira de lidar e de enfrentar a violência; como justificavam o seu uso; como viam o próprio posicionamento na interação conjugal; qual era o grau de indignação mostrado diante das agressões. Quanto à dinâmica conjugal, foram focados os jogos conjugais através dos quais a violência se sustenta. As percepções sobre a responsabilidade pessoal pela violência na vida a dois também foram vasculhadas, por acreditamos que estas afetam os sentidos da violência.

- e. Análise das narrativas em busca do processo de produção de sentidos. Tomando como base as sugestões de Spink e Gimenes (1994), esta análise visou: entender *quem são os interlocutores*, “a quem o texto é remetido” (Spink e Gimenes, 1994, p. 157); atentar para os *repertórios linguísticos* (regras de construção das narrativas, termos recorrentes, ambiguidade, contradição, inconsistência, incoerência etc) e analisar a dimensão retórica dos discursos, em busca da argumentação, dos valores – para tal, é fundamental atentar para os “qualificadores reveladores do investimento afetivo” indagando sobre as “versões plausíveis do self” (p. 157) apresentadas.

Ao apresentarmos os resultados da pesquisa, foi usada aspas e a letra em itálico, quando se trata de uma citação literal do discurso da pessoa entrevistada. Quando se usa aspas e o estilo da fonte normal, o discurso desta está sendo referenciado, mas não literalmente. Quando a palavra violência aparece entre aspas, significa que a pesquisadora está fazendo referência ao que é designado como violência pelas normas, convenções, pelo direito, não implicando necessariamente que as pessoas entrevistadas tenham usado a palavra ou significavam o vivido como tal.

A tentativa de síntese foi feita a partir da leitura das análises das entrevistas individuais e de casal, resumindo os principais resultados e categorizando-os de acordo com os objetivos da pesquisa. Além disso, buscamos refletir sobre os conteúdos compartilhados a partir dos discursos dos casais participantes. Tal movimento é relevante e a metodologia adotada o possibilita, ao enfatizar o caráter polissêmico que atravessa a produção de sentidos no cotidiano, ao mesmo tempo em que considera que as narrativas “estão inseridas dentro de uma gama de possibilidades que são definidas pela inserção numa determinada cultura e num determinado momento histórico” (Spink e Gimenes, 1994).

CAPÍTULO V – RESULTADOS

SENTIDOS DISTOANTES: PERSPECTIVAS DE HOMENS E MULHERES SOBRE A CONJUGALIDADE VIOLENTA

A análise dos dados respeitou a seqüência das etapas da pesquisa: entrevistas individuais, seguidas da entrevista de casal. Parte-se do pressuposto de que dar visibilidade às histórias dos casais, contextualizando a experiência dos participantes da pesquisa, é estratégia fundamental para a exploração dos sentidos que cada homem e cada mulher de forma independente e depois como casal atribuiu à conjugalidade, ao gênero e à violência conjugal.

5.1 - Casal 1 – Nenê e Lineu

Lineu e Nenê são casados há 29 anos. Têm dois filhos, já casados. Ela fez o curso “normal” e é professora do primeiro grau, da rede estadual de ensino e tem 50 anos. Lineu é carpinteiro, trabalha por conta própria e tem 56 anos. Estudou até a quarta série do primeiro grau. Foram atribuídos a eles os pseudônimos do casal de um programa clássico da programação televisiva brasileira “A grande família”.

Nenê se descreve como uma mulher romântica e, como diz, sonhou com um príncipe encantado, de cavalo branco e tudo. Conheceu Lineu, quando estava sofrendo por causa do término de um namoro. Hoje, acha que não conseguiu enxergar bem quem ele era, de fato. A família dela o via como um homem que não estava à sua altura, de poucos bens e pouco estudo. Ela acreditava, entretando, que lidaria bem com as limitações que enxergava no marido e que tudo se resolveria com o casamento. Mas ao viver sob o mesmo teto, logo se surpreendeu com os modos que julga rudes, a avareza e com a violência do parceiro.

Nos contatos realizados com Lineu, foi possível observar sua dificuldade de abstração, de compreensão e sua tendência a fixar-se nos próprios pontos de vista. A presença desses traços de personalidade e dessa postura certamente compromete a interação entre o casal pois gera dificuldade de compreender e de alcançar as demandas da esposa.

A razão que trouxe o casal à Justiça foi uma denúncia realizada por Lineu, pelo fato de Nenê ter quebrado uma garrafa de cerveja na cabeça dele. Esta foi a primeira vez que Lineu a denunciou. Cabe esclarecer que antes desta denúncia por parte de Lineu, ela já o havia denunciado diversas vezes, em função de sérias agressões físicas sofridas.

Segundo Nenê, a história do casal foi marcada por agressões, inclusive, físicas. Desde o início do relacionamento, o marido a agredia fisicamente. Episódios como o que

gerou a denúncia, ou seja, nos quais ela é quem agride fisicamente são raros e mais recentes.

5.1.1. Entrevista individual – Nenê

A postura de Nenê, durante a entrevista, é aberta. Ela mostra-se ansiosa por falar, narrar sua história conjugal, por desabafar. Seu investimento afetivo na entrevista é notório. Em alguns momentos da narrativa, ela se emociona. Isso ocorre especialmente quando conta que ignorou os avisos de sua mãe de que seu casamento não daria certo, quando relata episódios de violência nos quais o marido a feriu; quando ilustra situações nas quais teve clareza de que não seria possível viver uma história romântica com o parceiro e quando refere-se ao relacionamento distante e agressivo de Lineu com os filhos. Nenê assume um tom mais de lamentação do que de exploração de possibilidades de mudança.

5.1.1.1 A busca de sentidos para a escolha do parceiro e o vínculo conjugal

Nenê começa a entrevista dizendo que *“esperou vinte e nove anos por um sonho. É difícil.”* Casada há vinte e nove anos, ela sempre teve a esperança de que o marido mudasse, tornando-se mais carinhoso e menos agressivo. Ela é católica e conta que sempre conversa com seu conselheiro espiritual, um padre, que sempre diz: *“não, ele vai melhorar, vai melhorar”*. Ela acreditava nisso. Além da religião e da crença na mudança do parceiro, outra razão que contribuiu para que preservasse o **vínculo amoroso** foi o seu romantismo: *“eu queria tanto que ele me entendesse... Eu esperei muito, né. Eu sonhei muito. Sei lá, não sei se é porque eu lia muito aquelas revistas Sabrina, demais. Eu li aquilo demais, eu acho que eu sonhei muito, eu idealizei um príncipe que vinha no cavalo branco. Eu sou muito romântica.”*

Há uma quebra neste discurso e Nenê começa a falar do passado. As dificuldades financeiras da família contribuíram para que desejasse o casamento. Conta que seu pai perdeu os bens da família por confiar nos outros e teve câncer. A fé da família o curou e este fato foi visto por todos como um milagre. Isso reforçou sua crença de que a fé, a religião, pode mudar a realidade.

Seu pai incentivava seus estudos e a colocava em vários cursos da cidade. Por outro lado, ele era rígido e Nenê não tinha liberdade para aproveitar a vida. Certa vez, ela pegou carona de moto com um rapaz e o pai lhe disse coisas que a magoaram, acusando-a de não estar se comportando como uma boa moça de família. Quando estava vestida de noiva, Nenê foi até o pai e o lembrou desta ocasião, enfatizando o quanto a magoara: *“pois é pai,*

eu estou te provando que eu casei do jeitinho que o senhor queria, de branco... De branco e virgem". Nota-se que, na família de origem, **sentidos tradicionais de gênero** estão presentes, impondo-se através do controle dos corpos e da conduta de Nenê. A necessidade de provar ao pai que era "boa moça de família" a impulsionou ao casamento.

Nenê conta que namorou com um militar antes de conhecer o atual marido. Ela lamenta o rompimento com este homem e parece acreditar que teria sido mais feliz ao lado dele: *"hoje ele é coronel"*. Esta quebra no discurso parece ser uma tentativa de compreender o que a levou a casar-se com Lineu, de construir um sentido para sua experiência conjugal. Ela parece buscar explicações, vasculhar razões e justificar seu vínculo com Lineu. Como a relação com Lineu, na atualidade, é cheia de problemas e conflitos, é no passado que ela busca sentido e coerência para sua escolha amorosa.

Nenê conta que, na época do namoro, julgava que Lineu não era o parceiro ideal, por ser uma pessoa simples, sem estudo. Chega a dizer que era difícil tolerar o jeito dele: falava errado, andava esquisito. Sua família achava que ele não estava à altura dela. Sua mãe foi contra o namoro com Lineu: *"ela falava, você assim tão estudada, casar com um homem assim..."* Ela retrucava a mãe dizendo que gostava era dele mesmo: *"Eu falei: vou casar com ele. Quando eu cheguei lá, achei ele até bonitinho, muito arrumadinho, mas de boca fechada. Quando ele abria a boca (...) porque ele falava tudo errado. (...)"* Aí minha mãe dizia: *"minha filha, você deixar um homem formado pra pegar um cara da favela, o cara não sabe falar, não sabe conversar, não sabe andar". Aí eu falei, 'mãe, eu sou professora, eu alfabetizo ele"*. Um sentimento de superioridade em relação ao parceiro está presente desde a origem do relacionamento, o que certamente contribui para a insegurança de Lineu, para sua necessidade de controle e de mando sobre Nenê e, em conseqüência, para a violência conjugal.

Nenê usa os seguintes termos para referir-se a Lineu: da roça, esquisito, ruim, grosseiro, engenhoso, estranho, avarento, entre outros. Pode-se inferir que, para ela, a violência - os **maus-tratos** cotidianos cometidos pelo marido - relaciona-se a um modo de ser do parceiro, é naturalizada. As palavras "esquisito" e "estranho" remetem à percepção de que a violência escapa à compreensão e é da ordem do imprevisível.

A mãe de Nenê ficou tão chateada que não foi ao seu casamento. Nenê traz a idéia de que Lineu a iludiu: *"ele mentia"*. Ela falava que não queria homem avarento, ele trazia presentes para ela e sua mãe. Quando se casaram, Lineu começou a controlar os gastos da casa, chegando a trancar a comida no armário. Quando ela falava que queria filhos, ele dizia que gostava de crianças. Só sua mãe notou que ele mentia, pois diversas vezes o pegou beliscando crianças da família. Por estar apaixonada, ela não viu isso.

Ela chega a dizer que parece macumba **o que mantém o casal unido**, mas depois nega acreditar nisso. A idéia de que sua dificuldade de separar-se de Lineu, mesmo este sendo ruim, é uma doença aparece:

E eu tenho uma coisa assim, ele faz as coisas ruim pra mim, ele não é legal e mesmo assim eu não consigo separar dele! Parece que tem um... Um... Até um dia meu irmão perguntou assim ‘olha, eu vou te dizer uma coisa, o Lineu fez um trabalho muito forte’. Eu falei ‘eu não acredito não, esse negócio de macumba, essas coisas’. Ele disse “é porque o tanto que ele é ruim pra você e você não consegue separar deste homem!”

A pesquisadora indaga: você acha que é o que? Nenê respondeu “*não sei, acho que é doença. Eu não consigo viver longe dele, não consigo. Eu já separei dele, ficamos longe quinze dias separado e eu fui atrás dele. E ele não é bom.*”

A entrevistada conta que não entende o que a vincula ao parceiro. Diz que chega a pensar que é doente. Conta que não acredita em macumba, mas que seu irmão disse que ela não se separa de Lineu por causa disso.

5.1.1.2. Violências cotidianas, sentidos da conjugalidade, gênero: minha mãe me disse para eu aguentar

As agressões físicas estiveram presentes desde o início do relacionamento. A primeira vez que Lineu ameaçou bater nela, caso o contrariasse, Nenê pensou que ele estivesse brincando, pois nunca havia apanhado do próprio pai e não imaginava apanhar de marido. Quando visitou os pais pela primeira vez depois de casada, contou para a mãe que não estava feliz no casamento. A mãe disse a Nenê que sabia que ela não seria feliz: “*mas agora, você vai ter que agüentar. Eu não te quero aqui não. Agora, vai ter que agüentar. (...) Porque esse negócio de separação, minha filha, nunca teve uma separação na nossa família. Você não vai ser a primeira, não*”.

A idéia de que **o casamento deve durar para sempre**, associada à crença de que cabe à mulher suportar o sofrimento para manter a vida a dois, é presente na narrativa familiar e na religiosidade de Nenê, contribuindo para a manutenção do vínculo amoroso. Ela chega a dizer que achava que estaria pecando se desistisse do casamento. Certa vez, separou-se de Lineu. Ele passou a viver “*na sarjeta*”, pela rua, pedindo a todo mundo que pedisse a ela para voltar atrás e prometendo que ia mudar e ia parar de beber. “*Dói ver seu marido jogado*”. Um grupo da igreja, que trabalha com conflitos conjugais entrevistou e Nenê voltou atrás: “*mas eles não aparecem quando eu passo sufoco, ficava três dias de cama, machucada de tanta pancada, com vergonha de ir para a escola trabalhar. Nesta hora, eles não aparecia.*”

Nenê queixa-se da avareza do marido. Narra um episódio no qual ele a agrediu porque, enjoada devido a uma gravidez da qual ainda nem tinha conhecimento, vomitava no banheiro. Conta que não sabia por que estava apanhando e perguntou ao marido a razão: *“porque quando você não tiver com vontade de comer... Você ta com gula, você pega e come e vomita. (...) Aí veio uma mulher e falou: ‘nossa, Lineu, como que você faz isso? Ela deve tá é grávida! Aí eu fui ao médico e tava grávida de dois meses.’* Lineu controla os gastos com água e luz, as únicas contas da casa que paga. Na **esfera financeira, instala-se outro tipo de violência, a exploração feminina**: Lineu junta dinheiro, que nega a dar a Nenê ou investir nas despesas familiares, enquanto ela praticamente sustenta a casa.

Ela diz que o marido tinha muito ciúme dela e por qualquer coisa batia, mesmo grávida. Ele a proibia de trabalhar: *“ele falava, mulher minha não trabalha porque toda mulher que trabalha fora é safada.”* Mais uma vez, torna-se evidente que a interação do casal era marcada por **sentidos estereotipados de gênero**, segundo as quais lugar de mulher é dentro de casa.

5.1.1.3. A resiliência como sinal de não conformidade com a violência e com estereótipos de gênero

Ela lavava roupas para os outros. No entanto, queria fazer o concurso público para a fundação educacional e ia juntando parte do dinheiro que ele lhe dava para as despesas da casa: *“toda vida fui esperta”*. Ela disse que queria trabalhar porque não suportava a pobreza com que viviam: não tinha enxoval para o bebê, Lineu comprava coisas vagabundas para casa e para a alimentação.

Diante da avareza do marido ela pensava *“vou mudar essa situação, vou mudar”*. Ela explica que não aceitava a vida que levava e que queria ter uma vida diferente da mãe, pois esta era privada de comer bem e de conviver com a família que morava longe, por causa de dinheiro. Na época em que soube que havia passado no concurso público, descobriu que estava grávida do segundo filho. Preparou um jantar para dar as duas notícias para Lineu: ele bateu muito nela; puxou a toalha da mesa, jogando tudo no chão. Depois arranjou remédios e ervas e quis obrigá-la a abortar. Ela enfrentou: *“eu sou católica apostólica romana e sei que aborto é crime, não aborto. Você pode me matar. Ele falou ‘então, eu vou te bater.’ ‘Pó bater, mata eu e o meu filho, mas abortar eu não aborto, não”*.

Percebe-se que Nenê indignava-se sobre as **violências** perpetradas pelo parceiro e não aceitava suas imposições, demonstrando ser resiliente e fazer uso de formas ativas (Pondaag, 2003) de enfrentamento da violência: trabalhar, melhorar a vida, resistir às

agressões e ameaças. *“Eu acho que sou uma heroína, eu acho, que eu sou...”* Ela diz que atualmente não tem medo do parceiro, porque ele já está muito debilitado pela bebida e ela já pode enfrentá-lo fisicamente, caso a agrida. Ela também evita dialogar ou resolver os conflitos quando ele está bêbado, *“fico caladinha”*.

O uso de agressões contra o parceiro também aparece como forma de enfrentamento da violência. Estas assumem o sentido de um “basta”, de um ponto final, um aviso de que o parceiro não ficará impune, caso a agrida. Conta sobre a primeira vez em que ela enfrentou e agrediu o marido: *“só que desta vez ele botou álcool em mim todinha, ele tentou me incendiar. Só que desta vez ele tentou me enforcar, eu peguei ele e quase matei ele também, porque ele me machucou, mas eu machuquei ele mais ainda. Eu bati nele até ele... (...) Eu meti o pé no saco dele, que eu joguei ele longe. Parti pra cima dele com uma barra de ferro, ele tomou a barra e jogou pra lá. Aí eu peguei ele pelos cabelo e meti o soco mesmo. Aí depois disso ele não me bateu mais não. Como que ele ficou com medo? Aí ele não me bate mais não”*. A **“violência”** cometida é uma forma de amedrontar o outro, de cessar a “violência” recebida. Seu tom de voz é carregado de raiva e sugere que o parceiro teve o que mereceu; não revela arrependimento ou vacilação.

5.1.1.4. Mais uma tentativa de entender o vínculo

A bebida aparece no discurso de Nenê como a causa para a violência do parceiro: *“ele é violento quando ele bebe, mas quando ele tá normal ele não é ruim não, sabe. Ele não é ruim pra mim. Por isso que eu não gosto de bebida, eu não quero que ele bebe mais. Eu falei pra ele ‘oh, se você beber eu te largo. Ele num dá nada pra mim, oh. (..) Até a roupa dele eu compro pra ele, pra ele num andar mal arrumado comigo, porque eu tenho vergonha de andar com ele”*. Ela insinua que, sem a bebida, o parceiro não é ruim, o que soa como uma tentativa de amenizar a angústia gerada pela narrativa da violência, de justificar o vínculo e de lidar com as contradições do discurso que geram conflito. Consiste em uma busca de resolução diante de si e da pesquisadora.

Nenê prossegue demonstrando seu espanto por ainda estar com o parceiro. Complementa dizendo que, além de Lineu não dar nada material para ela e para os filhos, também não lhe dá carinho. Nesta altura, ela indaga: *“Eu não sei por que que eu to. Acho que é porque eu sou sem-vergonha, só pode. Por que eu to com esse homem? Eu não entendo. É amor a Deus, porque quando eu falo com o padre ele diz ‘não, minha filha, é a sua cruz, você tem que abraçar. Eu falei ‘padre, mal eu tô dando conta de arrastar, abraçar é difícil’”*.

Depois de questionar se vale a pena viver com Lineu, comenta: “*mas eu sinto que ele gosta de mim, apesar que ele não fala. Mas quando eu saio, que eu viajo, ele fica doidinho. (...) Ele fala ‘eu tô sentindo falta da sua mãe.’ Fala pra ela e não fala pra mim*”. Novamente explora **razões que a vinculam ao marido**, buscando convencer a si que não está com Lineu por acaso. Emerge, então, uma razão inusitada para preservar o vínculo conjugal: os dois já têm idade avançada e, segundo Nenê, estão cansados. Os filhos são dependentes de Nenê. O filho, financeiramente; a filha, por achar que a mãe tem obrigação de cuidar do neto para que ela trabalhe e estude. Hospitalizada recentemente, Nenê diz que não contou com os cuidados dos filhos, foi Lineu quem a acompanhou. A sensação de sobrecarga em função dos problemas dos filhos e de desamparo; a consciência de que, na velhice, o casal não pode contar com os filhos, mas apenas um com o outro, fortalece o vínculo.

O discurso de Nenê é mesclado de contradições. Ela afirma que Lineu é uma pessoa ruim diversas vezes e sua narrativa revela uma violência duradoura e rotineira do marido, depois sugere que ele só agride quando bebe. Ela se autocritica por permanecer casada, coloca em questão o valor do vínculo amoroso e, ao mesmo tempo, busca razões que explicam por que não se separa: ele gosta de mim, ele só é agressivo quando bebe. O próprio fato de suportar e enfrentar os problemas conjugais toma o sentido de autovalorização.

Deste modo, Nenê encontra **justificativas para permanecer ao lado** do homem que a agride. A atribuição a forças externas - mentira do marido, macumba, doença – as razões para a escolha do parceiro e para a manutenção do vínculo amoroso é uma forma de justificar o próprio posicionamento na vida conjugal, que intimida mudanças pessoais e relacionais significativas. Ter se acostumado com a vida que leva ao lado de Lineu e ter pena do marido “*porque ninguém gosta dele*”, também são fatores que a levam a “agüentá-lo”.

5.1.1.5. Percepções da violência

A queixa mais veemente de Nenê refere-se ao jeito grosseiro do marido, que o impede de perceber seus agrados, de tratá-la com delicadeza; de ser sensível e de agir de maneira romântica. No alicerce desta grosseria, há uma indiferença do parceiro que a incomoda: ele pode notar alguma mudança nela, como um corte de cabelo, mas não diz nada; nunca fala que gosta dela; não demonstra carinho.

Nenê narra episódios nos quais tentou aproximar-se de Lineu, agradecendo por algo bom que havia feito ou preparando um jantar romântico e ele foi grosseiro, incapaz de

perceber sua sincera gratidão e de corresponder a suas expectativas. *“Sabe, de todo jeito que você vai, leva pesada. Teve um dia que eu falei assim ‘hoje eu vou fazer uma coisa diferente. Às vezes, ele me maltrata assim porque eu nunca dou carinho, também eu trato ele... Ele me maltrata, eu maltrato ele também’. Aí eu fui lá, era mês dos namorados, era junho (...) eu fui lá, comprei um pernil, assei, aí botei os menino pra dormir mais cedo (...). Aí botei uma vela, né. Aí quando chegou ele falou assim ‘quem morreu? Pra que estas bestage? Eu num gosto destas bestage, não.’ Aí eu falei ‘nunca mais também’. Eu fiquei tão chateada, sabe. Aí eu no meio da (...) falei ‘eu sou besta mesmo, sabe, gastar todo o meu dinheirinho pra agradar quem foi criado lá com seu pai, lá na roça. Eu ofendo, sabe.”*

Pode-se notar que não há diálogo sobre o ocorrido, não há tentativa de mostrar para o outro o que a pessoa sente. As decisões são sempre radicais: “nunca mais também”. Isso seria uma característica da comunicação desses casais?

A violência é percebida como algo que circula na relação: ela o agride porque é agredida e isso o move a agredir. Nenê percebe seu papel no circuito da violência: também maltrata. Ver sua tentativa de fazer diferente, de dar carinho, ser frustrada leva-a a retroalimentar a dinâmica violenta: ela o ofende. Provavelmente a reação do parceiro a faz pensar que não há possibilidade de agir com ele de maneira não violenta. A violência passa ser a única possibilidade para quem foi ferido demais, o caminho já pontilhado a ser seguido para um casal que já se agrediu muito.

Para Nenê, é o jeito do outro que não dá outra alternativa: *“ele é estranho (...). Ele é nervoso, de todo jeito que você chega nele ele te dá patada. Você fala assim ‘hoje ce ta bonito!’ ‘Não pedi sua opinião’”*. Ela relaciona a violência de Lineu a idiossincrasias pessoais. A percepção das agressões que exerce contra o parceiro é ofuscada pela dor da violência sofrida, tomada como mais grave. Deste modo, ela não parece conotar como violência as agressões que perpetra.

5.1.1.6. O jogo conjugal: “eu te perdôo por te agredir”

A pesquisadora indaga o que ocorria depois que Lineu cometia atos muito duros contra ela, tais como nas vezes em que a agrediu, grávida; ou no episódio no qual lhe deu a falsa notícia da morte do pai de Nenê para vingar-se da sua suposta indiferença à doença do tio dele. Nenê responde que ficava chateada, brigava com o marido, ficava magoada e que, se quisesse, ela é que tinha que falar com ele (ela repete isso três vezes).

Nenê relata que enquanto ela estava chateada, Lineu não ligava; ia beber. Até hoje é assim, segundo ela. Ele nunca fala que está arrependido: *“uma vez só que ele me bateu que*

ele disse que tava arrependido, que ele tinha me acusado que eu tava com outro homem e era meu aluno. Se eu quisesse ter aprontado eu tinha tempo até demais, porque (...). Porque ele dava oportunidade. Eu não faço porque eu tenho Deus dentro de mim, não sou mulher de... De aprontar não". Explica que os dois dormem separados desde que Lineu, certa noite, bêbado, vomitou em cima dela. *"mas ele vai no meu quarto, fala que ta sem sono, a gente conversa"*, ou seja, não há separação de corpos.

O trecho acima ilustra a **dinâmica dos conflitos e da violência**. Depois das brigas e de agredir a esposa, Lineu se cala e Nenê "vai atrás" dele, conversa, dá explicações e, quem sabe, até pede desculpas. O jogo, o pacto da não mudança poderia ser traduzido, na perspectiva de Lineu, como "eu te perdôo por te agredir". Tal jogo faz com que Nenê haja como se tivesse culpa pelos problemas conjugais e pelas agressões, impedindo que Lineu seja levado a refletir sobre seus atos e a mudar. Ao procurá-lo para fazer as pazes após as agressões, Nenê se apropria da culpa pelos atos agressivos cometidos por ele!

5.1.1.7. Produzindo sentidos sobre a violência

Uma quebra no discurso é marcada pelo resgate à infância de Lineu. Nenê conta que Lineu apanhava dos pais. Ao resgatar o passado do parceiro, Nenê parece querer entender o jeito, a agressividade dele. O fato de ter sido violentado quando criança explica sua violência: *"tem a ver... A loucura da cabeça dele, porque... Ele, às vezes, eu acho que ele não é normal não"*. A violência é conotada como loucura, conseqüente de violências sofridas na família de origem.

A pesquisadora indaga: *"o que mais é isso?"* (referindo-se aos atos de Lineu): *"ele é muito violento"*, nomeia Nenê. Ela exemplifica que o marido é cruel com animais. Quebrava a perna do papagaio da casa, por maldade: *"se tiver um cachorro, não mata porque eu não deixo. E é normal, não precisa tá bêbado não"*.

A pesquisadora retoma uma frase de Nenê: *"você fala que quando ele não bebe ele não é agressivo..."* Nenê responde: *"não, ele é agressivo, eu falo assim, ele é melhor pra mim. Ele é agressivo. Ele tanto normal ele assim (...). Toda vida ele foi agressivo. Ele... Ele é assim bom pra mim assim... Tem dia. Quando ele ta melhor, mesmo me agredindo... Mas ele não me agride com pancada, ele não chega perto de mim pra me dar um tapa, me dar um murro. E ele tanto bêbado ele bate, onde cê ta, o que tiver. Ele era violento com os filho: ele já destroncou perna, destroncou braço. Eu já fui pro hospital onze horas da noite com menino. As meninas não, mas os menino. Os menino não tinha respeito por ele, tinha medo"*.

Um mecanismo de **negação da violência** parece ser acionado para que Nenê reduza a dissonância de estar ao lado de um homem violento: acreditar que quando o parceiro não está dando pancada, ele é bom, “mesmo agredindo”. Se a violência física leva a negligenciar outras violências cotidianas – a verbal, a ameaça, o controle, a grosseria, entre outras - a interação dialógica estabelecida na entrevista mobiliza Nenê a significá-las como violência.

5.1.1.8. Sentidos do gênero

Quanto aos sentidos atribuídos ao gênero, é notório que Nenê cumpre a sina marcada para muitas mulheres de sua geração. Na juventude, o pai exerce controle sobre sua liberdade e sexualidade e ela se compromete a honrá-lo com sua virgindade, o que sugere que ela internalizou e percebe ser este o seu papel. Precipita-se a casar para fugir do controle do pai e acaba em uma relação conjugal opressora, que frustra seus sonhos e expectativas. Ou seja, o controle masculino exercido sobre tantas outras mulheres se impõe sobre sua história. Por outro lado, ela vê-se como heroína por ter passado por tantas dificuldades no casamento e por não ter abandonado o projeto de trabalhar, de ter uma vida financeira melhor e de investir no que gosta – viagens, por exemplo. Sua resistência demonstra a percepção de que os papéis femininos mudaram. Mas o que é possibilidade de autonomia, a independência financeira, converte-se paradoxalmente em mais um modo de subjugação: o marido junta dinheiro e ela sente-se sobrecarregada e explorada com as despesas familiares. Novos sentidos de gênero parecem não ter o poder de mudar velhos arranjos nas configurações familiares: novas formas de exploração das mulheres emergem, a despeito das mudanças nos papéis de gênero.

Em suma, a crença de que o casamento deve durar para sempre e de que a mulher deve suportar o sofrimento, reforçada pelos discursos familiar e religioso; o sentido que o vínculo conjugal tomou ao longo de sua trajetória de vida e a expectativa de mudança do parceiro; o aprisionamento aos papéis femininos tradicionais contribuem para que a violência do parceiro seja significada como parte da vida, cruz a carregar. Esta é uma realidade passível de ser transformada com seu romantismo e com sua fé. Sua indignação diante da violência e sua resistência ao domínio masculino abrem espaço para sua individualidade, mas não tem o poder de interromper o perverso jogo amoroso no qual o parceiro vira a mesa: após agredi-la, torna-se indiferente e duro e ela, culpada, mendiga atenção e perdão. Os sentidos atribuídos ao vínculo, à conjugalidade e ao gênero contribuem para que a violência seja perpetuada e justificada.

Há um movimento de atribuição a forças externas, como à macumba ou à doença, das **razões para sua permanência no relacionamento** conjugal. Este movimento soa como uma justificativa para o vínculo, o que ofusca a reflexão sobre as escolhas pessoais de Nenê. São visíveis as distorções perceptivas de Nenê que se traduzem como um pensamento mágico. No namoro, ao perceber características negativas no parceiro e no relacionamento, acreditou que tudo se resolveria no casamento. Esta tendência também é visível quando ela narra que se “separou” dele apenas por quinze dias, ou seja, ela não teve nem tempo para se permitir processar a separação e começar a construir uma vida só.

5.1.2. Entrevista individual inicial: Lineu

Lineu começa a entrevista com um ar desconfiado. Ainda assim, não manifestou agressividade ou reservas na interlocução estabelecida com a pesquisadora. No decorrer da entrevista, foi ficando cada vez mais à vontade. Ele prestava muita atenção aos momentos nos quais a pesquisadora sinalizava o interesse de escutá-lo, de ouvir sua versão das experiências conjugais e, mais do que isso, de compreendê-lo. Sua reação era um misto de surpresa e alívio.

Ele é muito conciso ao falar e seu discurso é confuso. Por vezes, apresentou respostas incompatíveis com o que a pesquisadora indagava, o que gerava a impressão de que ele tinha dificuldades de compreender o que ela dizia. Esta incompatibilidade não foi interpretada como uma tentativa de evasão. Lineu também revelou dificuldade de expressão e organização das idéias. Tal quadro dificultou a análise de sua entrevista, pois poucos conteúdos trazidos por ele tiveram relação com os objetivos da pesquisa.

5.1.2.1. Sentidos da violência

No discurso de Lineu, há uma ênfase nas agressões verbais praticadas por Nenê. Ele nomeia estas agressões da esposa como “*atrito*”, “*conflito*”, “*discussão*” e usa a palavra violência para se referir a elas. As “*palavras*” “*pesadas*” que não podem ser esquecidas são significadas como violência.

Lineu expressa que lembrar dos momentos difíceis vividos na conjugalidade é “*mexer com aquilo que passou*”: a violência produz sofrimento e lembrar dói, ela se presentifica e é revivida na linguagem. “*Tem palavra (...) que fica matando a gente pro resto da vida*”. A idéia de que as pessoas não merecem as agressões cotidianas da convivência conjugal é recorrente no discurso de Lineu: “*uma pessoa não merece nem o marido nem a mulé*”, “*eu ou ela não merecia aquilo, o que a gente faz um com outro na convivência*”. Se não merece, por que acontece? Parece estar presente, aqui, uma idéia de

passividade: como se ele dissociasse a ação violenta da consequência e do (a) seu (sua) autor (a).

A violência é significada como algo destrutivo, que produz um sofrimento que nenhum dos pólos em conflito merece e como algo que corrompe o vínculo, que enfraquece a relação conjugal. Lineu explica que quando as brigas se tornam rotina, com o tempo, a relação fica cada vez mais agressiva. As agressões contribuem para que o amor e a amizade entre os pares acabem.

5.1.2.2. Vínculo conjugal: o costume e a rotina da violência

Mas se a violência produz este impacto, como o vínculo se sustenta? Lineu sugere que não é o fato de sentir alguma coisa que mantém o casamento. As pessoas preservam o relacionamento porque se acostumaram com a convivência e, mais do que isso, com a violência:

Até acostuma aquela luta ali, tá daquele jeito amanhã, depois melhora um pouco. Passa um tempo um mês, uma semana, duas semanas acontece de novo... tipo uma rotina. (...) talvez seja que alguns... vai levando aquela vida ali e vai levando (...) vamos supor, eu sou católico mas eu sou um católico (...). Então as vezes mantêm ali o casamento religioso por que? Por causa da religião. (...) Eu acho principalmente ela, principalmente por que a fé dela tem que obedecer o que ela vive e seguir com aquela vida até o final né; no calvário igual a Jesus Cristo (...). O casamento na igreja é até o fim da vida. Na cruz, é.

Os conflitos conjugais tornam-se uma rotina e a pessoa se acostuma com os altos e baixos da convivência. As tréguas ou melhoras nos atritos ajudam a continuar “levando a vida”. A crença religiosa de que o casamento deve durar para sempre e de que as pessoas devem perseverar, ainda que sofram, contribui para que as pessoas mantenham o vínculo conjugal. A metáfora do calvário, da cruz que deve ser carregada até o final sugere isso. Embora preservar o casamento é uma “missão”, Lineu termina este trecho questionando se Deus desejaria que as pessoas ficassem juntas, sofrendo com os conflitos. Mas a contradição denota a fraqueza deste questionamento, para abalar a ligação conjugal: “sou católico”, de acordo com a “fé dela (de Nenê) tem que obedecer”. **Atribui-se à conjugalidade o sentido** de indissolubilidade, pelo menos, no plano do ideal, do que deveria ser.

Os filhos são outra **razão para que o casal se mantenha unido**. É necessário preservá-los da dor da separação. O medo de que algo possa afetá-los enquanto se está

ausente e da culpa que isso poderia gerar; a idéia de que estar junto deles possibilita protegê-los contribui para que a separação conjugal seja evitada.

5.1.2.3. Implicação na ocorrência dos conflitos e das agressões

Lineu revela dificuldade de refletir sobre sua responsabilidade pelos conflitos conjugais e pela violência. Para ele, as agressões conotadas como violência são as cometidas pela parceira. O fato de a parceira tomar decisões e fazer planos, como de comprar algo ou de agendar uma viagem, sem consultá-lo antes; de despejar problemas em cima dele assim que chega em casa são percebidos como causas dos conflitos.

Na visão de Lineu, Nenê é a maior responsável pelas brigas pela forma como conversa com ele, “*em conflito*”. Apenas nos momentos nos quais a pesquisadora indaga sobre sua contribuição pessoal para os problemas relacionais, ele se coloca em foco. Ser de pouca conversa, se irritar quando tem que repetir o que está dizendo; não saber reparar e elogiar a esposa; sair de casa para beber prejudica o relacionamento a dois, explica. Chama atenção o fato de Lineu não ver a bebida como problema. Acha razoável ir para bares e para casa de amigos beber e refere-se à reação indignada da esposa com este costume como inadequada. Ele não aborda o impacto do hábito de beber na sua convivência com a esposa e com os filhos.

5.1.2.4. Sentidos do gênero

A visão de Lineu **quanto aos papéis e identidades de gênero parece ser rígida e tradicional**: a expectativa de que a esposa o consulte antes de tomar decisões, lhe dê satisfações do que pretende fazer, demonstra o quanto quer manter o controle e exercer o poder na esfera conjugal. Ele deixa escapar: ainda que ela vá pagar pelo “*negócio*” que programou. Lineu justifica que marido e mulher devem trocar idéias e que, como marido, tem o direito de que sua opinião seja ouvida. Mas o que parece incomodá-lo é a autonomia e a independência financeira da parceira, condições estas pouco toleradas nas mulheres em contextos familiares marcados pela violência.

5.1.3. Entrevista de Casal: Nenê e Lineu

A entrevista com o casal foi tensa. Lineu demonstrou ter dificuldade de compreender as questões colocadas pela pesquisadora e pela esposa. Mostrou também pouca capacidade de reflexão sobre o vivido. Seu raciocínio revelou-se no plano do concreto. Tal dificuldade é agravada por sua tendência de ater-se às colocações de Nenê que julga e toma como ofensivas. É notório o quanto os dois percebem o que se diz, a

interação e o que está em jogo na linguagem de formas bastante diferentes! É como se vivessem relacionamentos conjugais distintos. Isso certamente leva à distinção daquilo que significam como violência na vida a dois.

A entrevista colocou em cena a **dinâmica conjugal**. O discurso de Nenê tem forte tonalidade afetiva: ela se queixa, se explica, chora, revela o que sente, faz questionamentos ao parceiro, coloca suas expectativas. Lineu, no entanto, parece ater-se apenas aos trechos do discurso que pressente como acusações; adota uma postura defensiva. Quando Nenê se queixa do seu hábito de abusar da bebida, ele diz que o problema é que ela o recebe com palavras agressivas e que “*não mede as palavras*”. Quando ela reclama que não pode contar com ele, que passa muito tempo no bar ele se limita a dizer: “*Ah, eu durmo fora de casa?*”. A tendência a agravar as colocações da esposa, dando-lhes um tom de acusação é visível, pois ela só disse que ele “*chega só pro almoço e, às vezes, nem vem almoçar*”. Quando Nenê conta que Lineu não a ajuda financeiramente nas viagens; desabafa que prefere viajar sozinha, pois ele costuma beber nas viagens; e diz que Lineu é uma pessoa “*egocêntrica*”, que gosta de “*tudo individual*”, ele insiste em afirmar que não é.

O fato de Lineu focar apenas as colocações de Nenê que julga ofensivas o impede de levar em conta as demandas da parceira e, mais ainda, de posicionar-se diante do que ela lhe diz. Ele sequer parece perceber as demandas e necessidades da parceira, tamanha é a seletividade delineada por sua considerável sensibilidade ao que significa como agressão. O discurso de Nenê não o leva a refletir sobre suas atitudes, a fazer uma autocrítica e a mudar. O foco na parceira é um artifício para mantê-lo distante de si mesmo, é um escudo que previne a auto-reflexão. Nenê demonstra perceber isso e sua indignação com o fato revela o quanto este jogo é presente no cotidiano do casal: “*Ele não aceita a verdade, ai fica difícil de falar*”, “*ele distorce tudinho*”, “*Ai, meu Deus*”, desespera-se. A idéia de verdade aparece e o seu uso sugere que Nenê acredita deter a “*verdade*” sobre a relação. Essa é questão importante para casais: aprender a ouvir e considerar o ponto de vista, os sentimentos e as necessidades do outro

Pinçar no discurso de Nenê apenas as falas que o magoam parece também uma forma de proteger-se, de desviar-se das queixas da parceira que o confrontam: de evitar que o foco permaneça na sua relação abusiva com o álcool ou nas violências cotidianas que impõe à parceira. Isso não parece premeditado - Lineu parece mesmo acreditar que o problema são as agressões verbais de Nenê, é isso que merece ser tratado, é apenas isso que importa. Nenê percebe isso e, em tom desesperado, começa a resgatar agressões sofridas que sente estarem sendo colocadas em segundo plano, esquecidas, silenciadas.

Porque ele lembra das coisas que eu fiz, mas como não vou me lembrar das coisas que ele me fez, eu grávida ele me batia, eu grávida ele me batia”, “Gente esse homem é louco. Agora vem cá isso você não fala não e um dia que você me arrastou pelo cabelo no meio da rua, todo mundo vendo, até meu filho que tinha doze anos ficou revoltado, tudo por causa de uma cachorra que saiu pra transar com outro cachorro, aí ele disse que saiu porque eu deixei o portão aberto, aí isso é motivo pra mim apanhar, no meio de todo mundo ele me bateu, bêbado, e me arrastando, batendo na minha cara, quer dizer, isso aí não machuca não, né. E eu perdoei, agora ele por causa de uma palavra! (...) Eu já fiz muita coisa ruim com ele, porque eu não tinha ele, na hora que eu mais precisava eu não tinha. (...): É assim, olha eu pergunto a comida tá boa, aí ele ‘se não tivesse não tava comendo’. Tudo que eu chego nele eu levo pesada. (...) Todo jeito que eu vou nele, todo jeito que eu chego nele pra dar carinho ele me rejeita. Porque ele lembra das coisas que eu fiz, mas como não vou me lembrar das coisas que ele me fez, eu grávida ele me batia, eu grávida ele me batia.

Para Nenê, o marido guarda ódio e dá mais importância ao que ela diz do que às graves violências que comete porque é louco. A minimização da violência cometida pelo parceiro talvez seja a violência mais trágica na percepção de Nenê. Na tentativa de dar voz, de nomear a violência vivida ela a presentifica na linguagem. Revela considerar que a violência que sofre é muito mais grave do que as palavras que ela lança sobre o marido.

Lineu limita-se a dizer: “*Porque você procura*”. Ou seja, Nenê é responsável pelas agressões sofridas. Quando a pesquisadora interfere para que ele reflita sobre sua responsabilidade pela ocorrência de conflitos, ele justifica: “*O que me faz não ter carinho, é que se eu fiz é porque ela fez também*”, “*se a pessoa não quer grosseria, como ela fala, a pessoa não procure*”, “*Ela também não é santa*”, “*Isso aí que ela falou, que eu bati nela, eu lembro, mas o início foi ela*”. Nenê suspira: “*Ele não consegue*”. No decorrer da entrevista, seu tom de voz revela cada vez mais desânimo, cansaço e descrença, afinal, a situação vivenciada na entrevista é apenas uma mostra do que ocorre na convivência do casal: a incapacidade de Lineu de perceber a violência que impõe e sua hipersensibilidade à violência sofrida.

A tendência de Lineu de “*guardar ódio*”, lembrar-se das agressões da parceira e de ficar “*remoendo*” as ofensas verbais que ela lhe faz é fonte de conflitos na interação do casal. Nenê conta dois episódios que ilustram como ele guarda para si algo que ela fez e que o incomodou, sendo capaz de reagir agressivamente por causa disso mesmo depois de muito tempo: ele a agrediu porque ela o havia chamado de “*gigolô*”; ele a agrediu porque

os colegas insinuaram que ele deixava a mulher andar de roupa curta. Na primeira situação, a esposa apanha sem saber a razão por algo que disse; na segunda, por uma interferência externa. Nas duas, não há diálogo: a violência é a linha direta, o atalho adotado para que a esposa preste contas e para exercer controle sobre ela. Caracteriza-se pela imprevisibilidade, pois não ocorre imediatamente depois do fato que a gera, sendo que Nenê não consegue identificar, enquanto a sofre, sua causa. Também é vingança. Inverte-se o jargão: ele sabe porque bate, mas ela não sabe porque apanha.

O discurso de Nenê é perpassado por uma queixa mais profunda: a rejeição. Ao aproximar-se do parceiro, como pessoa romântica que diz ser, tem a sensação de que ele tem nojo dela. Para ela, o fato de o parceiro “*guardar ódio*” faz com que ele não corresponda a seu carinho. Ele diz que não é ódio: “*se a pessoa me ofende eu não vou olhar ele amanhã e fingir que não tem nada, que ele não me fez nada. (...)Um dia eu tava com meus amigos, aí ela chegou e me chamou de vagabundo, aí depois ela ainda quer que eu dê carinho pra ela*”. Novamente aparece no discurso de Lineu sua dificuldade de “*virar a página*”, de esquecer as agressões da parceira. Isso impede o casal de vivenciar o presente e coloca em risco o futuro do relacionamento. Talvez por reconhecer isso, Lineu parece mais descrente quanto à possibilidade de preservar o casamento do que Nenê.

No discurso dela, é possível perceber certa aceitação da violência. Mais do que isso, é como se algumas agressões do parceiro não fossem significadas como tal, mas recebessem a conotação de cuidado, de ensinamento. Ela elogia o marido, dizendo que ele a ensinou a ser uma pessoa mais organizada e não revela crítica ao método que ele adotou para tal: toda vez que ela deixava algum objeto, como um sapato, por exemplo, fora do lugar, ele jogava fora. Surpreendentemente isso não é dito com indignação, ela manifesta gratidão por esta maneira de agir do parceiro.

Ficou claro na entrevista que os dois desejam manter o vínculo conjugal, o que fica evidente na própria intensidade com que se queixam e parecem se deixar afetar um pelo outro, indicativa do forte investimento afetivo que depositam na relação. Nenê parece alimentar a esperança de que o parceiro mude, de que consigam “*curtir a vida juntos*”, viajar. Em diversos momentos, ela demonstra preocupação quanto às reações de Lineu em relação ao que está sendo dito na entrevista. Isso não a impede de desabafar e de se colocar, provavelmente porque espera que o espaço de dialogia estabelecido seja o de mediação.

O vínculo se sustenta através de um jogo bem característico na **dinâmica do casal**. Ela se posiciona, Lineu reage agressivamente, a ignora ou a rejeita. Ela sente-se culpada e acaba se concentrando mais em remediar a situação conflituosa do que em resolver ou lidar

com a questão que mobilizou o conflito. Assim o vínculo se sustenta sem que o parceiro tenha que mudar, de fato, e sem que suas expectativas em relação a ele sejam focalizadas. Ele a manipula, a mantém vinculada a ele pela culpa. Sai aparentemente (você não sabe o que passa dentro dele) ileso e parece que ela é que está errada e tem que fazer algo. No final da entrevista, este jogo é atuado. Ela expressa seu desejo de que o que o casal falou na entrevista, morra ali; que Lineu não fique com raiva e que não haja confusão por causa das “*coisas pesadas*” que ela disse. Ao saírem da sala, Lineu estava com a cara fechada. Deixou Nenê para trás e andava na frente. Ela o seguia pedindo para que ele a escutasse, tentando justificar e dar explicações.

Os **sentidos atribuídos aos papéis de gênero** correspondem aos estereótipos culturais. Para ambos, o papel do homem é o de provedor e o da mulher relaciona-se ao cuidado da casa e dos filhos. Quando queixa-se do fato de sustentar a casa, Nenê diz: “*lá em casa é o contrário*”. Mais do que queixar-se da maneira injusta como as despesas da casa são divididas, ela parece queixar-se de que o marido não assume seu papel. Isso é percebido como uma falta dele: caberia à mulher apenas ajudar nas despesas. A própria percepção presente nesta reclamação de Nenê de que os papéis de gênero estão sendo atuados “ao avesso”, ilustra o que podemos chamar de **desejo de vivência, de realização do estereótipo**.

Diante das colocações de Nenê a seu respeito, Lineu fica calado, mas visivelmente nervoso. A forma como Nenê fala contribui para que ele não se posicione diretamente em relação às queixas dela. Ela se dirige à pesquisadora e o coloca como objeto de discurso: fala *dele* e não *para* ele. A pesquisadora, após estas colocações – nas situações nas quais ela diz que ele é louco ou que não sustenta a casa, por exemplo – solicitava que ele falasse do que estava sentindo e pensando. Nestes momentos, Lineu limitava-se a negar o que Nenê dizia e começava a fazer acusações, como a de que ela gastava muito dinheiro ajudando os outros. Este é o modo que ele encontra de se defender e se justificar. Embora a pesquisadora o motivasse a falar de si, de como se sentia diante das falas da esposa ou indagasse sobre como via a situação discutida, ele não conseguia se colocar em foco ou colocar seu ponto de vista: do mesmo modo que Nenê, falava dela e não para ela.

Não se pode negligenciar, por outro lado, que, em alguns relacionamentos conjugais, sobrecarregar as mulheres com as responsabilidades financeiras tem se convertido em mais uma forma de explorá-las e violentá-las. Não se pode afirmar que Nenê percebe isso como violência, embora ela demonstre perceber esta situação como injusta, afinal, enquanto ela assume as despesas da casa, Lineu guarda dinheiro. É

importante deixar claro que assumir o papel de provedora não a coloca em uma posição de poder na relação.

Há um trecho da entrevista no qual Nenê pede que Lineu cite alguns pontos positivos que ela tem. Ele a elogia como mãe e como dona de casa, mas não como esposa, ou seja, estereótipos do feminino norteiam a avaliação que ele faz dela. Quanto ao papel de esposa, é possível ler nas entrelinhas que ele acha que ela falha ou deixa a desejar, pois é boa e dá atenção para a família dela, para os filhos, mas não para ele. É visível que há um ciúme da parte dele que demanda exclusividade na atenção da esposa, o que certamente contribui para a ocorrência de conflitos e da violência.

Para Nenê, os problemas conjugais são causados, principalmente, pelo álcool. Mas ela também se queixa da falta de sensibilidade e de romantismo por parte do parceiro. Ao longo das entrevistas, ela vai explorando novas explicações para estes problemas. Insinua sua suspeita de que há algo no parceiro que foge do normal. A violência é sentida como indiferença e desilusão: ela diz ver-se como alguém que “*mendiga*” amor.

No discurso de Lineu, por sua vez, a violência verbal da parceira ganha destaque. Chama a atenção o fato de Lineu não fazer referência à violência física presente na interação conjugal, talvez porque esta seja a violência cometida por ele. A violência sofrida parece ser mais percebida do que a perpetrada. Ele parece ter hipersensibilidade às reações da esposa, que tende a significar como ofensivas. Ao contrário, parece desconhecer o impacto de seus atos agressivos e os danos gerados por este.

5.2 - Casal 2 – Arlequim e Colombina

Arlequim e Colombina vivem em união estável por sete anos. Ela tem 33 anos e segundo grau incompleto. É uma mulher forte, cuja presença é marcante: fala alto e firme, é divertida, ri muito, tem um raciocínio rápido e é muito vaidosa. Conta com o auxílio de bolsas do governo para criar seus três filhos, sendo que um deles tem deficiência e apresenta problemas no crescimento. Para ajudar nas despesas, ela faz “bicos”, vendendo cosméticos e bijouterias. Os três filhos de Colombina vivem com o casal.

Arlequim é funcionário de um restaurante. Trabalha na cozinha e diz que é muito duro e cansativo. Tem 30 anos e cursou o primeiro grau. Seu comportamento é intrigante - ora revela-se brincalhão e fazedor de piadas, inclusive sobre as brigas conjugais, e ora mostra-se agressivo e mal humorado (estou entendendo que ele agiu dessa forma na sua presença). Antes de morar com Colombina, viveu em união estável com outra mulher. Conta tê-la deixado por ouvir comentários de que esta o traía, enquanto trabalhava em outra cidade. Teve um filho deste relacionamento. Já estava envolvido com Colombina

quando a deixou, por isso a família de Arlequim, especialmente a mãe, foi contra o relacionamento atual.

A denúncia à justiça foi realizada por Colombina. Arlequim a agrediu fisicamente e ameaçou matá-la. Outras queixas foram formalizadas anteriormente, na delegacia. anteriormente, sem contar as vezes nas quais Colombina chamou a polícia por temer as reações do parceiro e não chegou a registrar queixa.

Através de suas narrativas, o casal atua, nas entrevistas, a densidade de emoções que caracteriza sua interação conjugal. Os discursos de ambos tem forte tonalidade afetiva: momentos nos quais expressam raiva; mágoa; **jogos perversos dos quais cada um quer sair vitorioso**. A competição, a disputa pela verdade, pela razão parece ser uma marca da relação. Colombina oscila da tristeza e desilusão até o riso contagiante. Chora, denuncia, “bate o pé” para reivindicar o que espera do parceiro. Arlequim assume uma postura defensiva: questiona, desmente a parceira, expressa indiferença em relação a suas queixas e demandas. O que encenam diante da pesquisadora é uma amostra do que vivenciam no contexto conjugal: amor, ódio, paixão, posse, vínculo, tudo é intenso demais! Ambos foram extremamente participativos no processo de pesquisa e a espontaneidade com que encenaram a trama conjugal demonstra o significativo investimento e a riqueza na produção de sentidos sobre suas experiências. Algo inusitado se precipita: uma relação de gozo, a “erótica” da violência!

A escolha dos nomes fictícios “Arlequim e Colombina”, refere-se aos personagens carnavalescos, que têm sua origem na comédia italiana. Explica-se pela dramaticidade que o casal revelou nas entrevistas, através de narrativas que eram uma combinação de trágico e cômico. O amor de Arlequim e Colombina é mais carnal, encarna a fraqueza humana e a tragédia da “vida como ela é”; e não platônico, sonho, como o de Pierrot.

5.2.1. Entrevista individual: Arlequim

Arlequim mostrou-se apreensivo e resistente, no início da entrevista. O espaço de interlocução parecia estar sendo interpretado por ele como ameaçador, possivelmente pelo fato de a entrevista se desenrolar no contexto da Justiça e de pressentir algum risco de ser interrogado, julgado, acusado. Sua atitude era agressiva e resistente e ele se preocupava em argumentar que seu relacionamento conjugal é “normal”, parecido com o da maioria dos casais. Afirmava estar conseguindo se controlar diante dos conflitos com a esposa e que não é apenas ele que causa os problemas conjugais, ela também é responsável e provoca. Buscou “vender uma boa imagem” de si e deixou escapar frases prontas, politicamente corretas sobre a convivência a dois, aparentemente com o intuito de convencer a

pesquisadora de que ele sabe como deve ser a vida conjugal e como agir: “*o diálogo é muito importante*”.

Os momentos mais densos da entrevista caracterizaram-se por queixas relacionadas à obrigatoriedade judicial de sua participação no atendimento psicossocial e por uma atitude resistente e agressiva em relação à pesquisadora, percebida como representante da Justiça. Arlequim queixou-se da intervenção da Justiça em sua vida privada se defendeu: não podia dizer que sua vida com Colombina estava um “*mar de rosas*”, mas também não era obrigado a dizer que o casal “*está mal*”, “*briga direto*”; que a vida conjugal continua a mesma, a dar a “*mesma notícia*”. Avisou que ninguém muda sua cabeça, sua “*personalidade*”, como se dissesse: você não vai mudar o que sou e de nada vai adiantar eu estar aqui. Há um trecho no qual revela abertamente seu descontentamento por estar participando novamente do atendimento psicossocial.

Enquanto persistia na tentativa de convencer a pesquisadora de que “*tudo está bem*”, Arlequim deixa escapar que os conflitos continuam: o casal se desentende, mas não leva as brigas adiante, ameniza. Ele só “*estoura*” quando o conflito chega ao limite. Neste ponto, explode como uma panela. Prossegue continuando a dizer que fora as vezes em que brigam e ele explode, está tudo “*tranquilo, de boa*”.

A atitude defensiva e agressiva de Arlequim atenua-se ao longo da entrevista, à medida em que a pesquisadora adota a postura de escuta e de acolhimento ao que ele diz. No decorrer da interação, ele foi parecendo cada vez mais à vontade para narrar fatos de sua vida, situações de conflito e para apresentar seus pontos de vista sobre situações vividas no cenário conjugal. Entretanto, a tentativa de convencer a pesquisadora de que seu relacionamento é “*normal*”; de que há motivos para suas reações contra a esposa e de transmitir uma imagem positiva de si persistiu até o final da entrevista. . A riqueza do seu discurso permite concluir, porém, que tais esforços não impediram que o espaço de entrevista fosse propício para a produção de sentidos sobre a conjugalidade e a violência.

5.2.1.1. Sentidos atribuídos à conjugalidade

Arlequim busca transmitir a idéia de que o seu relacionamento é “*normal*”. Afinal, trabalha, é um homem caseiro, cumpre com as obrigações da casa. Gosta de agradar a esposa e tenta ser gentil: “*da minha maneira*”. Entretanto, sua narrativa revela o quanto o relacionamento conjugal é conflituoso e agressivo.

Os momentos de maior tensão no discurso relacionam-se com sua queixa de que “*vocês*”, ou seja, a Justiça e a pesquisadora, ficam perguntando sobre o que se passa na sua vida conjugal. Revela estar chateado de ter sido convocado novamente para atendimento

psicossocial e acredita que o fato de a esposa dizer que ele não mudou, que continua “chato”, “ignorante” contribuiu para isso. Seu descontentamento revela que a **conjugalidade é significada** como uma experiência privada, que só diz respeito a ele e à esposa, em relação à qual não cabem interferências externas e indagações.

Embora queira demonstrar reconhecer sua responsabilidade pessoal pela ocorrência dos conflitos e brigas, atribui a causalidade dos conflitos conjugais principalmente à esposa que, segundo ele, provoca, “pirraça” e, às vezes, fala demais. Insiste: as brigas “*não vem de uma só parte, vem das duas partes*”. Sugere que não adianta indagarem sobre o que se passa na vida a dois, pois sua “cabeça”, o seu “jeito” “ninguém muda”. A noção de “personalidade” parece naturalizar e justificar suas atitudes agressivas no casamento, pois Arlequim acredita que não se é possível mudar a personalidade de uma pessoa: “*como que eu vou fazer isso se a pessoa é um ser, não é um objeto?*” Justifica: se age com ignorância é porque tem um motivo.

Uma das razões que foi apontada como geradora de conflitos, foi a convivência com os três filhos de Colombina que vivem com o casal e que, segundo Arlequim, não respeitam a mãe. Quando ele intervém, a esposa tira sua autoridade por interpretar que ele está atingindo os filhos para provocá-la. É possível perceber que Arlequim não se esforça por manter um bom relacionamento com os filhos de Colombina e foi notório um tom de incômodo com a presença deles na vida do casal.

O fato de trabalhar pesado, em um restaurante, foi outro fator apontado como algo que contribui para que chegue em casa arredio e reaja negativamente diante das demonstrações de carinho da esposa. Arlequim comenta que Colombina deve achar, com esta atitude sua, que ele está esnobando, que não gosta e não quer dar atenção.

O fator que parece contribuir de forma mais intensa para a ocorrência de conflitos conjugais é, no entanto, o fato de Arlequim não achar certo Colombina não dar-lhe satisfações e não pedir-lhe autorização para sair e chegar em casa tarde. Ele acha que ela, por ter uma vida de casada, tem obrigação de dar-lhe satisfações do que vai fazer, de onde vai, de suas companhias, entre outras coisas. Mesmo quando tenta relativizar esta expectativa dizendo que “ninguém é dono de ninguém”, contraditoriamente deixa escapar que quando uma pessoa se une a outra, além de companhia, ela “quer dar satisfação da vida”. Ou seja, a **conjugalidade** impõe limites à liberdade individual e a opção por ela implica em não ter vida própria, em ter que prestar contas ao par conjugal. Ele chega a dizer que se ela pedisse ele até poderia deixá-la ir aos lugares que a interessam e voltar mais tarde. O problema é que ela quer ter uma vida própria, o que contraria sua forma de perceber a conjugalidade.

Ele admite: tem ciúme e acredita que isso é sinal de que gosta dela. Há uma demanda por exclusividade: o relacionamento da esposa com amigos, familiares, com os próprios filhos o incomoda. Arlequim parece sentir-se só e desamparado quando ela volta seu olhar para outra direção, quando ela afirma sua individualidade, como se a conjugalidade tivesse que limitar o mundo aos dois e implicasse em uma ruptura com o exterior. **Os sentidos atribuídos** por Arlequim **à conjugalidade** relacionam-se com sentimentos de posse, controle e parecem tornar a alteridade de Colombina insuportável.

5.2.1.2. Sentidos do Gênero

Arlequim refere-se às mulheres como provocadoras: *“toda mulher provoca o homem”*. Exemplifica esta provocação referindo-se ao comportamento da esposa de *“tirar sua autoridade”* dentro de casa, quando reclama de algo ou chama atenção dos filhos dela. Em nossa cultura, parece mais comum indagar sobre o comportamento feminino de tirar a autoridade do cônjuge do que o contrário. A queixa de Arlequim revela o quanto ele espera exercer o poder na esfera familiar e o quanto se incomoda com o exercício da autoridade por parte da esposa, o que revela que os papéis de gênero são tomados de maneira tradicional: o homem deve exercer a autoridade na vida conjugal e familiar. Também deve ter controle sobre a mulher e ela lhe deve obediência.

Arlequim questiona a tendência da justiça de *“ver o lado das mulheres”* que, em função de sua fragilidade, acabam sendo vistas como vítimas. Para ele, ainda que a mulher seja *“chata”*, *“estúpida”* e *“agressiva”* o homem acaba sendo tido como culpado.

Além das imagens comumente relacionadas ao feminino, mencionadas acima, ao falar das expectativas de homens e mulheres em relação ao casamento, Arlequim coloca em cena outros **estereótipos** de gênero relacionados ao sexo feminino. A mulher é mais amorosa que o homem e é *“mais maternal ao lar”*. Toda mulher *“sonha em ter um casamento”*, *“em cuidar dos filhos e da casa”*. Já o homem não é muito sensível às demandas de atenção femininas e, às vezes, nem percebe o que a mulher faz para agradá-lo. Ele fala de homem e mulher no singular e de maneira generalista, o que revela o teor naturalizante e universal dos sentidos do gênero.

Os sentidos que ele atribui ao gênero aparecem indiretamente quando ele fala do seu relacionamento com Colombina. Em alguns trechos do discurso, ele menciona que a parceira nunca dependeu dele financeiramente, é muito controlada com as despesas da casa e é *“melhor materialmente”* do que ele. Em seguida, explica que seu salário é pequeno e que ele faz o máximo para ajudar nas despesas de casa, mas efetivamente ajuda pouco. Queixa-se do pouco valor que as pessoas dão ao seu trabalho. Essas falas parecem deixar

transparecer que Arlequim se sente, no mínimo, incomodado com o fato de não ser o principal provedor da casa.

Vale lembrar que os **sentidos que ele atribui à conjugalidade** aparecem associados à idéia de dependência: “*Se você não quer dar satisfação de sua vida, não quer... (...) Dependendo da outra (pessoa), então pra que levar uma vida conjugal?*” Se levarmos isso em conta, pode-se entender que a independência da esposa gera conflitos e é incômoda. Ao narrar o episódio no qual pede a esposa para não deixar a água jorrando da torneira, ele conta que ela retruca: “*quem paga a conta de água não sou eu?*” Isso sugere que o fato de ela pagar as contas, é conflitivo na convivência dos dois.

Pode-se notar que os sentidos do gênero para Arlequim vinculam-se a “sentidos históricos” do gênero, a “construções históricas” (Spink, 2001, p. 1277) tradicionais, como a de que o homem deve ser provedor e deter a autoridade na esfera familiar. A estereotipia destas construções aparece também na crença de que as mulheres são propriedades dos homens, cabendo a estes o direito de controlá-las. Assim, Arlequim monitora os horários de Colombina: é inaceitável que ela ouse viver a própria vida. No seu discurso, Arlequim não dá a entender que Colombina teria o mesmo direito de controle, de posse sobre ele, chegando, inclusive, a narrar situações nas quais ele pode fazer o que bem entende, como sair “*para esfriar a cabeça*” e só voltar de madrugada.

5.2.1.3. Vínculo Amoroso

Arlequim demonstrou ter um forte vínculo afetivo com Colombina. A intensidade do vínculo é tal que faz com que ele se confunda com a esposa e, em consequência, “*invada*” a vida dela, queira controlá-la e almeje a exclusividade do seu olhar. O vínculo afetivo é tão estreito que não deixa espaço para a expressão das individualidades.

No seu discurso, a questão material/financeira apareceu como uma das **razões para manutenção do vínculo amoroso**. O casal construiu uma casa juntos e Arlequim teria dificuldades de custear outra moradia. Além disso, se a vida em Brasília já é difícil, na sua cidade natal interiorana é ainda mais, por causa da falta de possibilidades de emprego e da baixa remuneração. A principal razão apontada é o sentimento que tem por Colombina, que é uma “*boa pessoa*”, “*boa dona de casa*”, “*cuida dos filhos*” e é “*trabalhadeira*”.

O tempo de convivência e o fato de ter passado por “*altos e baixos*” ao lado da esposa criou um laço, um sentimento que não se apaga de uma hora para outra. O sofrimento a dois vincula o casal. Arlequim manifesta desejo de manter o relacionamento no futuro, quer que Colombina o acompanhe independente do que ele faça e de onde vá viver. Ele disse que tem vontade de voltar para a sua cidade natal, no futuro, e quer que a

parceira o acompanhe. Ele trouxe, então, a imagem de um casal de velhinhos que estão juntos não apenas pelo sexo, mas pelo carinho e respeito que construíram.

Embora revele este interesse por manter o vínculo, Arlequim conta que já foi embora para sua terra natal algumas vezes, disposto a separar-se. Outras vezes, ameaçou separar-se da parceira. Tal tendência parece um jogo que tem como objetivo “*dar um gelo*”, levar a esposa a avaliar se realmente gosta dele e a valorizá-lo.

Este jogo parece também uma forma de evitar encarar e reconhecer seus erros na vida a dois e mudar. Nas vezes nas quais foi embora, Colombina pediu que voltasse, como se relevasse o que moveu a separação. Arlequim então coloca suas condições para voltar, ela aceita e, se ele continua agressivo e ela se queixa, ele “*joga na cara*”: eu fui embora e você quis que eu voltasse. É como se dissesse “você quis de volta, eu sou assim. Agora aguenta”. A vida então prossegue sem que Arlequim tenha que rever suas atitudes e comportamentos. Este jogo de “ficar partir”, **na dinâmica conjugal**, contribui para que a violência seja tolerada e justificada no cotidiano. Quem pede que o par fique ou volte, é visto como alguém que aceita e deve suportar os abusos perpetrados por este. Quem fica ou volta é redimido e não precisa mudar.

5.2.1.4. Os sentidos da violência

Arlequim refere-se a seus atos violentos como conseqüências das provocações de Colombina. Justifica que agride a esposa apenas quando ela o provocou “*bastante*” e o tirou “*muito do sério*” e até o agrediu fisicamente. A violência é vista como algo que ocorre no ápice das agressões que se acumulam e quebram a rotina do casal. Mas as agressões percebidas são as da parceira, o que sugere uma dificuldade de significar os próprios atos agressivos como violência.

As agressões físicas são mencionadas com freqüência; mas a violência psicológica também aparece no discurso. Estes são alguns dos verbos usados na narrativa de Arlequim sobre a violência na vida a dois: agredir, bater, xingar, machucar, magoar, quebrar (objetos), revidar, discutir, fazer raiva, provocar, dar um gelo, amedrontar.

Quando coloca em foco os erros pessoais, referindo-se à mudança e às demandas da esposa para que seja menos agressivo, Arlequim revela significar a violência como natural e essencial. Não pode mudar porque a violência aparece associada à noção de personalidade e não se muda a personalidade de alguém: uma pessoa não é passível de ser dominada como se fosse um objeto.

Há uma dificuldade de explicar o que motiva, o que leva ao uso da violência, de modo que quando o casal está bem chega a se perguntar: “*por que tanto a gente gosta de*

bater?” A violência é significada como perda de controle, como algo de momento. Na hora da briga, Arlequim diz esquecer das conseqüências dos seus atos violentos e não pensar nas seqüelas que eles possam acarretar. Apenas revida com agressão, motivado pela mágoa, pela raiva e pelo ciúme. É como se a violência funcionasse como uma catarse, como uma válvula de escape, sem que se possa adiá-la. Ele diz que depois do episódio de agressões, percebe e sente que a explosão foi “*absurda*”, “*errada*”, “*da maior estupidez e ignorância*”.

Ao narrar agressões cometidas por ele, Arlequim diz experimentar alguns sentimentos: arrependimento e mágoa por ter quebrado objetos da casa dos quais a família necessita; reconhecimento interno de ter cometido um erro. Curiosamente estes sentimentos são narrados quando ele discorre sobre episódios nos quais quebrou objetos ou teve um objeto seu quebrado pela esposa e acabou reconhecendo ter feito o mesmo com ela anteriormente. Cabe indagar se a perda material foi mais determinante do que o dano físico ou emocional causado à esposa para que tenha experimentado mal-estar.

Ao referir-se a situações nas quais foi agredido pela esposa, a narrativa de Arlequim sobre o impacto da violência é mais rica: fica chateado, magoado. Quando ele se queixa das violências sofridas sua narrativa é mais intensa afetivamente do que quando refere-se às violências que impõe à parceira. Ele menciona sentir-se mal por estar sendo agredido e por agredir a pessoa que vive a seu lado, que lhe dá carinho: é como se a esposa não o reconhecesse, como se fosse um estranho. A violência aparece como algo que despersonaliza os envolvidos, quebra a proximidade e como uma ruptura na intimidade. Ela converte uma pessoa íntima em uma estranha.

As agressões parecem ter a função de “fazer com que o outro sinta exatamente o que me fez sentir”. Ele amedronta quebrar a televisão para “*dar um gelo*” e magoar a esposa, do mesmo jeito que ela fez ao quebrar o celular dele. A violência aparece como uma forma de revidar, de dar o troco atingindo o outro indiretamente através de algo que lhe é caro, de que ele gosta.

A violência resulta das dificuldades de comunicação e de expressão de afetos. Nas situações nas quais reconhece seus erros, Arlequim diz ter dificuldade de expressar isso diante da esposa. Na hora do embate conjugal, parece-lhe mais fácil saber “*ser ignorante*”, “*ser chato*”, do que mostrar que está arrependido e pedir desculpa: “*às vezes, por isso que... Como é que se diz... provoca discussão e problema*”.

5.2.2. Entrevista individual: Colombina

Colombina chegou atrasada para a entrevista, justificando que havia acompanhado o filho a uma consulta médica e que teve dificuldade de pegar ônibus. Apresentava-se tranquila e interessada, parecendo interpretar e usar o espaço da entrevista como uma possibilidade de falar de si, de sentir-se escutada e apoiada e de compreender o vivido no relacionamento a dois. O lugar da pesquisadora não pareceu ser interpretado como ameaçador ou investigativo, embora o diálogo situava-se no contexto de um atendimento jurídico.

A entrevista foi rica para compreensão dos sentidos atribuídos à conjugalidade, ao vínculo amoroso e à própria violência na interação conjugal. As questões de gênero foram pouco abordadas por Colombina, embora nas entrelinhas de seu discurso torna-se possível entrever que elas perpassam sua interação conjugal e, de forma significativa, dão base a conflitos.

5.2.2.1. Sentidos atribuídos ao relacionamento conjugal

Ao começar a falar sobre o relacionamento conjugal, Colombina refere-se ao parceiro: ele não muda. A queixa de que o parceiro não muda, provavelmente contribui para que Colombina signifique o comportamento violento dele como essencial, o que pode levar a uma certa conformidade: é assim mesmo. Mais adiante diz que ele é doente de ciúmes e ignorante. Ela tem três filhos de outros relacionamentos, que vivem com o casal. Conta que a convivência do parceiro com os filhos não é boa porque estes cresceram vendo as agressões que Arlequim cometia contra ela. O parceiro não busca se aproximar dos filhos e os trata mal: interessa-se por ela, Colombina é enfática, só por ela.

Ela vê esta exclusividade do investimento afetivo do parceiro como doença, “*não é amor*”. Ela diz sentir que o parceiro gosta dela, mas de um jeito que não consegue entender: “*uma coisa obsessiva*”. O fato de ser “*muito louco*” por ela é visto por Colombina como algo que impede o parceiro de ser uma pessoa melhor e que o faz sofrer: “*por uma parte ele é muito gente boa, ele só não é muito porque ele só pensa em mim, só existe eu para ele, enquanto ele pensar em mim ele vai sofrê. Tem horas que ele fala ‘ah, se você aprontar qualquer hora que você chegar eu to aqui enforcado, amarrado por causa de você’*”. A percepção de que Arlequim pensa, acredita existir só ela (“só” é um termo recorrente nos trechos do discurso nos quais Colombina refere-se a jeito de amar do parceiro), parece localizar no plano do compreensível os exageros do parceiro e sua capacidade de ir ao extremo. A exclusividade no jeito de amar dele a toca, tornado-a

sensível ao medo que ele tem de perdê-la e ao seu sofrimento. Parece conduzi-la a compreender (e quem sabe a aceitar?) e a justificar as reações “*absurdas*” do parceiro, inclusive, sua violência.

Ela faz referência à carência afetiva de Arlequim: ele também tem ciúme da convivência da esposa com a família dela, fica irritado quando a vê interagindo, se divertindo com a família. Colombina explica isso dizendo que é porque a família dele está longe. Provavelmente o sentimento de posse sobre ela e o investimento exclusivo só na esposa, o levam à expectativa da reciprocidade e a ressentir que ela dê atenção e conviva com outras pessoas.

Soma-se a isso o medo que ele tem de perdê-la. O trecho do discurso no qual ela menciona esse medo do parceiro, é precedido pela referência que ela faz à expectativa de Arlequim de que a casa seja vendida e de que ele fique com a parte deste imóvel que tem direito, como geradora de conflitos. O tema da venda da casa aparece associado ao medo que ele tem de perdê-la, ou seja, concretiza a realidade da separação, que parece não ser desejada por ambos. Por traduzir o medo da perda da relação suscita conflitos mais do que pelas questões financeiras, materiais envolvidas.

Uma das queixas mais cotundentes de Colombina é a falta de liberdade que sente no relacionamento conjugal. O fato de não poder chegar em casa fora do horário previsto a frustra e aparece **como razão crucial para os conflitos conjugais**. O marido a controla, liga no celular, a monitora para saber o que faz e com quem está. Isso parece incomodá-la a ponto de Colombina preferir andar sem o aparelho: “*ele fica zoando no meu ouvido*”. Quando ela chega em casa, Arlequim cheira sua boca para averiguar se ela bebeu. Colombina não tem problemas com o alcoolismo. Gosta de beber cerveja nos momentos de lazer, junto a amigos e familiares, mas explica que não exagera. Para Colombina, a razão da vigilância de Arlequim sobre o que ela faz isso são as “*coisas absurdas*” que ele pensa como, por exemplo, que ela vai “*arranjar macho*”. Ela relata que o parceiro não sai de casa, não a acompanha em programas de lazer. Ela diz achar que ele quer que ela seja como ele, tendência contra a qual ela reluta: “*vou ficar presa?*”

Para ela, a vida ideal de casal caracteriza-se pelo respeito, pela confiança do outro e pelo que chama de “*tá na sociedade*”: poder conviver com os familiares e amigos, sair, sem sentir-se tolhida, ameaçada e sem ser punida por isso. É notório o **grau de indignação dela diante das proibições e restrições** impostas pelo parceiro. Isso contribui para que perceba a violência e mobiliza reação, a posicionar-se para cavar espaços para vivenciar liberdade - afinal, ela diz “*saio mesmo*” - dando base a confrontos com Arlequim.

As imposições, a desconfiança do parceiro e esta privação de liberdade dão razões a conflitos. Ela aponta outros fatores para a ocorrência de problemas/conflitos conjugais, como os sintomas pré-menstruais, que afetam seu desejo sexual, fato que o parceiro não compreende. Ela completa: a raiva que passa com ele também afeta este desejo.

A falta de assistência financeira que Arlequim dá a ela nas despesas de casa e de saúde é outra razão apontada para os problemas/conflitos conjugais. Ele compra o básico para casa, não ajuda no pagamento das contas e nos gastos que ela tem com a saúde pessoal e dos filhos. Na percepção dela, ele é acomodado.

Entretanto, a **maneira como Colombina se posiciona** é conflitiva. Embora seja extremamente afetada pelas demandas do parceiro, o desejo de garantir um espaço de privacidade, de liberdade também é gritante e a convoca a não simplesmente se conformar: ela reivindica, resiste, briga. Daí a ambivalência: se, por um lado, sabe o quanto é crucial para o parceiro que ela exista *só* para ele, por outro, reluta, carrega como imagem ideal de relacionamento poder “*estar em sociedade*”, conviver com outras pessoas, viver sem medo. Esta ambivalência, este impasse conflituoso pode contribuir para a manutenção do vínculo amoroso, impedir um posicionamento diante dos conflitos e um enfrentamento mais significativo da violência.

Ao referir-se às razões que geram conflitos, o discurso de Colombina revela sua capacidade crítica diante do vivido e sua percepção dos danos e do impacto causado pelas brigas e pelos atos agressivos do parceiro. Colombina reflete pouco sobre sua **responsabilidade pessoal**, aponta o parceiro como o protagonista dos problemas/conflitos e das agressões. Quando indagada pela pesquisadora sobre seu papel na construção/sustentação da situação conflitiva vivida a dois, ela diz que o fato de sair, de visitar a família, de não chegar no horário esperado pelo parceiro, contribui para que haja brigas.

Prossegue: eles brigam por coisas “bestas, banais”, “*por motivo nenhum*”. Ou seja, ela fala da imprevisibilidade característica da violência, da consequente impossibilidade de identificar o que a provoca. Isso sugere ser difícil para ela perceber a sua implicação pessoal na interação agressiva e na “violência”, já que eventos inesperados e que possivelmente fogem a seu controle a desencadeiam.

Os **sentidos atribuídos à conjugalidade** parecem contribuir para que a **violência** do parceiro seja tomada como natural e significada como compreensível e justificável.

5.2.2.2. Vínculo amoroso

Colombina conta que o vínculo do casal **tornou-se estável rapidamente**: com poucos dias de namoro estavam morando juntos. Explica que isso se deve ao fato de ter medo de ficar só: não sabe namorar; sabe viver a vida a dois, os relacionamentos anteriores assemelhavam-se a casamentos. Quando está sem um parceiro amoroso, sente-se “*largada*”, como se ninguém a desejasse, a notasse.

Chega a dizer que tem vontade de sair do relacionamento e “*viver a vida*”, mas não sabe como e não consegue separar-se do parceiro. Seu discurso revela algumas **razões para manutenção do vínculo** com Arlequim: está ficando velha e a vida não está fácil. Diz que a casa onde vive também é razão para que continue vivendo com o parceiro: é a única moradia que tem e, caso se separe, precisará vendê-la. Além disso, o marido é honesto e, hoje em dia, é difícil achar um homem honesto.

Encerra este trecho do discurso colocando que “*ainda*” tem um sentimento por Arlequim. E faz a seguinte observação: “*eu acho que nada disso segura e que eu ainda gosto dele*”. Isso quer dizer que embora acredite que as razões apontadas contribuem para que preserve o relacionamento conjugal, o que realmente mantém o vínculo é que “*ainda*” gosta do parceiro. O termo “*ainda*”, parece ter o sentido: mesmo depois do sofrimento e das agressões sofridas. Não é que seja difícil apenas implementar a decisão de deixá-lo, o próprio desejo oscila entre manter e romper, é ambivalente: “*uma hora eu quero, outra não quero*”. Nas vezes em que eles se separaram anteriormente, conseguiram manter distância por pouco tempo e ela tomava iniciativa de procurar Arlequim para pedir que ele voltasse.

Ela refere-se ao jogo, à **dinâmica conjugal** que a leva a permanecer com Arlequim. Quando os conflitos e brigas se agravam e ela pensa em “*pular fora*”, o parceiro percebe e se aproxima dela, carente, conquistando: isso faz com que ela permaneça com ele até que comecem as brigas. É o **clássico ciclo da violência!** Se na hora da briga sempre pensa em separar, quando fazem as pazes isso passa: “*parece que o amor dele é o mesmo que o meu, a gente se compreende, a gente se entende, conversa, brinca, ri*”. Como ela insinua em outros trechos do discurso, assim se vai levando, vivendo para “*ver no que vai dar*”.

O discurso de Colombina é marcado por contradições. Afirma que o parceiro não muda e que, inclusive, promete infernizá-la ainda mais. Depois diz que o seu sonho é que ele mude: que confie, acredite nela e a respeite. Conta que espera que o ciúme e a ignorância dele acabem e, em seguida, coloca que acredita ser difícil que esta última característica seja controlada. Se as expectativas de que o parceiro mude poderiam indicar sua aposta na relação, afirma não ver futuro com Arlequim, embora trabalhe, batalhe e

tenha mudado sua vida por causa dele. A instabilidade, ou seja, a rapidez com que transitam entre estar bem e brigar novamente levam-na a não esperar nada do relacionamento. Mesmo sem esperar mudança, afirma que não quer se separar e conta que, em certas situações, ameaçava o marido de rompimento apenas para dar um susto nele.

Quando esta contradição – não esperar nada e não querer separar-se - foi pontuada pela pesquisadora, Colombina afirmou não desejar a separação. Em uma tentativa de “resolver” a contradição, mencionou a estratégia que usa para lidar com Arlequim: “*deixo ele falar*”. Neste trecho do discurso, há uma “*descontinuidade narrativa*” (Spink e Gimenes, 1994) que sinaliza a busca de coerência diante da pesquisadora/interlocutora. Colombina narra uma cena de briga, na qual tentou reagir, agredindo Arlequim, mas quando viu que não teria êxito na empreitada, fingiu ter desmaiado. O marido, então, pisou no seu corpo, ato que a afetou muito. Mais uma vez ela se dirige à pesquisadora: “*não tô falando pra prejudicar ele, né, eu tô falando porque tenho que te contar*”. Estaria ela querendo expressar que a manutenção do vínculo tem um alto preço e evidenciar os seus esforços para mantê-la na trama do cotidiano?

Ao longo do seu discurso, sua capacidade crítica torna-se mais uma vez evidente quando fala da manutenção do vínculo. Ela reflete sobre o próprio **posicionamento na relação**. Várias vezes, pergunta a si mesma por que vive com Arlequim e expressa que isso é um enigma também para ela, algo que não consegue entender ou explicar (a expressão “*eu acho*” é recorrente nos trechos do discurso nos quais se refere às razões que mantém o casal unido). Este movimento de ficar “*encabulada*” consigo mesma e questionar-se sobre o que a leva a permanecer no relacionamento conjugal é mais notório quando ela aborda dois temas: quando narra episódios de violência que a abalaram muito e quando afirma que não conta com uma adequada assistência financeira do marido. O último aspecto denota a presença da expectativa estereotipada de gênero de que o homem assuma o papel de provedor. Estas duas questões, respectivamente, parecem incomodá-la e provocá-la a vasculhar em si mesma: por que suporte a violência? Se não é por dependência financeira, por que estou com ele? As seguintes expressões sinalizam sua perturbação e confusão: “*muito complicado*”, “*não sei nem explicar*”, “*eu fico me perguntando*”, “*eu fico encabulada comigo mesmo*”, “*eu não me entendo*”, “*isso me incomoda*”.

Mesmo reconhecendo os danos e o impacto das imposições e das agressões sofridas, ela prossegue no vínculo. É como se a motivação para manter o vínculo independesse da qualidade da convivência a dois, ainda que haja sofrimento. O vínculo contribui para que a violência seja tolerada, suportada, demandando o desenvolvimento de

estratégias cotidianas para administrar os conflitos; lidar com os riscos e com o sofrimento e sobreviver aos impactos desta.

5.2.2.3. Sentidos da violência

Colombina não percebe como agressão apenas a violência física, faz menção às agressões verbais e à violência psicológica. Começa dizendo que o parceiro tem controlado as agressões físicas, em decorrência do envolvimento com a justiça, mas que continua a “*perturbar*” sua vida e a agredi-la verbalmente. No entanto, sua narrativa deixa escapar a ocorrência de agressões físicas recentes, o que permite perguntar se, no início da entrevista, ela dirigia-se à pesquisadora com reservas.

A queixa mais incisiva de Colombina é o constante monitoramento do parceiro, o controle que este exerce sobre ela, que a priva de liberdade. Ela se queixa da violência que perpassa sua rotina cotidiana, do fato de viver apreensiva, em alerta, quanto ao que pode contrariar o parceiro e provocar reações da parte dele. As cobranças e imposições fazem parte da rotina e Colombina **demonstra não aceitação e indignação diante delas**, afinal, sua grande relutância é quanto a abrir mão da liberdade pessoal. Ela conta que vive com medo, pois as ameaças do marido são constantes. Ele chega a ameaçá-la de morte, mas ela afirma que ele nunca tentou matá-la, de fato.

Ainda assim, pelos atos violentos que Arlequim já cometeu e pela maneira como ele se coloca diante dela e de outras pessoas – afirmando não ter medo de nada nem de ninguém, inclusive, da polícia – ela acredita que ele seja capaz de cumprir as ameaças que costuma fazer. Quanto a esta questão, uma contradição aparece: de um lado, ela afirma que ele nunca tentou matá-la, mas de outro narra cenas de brigas nas quais ele tentou enforcá-la, cortá-la com facão, ou seja, situações nas quais ela pressentiu o perigo e teve a sensação de que ele seria capaz de fazer uma “*coisa pior*”. Colombina chega a dizer, inclusive que já machucou o parceiro, agindo em legítima defesa para evitar que ele a matasse. Esta contradição soou mais como decorrente da dificuldade que ela tem de reconhecer a dolorosa realidade, o que a forçaria/obrigaria a refletir sobre as razões de estar em uma relação arriscada, do que uma tentativa de ocultar informações que poderiam prejudicar o parceiro diante da “justiça”, representada pela presença da pesquisadora. Indica, portanto, a dificuldade de “nomear”, ou seja, de reconhecer o extremo da violência vivida e a dificuldade de reconhecer o risco a que está submetida. O fato de viver com medo, com a sensação de que “*coisa pior*” pode acontecer denota o grau de violência psicológica a que está submetida.

Colombina nomeia as agressões sofridas, os atos violentos do parceiro como: estupidez, ignorância, cobranças, baixaria, brutalidade. Utiliza os seguintes verbos para se referir às **violências cometidas pelo parceiro**: bater, perturbar, empurrar, agredir fisicamente e verbalmente, provocar, magoar, brigar, (querer) matar, cortar, sair, ferir, aprontar, machucar, ameaçar, esmurrar, infernizar, chorar, triscar a mão, espancar, enforçar, pisar, quebrar (objetos), discutir, maltratar, gritar, arrumar confusão.

Nas narrativas de algumas experiências conjugais, a violência é significada de maneira mais ampla: vai além do ato em si, situa-se no sentido subjetivo que ele toma, no que ele comunica no contexto conjugal, na interpretação de sua intencionalidade. Quando Colombina narra a cena na qual fingiu estar desmaiada na hora em que era agredida por Arlequim, o que provocou maior dor foi o fato de o parceiro ter “*pisado*”, andado em cima dela, o que ela interpretou como: “*é como se eu não significasse nada pra ele*”. A violência não se limita ao dano físico, mas **ao assujeitamento**: ela não passa de uma coisa sobre a qual ele pisa. Ela se sente tão negada, tão objeto, que não duvida de que ele seja capaz de matá-la.

Por outro lado, se inicia o discurso referindo-se a outras violências que não a física – verbal, psicológica – em determinados trechos parece significar como agressão apenas os ataques físicos. Isso é exemplificado no trecho no qual narra uma briga. O marido ligou o som alto para que ninguém conseguisse dormir em casa, lançou objetos, gritou, “*infernizou*”, ameaçou, mas ela explica: “*chamei a polícia (...), mas não porque ele me agrediu*”. Os sentidos atribuídos à violência servem para amenizar os conflitos gerados por sua experiência; a percepção dos danos e riscos envolvidos e para justificar, sustentar o vínculo amoroso.

Outra vez aparecem reflexões de Colombina sobre o seu **posicionamento**. Ela se autocritica pela maneira como reage após as agressões, buscando amenizar a explosão, controlar o parceiro e chegando a ter, como no episódio no qual o parceiro pisou no seu corpo, relações sexuais com Arlequim (ela justifica que é para acabar com a briga). É como se cobrasse de si mesma uma atitude mais firme diante da violência do parceiro. Esta forma de agir faz com que ela se veja como “*uma pessoa assim que não se dá valor entendeu, que não pensa na vida, uma pessoa apagada*”. Este modo de se ver aparece quando ela fala do impacto da violência. As imposições/restrições do parceiro fizeram com que ela perdesse o prazer, a vontade de rir, com que perdesse a convivência com amigos e parentes: “*eu me apaguei da minha vida e do mundo*”. Como reagir e enfrentar a violência de outro modo, se está apagada? É costumeiro pensar que as mulheres que sofrem violência dos parceiros não reajem, mas é preciso considerar que a violência, o impacto

que ela gera, contribui para as pessoas que a vivenciam não reajam, não consigam se posicionar no relacionamento e não rompem o vínculo amoroso. Pouco se reconhece o quanto o impacto da violência impede a autonomia e explica a impossibilidade de reação. Entretanto, o fato de Colombina cobrar de si mesma uma reação mais não ofusca seu enfrentamento cotidiano dos problemas conjugais e da violência do parceiro: ela está sempre reagindo.

5.2.3. Entrevista de Casal: Arlequim e Colombina

Colombina chegou bem humorada ao contexto da entrevista, falando e rindo animadamente. Arlequim, embora interagisse com ela, demonstrando estar à vontade com a parceira, pareceu desconfiado. Chamou a atenção a maneira como eles se colocaram diante da pesquisadora. Havia três cadeiras na sala: duas lado a lado, para serem ocupadas pelo casal. Diante delas, havia a cadeira da pesquisadora. Não havia mesa ou outro objeto entre esta e o casal. Arlequim praticamente estava sentado na frente de Colombina. Sua cadeira estava posicionada à frente da parceira e ele estava quase de costas para ela. É como se ele estivesse entre Colombina e a pesquisadora, o que foi interpretado como uma postura de vigilância e controle do que ela poderia dizer.

Em diversos trechos da entrevista de casal, ao ser interrompida pelas colocações de Arlequim, Colombina posiciona-se no sentido de garantir seu espaço de fala: algumas vezes, explicita que a pergunta foi dirigida à ela e toma a palavra; em outras, adverte o parceiro para que ele a deixe concluir suas colocações. Isso é ilustrativo da postura que ela adota no cotidiano a dois: não silencia ou se submete simplesmente, reivindica seus direitos à expressão, seu espaço.

Outro aspecto que chamou a atenção foram as reações de Arlequim quando Colombina falava das agressões sofridas, do seu medo e da sensação de que o parceiro é capaz de fazer “*coisa pior*”, ou seja, de cometer agressões mais graves. Ele reagia com expressões verbais do tipo: “*Ave Maria!*”. As colocações de Colombina suscitaram questionamentos por parte do parceiro: como poderia ela viver com um homem que seria capaz de cometer agressões tão graves? Isso aparece juntamente com a queixa de Arlequim de que a Justiça sempre vê a mulher como vítima e com a atitude defensiva de falar das agressões da parceira, do quanto ela o provoca e causa brigas ao insistir em sair na hora que quer e relacionar-se com familiares e amigos.

A entrevista de casal iniciou-se com a pesquisadora devolvendo o DVD da banda “Atitude Feminina” que foi emprestado por Colombina no encontro grupal no qual as entrevistas haviam sido agendadas. Indagou-se sobre o porquê a música “Rosas” chamou

sua atenção. Colombina fala do medo de que sua história com Arlequim tenha um final parecido com o da personagem da música. Trata-se da história de uma mulher vítima da violência do marido que acaba sendo assassinada por ele. O nome “Rosas” remete à falta de atitude desta mulher para lidar com a violência do parceiro e à tendência de postergar uma decisão, mantendo o vínculo amoroso. Depois das agressões – que se tornam cada vez mais severas – ele lhe dava rosas e ela o perdoava; até que a situação se agrava tanto que ela acaba recebendo rosas no cemitério.

A pesquisadora aproveitou para explorar o comentário feito por Arlequim na mesma sessão grupal, de que Colombina gosta muito de comprar um jornal popular que circula na cidade, especializado em crimes e que traz imagens detalhadas e chocantes destes. Ela explica que a parte que chama sua atenção são os crimes que acontecem com as mulheres. O seu tom era de preocupação, mas caracterizava-se também por certa “atração” pelas histórias como a da música e as dos crimes de jornal, como se alimentasse uma fantasia de ter o mesmo destino trágico das mulheres que foram assassinadas pelos parceiros amorosos. Nas entrelinhas, tornou-se perceptível que a violência na vida conjugal a assusta e fascina/seduz ao mesmo tempo. Havia um misto de morbidez-fascinação nas suas narrativas.

A identificação de Colombina com a personagem da música revela-se quando ela expressa que se vê como alguém que parece aceitar a violência do parceiro, já que não toma uma atitude diante das agressões dele. Ela revela indignação com o seu posicionamento pessoal no relacionamento e diz sentir-se culpada: se não consegue romper o vínculo amoroso é porque deve concordar com as agressões do marido, é sua autocrítica.

O vínculo entre Arlequim e Colombina contribui para que a violência vivida na conjugalidade seja relativizada e para que sua percepção seja minimizada. Isso pode ser notado na dinâmica atuada pelo casal nesta entrevista. Arlequim diz que não acha possível construir uma relação diferente, melhor, com Colombina. Ela concorda apontando a razão desta impossibilidade: o parceiro é de um jeito, tem um modo de ser, que não vai mudar. Nesta parte da entrevista, ela parece desistir e começa a lamentar o tempo e o esforço despendido para lutar por mudanças relacionais: a busca de ajuda na justiça, sua frequência aos atendimentos no serviço psicossocial. A violência é naturalizada: condiciona-se ao modo de ser.

Arlequim retruca que ela também tem um jeito que não muda e ela concorda: *“Sempre quereno um pouco de liberdade, sempre quereno respeito, sempre quereno alguém que fale baixo comigo. E com ele eu não vou achar essa pessoa. Entendeu como é que é? Com ele eu não vou achar esse tipo de coisa que eu quero. Entendeu? Então vai*

ficar sempre na agressão, porque eu não vou aguentar calada e nem ele também (...)". Então, ela fala que o que resta é tomar uma atitude e é a primeira a mencionar a idéia da separação. Neste momento tenso da interlocução, o tema da venda e divisão da casa como algo que dificulta a separação emerge. Arlequim concorda com ela e, mais adiante, questiona: "*Você quer separar mesmo? Você quer? Acho que quando a pessoa realmente não gosta, ela toma uma atitude na hora*". É como se alertasse Colombina: pense bem, não é isso que você quer.

A partir deste momento, começa um "jogo de empurra" que parece muito característico da convivência do casal. Os dois evitam afirmar claramente que desejam a separação. A dificuldade de ceder diante do par conjugal e a tendência de "*pagar com a mesma moeda*" de ambos os parceiros dificultam o diálogo, o que deve ocorrer também nas negociações cotidianas. Colombina afirma que o marido só falou em separação por vingança, porque ela havia tocado nisso na sessão anterior. Afirma que o parceiro é carinhoso com ela, em casa, e que sabe que ele não quer se separar, ou seja, ela toma a iniciativa de recuar diante da ameaça de rompimento.

Quando a pesquisadora indaga "*Realmente vocês querem isso?*", Colombina responde que não sabe e Arlequim evita responder, limita-se a dizer que depois ela vai correr atrás dele. Fala que, apesar de tudo, Colombina é uma boa pessoa e que o apóia muito, chegando a admitir que, muitas vezes, ele é quem está errado. Mais adiante, diz que tentou buscar mudanças, reclamando que a parceira não reconhece isso. Colombina precipita-se em responder que percebeu a mudança: diz que ele parou de machucá-la. Nesta e em outras partes da entrevista, foi possível observar que cada um deles parece esperar a reação do par conjugal, tomando-a como parâmetro para o próprio comportamento. Havia certo temor, de, por um lado, "ficar por baixo", caso o par expressasse o desejo de separar-se e, por outro lado, ser o primeiro a atacar, tornando-se responsável pelo agravamento da situação conflituosa. Os dois agiam como dois adversários na arena conjugal, cada um estudando atentamente os movimentos do outro.

Quando o risco de concretizar a separação torna-se eminente, há um movimento de recuo que visa a manutenção do vínculo afetivo. O vínculo mobiliza o casal a controlar suas atitudes e a própria violência. Contribui também para que, "*apesar de tudo*", o (a) parceiro (a) seja visto (a) como boa pessoa, como alguém que dá apoio ou que é capaz de mudar. Ou seja, a violência parece secundária e sua percepção não chega a perturbar a percepção do (a) parceiro (a). O que parece estrutural, naturalizado, é a forma como o par conjugal é percebido: mais parece uma imagem congelada, imune à ação da violência

conjugal, que se mantém a despeito da dificuldade de enfrentar a violência que se revela na concretude do cotidiano a dois.

Na interação do casal, chama a atenção o humor com que ambos os parceiros narram os episódios de violência conjugal. Ambos os parceiros dão risadas enquanto contam das brigas e fazem referências às reações do par conjugal, a como este foi afetado pelas provocações e atitudes. Tal tendência pode ser interpretada como uma tentativa de amenizar a angústia mobilizada pelo relato da violência; de minimizar a dor e os conflitos gerados pela dissonância de estarem se referindo a agressões cometidas pela pessoa com quem prosseguem sustentando um vínculo íntimo, o que é afetivamente ambivalente. Isso é notório no trecho no qual Arlequim brinca com Colombina enquanto esta narra o episódio no qual ele se recusou a atender sua ligação telefônica: percebendo que o parceiro estava alterado e com raiva porque ela estava na casa da mãe, Colombina volta rápido para casa. Arlequim ironiza: *“você veio rapidinho, né”*. Isso ilustra o “jogo” utilizado por Arlequim **na dinâmica conjugal**: expressar a raiva e a conseqüente indiferença precipita para a parceira o risco de ocorrência de uma violência maior, o que a impacta e contribui para que ela ceda, para controlá-la. Insinuaria também este estado de humor dos dois que a violência se traduz como uma experiência caracterizada pelo gozo?

Na dinâmica conjugal, a violência se manifesta no jogo perigoso através do qual cada membro do par conjugal busca demarcar seu valor perante o outro: *“se ela/ela se arruma bem e acha que pode sair, eu vou me arrumar melhor ainda e sair”*. A idéia de “dar o troco” é notória, especialmente para Arlequim. Há uma necessidade forte de competição, de disputa, de afirmação que revela imaturidade para as negociações típicas da vida a dois.

Para Colombina, outro sentido para a violência no cotidiano conjugal se destaca: esta aparece como instrumento para que o parceiro sinta na pele a violência que impõe, é uma estratégia de expressão e comunicação e, mais do que isso, de sensibilização do par. Deste modo, a violência se traduz como linguagem, tentativa de dizer ao outro, de levar o par conjugal a ter dimensão do sofrimento vivenciado em um cotidiano a dois conturbado por agressões.

No discurso de Arlequim, a violência também aparece como uma *“autodefesa”* que consiste em *“estar preparado”* como um *“soldado que vai para a guerra”* para reagir quando alguém fala alguma coisa ou o trata mal. Arlequim explica que esta reação se expressa dependendo da situação e do lugar. Se é o chefe que o insulta, não pode fazer nada. Se é um colega do trabalho – e, nas entrelinhas, é possível inferir que se é a parceira – ele reage, não fica calado. O que é determinante para a eclosão da violência é quem está

em jogo na interação e as conseqüências que podem ocorrer: se é alguém que tem mais poder e se ele pode perder algo – como o emprego – busca-se o controle.

Os **tipos de agressão** presentes nas queixas de Arlequim e os termos usados para nomeá-los são: culpar; julgar que ele é uma pessoa que ele não é; ameaçar de fazê-lo passar vergonha; ameaçar de chamar a polícia; falar “*um monte de lorota*”; rejeitar seu carinho; gritar; resmungar; ficar de mal; “*estourar uma bomba*” quando ele chega em casa; agir com estupidez; se meter quando ele está falando; criticar; xingar; ficar com raiva; jogar problemas na cara. Ele queixa-se dizendo que também tem que sujeitar-se a estas agressões de Colombina e de que é ela que sempre é considerada a vítima. Diz que é difícil a parceira ser carinhosa. Quanto a si; Arlequim fala que tem um *jeito grosseiro* com a parceira; que reconhece que não dá assistência financeira aos filhos dela e que algumas vezes sabe que está errado.

Colombina refere-se às agressões do parceiro: machucar; sair por vingança; ficar bêbado por vingança; espancar; desrespeitá-la em público; pegar no seu rosto exigindo que ela o escute; não escutar; vir “*com quatro pedras na mão*”; ameaçar que a vida dela vai ser pior, um inferno; agredir verbalmente. Mas a queixa principal refere-se ao que ela nomeia como problema: a falta de liberdade para se relacionar com a família; para receber pessoas em sua casa; para sair sem se preocupar com a hora de voltar. Ela diz que Arlequim é: agressivo. Ela nomeia as agressões como: briga, pressão.

As queixas de Arlequim e Colombina se distinguem e é possível analisar o quanto questões de **gênero** contribuem/estão no âmago para/de tal distinção. Nos tipos de agressões mencionadas por Arlequim destacam-se idéias que costumam ser associadas às mulheres no senso comum: lamúrias, reclamações, gritaria, provocação, desobediência além da frieza da parceira no relacionamento afetivo e sexual significada como algo inerente a ela e não como conseqüência dos problemas vividos na conjugalidade. Além disso, ele parece perceber como agressão o fato de a parceira se meter quando ele fala, o que insinua que o esperado era o silêncio dela, sua submissão.

Nas queixas de Colombina, as agressões citadas pelo parceiro relacionam-se com a violência física, com a negação de sua voz, com a humilhação, com as ameaças de que sua vida vai ser ainda pior e com o controle que o parceiro busca exercer sobre ela. Mais do que isso, as violências das quais ela se queixa com mais ênfase são a perda da liberdade e a ameaça à sua integridade física. Ela chega a mencionar que sua prioridade é a segurança, que Arlequim pare de espancá-la e que respeite sua liberdade. Nota-se que estes tipos de violência são comumente perpetrados contra mulheres, sendo mais raro encontrar homens presos a um ciclo de violência no qual sejam subjugados, controlados, atingidos em sua

auto-estima (Soares, 1999) e no qual seja feita a tentativa de impor-lhes a condição de objetos (Chauí, 1985).

Não se pode ignorar que a noção de liberdade de Colombina é incosequente e deturpada, é adolescente. Ela quer se divertir, sair com amigos, sentar em bares para tomar cerveja, ao estilo de uma vida de solteira. Desistiu de tentar fazer isso com Arlequim porque, segundo ela, ele sempre arranja confusão e faz com que ela passe vergonha. Ou seja, os dois não conseguem partilhar e construir momentos prazerosos a dois em contato com uma rede social mais ampla. Mãe de três filhos, parece não aceitar que sua vida mudou: não pode sair e voltar quando der vontade – a menos que ela tenha quem cuide dos filhos ou os leve com ela. Espera-se, entre adultos, que se respeitam que se diga ao parceiro/familiares onde se vai, por consideração e por segurança. Ela resiste em fazer isso, por julgar ser seu direito não dar satisfações. Isso gera conflitos, pois os modelos culturais de conjugalidade acabam prevendo satisfações e controles mútuos. Esta resistência incita a insegurança de Arlequim e o faz agir para garantir sua “honra” e seu poder de mando, já que o relacionamento conjugal é perpassado por valores patriarcais. De qualquer forma, sua imaturidade não autoriza as violências que sofre do parceiro, muito menos as justifica.

Outro aspecto que ilustra como os **papéis de gênero são percebidos de maneira estereotipada e tradicional** é a forma como Arlequim se refere à diferença da situação financeira dos dois como fator para os conflitos conjugais. Colombina parece ter melhores condições financeiras do que ele e; por isso; acaba ficando sobrecarregada com as despesas da casa; especialmente; a dos filhos. Quando ela está com dificuldades; muda; segundo ele, “fica humilde”. Arlequim questiona o fato de a parceira não agir com humildade quando “*está podendo mais*” do que ela: Colombina o critica porque se vê como superior a ele.

Há distinções também nas **significações que os parceiros dão à conjugalidade**. Para Colombina, a vida conjugal pode ser conciliada com outras dimensões de sua vida pessoal, como a convivência com a família de origem, com o lazer e com amigos. Deste modo, a vida a dois com Arlequim é percebida por ela como privação, restrição de sua liberdade, quase que uma prisão. Para Arlequim, a conjugalidade implica a exclusividade do investimento afetivo, ou seja, a mulher casada deve cuidar do lar, dos filhos e esperar o marido quando ele chega em casa. Se a parceira não corresponde a estas expectativas, há razões para exigir que ela cumpra seu papel de esposa, de mulher. Estas diferenças nos sentidos que os dois atribuem à conjugalidade suscitam conflitos e, em conseqüência, contribuem para a ocorrência e a manutenção da violência no cotidiano conjugal.

Em suma, pode-se concluir que os sentidos atribuídos ao vínculo amoroso minimizam a percepção da violência vivida; os sentidos atribuídos à conjugalidade, ao gênero e ao vínculo amoroso contribuem para a ocorrência da violência na conjugalidade.

5.3 - Casal 3 – Maria Rosa e Campos

Maria Rosa é uma mulher bonita, de 37 anos. Tem segundo grau completo e é funcionária de uma agência de carros. Campos tem 36 anos e é formado em economia. Fez várias tentativas de empreender o próprio negócio, mas todas fracassaram. O abuso de drogas é citado pelo casal como a razão para isso. Atualmente ele está desempregado, mas apresenta-se como “*empresário*”.

Ela praticamente sustenta a casa desde o início do casamento. Antes de se casar com Campos, morava sozinha e tinha uma vida financeira tranqüila. Maria Rosa fala com orgulho de ter sido uma mulher independente, desde muito nova. Durante o tempo em que freqüentaram o grupo, ela comparecia de uniforme da agência de carros onde trabalhava, enquanto ele apresentava-se vestido como um executivo, de terno, bem alinhado. Isso ilustra uma das várias estratégias simbólicas para criar uma hierarquia, na qual ele se coloca como superior. Os pseudônimos atribuídos ao casal, Campos e Maria Rosa, remetem à obra de Orígenes Lessa, “*O Feijão e o Sonho*”, na qual a esposa vive preocupada com o sustento da família, com a realidade concreta e diária, enquanto o marido vive cheio de sonhos.

A denúncia foi feita por ele, porque Maria Rosa arremessou um prato, durante uma briga conjugal, ferindo seu braço. O casal tem uma filha de um ano de idade.

5.3.1 - Entrevista individual: Maria Rosa

Maria Rosa apresenta um discurso emotivo. Em diversos trechos, fala como se estivesse conversando com o parceiro, como se as cenas estivessem ainda vivas em sua memória a ponto de reproduzir o que foi dito. Isso indica forte investimento na dialogia estabelecida na entrevista. Quando fala de si, se emociona e acaba voltando a narrar a história e a falar de Campos. Pode ser que, na vida, ela também tire o foco de suas dores, do seu sofrimento e através do hiperinvestimento no parceiro evite estar no palco como protagonista de sua vida. Antes de viver com Campos, ela morava sozinha e era uma mulher independente e atualmente é a principal provedora da casa. Sua história é, portanto, marcada por “submissão e resistência” (Saffioti, 2001; Strey, 2000).

5.3.1.1. Sentidos da Violência

Maria Rosa refere-se aos **conflitos vividos na relação conjugal utilizando palavras** como drama, brigas, atritos, um processo que foi acumulando, conflito, problema. No seu discurso, o fato de o marido usar drogas e arranjar problemas financeiros (dívidas) para a família, em função disso, aparece como a principal causa para os conflitos conjugais. O envolvimento do parceiro com as drogas afeta seu desempenho profissional: ele abandona os empregos, funda empresas que não vão para frente. Tal quadro faz de Maria Rosa a principal provedora da família. No cotidiano, essa responsabilidade é vista por ela como pesada e injusta. Maria Rosa passou a não conseguir manter as contas familiares em dia, o que obrigou o casal a ir morar na casa dos pais de Campos.

A entrevistada revela admiração pela inteligência e pelo grau de conhecimento que o parceiro detém. Ele tem curso superior, enquanto ela completou o ensino médio. Maria Rosa atribui o fracasso profissional do parceiro ao uso de drogas, parecendo acreditar que ele é extremamente competente, embora ela seja a principal provedora da casa e Campos não tenha demonstrado, de fato, êxito profissional e financeiro, desde que se conheceram. Há uma percepção idealizada do parceiro (alimentada pela postura de superioridade mantida por ele). Na **dinâmica conjugal**, a valorização profissional dos parceiros parece se basear em referências não materiais, não objetivas, de tal forma que há uma inversão que mantém Campos em uma posição idealizada e superior, enquanto a parceira segue inferiorizada. Este jogo a dois, que baseia-se, sobretudo, nas diferenças de gênero e de escolaridade, torna quem se ocupa do feijão menos importante do que aquele que só se ocupa do sonho (metáfora que remete à obra de Orígenes Lessa, “*O Feijão e o Sonho*”).

Esse jogo de aparências não implica que Maria Rosa não perceba e sinta o peso da instabilidade profissional e financeira do cônjuge. Antes de viver com ele, ela vivia sozinha desde a adolescência, e era uma mulher independente e julgava-se bem-sucedida. Ela parece reconhecer o quanto ele prejudica seu progresso pessoal, conforme mostra a seqüência abaixo:

E o ruim, aí, os nossos atritos em casa/ Porque aí não tinha dinheiro pra pagar o próprio aluguel, não tinha dinheiro pra pagar luz, não tinha o dinheiro pra comprar uma compra, porque... /Ele assumia o compromisso junto comigo, na hora de comparecer com o dinheiro, tinha que pagar as continha dele da rua, né/ E foi acumulando esse processo porque... /“Campos, (...)”. “Campos, não te quero”. “Campos...” Eu mandava pra casa dele. Aí ele voltava. Aí t.. “Vamo ter filho.” Aí o que que nós decidimos. /Campos não pode é ficar sozinho.

E nisso, a gente tinha o maior conflito porque ele voltava e eu me revoltava. “Pô, eu dou um duro, eu trabalho, eu quero progredir e eu quero (...) das coisa, mas você não ta ajudando, ta só atrapalhando (...).

“O meu nome, que eu nunca fui de mentir, de (...), essas coisas, começou. Já... Perder conta, perder cartão/ e eu tentando: “oh, a gente não compra mais nada, agora ce não vai mais ir, mais ali”. Aí eu tive que assumir o carro dele, eu grávida, há oito.../ dois meses, eu pensei /“Poxa, você desempregado, eu agora, com dois carros pra pagar, a (nome da filha)/.. E a gente morando de aluguel, eu não dou conta/(...)/ Então, eu até me magoei com isso, que aí eu vendi o meu carro, que era um carro zero, quase quitado pra nos manter e eu ficar assumindo a prestação do carro então, que era pra ele, né”.

A menção da gravidez aparece para indicar que esse é um momento de vida em que não deveria estar passando por problemas. É um tempo marcado pela presença de esperança e de instabilidade/insegurança. Aparece um medo que provavelmente se fundamentava nas evidências concretas do vivido, mas que não quebrava a alienação imposta por sua ambivalência afetiva. As providências foram tomadas para o casal (Maria Rosa na verdade) poder ficar tranqüilo, Maria Rosa não quer ter problemas no pós-parto, mas tem medo. Ou seja, não está muito certa da mudança do parceiro. Chama a atenção a forma como Maria Rosa encerra esta sequência do seu discurso:

“(...)Ta, fizemos isso e tudo.. Era...Agosto. Eu disse “agora, vamo fazer o seguinte: a gente ta tranqüilo, tá sem conta, eu tô ganhando a (nome da filha) mês que vem, novembro, eu não quero ter problemas... Morria de medo do pós-parto. “Eu não quero ter problema no meu pós-parto.”

A presença de sentimentos de revolta, de mágoa e de ressentimento pelo fato do parceiro buscar as drogas e trazer problemas financeiros, não parecem levar Maria Rosa a enxergá-lo de uma maneira menos idealizada e a tomar consciência dos danos causados pelas atitudes dele, o que inviabiliza seu posicionamento em relação a estas experiências. A progressão do seu discurso revela alguns movimentos ilustrativos disso: depois de falar do peso que os problemas trazidos na convivência com o parceiro têm na sua vida, fala das suas tentativas de rompimento, mandando-o de volta para a casa da mãe. Abruptamente há uma ruptura e em um momento carregado de conteúdo emocional como esse ela menciona que eles resolveram ter um filho.

Faz-se notória a interpolação, ou seja, a tentativa de resolver as contradições do discurso diante da interlocutora/pesquisadora. Ao usar a linguagem “*ele voltava*”, sem mencionar as razões que a levavam a aceitá-lo de volta, ela sugere que a **retomada do vínculo** independe de sua vontade, o que traduz uma outra tentativa de justificar a falta de coerência com a seqüência anterior (eu tentei mandá-lo embora). É a tentativa de **justificar o vínculo amoroso** e de síntese: eu tentei separar, ele voltava, decidimos ter filho e para evitar novos problemas, Campos não pode ficar sozinho.

A frequência do uso do termo “*carro*” revela a percepção de que não pode contar com o parceiro em momentos cruciais de sua vida, como a “*gravidez*” mostra o quanto se sente sobrecarregada pelas responsabilidades que este não assume. O carro denota não só a perda material, mas a **perda do sonho**, a impossibilidade de ter a vida conjugal que ela idealizou, com um companheiro com quem possa dividir os compromissos e problemas cotidianos.

Maria Rosa se revolta com o fato de o marido desejar as drogas, já que isso destrói a vida do casal e faz desmoronar tudo que ela almejou ao longo da vida:

(...) como é que ele podia assim, pra mim era o meu sonho que ele tava destruindo,né. (M: Hum... Hum..) Que eu queria ter casa, marido, filho, a gente, né, viajar, passar as férias. E com ele não tinha condição, dessa forma, de manter essas coisas.”

É a dolorosa percepção do que não se realizou: com o parceiro, de que não há como alcançar o que sonhou! Haveria **violência** nisso? Ao falar do impacto das atitudes destrutivas do marido, Maria Rosa estaria falando da **violência e do impacto dela** – a desilusão, a dor da perda, a revolta e irritação que sente - mesmo sem nomeá-la como tal?

Ela prossegue dizendo que isso gerava brigas conjugais. Então, revela a concepção de que agressão é o que passa pelo físico. A violência verbal e psicológica não é significanda como agressão, como violência.

(...) a gente sempre brigava. Mas assim... Sempre assim briga... De boca. Não foi, ele nunca me agrediu, eu também nunca agredia ele, até nesse dia que eu fui me defender, pra mim ali, quando eu passei perto dele e ele me falou um.... Que ele agride, com palavras, sabe, ele procura coisas pra te machucar. (...) Ele procura coisas que te magoa e fala pra te magoar mesmo, aí naquela hora ali eu me irritei, eu tava passando perto dele “Ah, que droga, home, ce fala...” e fiz assim, no que eu joguei e nem vi, (...) me defendendo, o prato bateu nele e caiu.

A **agressividade de Campos é percebida** como decorrente da abstinência e do desejo do cônjuge de voltar a frequentar o mundo das drogas. Ou seja, não é algo inerente ao parceiro:

E aí ele se ofende, agora que... que ele tá nessa fase... Eu falei pra irmã dele ele tá ficando muito agressivo, assim... Muito respondão, é porque ele tá numa fase agora que ele tá querendo ir. (...) Ir pro mundo, né, que já tá há seis meses sem. Aí eu falei ele tá querendo ir, e tá se vendo preso e começa a ficar grosso com a gente dentro de casa.

A **agressividade do parceiro é significada** como um forma de esconder a culpa, o sentimento de inferioridade, a mágoa que sente e não consegue superar, por se julgar inadequado, errado. É uma forma de esconder os seus problemas, de lidar com o sentimento de inferioridade, com autopercepções negativas; de se defender.

(...) ele tem uma coisa dentro dele de que ele é um merda, que que ele magoa todo mundo, ele machuca todo mundo, ele faz tudo errado... Que ele, na família, é o pato feio mesmo. Então, ele tem essa mágoa, e daí ele já num. Vai enveredando, praticamente por dentro, em vez de tentar superar (...).

Essa significação relaciona-se com as explicações de Maria Rosa para ter permanecido do lado do parceiro: o uso de drogas é uma doença. Pode-se inferir que a agressividade é quase sintoma desta doença. Tal forma de significar as dificuldades e atitudes do marido contribui para a desresponsabilização dele pelas condutas agressivas.

Nunca, nunca foi de me agredir, nunca foi de nada, só agride com palavras. Só agride muito, muito, muito... Pra se defender... Pra se... Se sente inferior (pausa), né, isso eu acho que magoa ele e ele contra-ataca querendo me machucar emocionalmente.

Esse é mais um dos mecanismos através dos quais as características e atitudes negativas de Campos são dissociadas dele. Outra forma de preservar uma imagem positiva do parceiro é acreditar que, envolvido com drogas, ele é outra pessoa. Não é ele que age, mas um outro.

*Eu falo “oh, eu não quero nem pensar nisso, eu não vou nem pensar, porque eu sei que você no normal você não procura mulher, eu acredito muito nisso, agora **você drogado... N... Não é você**, aí o que você faz eu não quero nem pensar nisso.*

Há uma percepção de que, quando o parceiro é agressivo, a trata como se fosse “*uma pessoa diferente*”. A violência teria o poder de converter o íntimo em estranho, ela aliena.

Em suma, a referência de Maria Rosa ao uso de drogas como causa dos problemas conjugais mascara a realidade da relação e da violência presente em seu cotidiano. Assim, os sentidos atribuídos aos atos agressivos do parceiro e aos problemas conjugais levam à desresponsabilização do parceiro. As significações dadas aos atos agressivos levam a uma não nomeação da violência e servem para justificá-la: é uma doença, a agressividade é sintoma de suas dificuldades pessoais.

5.3.1.2. Relação entre percepções de gênero e sentidos atribuídos à violência

Maria Rosa exemplifica as agressões verbais do parceiro ao longo da entrevista. Nesse contexto torna-se possível observar que estas agressões referem-se ao passado amoroso dela:

Aí fala, “Ehhh... Nenhum homem quis casar com você, eu que quis. Com 35 anos, os cara só queria te comer, queri...”. Sabe essas baixaria, essas coisas que te agride. Ce fala “pô, como é que um homem pode falar um negócio desse?” Mas ele fala pra querer ser o superior assim, pra... Esconder o problema dele, sei lá.

Ela viveu sozinha, desde a adolescência, e conta que teve vários namorados. Os primeiros namoros foram “sérios”, duradouros. Ela conta que era sua a iniciativa de procurar os homens com quem se relacionou e que se entregava muito. Hoje, acredita que eles ficavam assustados com sua atitude. Por isso, eles a deixavam e ela passou a ter dificuldade de ter vínculos duradouros. Campos refere-se às suas experiências amorosas com insinuações de que, antes dele, os homens só queriam curtir, se aproveitar dela. Ele é diferente, ele se casou, assumiu a relação. Não raro, Campos a xinga de “*biscate, piranha*”, entre outros, referindo-se de maneira insultante ao passado amoroso de Maria Rosa. Esta concepção tradicional de gênero, segundo a qual o exercício da sexualidade e da autonomia denigrem a imagem feminina, parece legitimar a violência que Campos exerce contra Maria Rosa.

Ela descobriu, meses depois de estar com Campos, que era portadora do vírus HIV. Os médicos, na ocasião, pesquisaram se ela havia apresentado alguns sintomas em um passado recente, como febre, e pela época de manifestação destes sintomas, concluíram que provavelmente ela tenha se contaminado nas relações sexuais com Campos. Ele, que também é portador do vírus, não assume a responsabilidade pela contaminação. Chega a

insinuar que Maria Rosa contaminou-se em uma das suas relações passadas. Cabe perguntar se a tendência que ele tem de **acusá-la de promiscuidade** e de fazer o balanço dos parceiros que teve e das intenções destes, seria um forma de se desresponsabilizar (mais uma vez) pela contaminação da parceira, ou seja, seria uma forma de confundi-la. Ele a segura/prende pela culpa (que ela, no discurso, demonstra sentir) pelas experiências amorosas vividas. Esta **culpa possivelmente leva-a a perceber a violência exercida pelo parceiro como algo esperado**.

A tendência de acusar a esposa pelo passado fundamenta-se em **sentidos históricos de gênero**. Como homem, Campos deixa de ser cobrado acerca de seus envolvimento amorosos e é isentado socialmente disso. Ao contrário, o incômodo com o fato de as mulheres terem um histórico amoroso, ou melhor, sexual, revela o quanto estão presentes representações tradicionais de que elas devem chegar “puras” ao casamento. A liberdade sexual de mulheres é associada à promiscuidade. Quanto aos homens, o exercício da sexualidade não só faz parte das regras sociais, mas é estimulado socialmente, sendo um dos quesitos que os fazem sentir-se empoderados em um relacionamento. Em nossa cultura, há vários mitos ilustrativos disso e não é raro, em relatos tanto do cotidiano quanto da clínica psicológica, observar a presença de fantasias e da insegurança masculinas diante de mulheres experientes sexualmente.

5.3.1.3. Vínculo amoroso: concepções das vivências conjugais/do parceiro e de gênero

Maria Rosa se contradiz, argumentando que, hoje, já não pensa que o uso de drogas é uma doença: *“ele podia falar não, não quero isso, tem outras coisas na vida pra cuidar. Eu acho tem hora que... É falta de força de vontade dele mesmo”*.

Após mencionar isso, o encadeamento das idéias, no discurso, ilustra como a percepção de que falta força de vontade do parceiro, de que não se trata de uma doença, **não tem o poder de mudar seu posicionamento diante da relação conjugal**. Maria Rosa diz que acaba cedendo no desejo de separar-se do parceiro porque ele é uma pessoa persuasiva e, sobretudo, porque gosta dele. Em seguida, ressalta características positivas dele – é íntegro, honesto – e explica por que não rompeu o vínculo amoroso:

Porque eu acredito... Sempre acreditei que ele não quer isso pra ele, que ele sofre com isso. Acho que eu tive pena de ver ele sofrer por isso... E também de ele ver que ele vai perde uma pessoa que ele...Que ele....né.... Que eu sei que ele gosta de mim e ele vai ta perdendo. Perdeu tanta coisa na vida e vai ta me perdendo também. Né, acho que... Eu tenho pena dele, entendeu.

Na sequência, fala que tem esperança de que ele abandone as drogas, já que ouve falar de pessoas que eram piores do que o marido e conseguiram superar. Exemplifica isso referindo-se ao tio dele. Admite ter esperança de que o parceiro sairá disso. Esta esperança baseia-se também na crença de que a sua entrega como esposa, sua atitude de apoiá-lo, passando dificuldades, mesmo quando ele tem recaídas no uso de drogas fará com que o parceiro mude. Esta incondicionalidade, a disposição para estar do lado dele aguentando os problemas sinalizam sua força e, reciprocamente, a expectativa de que o parceiro seja mais forte em relação às drogas. Essa dinâmica fica evidente na fala abaixo:

(referindo-se ao fato de estar vivendo mal alojada na casa dos sogros)

Eu quero, é assim, mostrar pra ele que eu to do lado dele pra ele se resolver. (...) Porque eu to passando por isso, eu to morando na casa da mãe dele, eu to dormindo num colchão no chão, eu to... Passando por problemas. Eu to agüentando tudo isso pra ta do lado dele. E ele então... Sabe, vai continuar? Depois de tanto tempo com a cabeça... tanto tempo sem usar? Por que que ele não pode ser um pouco mais forte? Pra mim não é... Não é tão fácil ta vivendo do jeito que eu to vivendo com ele, mas eu não to tentando ser forte pra ta com ele? Por que que ele não pode então ser forte também pra que fique comigo? Entendeu, aí é nessa hora que eu me magôo “pô, ele não ta me, me respeitando”.

No encadeamento de idéias, exposto acima, a percepção de características positivas do parceiro, a persuasão deste, o gostar e a crença de que passar dificuldades para estar do lado do cônjuge pode transformá-lo, aparecem como mecanismos que impedem que a percepção dos danos causados pelos atos de Campos levem a uma mudança de postura diante do relacionamento. Ao contrário, tais fatores contribuem para a **manutenção do vínculo amoroso**. Afinal, quando se envolve com as drogas e age de maneira agressiva, se endivida, não é o parceiro que está em cena, é um outro. Essa forma de perceber a situação contribui ainda para que Maria Rosa assuma a postura de cuidar dele e justifique o fato de perpetuar o vínculo amoroso. Se a agressividade decorre das dificuldades pessoais do marido, resta-lhe compreendê-lo. Se decorre de sua doença, resta-lhe ajudá-lo. Maria Rosa parece propensa a relevar as agressões sofridas.

As significações atribuídas às vivências conjugais e as percepções do parceiro (de suas características, de sua agressividade) contribuem para a manutenção do vínculo amoroso. Esta distinção entre o homem que lhe traz problemas por usar drogas, ser fraco e mal-sucedido e aquele que idealiza como competente e inteligente, demarca a ambivalência afetiva característica de relações violentas. Torna a opção de permanecer do lado dele compreensível.

Então ele chegava e ia deitar. (...) usava até a técnica assim, não adianta falar nada com ele, agora eu deixo... Eu ficava com raiva de ver ele assim, né, porque não era assim que eu queria ver ele. Eu queria ver ele como um homem normal, que levanta e vai trabalhar. Aí eu via ele ali mole assim (...). Aí eu ia fazer uma comida, dava um leite, tentava dar coisa pra ele comer pra ele tentar se reanimar, né. (pausa)

Note-se, na sequência da fala, que a decepção em relação à condição do parceiro, é seguida pelo movimento de tentar fortalecê-lo, reanimá-lo, movimento este que provavelmente ela também exerce na interação conjugal. Maria Rosa parece encontrar formas de preservar a imagem do homem por quem se apaixonou, que conheceu como sócio de uma empresa. Isso representaria uma necessidade de preservar as primeiras impressões? Demonstraria o quanto pode ser doloroso enxergar a vida como ela é? Preservar a imagem positiva do parceiro e alimentar a esperança de mudança na relação, expressa a dificuldade de reconhecer que o sonho se perdeu, que a pessoa com quem se vinculou não é quem pensava que fosse. É uma tentativa de conferir sentido à experiência conjugal, bem como ao sofrimento vivido.

Além dos fatores mencionados acima, outras razões, identificadas no discurso de Maria Rosa, parecem sustentar o vínculo amoroso:

Então assim, aí eu fiquei pô, eu já tenho um HIV, já to com ele assim. Éeee... Ele e eu, nós dois, a gente se gosta e vive muito bem. O problema é... É a consequência das drogas mesmo, sabe. Então eu vou ficar, né. Porque eu vou ficar sozinha? E eu tenho uma coisa, um trauma terrível de ficar só. Era doida pra casar desde os 12, 13 anos. Por isso mesmo eu soube casar com meus 35 já, né, 33 anos. Então, eu casei pra ficar casada, eu vou ficar casada, não vou largar. Batendo o pé comigo mesmo, não, eu vou ficar. Eu vou ajudar ele, ele vai largar, eu ainda acredito que ele quer largar e vou ficar. (...)A questão do HIV... Isso não me abalou tanto. Assim... Eu entendi. Eu falei, agora, eu vou ficar com outro cara? Até eu arrumar um outro cara que vai me entender, a minha condição é mais difícil ainda. Melhor ficar com ele mesmo, ele gosta de mim e tudo, me faz bem, é uma pessoa que me trata muito bem (pausa). Pra que que eu vou mudar minha vida agora? Aí ta, continuei (...)com ele.

Ela vê o fato de ser portadora do vírus HIV como empecilho para arranjar outros relacionamentos: ou fica com Campos ou fica sozinha. Ela diz ter pavor de ficar sozinha, logo, resta-lhe a primeira opção. Soma-se a isso a valorização conferida ao casamento, a

crença de que este deve ser preservado e o desejo de manter a família unida. Tudo isso contribui para consolidar uma visão positiva da relação. Ela justifica a opção de não largá-lo: eles se gostam; o parceiro lhe faz bem; eles vivem “*muito bem*”. Mais uma vez: o problema são as drogas. Indaguei sobre o medo de ficar sozinha. Emocionada, ela diz:

Eu acho que eu sempre, assim... Não sei. Eu não acho que eu sofri. Hoje eu olho pra mim “Maria Rosa”, passando por tudo que eu passo agora, o que eu vivi antes não era sofrimento (muita emoção), mas é que eu sempre tive pena de mim porque eu acho que eu sempre sofri, entendeu, que eu era uma pessoa que... Tive pena de mim. Agora, a razão dessa pena, eu não sei.

Por causa desta pena de si, tem medo de ficar só. Hoje, olha para trás e vê que não sofria. Mas, no passado, julgava que sim: sempre teve pena de si. O casamento fez com que soubesse o que é sofrimento, de fato. Entretanto, ficar só também é sofrido. Os namoros que teve foram breves e apenas curtição, mas ela queria mesmo era um vínculo duradouro. Não dava: os homens a deixavam.

Mas enfim, até que eu encontrei o Campos e bateu essa coisa de ele já ir pra minha casa... Acho que até foi por isso, que eu já aceitei “Ô, esse veio”.

O fato de Campos ter assumido o relacionamento o diferencia dos outros: ele ficou. O vínculo logo se tornou estável. Os dois falavam em ter filhos e, em uma semana, estavam morando juntos. Busco explorar com Maria Rosa a tendência que ela tem de querer se vincular rápido, de logo ficar junto. Ela responde:

Acho que eu sempre quis isso, não sei. Agora, Maria Rosa nasceu isso? Não sei. Talvez por ter perdido minha mãe, né. Com quinze anos.... E o pai já era separado, talvez seja por isso também. Não sei. (...)

5.3.1.4. Aprendi a ser Amélia com minha mãe: concepções de gênero e vínculo amoroso

Ela conta que embora tenha convivido com a mãe, na infância, tem poucas lembranças dela. Lembra da mãe lavando roupa. O pai saiu de casa quando Maria Rosa tinha sete anos, pediu para separar-se da mãe e vivia nas redondezas. Mas continuava freqüentando a casa da mãe, como dono da casa, pai da família. O pai era bravo, a mãe:

Então minha mãe sempre assim, apesar do... Meu pai era mulherengo, minha mãe vivia... Aquela história de casa da luz vermelha que existia antigamente no interior. Minha mãe sabia disso, dessas histórias todas, mas a minha mãe, ela... Acho que eu sou igual ela, minha mãe não separava. Não, eu... A mulher não sai de casa, quem sai é o homem, né. E seu pai quer vim, aqui é a casa dele, aqui é a família

dele. Então eu acho que eu sou meio parecida com minha mãe, nesse ponto, às vezes por eu ter aprendido esta história de Amélia com ela, não sei.

A pesquisadora indaga: “Amélia?” Maria Rosa prossegue:

Éeee, porque.... Hoje em dia, as mulher da cidade não quer saber disso. A mulher hoje, tem um problema com homem, tem confusão, parte pra outra vida e vai seguir sua vida, né. Eu ainda fico querendo achar que... nosso casamento.... Ele é o meu marido eu vou ajudar ele e a gente vai ser feliz.

Aprendeu com a mãe a ser Amélia: a relevar traições, a tolerar, a preservar o casamento, a ajudar o parceiro e acreditar na mudança dele. Note-se que os modelos parentais ancoram-se em sentidos tradicionais de gênero: homens podem ter outros casos amorosos, sair de casa; as mulheres ficam, esperam, os recebem. Este trecho ilustra como os **sentidos históricos de gênero contribuem para a manutenção do vínculo amoroso.**

5.3.1.5. “Muito sem-vergonha mesmo... Depois de tudo, eu ainda querer continuar com você!”

O fato de permanecer com o parceiro depois de ter passado por tantos sofrimentos, faz Maria Rosa referir-se si como “*sem vergonha*”. Em determinado trecho do seu discurso, ela faz referência ao que costuma dizer para Campos:

Eu ainda brinco com ele, falo (...) “muito sem vergonha mesmo, Campos, depois de tudo que eu já contei, depois de tudo que eu já te ajudei, depois de tudo que eu quero e que não é isso (ênfase) eu ainda querer... Continuar com você. Eu acho que daqui pra frente, se você continuar fazendo as porcarias que você ta fazendo, eu vou ter que largar de você. (tom emocionado, voz alta, misto de tristeza e raiva).

Mas abruptamente ela usa a expressão “*depois de tudo que eu já contei*”. Na verdade, ela está contando para a pesquisadora. Neste momento, a pesquisadora torna-se objeto da fala, o que provavelmente indicaria o constrangimento que Maria Rosa expressa, diante da interlocutora, pelo desejo de querer preservar o relacionamento.

O que a levaria a separar-se? O que o parceiro pode fazer parece mais determinante do que um posicionamento, uma decisão pessoal. Ela parece esperar, depender dele, observá-lo para decidir. Como sua percepção é afetada pela esperança e por mecanismos que a levam a distorcer a imagem do parceiro e de seus atos, provavelmente será difícil tomar a decisão de romper o vínculo. Mais ainda, de sustentá-la no decorrer do tempo.

Os **mecanismos que usa para distorcer a percepção** do relacionamento e do parceiro não são eficazes a ponto de amenizar seu mal-estar:

Eu já to assustada... Disso, de... Assim... Quando a gente... Quando eu to bem e acho que a gente ta bem e assim que eu quero que fique... Eu já vi que isso tá uma corda bamba, né. Tudo pode voltar a não dar certo... E ter que mudar tudo isso. Então eu fico sempre esperando, será que a hora que eu tiver com a minha casa, com a chave da minha casa, que eu não tiver que (...) casa da minha filha, eu não vou ter coragem pra falar “Campos, ta, agora não dá, acabou (pausa), tchau e deixa eu tocar minha vida. Então, eu acho que eu to esperando este ponto forte, ter a casa própria e depooois... Então tomar uma decisão, então. Porque até então eu não quero mudar pra casa de irmã, eu não quero... E não to numa condição agora de me manter sozinha mais.

Uma questão importante é que na frase “*tchau e deixa eu tocar minha vida.*”, ela faz um pedido a ele. Transfere para Campos a decisão de “deixar” ela ir embora, seguir a própria vida. Enquanto essa decisão não for dela, por ela, para ela, não vai conseguir!

Pergunta a si mesma o que a encorajaria a tomar uma decisão. Ela acha que uma maior estabilidade financeira e a aquisição da casa própria a empoderariam para tocar sua vida, sem o parceiro. No entanto, este encadeamento de idéias finaliza com a informação de que a casa ainda vai demorar a sair. Esta sequência poderia corresponder à fala: agora, não tenho como decidir, só posso fazer isso mais adiante?

5.3.1.6. Hoje, eu não vou mais: a justificção do comportamento passado

Maria Rosa apresenta outra razão (é quase uma estratégia!) para manter o relacionamento: o foco no momento presente da vida conjugal.

Talvez, assim lá atrás, eu pensava não, hoje eu vou, hoje eu vou, hoje eu vou. Hoje, eu não vou mais. Mas... Por... Hoje, estamos junto, tamo. Por que? Porque ta tudo tranqüilo agora. Ah, eu vou separar dele agora só porque eu acho que futuramente ele vai? Não. Ah, e também oh, a questão financeira agora. Eu vou fazer como? Que condições hoje eu tenho pra simplesmente dizer não dá, tchau. Não tenho. Então eu vou deixar resolver as coisas (pausa), né. E... Se ele for, a gente vai ter que se separar mesmo. Eu já falei muito pra ele isso... Que mais uma vez dele, eu estando em condições, que eu não vou mais ficar com ele. Gostando do jeito que for, mas a gente vai ter que se separar.

Não é que nunca tenha deixado de pensar em romper com o parceiro. Mas já chegou até aqui: não vai mais. Não se pode deixar de pensar no papel da justificção do comportamento do passado (Aronson, Wilson & Akert, 2002): depois de ter passado tanta coisa, abandonar o barco provoca dissonância. Leva a vislumbrar a própria incoerência,

estupidez: por que não o abandonei antes? Por que só agora? Para que ter passado por tantos problemas? Romper o vínculo inviabiliza conferir um sentido à experiência vivida e ao próprio sofrimento. Além do mais, porque não o deixaria? Porque, no momento, estão bem, ele está sem usar drogas. O que viveu de negativo no passado e o que poderá viver no futuro com ele, não é motivo para terminar o relacionamento. O foco no presente gera inércia e transparece a autojustificação que precisa, para preservar o vínculo, a despeito do sofrimento.

Maria Rosa apresenta um discurso idealizado, que parece distorcer a percepção do vivido. Além disso, aponta inúmeras razões para explicar a preservação do relacionamento conjugal. Ainda que se revolte com os problemas vividos, não os aceite, que demonstre sofrer e sentir mal-estar diante do cotidiano conjugal, este movimento impede a consciência do vivido e um posicionamento, uma decisão diante dos atos destrutivos e agressivos do parceiro.

Em suma, os sentidos atribuídos à violência, às experiências conjugais e os sentidos de gênero contribuem para a justificação, a aceitação da violência e para a persistência do vínculo amoroso. O medo de ficar só, a justificativa do comportamento passado, a delegação da decisão ao parceiro, o ideal da família unida são outras razões que levam à manutenção do vínculo amoroso.

5.3.2. Entrevista individual: Campos

Campos iniciou a entrevista dizendo que a denúncia ocorreu por causa de uma agressão praticada por Maria Rosa e enfatizando que o que deve ser tratado é a agressividade dela. Em seguida, ele explica o envolvimento com as drogas em uma tentativa de se justificar. Atribui o uso de drogas a forças externas: influência de colegas usuários e quase a um “carma”. Conta que era bem sucedido profissionalmente e ressalta que tinha valores contrários ao uso de drogas. Nega a dependência: não usa todo dia, mas o problema é que quando usa, fica dias fora de casa.

Durante a entrevista, Campos apresentou um discurso racional e bem articulado, em um tom de argumentação, de argüição, que revelou-se pouco reflexivo e pouco autocrítico, parecendo fazer uso do espaço de interlocução para causar uma boa impressão e, sobretudo, para convencer a pesquisadora de que não é o protagonista das agressões conjugais e de que o uso de drogas não é o principal fator dos problemas vividos na vida a dois. Tal postura sugere que o espaço de entrevista e de atendimento jurídico era experienciado como ameaçador.

5.3.2.1. Sentidos históricos do gênero e os sentidos da violência

Campos apresenta uma **visão tradicional dos papéis de gênero**. Isso pode ser notado em dois temas que atravessam seu discurso: a referência às mulheres e o conflito movido pelo fato de não estar ocupando o lugar de provedor da família.

A referência às mulheres traz a idéia de que “*é tudo igual*”. Ele diz ter se casado logo com Maria Rosa porque não há diferenças entre as mulheres, ou seja, não é necessário procurar a “*mulher da sua vida*”. Isso traduz uma visão estereotipada e universalista do feminino, que ele reduz à imagem de “*perigosa*”. Ele também refere-se, em três trechos da entrevista, às mulheres da família da esposa. Campos evoca imagens estereotipadas, comumente associadas ao feminino no imaginário social: a mulher que tratava mal o ex-marido é velha, louca, solteira. Insinua que a mulher que tem problemas com o marido é agressiva, é insana, fica só e não é desejável. Há uma simplificação das reações agressivas da esposa: sua agressividade é naturalizada e não significada como decorrente dos problemas vividos, inclusive, na conjugalidade.

O segundo tema que aparece nas entrelinhas do seu discurso, diz respeito ao conflito e mal-estar gerado pelo fato de não assumir o papel de provedor. Seu discurso é entremeado de contradições e ambivalências: embora negue sofrer com o insucesso profissional, deixa transparecer seu incômodo nas repetidas queixas relacionadas às dificuldades financeiras e à queda no seu padrão de vida. Este conflito/mal-estar pode ser notado através das inúmeras justificativas para o fato de não estar trabalhando e para o fracasso financeiro que atravessam o seu discurso: se envolve com drogas; um sócio da empresa o traiu; a família e sua esposa não confiam a ele o carro. Tais justificativas fazem coro com suas tentativas de persuadir a pesquisadora de que ele tem facilidade de ganhar dinheiro; elas falam de sua necessidade de vender a imagem de homem bem-sucedido.

A visão tradicional dos papéis de gênero também aparece quando ele é convocado a falar sobre os papéis de homem e mulher no seu cotidiano: ele fala com hesitação que, “*por enquanto*”, é a esposa que paga as contas. Revela que antes era “*normal*”: o casal era tradicional, ou seja, ele trabalhava. Este trecho torna flagrante novamente que o fato de não estar assumindo a posição de provedor gera incômodo.

5.3.2.2. Relação entre sentidos atribuídos à conjugalidade, aos problemas/conflitos conjugais e à violência e vínculo amoroso

Campos percebe sua vida a dois com Maria Rosa como um relacionamento que tinha tudo para dar certo. Os problemas vividos pelo casal não se referem à convivência em si. Ele chega a afirmar que o relacionamento é bom, exemplificando que não vivenciam

dificuldades típicas de alguns casais como ciúme e infidelidade. O abuso de drogas e os problemas financeiros decorrentes deste abuso aparecem como causas para as dificuldades vividas na relação conjugal.

Tais fatores o levam à percepção de que o relacionamento vai mal. Ainda assim ele diz que o casal se assemelha a casais que vivem juntos por muitos anos: a filha do casal aparece como a grande **razão que impede a separação**. Ele deixa claro que não quer que a filha seja criada com pais separados. Por isso, quer que o seu relacionamento conjugal dê certo. O casal namorou por pouco tempo e logo foi morar junto - segundo ele, Maria Rosa desejava se casar. A forma como se refere às mulheres da família da parceira - “velhas, loucas, solteiras” - mostram que ele pensa que para a esposa, o casamento era uma necessidade. Ele, por sua vez, casou para ter filhos, ou seja, casou-se movido pelo desejo da paternidade em maior grau do que pelo desejo da conjugalidade.

Outras **razões para manutenção do vínculo amoroso** são apontadas. Campos deixa escapar a admiração que tem pela esposa: ela conquistou muita coisa e “*briga*” para que a relação dos dois dê certo. Em determinado trecho da entrevista, ele sugere não saber se a razão para a persistência dela seja “*falta de opção*”. A esperança de que futuramente a vida do casal dê certo também os vincula: Maria Rosa acredita nele, que possa resistir às drogas e ter êxito profissional. O sofrimento é mencionado como algo que o leva a dar valor à parceira que, além de dar apoio, aguentou muita dificuldade para estar ao seu lado, **cumprindo o “*papel de esposa*”**. Tal atitude faz com que Campos tenha receio de frustrá-la.

Embora reconheça ter parte na causalidade dos problemas/conflitos conjugais pelo uso de drogas e pelas “*besteiras*” que fez, Campos assume uma postura defensiva que o impede de responsabilizar-se, de fato. É como se reconhecer que cometeu erros, no passado, fosse o bastante para isentá-lo da responsabilidade pelas atitudes e problemas atuais que continuam a suscitar as queixas da esposa.

Ele posiciona-se diante das reclamações, das acusações e das cobranças de Maria Rosa com resistência, o que impede autocrítica e mudança pessoal. O argumento de que a esposa fez a opção de ficar com ele, sem ser obrigada a tal, é evocado para neutralizar as queixas dela: já que procurou, apostou nele, que aguarde as consequências. Ou seja, ele é o que é, e ela, sabendo disso, não tem do que reclamar. A maneira como Campos significa o vínculo da esposa, o leva a naturalizar os seus comportamentos e a justificar os seus erros, colocando-o em uma posição cômoda: se ele é uma barca furada, paciência; se o casal está devendo, mas as necessidades da filha estão sendo minimamente supridas, está bom; se o que vai lucrar ao sair de casa para trabalhar não vai mudar sua vida, não correrá atrás.

O fato de a família desconfiar de que ele volte a recair no uso de drogas agrava sua inércia. Embora Campos não aceite ser paralisado pelo temor e pela desconfiança da família e chegue a questionar que ficar esperando crédito seja a melhor solução, seu discurso revela que ele não luta efetivamente para mudar a opinião da família. Ele não busca ou sinaliza um movimento de mudança, diz não se estressar, vai fazer o que der. Ter recaído, traído a confiança da família outras vezes cola como um rótulo e afeta sua relação com a esposa e a família: eles não confiam, Campos fica sem alternativas. Queixa-se de que a esposa não lhe empresta o carro para trabalhar e que o pai o controla, justificando sua estagnação profissional através disso. É mesmo difícil quebrar o estigma e isso o afeta: ele faz referência às vezes em que a esposa desqualifica sua fala dizendo que ele está doente ou merece passar pelo que está passando.

Mais do que o seu envolvimento com as drogas e os problemas financeiros que surgem em consequência disso, a agressividade da esposa – que é “da natureza” dela e das suas irmãs – é apontada como a principal causa dos problemas/conflitos conjugais. A responsabilização da esposa fica evidente, quando ao término da entrevista, Campos novamente sugere que não é ele quem tem que ser atendido - é a agressividade da esposa que tem que ser tratada. Isso leva a concluir que não há um reconhecimento efetivo de que ele é responsável pelas dificuldades e conflitos vividos na esfera conjugal: parece que ele fala de seus erros, do reconhecimento do papel destrutivo das drogas no seu relacionamento mais para prevenir acusações, para evitar que isso seja apontado por Maria Rosa, pela família e mesmo por mim, no papel de entrevistadora.

No discurso de Campos, não aparecem referências às agressões cometidas por ele contra a esposa. Ele, ao contrário, faz várias referências ao comportamento da esposa. Ele **se queixa dos seguintes comportamentos da parceira**: desqualificar o que ele diz com a insinuação de que é doente; fazer acusações; dizer que “ele merece”; puxar coisas do passado e jogar na sua cara os erros que ele cometeu; perder o controle e se alterar crescentemente na hora da briga; teimar em defender o próprio ponto de vista; ser incapaz de conversar durante uma briga, entre outros.

Campos significa a tendência de Maria Rosa de apontar os erros dele como um “*modo de defesa*”. Em nenhum momento, leva-se em consideração o contexto que gerou os conflitos/brigas e as atitudes e comportamentos do próprio Campos para significar as reações da parceira. Por valorizar a incondicionalidade que caracteriza o companheirismo da esposa – ela luta e aguentou muitas dificuldades do seu lado – releva “*muitas coisas*”, na hora da briga. A partir disso, pode-se indagar se as reações da esposa perderiam o poder de afetar o parceiro e de abalar o vínculo que os une já que são amenizadas,. Tal

incondicionalidade contribui surpreendentemente para que ela não seja escutada, para que o parceiro prossiga cometendo os mesmos atos, para que as razões dos conflitos e da violência se mantenham. **Os sentidos atribuídos ao vínculo** da esposa parecem amenizar a gravidade das atitudes agressivas dela – e possivelmente as de Campos – no momento das brigas.

Pode-se concluir que os sentidos históricos do gênero contribuem para que as atitudes e comportamentos de Maria Rosa, na hora da raiva, sejam significados por Campos como “coisa de mulher” louca, velha, solteira, sozinha, como as mulheres da família dela. Mulheres “normais” reagiriam sem agressividade, com o silêncio? Como “*macho*” que deve ser, no sentido de assumir as opções que faz e de reconhecer os próprios atos cometidos, Campos julga já fazer o bastante pelo relacionamento. Isenta-se de rever, de fato, os seus atos, de buscar mudanças pessoais e relacionais, de se deixar afetar pelas queixas da esposa e de tentar corresponder a elas. Os sentidos históricos do gênero contribuem para que a violência seja percebida na parceira, e não nos próprios atos que, por sua vez, são justificados e supostamente resolvidos no simples ato “masculino” de assumir o que faz.

Os sentidos atribuídos ao vínculo amoroso contribuem para que a conjugalidade seja “salva”: o problema não é a convivência a dois. A atribuição das causas dos problemas/conflitos conjugais a fatores externos – drogas e dificuldades financeiras - ameniza a responsabilidade pessoal pelo vivido e cria um arranjo que faz com que, mesmo percebendo que o relacionamento vai mal, o vínculo possa ser mantido. A violência de Campos – notada nas entrelinhas do seu discurso através da postura superior que assume diante da parceira, na indiferença às demandas dela e na maneira como defende seus atos independentemente do que Maria Rosa possa fazer/dizer - sequer é mencionada (seria percebida?) por ele. Embora inicie a entrevista reconhecendo que “parte da culpa” pelos problemas da conjugalidade é dele – referindo-se ao uso de drogas - não há uma reflexão e um reconhecimento autêntico de sua implicação nos problemas/conflitos conjugais, muito menos uma percepção pessoal das violências cotidianas de que é autor.

Os sentidos atribuídos ao gênero, à conjugalidade e ao vínculo amoroso contribuem para que os atos de Maria Rosa sejam significados como agressivos e para que os de Campos sejam justificados e sequer percebidos. Os sentidos atribuídos ao gênero, à conjugalidade e à violência contribuem para a sustentação do vínculo amoroso.

5.3.3. Entrevista de Casal: Campos e Maria Rosa

O casal chega à entrevista nervoso, pois tinha acabado de ter uma briga. A questão financeira estava em pauta. Maria Rosa queixava-se de que o parceiro insistia em dizer que havia ajudado no pagamento das contas do casal, por ter feito um depósito na conta dela. Ela afirmava que ele havia usado todo o dinheiro depositado. Pelos valores mencionados pelo casal, era objetivamente claro que ele dera cheques e acabara usando todo o valor que depositara para outros fins.

Na **dinâmica do casal**, chamou a atenção a insistência de Campos em dizer que pagara compromissos que o casal havia previsto. Ele falava de modo a confundir Maria Rosa. Isso explica o modo inseguro como ela se coloca diante dele. Trata-se de uma estratégia perversa: a insistência e frequência com que se argumenta em favor do que obviamente não é lógico, leva a interlocutora ao esgotamento, à confusão. Em situações menos claras do que a referida, pode ser que ela chegue a duvidar de suas próprias percepções.

Eles voltam a falar de finanças, sobre o que cada um paga e deixa de pagar. Campos reclama que Maria Rosa não valoriza o que ele consegue, tudo o que faz ela acha pouco. Refere-se a uma “dívida”: *“é como se eu lhe devesse algo, uma dívida que nunca vou conseguir pagar”*, disse ele.

A esfera financeira parece encarnar outras **dimensões conflituosas da relação conjugal**. É apenas o pretexto para uma espécie de acerto de contas. O tom de cobrança é de Maria Rosa, quem se sente cobrada é Campos. Além da confusão financeira real, talvez o que Campos deve referir-se ao sonho de que a privou: ter casa, um marido forte e presente, ter estabilidade financeira. A queda no padrão de vida do casal que, endividado, passa a morar com os pais de Campos, aparece como parte da “contabilidade” do casal. A questão da contaminação pelo vírus HIV, pouco dialogada pelo casal e contida através de acusações sobre o passado dela, possivelmente faz parte das cifras que gritam por serem contabilizadas.

Maria Rosa fala em separação. Ele voltou a se envolver com drogas e isso abalou muito o relacionamento. Ela falou das brigas recentes e das agressões verbais, da vulgaridade através da qual o parceiro continuava a se referir ao seu passado. Maria Rosa disse que achava melhor separar porque as agressões haviam aumentado e ela já estava cheia. Campos continuava se referindo ao passado dela para humilhá-la. Quando relatou detalhadamente as palavras “*baixas*” (ela nomeia assim) que o marido utilizava para insultá-la, disse que sentia-se muito desvalorizada por ele. Campos confrontou a parceira e, em uma tentativa de amenizar suas queixas, afirmou que ela teve “*muitos casos*” antes de

conhecê-lo. Maria Rosa desabafou: sempre teve a preocupação de ser mal entendida, pelo fato de ter morado sozinha.

Porque sabia que a mulher que vive sozinha podia ser mal vista pelos outros. E arranjei um homem que diz o tempo todo que eu era vagabunda.

Sentidos tradicionais de gênero pesam sobre ela, como pesam sobre tantas outras mulheres que ousam ter autonomia e exercer a sexualidade. Fundamentam e justificam violências cotidianas no cenário conjugal. No caso dela, nem se trata de ousadia. Trata-se até de sobrevivência: os pais eram separados, tinham condição financeira precária, a mãe morreu quando ela tinha quinze anos. Ela teve que ir à luta para sobreviver e vencer e isso precisa ser valorizado!

Quanto à possibilidade de separação, o tom de Maria Rosa parece mais de lamentação do que de decisão. Quando fala em separar parece mais estar dizendo ao parceiro “eu não aguento mais os problemas causados por você” ou “você tem que mudar”. Se é visível que ela está no limite, afetada pela recaída do marido no uso de drogas, também é notório o quanto ela sofre ao falar em deixar Campos e seguir a vida sozinha.

Campos, por sua vez, parece querer demonstrar indiferença à ameaça de separação colocada pela esposa. Limita-se a dizer que ela deve mudar, especialmente parando de agredi-lo. Ele explica que Maria Rosa, quando está com raiva, xinga muito e, em seguida se arrepende. Então, pede desculpas e tenta negar o que falou. Ele não admite isso: “bate e vem assoprar em seguida”, disse Campos. Torna-se claro, assim, que ele acha que quem causa os conflitos conjugais é Maria Rosa, que é ela quem deve mudar. Mais do que isso, “violenta” ele usa esta palavra, é ela. A agressividade de Maria Rosa é naturalizada como violência, enquanto os atos pessoais dele e os problemas que estes atos trazem para a vida conjugal e familiar relacionam-se a circunstâncias passageiras.

Isso fica ainda mais explícito quando ele coloca que o Campos com problemas, sem dinheiro, é o mesmo homem que, dali há algum tempo, vai estar bem, “*bonzinho*”. Ele insinua que Maria Rosa só gosta dele quando ele está com dinheiro. Mas alerta:

Olha, o homem é o mesmo, eu tenho os problemas, no dia que eu resolver meus problemas eu não vou tá com os problemas, mas, mas o homem vai ser o mesmo...

Nas entrelinhas, pode-se compreender que ele diz a ela que se ela não agüenta o Campos que usa drogas e está sem dinheiro, não vai desfrutar do Campos que, daqui há pouco, vai estar bem: ele é o que é, não muda. Ele parece avisar a ela que, caso tome a atitude de separar-se, vai sair perdendo. Pela baixa auto-estima que revela ter, a estratégia de criticar a parceira, de projetar nela a responsabilidade pelas mazelas da vida pessoal, é

também uma forma de convencer a si mesmo que *é* um homem bom, bem-sucedido, que apenas *está* com problemas.

Campos assumiu uma postura agressiva e permaneceu praticamente calado até o final da entrevista. Nas vezes em que falou, foi para defender-se e relativizar as acusações de Maria Rosa, especialmente relacionadas ao uso de drogas e a sua recusa de arrumar um emprego por insistir em ter o próprio negócio. Parecia desafiar a esposa a tomar uma atitude: *“se não está satisfeita, dê o seu jeito, pára de reclamar. Você me conheceu assim”*.

Por idealizar um parceiro bem-sucedido e resistente ao uso de drogas, Maria Rosa tende a acreditar que *é* mesmo como o parceiro diz: ele *é* bom, os problemas que ele tem vão passar. Há um jogo no qual ele espelha o sonho de Maria Rosa e ela se deixa capturar pela possibilidade, ainda que remota, desse sonho se tornar realidade – *é* essa dinâmica que **mantém o vínculo conjugal**.

Um fato importante fica evidente nesta entrevista de casal: Maria Rosa que, inicialmente referia-se às drogas como o problema, como a causa dos conflitos conjugais, parece ter ampliado seu olhar, passando a tocar em outras dimensões conflitantes da dinâmica conjugal. Em alguns momentos da entrevista, chegou a questionar a própria percepção das agressões verbais perpetradas pelo parceiro, refletindo sobre o quanto isso a faz sofrer. Vale ressaltar que, na entrevista, ela fala mais disso do que da recaída do parceiro nas drogas.

Maria Rosa passou a rever a própria culpa pelo conturbado passado amoroso que teve – culpa manipulada pelas insinuações do marido - chegando a dizer que *está* mais tranquila na maneira de olhar para a trajetória da sua vida. A pesquisadora provocou o casal a refletir sobre a razão que levaria o passado de Maria Rosa a ter um papel tão relevante para a convivência dos dois e sobre o quanto isso tem a ver com a forma como a vida amorosa e a sexualidade de homens e mulheres *é* vista pela sociedade. Maria Rosa ficou bastante afetada por esta colocação, expressando que não havia parado para pensar no quanto a sociedade nos ensina a ser e nos comportar como homens e mulheres. Ambos disseram que seu relacionamento *é* marcado por idéias e papéis tradicionais de gênero, ao mesmo tempo que, em alguns aspectos, se distinguia da tradição.

Maria Rosa começou a questionar sua falta de atitude diante das agressões do parceiro, revelando, diversas vezes, sentir-se mal por aceitar e permanecer ao lado dele. Este mal-estar gerou reflexões sobre sua responsabilidade pelas agressões sofridas. Ao perdoar, aceitar, entender o parceiro, disse perceber o quanto contribui para que ele a trate mal, a insulte.

Maria Rosa fala da sua dificuldade de se controlar nas brigas. A denúncia de violência à polícia, inclusive, foi feita por Campos. Ela arremessou um prato que cortou o braço dele. Segundo ela, acaba passando dos limites, gritando e até agredindo o parceiro em momentos de embate conjugal. Ela explica que em função da sua participação no atendimento psicossocial viabilizado pela Justiça, fez esforços para se controlar. Trouxe exemplos de situações nas quais o casal conseguiu dialogar em instantes de conflito. Ela reconhece, entretanto, ser difícil evitar o confronto com Campos, pois ele não dá espaço para que ela fique sozinha, nos momentos de raiva, e sua provocação é crescente.

Campos se queixa de que a parceira não confia nele. Isso faz com que sinta-se “preso”, “amarrado”. Se sai de casa, ela desconfia de que vá procurar drogas. Nas brigas, ela não gosta que ele saia, o que contribui para que ele não controle a raiva e acabe agredindo a parceira verbalmente.

Campos revelou pouca capacidade de autocrítica e apresentou um discurso muito articulado, pouco reflexivo e muito estratégico, no sentido de se defender e de se tornar imune às intervenções realizadas. Este discurso tem um caráter manipulativo e parece ter contribuído para que Maria Rosa aceitasse suas recaídas, acreditasse que ele sabia o que estava fazendo na profissão, até o momento. Esta aceitação dela foi mudando e a postura na entrevista de casal foi marcada pela decepção de estar vivendo de novo uma história de recaída do parceiro e de quebra no ritmo positivo de convivência do casal.

Maria Rosa fala em separação, mas em função da fragilidade emocional dela, pode-se perguntar até quando ela sustentará esta decisão. Ela apresenta sintomas típicos de uma pessoa agredida: insegurança, baixa auto-estima, confusão, distúrbios de autoconceito, dúvida em relação às próprias percepções, entre outros. Ademais, a contaminação pelo HIV somada ao medo da solidão narrado por ela têm um papel significativo para manutenção do vínculo amoroso.

O uso de drogas, nesta e em outras interações conjugais violentas, se torna um fator paradoxal – aumenta a volatilidade do humor do usuário, o que amplia a possibilidade de ocorrência de violência; por outro lado serve como atenuante para essa instabilidade emocional e para a própria violência.

Impressiona o quanto Campos e Maria Rosa fazem **leituras tão distintas do relacionamento: do que é causa para os conflitos/problemas conjugais, de quem deve mudar**. No entanto, parece haver um arranjo que provoca uma conciliação nas percepções. O poder de manipulação de Campos, somado à confusão e à ambivalência afetiva de Maria Rosa, acabam contribuindo para que esta carregue a responsabilidade de manter e de melhorar a vida conjugal, bem como a culpa pelos conflitos: é o fardo e o custo do sonho

de “*ter casa, marido, filho, a gente, né, viajar, passar as férias*” (trecho da entrevista individual de Maria Rosa).

5.4 – Casal 4: Estácio e Helena

Estácio tem 55 anos, tem o primeiro grau incompleto. Helena tem 49 anos e tem curso superior completo. São casados há vinte e sete anos e são parentes: Helena é tia do Estácio. O casal tem dois filhos, que estão cursando a faculdade e dependem dos pais financeiramente. A filha mais velha é casada, mas sua convivência com os pais é muito próxima. Estes cuidam do seu filho. O casal administra o próprio negócio.

Os nomes fictícios atribuídos ao casal baseiam-se na obra “*Helena*”, de Machado de Assis. A escolha dos nomes explica-se pelo fato de haver um parentesco entre os dois participantes da pesquisa. Cabe ressaltar que a relação destes participantes não é vista por eles ou pela pesquisadora como incestuosa, como é a do romance. Helena, personagem de Machado de Assis, é uma mulher “ambígua”, “astuciosa”. Como as mulheres dos romances de Machado de Assis, ela “não tem a fragilidade da mulher romântica” (Bissoli, 2007, p. 1). Estácio, personagem do romance, “viveu a vida de família” e era apaixonado pela protagonista da história. A escolha dos nomes buscou retratar a força da participante da pesquisa e insinuar o quanto Estácio demonstra gostar dela.

Há na história deste casal uma particularidade que explica a decisão de incluí-lo na presente pesquisa. Embora tenha sido encaminhado para o serviço psicossocial da Justiça, em decorrência de uma denúncia relacionada à violência contra a mulher, o caso destoa do que é comum neste serviço. Trata-se de um caso no qual a violência física é esporádica. A denúncia foi feita pelos dois filhos do casal, depois de uma briga na qual o pai, alcoolizado, ficou agressivo com a filha e com a cunhada. Os filhos chamaram a polícia porque queriam que o pai fosse retirado da casa da família. Quando a violência física é determinante, há uma tendência de que a atenção sobre ela ofusque a consideração de outros tipos de violências características do cotidiano conjugal, como a psicológica. Incluir este casal permite que estas estejam em foco e possam ser exploradas através das narrativas do casal.

Segundo os discursos de ambos os pares conjugais, a convivência a dois é boa e os problemas da vida a dois giram em torno do abuso de álcool por parte de Estácio. Ao longo do processo de produção de sentidos possibilitado pelas entrevistas, entretanto, o casal foi se dando conta de outras razões que contribuem para a ocorrência de conflitos.

5.4.1. Entrevista individual: Estácio

Estácio é de falar pouco e seu discurso é esquemático. Ele não aprofunda questões colocadas pela pesquisadora. Ao longo da entrevista, parece constrangido quando fala sobre seu alcoolismo, apresentando um tom sincero e de lamentação ao mencionar os efeitos negativos disso na sua vida. É freqüente no seu discurso a afirmação de que, na atualidade, não sente falta da bebida e acha tranqüilo parar de beber. A tentativa de convencer a pesquisadora disso, provavelmente explica-se pelo fato de a pesquisa ter ocorrido no contexto da Justiça; de ter envolvido momentos de interação com sua esposa, ou seja, ele tinha a percepção de que sua dependência em relação ao álcool estaria em foco em um contexto no qual ele poderia estar se sentindo julgado e avaliado.

Ele foi encaminhado, por determinação judicial, para acompanhamento em um Centro de Atendimento Psicossocial voltado para a problemática do álcool e das drogas – CAPS AD – e para o grupo dos alcóolicos anônimos. Na ocasião da entrevista, estava sem beber há um mês. Esta não foi a primeira vez que isso aconteceu. Ela já ficou sem beber, algumas vezes, por meses. Entretanto, teve recaídas.

5.4.1.1. Causalidade dos problemas conjugais

Motivado pela pesquisadora a **narrar a história do casal**, Estácio conta que os dois estão estressados por causa do trabalho exaustivo no negócio de que são donos e que o problema do casal é a bebida. Ele logo aborda os problemas conjugais, quando se pede para falar da história. Uma associação de idéias merece ser ressaltada: “*vinte e três anos que mora junto, que trabalha junto*”. A extensão da convivência ao espaço doméstico e profissional também contribui para o estresse do casal.

Estácio acredita que o fator que mantém o **vínculo do casal** é o amor que existe entre os dois. A percepção de que os dois, trabalhando juntos, construíram um patrimônio parece fortalecer o vínculo, levando-o a valorizar Helena. Mas em alguns trechos da entrevista, ele deixa escapar que construiu o patrimônio da família “*sozinho*”, “*sem ajuda de ninguém*”. Isso ilustra que **os papéis de gênero** são significados de maneira tradicional: embora trabalhe lado a lado com ele, o homem é quem constrói os bens da família, a mulher o ajuda.

Estácio atribui ao álcool a **causalidade dos problemas conjugais**. Quando bebe, quer se isolar e *não é ele* mesmo. A tendência de se isolar explica-se pelo fato de que ele é obrigado a estar com muitas pessoas, no meio do tumulto, no contexto do negócio familiar. Quando descansa, quer o oposto: só ficar com a família. Como a bebida aparece como um

fator externo, ele mantém uma **visão positiva do casamento** e faz planos para o futuro. A convivência com a esposa é boa, explica.

Os filhos aparecem também como razão para os problemas conjugais. Os gastos com os filhos, segundo Estácio, impediram que ele tivesse maior êxito financeiro. A dependência financeira destes, estendida mais do que o pai imaginou, é empecilho para que o casal tenha uma vida mais tranqüila e trabalhe menos. É notório o quanto Estácio atribui boa parte dos problemas conjugais a fatores externos, como à dependência financeira dos filhos. Essa tendência confere um **sentido positivo à conjugalidade** e contribui para que ele não reflita sobre sua responsabilidade pela ocorrência de conflitos.

A história de vida de Estácio é marcada pela perda do pai. A família extensa o humilhava e se julgava superior à sua. A família de Helena, tia de Estácio, tinha melhores condições financeiras, inclusive, de colocar os filhos para estudar na capital. O casamento dos dois provocou comentários de que ela estava se casando com alguém sem condições e futuro. Este discurso familiar se consolidou como contexto a partir do qual Estácio passou a se ver como inferior à Helena. Esta visão parece vigorar até a atualidade e é agravada pelo sentimento de fracasso e de incompetência diante do alcoolismo. Isso parece ter levado Estácio a colocar como meta vencer na vida financeiramente, de modo a jogar por terra a profecia lançada por um tio seu de que ele e seus irmãos não valeriam para nada. Mais do que isso, de modo a estar à altura da família e da esposa.

Esta meta parece dificultar o relacionamento de Estácio com a família: a obsessão pelo trabalho e por juntar dinheiro gera desentendimentos com os filhos e com a esposa. É inevitável lembrar do “Tio Patinhas”, quando ele narra que, por um ano, buscou juntar moedas de um real até chegar a cem quilos, e fantasiar como seria a vida da esposa e dos filhos deste personagem.

5.4.1.2. Sentidos da violência e de gênero

No episódio que gerou a denúncia, vem à tona o dilema fundante e perturbador que acompanhou a trajetória do casal, ou seja, a dualidade inferior x superior. Os filhos e a esposa impedem que Estácio, bêbado, assuma o caixa do negócio. Possivelmente ele tenha significado essa postura como uma ameaça ao que lutou para construir: estar à altura da família e mostrar o seu valor. A atitude dos filhos e da esposa de afastá-lo de sua função foi vista com uma terrível agressão. No seu discurso, Estácio fala como quem foi agredido e não parece **perceber a própria agressividade**.

Estácio pensa que a conjugalidade deve ser caracterizada pelo respeito, acordo e diálogo. Acrescenta:

Não impor... diálogo... Até minha mulher tem assim um jeito duro. Ela gosta de impor e me dá um ferimento, uma pancada (...). Isso aí às vezes atrapalha também, às vezes uma gritada fora de hora. Não sei o que é... Pode ser estresse.

Ele se queixa e tenta significar a imposição, a gritaria, as atitudes da parceira que o ferem: a violência é da ordem do incompreensível. Ele tenta entender o que a move: pode ser estresse. Há uma tentativa de nomear as agressões sofridas, o que chama de “*jeito duro*” da esposa, mas o sentido lhe escapa. Percebe-se, aqui, que **os sentidos atribuídos aos papéis masculinos e femininos** na relação fogem do tradicional: ambos devem negociar, buscar o acordo, não devendo nenhuma das partes se impor.

Em síntese, a conjugalidade é significada de maneira positiva e as causas dos conflitos são a bebida e a dependência financeira dos filhos do casal que se arrasta por mais tempo do que o pai previu. Esta atribuição externa de causalidade dá razões para que o vínculo seja mantido. Contribui para que os erros, a violência cometida contra a esposa e a família sejam minimizados e justificados. A violência percebida é a imposta pelo outro, não a cometida. Há uma oscilação de referências, no discurso, a sentidos tradicionais de gênero e a novas significações, o que provavelmente é conflituoso.

5.4.2. Entrevista individual: Helena

Helena fala com firmeza e convicção. Sua entrevista, perpassada por um tom reflexivo e explorador, consiste em uma produção rica e profunda de sentidos sobre a experiência conjugal. Permite tocar na dimensão sutil da violência, tão corriqueira na rotina a dois: o ajuste ao outro, o sacrifício de desejos/projetos pessoais, a anulação de si para preservar o casamento. A dialogia desencadeou, para a pesquisadora e certamente para ela, inusitadas e surpreendentes significações.

5.4.2.1. Sentidos da conjugalidade e percepções da causalidade dos problemas

O relacionamento com o marido é significado de maneira positiva: “*história bonita*”, “*a vida a dois é maravilhosa*”. **O álcool é o responsável** pelos problemas/conflitos conjugais. Para ela, o álcool mexeu com a personalidade do parceiro, tornando-o dependente dela e fraco para enfrentar a vida. Fraco também no sentido de Estácio não contar com o seu respeito e o dos filhos. Esta idéia se repete cinco vezes, ao longo da entrevista, associada à de que Estácio busca controlar-se e se tornar mais forte emocionalmente através da bebida.

Desde o início do casamento, o parceiro faz uso de bebida alcoólica. No início, Helena pensava que isso ia passar e não conseguiu perceber a gravidade disso. Por causa

do alcoolismo, o marido se isola e não consegue assumir suas responsabilidades no negócio que pertence ao casal, localizado em um local tumultuado, com uma clientela “difícil”. O comércio fica nas mãos dela. Isso gera conflitos, pois Helena, sobrecarregada, foi sentindo “*ódio*” desta situação. A gota d’água ocorreu no episódio que gerou a denúncia. Por achar que não podia contar com o marido para assumir o negócio, ela adiou uma cirurgia do útero até ficar com sérios problemas de saúde. Quando precisou ser internada, Estácio bebeu e, mais uma vez, ela não pôde contar com ele. Os filhos e a irmã de Helena o enfrentaram e o parceiro acabou agindo “*com violência*”.

5.4.2.2. Sentidos do gênero e vínculo conjugal

A gota d’água surge como uma metáfora que ilustra os sentidos que Helena atribui à conjugalidade e ao vínculo conjugal. Pode-se imaginar o quanto ela vivenciou experiências nas quais o marido a deixou sozinha, “*na mão*”: “*isso ia juntando uma vez, outra vez, e outra vez*”. Ela também esperou que ele assumisse a própria dependência e parasse de beber, mas isso não aconteceu. Fica visível no seu tom de voz o quanto ela está cansada de esperar e o quanto está no limite. O acúmulo de chances dadas evidencia o fato de que a própria aceitação esgota. Ela tentou não interferir, evitou brigar, mas “*chega o momento em que a gente diz chega, não dá mais!*” Helena explica que quando a pessoa passa a “*não aceitar mais a situação, aí a coisa desanda*”. **Como mulher**, esperou e tolerou enquanto pôde. Na sua **concepção de gênero, cabe à mulher sustentar o casamento**: este “*é uma coisa séria uma coisa pra valer...até o momento em que a mulher quer que seja, não!*”

A decisão de se reconciliar com ele, após o episódio que gerou a denúncia, foi “*humana*”. Ao dar mais uma chance, Helena deparou-se com a raiva dos filhos. O trecho no qual narra isso é marcado por forte emoção:

Eu falei, meu filho, é o seu pai, né? Tem que dar chance, é do seu sangue, você tem que socorrer, né?

O vínculo familiar, de sangue, do pai com os filhos justifica o vínculo conjugal. Além disso, acreditava que o parceiro estava diferente e que mudaria. Sentia-se também responsável por “*socorrer*”, por cuidar do marido, disposição comum às mulheres.

Em alguns trechos do discurso, Helena faz um **esforço de compreensão do que a vincula** ao marido: “*eu não sei como que depois acontece de voltar.*” As razões para o vínculo não são conscientes, compreensíveis. O fato de trabalharem no negócio familiar, de ter “*que estar lá junto*”, acaba levando o casal a se reconciliar. A necessidade de relativizar os conflitos para dar conta das questões práticas da vida vai fazendo o

casamento prosseguir, sem que as pessoas saibam muito bem que isso acontece e como. Após os problemas conjugais, o marido age como se nada tivesse ocorrido, “*simplesmente volta, vai chegando (...) e vai ficando*”. Helena vai permitindo que isso ocorra. Ambos os movimentos a perturbam.

“*Além do gostar*”, diz Helena, pensar nos filhos também vincula: não optar pela separação consiste em dar um exemplo que estes vão ter como seguir. A “*vontade de ter uma família*” e de mantê-la unida, de curtir isso no final da vida e de estar com o par até ambos ficarem velhinhos leva à preservação do vínculo. O envelhecer, acompanhado, quem sabe, pelo medo da solidão e das incertezas do futuro, leva-a a desejar **preservar seus vínculos**.

O **vínculo é sustentato** pela mulher e **sobrevive** às custas de muitos temores e desejos pessoais, mas há um limite. Após ter suportado tanto, esperado tanto, ela diz que não sabe como reagiria se o marido – na ocasião, sem beber há pouco mais de um mês – tivesse outra recaída: provavelmente ia se separar. A percepção da ausência de mudança e a crença de que o alcoolismo é para sempre faz com que ela não queira dar mais uma chance.

Ela diz que se anulou e deixou de reagir a algumas imposições do marido para preservar o casamento, mas hoje, faria diferente: não aconselharia a filha, inclusive, a priorizar o casamento, caso isso lhe custasse ser controlada e ter que ceder. Hoje, Helena, sugere que não está mais disposta a aceitar as imposições e o controle do marido para resguardar o relacionamento independente do que aconteça. A resistência, mesmo que coloque em risco o casamento, veio da percepção de que o marido, álcoolatra, não consegue sequer controlar a própria vida. Sem poder depender dele, contar com ele, ela aprendeu a se “*virar sozinha*” e não é “*mulher que precisa do marido para seguir em frente*”.

Ver o marido como fraco faz com que sintam-se capazes de prosseguir sem ele, a fortalece: ganhos da co-dependência. Vislumbra-se aqui, o quanto o alcoolismo do marido é consequência, ao mesmo tempo que funcional para que se mantenham as posições presentes no início da história do casal: ela é vista e se vê como superior ao sobrinho “*sem estudo, do interior*”. Considerando os papéis tradicionais de gênero, pode-se imaginar o quanto esta dinâmica é desconfortável para Estácio.

Mesmo consciente de que não vale a pena suportar determinadas situações para preservar o casamento, Helena diz que precisará tomar fôlego e preparar-se psicologicamente para dizer “*agora não pode mais, entende? Você já saiu, entendeu? Agora você não tem mais como entrar!*” Romper dói e ninguém quer sentir dor.

No intuito de problematizar a idéia de que o álcool é a causa exclusiva para as dificuldades conjugais, a pesquisadora provoca Helena a explorar outras razões que geram conflitos na vida a dois. Ela fala que a “*cabeça*” de Estácio contribui para tal. Como ele teve uma infância pobre e difícil – perdeu o pai e era explorado e humilhado pelos tios – foi criado pela mãe com “*orgulho*”. Este foi um modo de resistir e não ser pisado pelos outros. Mas este orgulho o impede de olhar para si e de reconhecer a própria dependência do álcool. A cabeça de Estácio também é “*machista*”: ele a proibiu de voltar a trabalhar depois da primeira gravidez e tentou impedi-la de cursar a faculdade e de tirar carteira de motorista. O ciúme do parceiro também aparece como causa de conflitos.

5.4.2.3. A violência sutil: “O mundo não é você, a vida é minha”

Helena revela indignação em relação ao machismo do marido e o “*enfrentou*”. Cursou a faculdade e tirou a carteira. Mais do que lutar pelos seus direitos de escolha, de se realizar como pessoa, ela resistia a algo mais fundamental:

“O mundo não é você, a vida é minha, entendeu? Eu não posso viver minha vida só em função de você, eu vou fazer o vestibular e vou estudar.” “A minha vida não é você, Estácio! A minha vida não é você. Daqui a pouco acontece alguma coisa comigo, vamos supor, eu morri.. O que que a Helena fez da vida? Ah! ela viveu com o Estácio, entende?”

Helena resistiu e ainda resiste a reduzir sua vida ao marido. Busca escapar da expectativa comumente atribuída socialmente às mulheres: existir para e através dos outros. Ela luta por um espaço de subjetividade e de realização.

É a violência sutil perpetrada contra muitas mulheres que ela pressente como perigo. Primeiro foi controlada pelos pais: na adolescência, não podia sair, ir às festas. Esperava sair, aproveitar a vida com o marido, mas suas expectativas foram frustradas com ele dizendo sempre estar cansado, Estácio não gostava de sair: ficava “sentado no sofá num dia de domingo” (música da cantora Maria Rita). Isso a irritava (em diversos trechos da entrevista, ela faz referência à raiva que sentia das atitudes do marido), mas Helena evitava entrar em *atrito* (*esta idéia é freqüente no seu discurso*) e foi se “*adaptando ao jeito dele*”: “*esquecendo o meu jeito pra poder seguir um casamento bom e tal*”. Sem assumir o que queria, guardava uma “*revolta interna*”. Por ter aguentado tanto tempo, não está mais disposta a tolerar as recaídas do marido. Nas entrelinhas, presume-se que ela não está mais disposta a tolerar a frustração e a continuar se adaptando ao jeito do parceiro. O ajuste ao outro, necessário para o exercício da conjugalidade, pode chegar a um ponto que consiste em uma violenta negação de si.

Esta queixa de Helena sugere o quanto ela **significa como frustrante e castradora sua experiência conjugal**. Ela conta que o ano de 1992 foi o ano mais feliz da sua vida:

Eu vivi pras (sua area de formação), com o meu grupo e esse grupo foi muito bom e a gente fazia muita coisa juntos. (...), Foi um ano que eu vivi pra mim, mas mesmo assim cê acredita que ele era tão ciumento que um dia rolou uma (atividade) na (local), pra mim essa (atividade)foi um negócio sério... Até isso ele me cortava, sabe? Da minha vivência no grupo..e eu fui! Depois cheguei em casa, brigamos...

A experiência de sair para fazer o que gosta significou uma realização subjetiva: viver para si. Se isso foi tão marcante, pode-se imaginar o quanto Helena sente-se cortada, privada de sua individualidade no cotidiano a dois.

Após o término da entrevista, Helena comentou que se não fosse o alcoolismo do marido (e a conseqüente dependência dele), ela teria saído mais. Ao escutar isso, compreendi que ela não se referia apenas a sair de casa: se não tivesse que ficar de olho, que cuidar de Estácio por causa da bebida, ela já o teria abandonado. O alcoolismo, portanto, a impede de sair. Vincula o casal. Quem sabe é por pressentir isso que se torna tão difícil para Estácio parar de beber?

Helena não se limita a queixar-se das agressões do parceiro. Ela resgata o percurso pessoal vivenciado na conjugalidade, reflete sobre seu posicionamento na relação e relata o impacto dos problemas/conflitos conjugais em sua vida atual. Seu discurso não é descritivo de cenas de violência conjugal, mas toca nas sutilezas através das quais esta se insinua no cotidiano a dois. **A violência** pode advir do sujeitar-se, adaptar-se, do movimento de anular-se para preservar o casamento, sem que haja espaço para negociações e mudanças.

Eu não sou uma pessoa violenta e já tive vontade de fazer uma besteira, entende? Você vê aquele homem desmaiado lá na sua cama, entende? Chamar a polícia e tirar aquele homem de qualquer jeito dali e botar pra fora, você tá entendendo?” É difícil esse negócio de bebida, é difícil.

O “acúmulo”, a aceitação podem levar “ao limite” e tornar uma pessoa violenta. No seu discurso, ela não usa o termo “violência” para referir-se às atitudes do parceiro. Refere-se a estas como “*machismo*”, “*ciumeira*”, “*mania de se isolar*”. Queixa-se do controle que Estácio quer ter sobre sua vida, de que ele não dá importância a sua ajuda e compreensão e age como se nada tivesse acontecido após o casal ter tido problemas por causa da bebida. Nomeia os conflitos, as brigas conjugais como “*desentendimento*”. As agressões e atitudes negativas de Estácio decorrem do alcoolismo dele, afinal, “*são duas pessoas diferentes*”: sóbrio, o marido é “*brincalhão*”, “*calmo*”, “*tranquilo*”, embora não

tenha coragem para enfrentar os problemas, seja instável emocionalmente e fraco. Bêbado é “agressivo”, “afoito”, não teme enfrentar confusões no comércio. A atribuição das atitudes negativas do parceiro ao álcool a impedem de significá-las como violência: é problema, doença, dependência.

Helena afirma que não deixava os filhos perceberem as atitudes do pai e os desentendimentos conjugais, quando eles eram pequenos. Narra um episódio no qual Estácio, bêbado, impediu que ela e o filho entrassem em casa. Cenas assim ocorriam, mas os filhos não têm lembranças destas porque ela não deixava que eles vissem. Ocultava também dos vizinhos, mas a bebedeira ficou tão escancarada que não conseguiu esconder por muito tempo. Isso confirma o que ela coloca, ao longo de sua fala - o movimento de ocultação, de mascaramento dos problemas/conflitos conjugais – possivelmente mais para si do que para os outros – ilustra o quanto tentou acreditar na possibilidade de manter o casamento, a família. Há um outro Estácio, o sóbrio, por quem vale a pena esperar e tolerar o homem com quem vive a maior parte do tempo. **O vínculo se sustenta a partir da não significação do vivido como violência.**

Os sentidos atribuídos aos problemas/conflitos conjugais permitem manter uma percepção positiva da conjugalidade. Os sentidos atribuídos ao gênero levam à resistência e ao enfrentamento da violência sutil. Ambos dão razões para que o vínculo conjugal seja preservado e justificado.

5.4.3. Entrevista de Casal: Estácio e Helena

Durante a entrevista, foi possível perceber a **dinâmica conjugal**. Helena “toma a palavra” a maior parte do tempo e Estácio, diversas vezes, completa o que ela diz, como se desse sequência às idéias da esposa. Ela se queixa do marido e Estácio, diversas vezes, tenta se colocar como se lutasse para ter sua maneira de ser respeitada.

O casal parecia cansado, especialmente Helena. O excesso de trabalho no negócio familiar surge como empecilho para o descanso e o lazer dos dois. Helena queixa-se do jeito do marido de “*não querer sair*”, que a “*cortou muito de diversão*”. Como na entrevista individual, ela volta a falar do ano de 1992, dizendo que o marido foi “*terrível*”, no sentido de que ele não apoiou sua participação num grupo de profissionais de sua área que viajavam para participar de atividades e também para mostrar o seu trabalho..

Ela o confronta: o que o levou a agir assim? Foi “*ciúme*”? Helena também diz não saber se Estácio mudou – no sentido de não colocar restrições à vida social e profissional dela - ou está “*fazendo que mudou*” por sua situação familiar já estar complicada por causa

dos problemas causados pela bebida. Ela diz achar que Estácio tem dificuldade de deixar “o que passou” para trás. Por ter sido criado preso, quer criar os filhos assim; por ter sofrido com a ruindade das pessoas, recusa-se a ajudar os outros. Neste trecho, Helena é bastante impositiva: “Você não deve ser”, “queria que ele mudasse, essa cabeça dele”, “tem este lado seu que você tem que procurar cuidar, sabe, para que seja mais próximo, entende?”

Estácio confirma que não gosta mesmo de ajudar pessoas que não são da família, porque é difícil “ganhar as coisas” e contar com a solidariedade dos outros. As vivências de sacrifício e privação pelas quais passou o levam a ver a vida de maneira diferente de Helena. Ela tem dificuldade de se dar conta disso e, em lugar de buscar fazer o parceiro perceber seu ponto de vista, prossegue falando do seu jeito de ser em um tom que não hesita em colocar este como o certo. **Este descompasso de sentidos**, sem uma negociação que permita o respeito às diferenças e a construção de uma estratégia para lidar com estas, gera conflitos na vida a dois.

Quando Helena coloca suas **expectativas em relação ao casamento**, como aproveitar a vida com o marido, com frequência, Estácio fala de dinheiro e de sua obstinação para obter êxito financeiro. Ele justifica que não correspondeu a isso por preocupar-se em trabalhar para não depender dos outros e para que não faltasse o necessário aos filhos. Estácio parece não conseguir perceber as consequências desta priorização na vida conjugal. Helena coloca que é hora do parceiro repensar esta atitude, que o casamento deles não se manteve apenas pelo trabalho.

Pede ao marido que repense sua forma de vida e pense nos dois: seu apelo é que ele coloque outras questões em foco, além do dinheiro. Ele diz que depois de alcançar o objetivo de comprar outro imóvel, o casal vai ter uma “lua de mel”, vai “bater asas por aí”. Ela confere: “sem bebida?” Estácio responde que sim e argumenta que não está bebendo mais. Ela explica ao marido que não vê como lidar com ele bebendo e que, nos últimos dias que ele fez isso, ela nem queria mais a lua de mel proposta. Estácio reitera: nem ele mesmo suporta o próprio beber, tem vergonha. Neste trecho da entrevista, percebe-se o quanto os dois esperam e dão valor a coisas diferentes: o foco de Estácio é no futuro e ele trabalha muito para ter uma vida mais tranquila com Helena. Ela tem expectativas relacionadas ao presente e demanda que o marido mude, pare de beber urgentemente. Ocupado demais com o futuro, Estácio parece negligenciar as demandas da parceira. É notório seu descontentamento e Helena alerta: quando ele mudar, pode ser tarde. Caso Estácio volte a beber, não haverá “lua de mel” futura. Estes desencontros de expectativas e de temporalidade parecem ser mais frustrantes para Helena, afinal, Estácio

prossegue trabalhando, juntando dinheiro, enquanto ela “*se adaptou*” a isso. Mas nem tanto e não sem indignação. A idéia do limite, colocada na entrevista individual de Helena, volta a aparecer. Neste mesmo trecho, por outro lado, ambos concordam que a bebida não tem mais lugar entre eles.

Outra questão observada relaciona-se ao alcoolismo. É visível o quanto é difícil para Helena acreditar que Estácio parou de beber e o quanto ele tenta mostrar seu esforço: “*Mas já não tô mais*” ou “*Agora, estou tranquilo*”. Repetidas vezes, Helena fala que não está segura quanto à capacidade e disposição deste de parar de beber. Explica que acha que o marido não se vê e se assume como dependente, que esconde o alcoolismo de algumas pessoas, como de médicos. Mesmo frequentando os encontros semanais do grupo dos Alcoólicos Anônimos e mantendo-se distante da bebida, é difícil para Estácio “obter crédito” de Helena.

Afirma que só “*sentirá firmeza*” quando sentir que o marido tem “*humildade*, e explica o que quer dizer com isso: quando ele começar a ajudar outras pessoas que também são dependentes do álcool. Ela insiste nesta idéia, enquanto Estácio tenta falar que está disposto a dar apoio aos conhecidos que bebem, a convidá-los para os encontros dos Alcoólicos Anônimos. No entanto, esclarece que não gosta de insistir com as pessoas para que deixem a bebida quando sente que elas não tem vontade própria e resistem a reconhecer que têm um problema. Por estar tão presa à idéia de que só ajudando outras pessoas o marido vai mudar, Helena parece não conseguir compreender o ponto de vista de Estácio.

A pesquisadora tentou problematizar esta concepção dela, levando-a a perceber que o marido pode ter uma maneira pessoal, diferente, de reconhecer e de lidar com a dependência do álcool. Ela resiste, de início. Após o diálogo, coloca que importa a disposição para que ele alcance o objetivo de abandonar a bebida: “que seja do jeito dele, tá bom”. Na interlocução, ela usa expressões que mostram o quanto está refletindo sobre o fato de que o parceiro pode ter o próprio jeito de lidar com suas dificuldades e, quem sabe, que está reconhecendo sua imposição sobre ele: “*tô achando importante*”, “*eu entendi o seu modo*”.

É difícil para quem espera mudança e foi frustrado demais acreditar que o parceiro mudou ou quer investir em mudar. Helena explica de onde vem sua dificuldade de acreditar: o parceiro viveu muitas situações sérias e críticas por causa da bebida e, ainda assim, voltou a beber. Helena parece estar em um impasse. Diz que evita ser carinhosa com o marido por temer que ele pense que ela vai estar “*muito na dele*” e, em consequência, volte a beber. Ou seja, demonstrar carinho seria compactuar, é preciso manter a guarda:

assumir uma atitude arisca e dura é a forma de dizer “eu não concordo”, “ainda não há motivos para que eu esteja normal”, ou “continuo esperando que você mude”. Esta atitude é tomada exatamente no momento em que a pessoa que busca fazer diferente precisa de apoio, pode-se imaginar, portanto, o quanto essa atitude impacta Estácio. Cabe indagar: seria ela **significada como violência** por ele?

O fato é que também é difícil para quem busca mudança se deparar com o descrédito. Estácio espera confiança, que não haja crítica e que a esposa não fique falando da bebida, que é coisa passada. Ele concentra esforços no presente, mas o passado é atualizado no sofrimento e na descrença de Helena. É difícil “*tocar o barco pra frente*”. A **dinâmica conjugal** parece repetitiva e naturalizar posições hierárquicas presentes desde o início do relacionamento: Estácio é fraco, não muda.

Mas e se ele mudasse? O alcoolismo tem um papel importante para manutenção do **vínculo conjugal**: ter que assumir as responsabilidades do comércio; cuidar e vigiar o marido, impedem que Helena saia, viva para si. Há um gostar que permite ao casal ainda ser capaz de fazer projetos para um futuro a dois mais tranquilo, mas o vínculo parece ameaçado por possíveis recaídas que inviabilizariam a concretização destes projetos e pelo esgotamento de Helena.

A **violência conjugal**, na história deste casal, revela-se em sua sutileza: na naturalização de um papel supostamente inferior e incapaz do marido e na descrença na possibilidade de mudança. Revela-se também nas perdas e frustrações vividas por Helena em relação ao casamento e à sua realização pessoal. Tem sua expressão no controle, na imposição, na crítica e na descrença dela; na obstinação por dinheiro, na indiferença dele às expectativas da esposa. Ela provoca sofrimento, mas não parece ser percebida, nomeada como violência pelo casal, pois há uma atribuição de causalidade externa: o casamento é bom, o problema é a bebida. Enquanto a conjugalidade e a causa para os conflitos são significadas assim, a vida a dois e a violência prosseguem.

Os sentidos de gênero contribuem para os conflitos conjugais e para a perpetuação de uma dinâmica violenta. Afinal, o homem deve ser o forte, tomar as rédeas da família e a própria Helena ressentir-se por não ser assim. Estácio queixa-se do domínio da esposa, da sua atitude crítica e impositiva. Isso indica o quanto os papéis tradicionais são desejados. Por outro lado, Helena quer viver com autonomia, lutar por seus projetos pessoais e tem que enfrentar o marido para que isso seja possível. Há um movimento de resistência que mostra o quanto sentidos tradicionais de gênero contextualizam o cotidiano do casal e o quanto também se anseia por mudar isso.

5.5 - Casal 5: Bárbara e Oliver

Oliver é um homem de muitas palavras. Às vezes, sua necessidade ansiosa de não deixar lacunas de silêncio no discurso parece uma maneira de fugir, de escapar das demandas da esposa que se apresentam na linguagem: como se falasse para não dizer, para não escutar. Ele tem 41 anos e o primeiro grau incompleto. É comerciante.

Bárbara é professora do ensino fundamental de uma escola particular. Tem 31 anos e está cursando a faculdade de Pedagogia. É uma mulher forte, que fala de suas expectativas e frustrações com clareza. Se nas entrevistas, ela se comunica com entusiasmo, com forte tonalidade emocional, o mesmo não ocorre na vida a dois. A dificuldade de Bárbara é que ela não fala, não consegue se comunicar com o parceiro. Com o acúmulo de questões não ditas e mal ditas que vai guardando para si, explode. Sua comunicação, então, é explosão: característica que remete à personagem do filme “*A Guerra dos Roses*”, Bárbara, que inspirou o pseudônimo que lhe foi atribuído nesta pesquisa.

Oliver e Bárbara são casados há 11 anos e têm dois filhos. Chama a atenção a **diferença existente nas percepções que eles têm da conjugalidade e do que gera conflitos e problemas** nesta esfera. A casa emerge, no discurso de Oliver, como a principal fonte para os problemas do casal, o que levou a pesquisadora a rememorar o dilema do filme “*A Guerra dos Roses*”. Ao longo da entrevista, é possível perceber que a casa é apenas um pretexto para justificar o vínculo conjugal, vínculo que parece se sustentar por outras razões. Bárbara aponta o abuso de álcool por parte do marido como a principal causa dos desentendimentos conjugais.

A denúncia à Justiça foi feita por Oliver, pelo fato de Bárbara ter agredido o filho caçula do casal. Ela chega como “autora do fato” no atendimento psicossocial do SERAV, mas logo vai ficando claro que não é fácil definir – e nem é o caso de fazê-lo! - agressores e agredidos na dinâmica conjugal.

5.5.1. Entrevista individual: Bárbara

Bárbara tem um discurso claro, articulado. Sua capacidade de reflexão sobre o vivido é notória. Em alguns trechos, ela usa a primeira pessoa do singular para referir-se às falas de Oliver, o que demonstra o quanto estas são vivas em sua lembrança e o significativo investimento dela na entrevista. Ela faz o mesmo quando se refere a alguns pensamentos do marido, como se julgasse capaz de sabê-los, de adivinhar suas intenções.

5.5.1.1. Sentidos da conjugalidade: causalidade dos conflitos e vínculo

Bárbara tinha muitas **expectativas em relação ao casamento** e ficou muito “empolgada” no começo da vida conjugal. Explica: “*como toda mulher*”, tinha o sonho de ter “*tudo certinho*”, um casamento tradicional: ter uma casa, filhos. A conjugalidade, no início do casamento, era vista como uma experiência que “*muda a vida*”, que exige uma exclusividade do investimento afetivo no par. Por pensar assim, ela abriu mão de suas amizades e deixou de investir em si e de se valorizar:

Acho que é porque a gente pára no tempo, eu fiquei assim tão envolvida no casamento ali, que eu vivia só pra ele sabe, eu vivia só pra ele, assim me isolei de amigos eu me isolei de... de... Era de casa pro trabalho. (...) Eu achava que era só aquele mundinho ali com ele, eu tinha só aquela visão, né.

Para Bárbara, a convivência conjugal é “boa”, o que a “estragou” foi o abuso de álcool por parte do marido. Isso e o fato de o marido passar os finais de semana fora de casa, esquecendo-se de que tem uma família, surgem como as principais causas para os conflitos conjugais. Diante da última causa, sente que o marido age como se ela não existisse e reclama de passar o fim de semana “dentro de casa”, sem contar com a companhia do marido.

Ela faz referências ainda a outras razões que geram conflitos no cotidiano a dois. A dificuldade que o marido tem de dialogar contribui para que os problemas conjugais se acumulem, levando ao agravamento dos atritos. Oliver apela fácil - “*rapidinho engrossa*” - sendo difícil dar seqüência e aprofundar uma conversa com ele. O fato de ter pouco estudo é citado por Bárbara como algo que contribui para que ele seja “*travado*”. Oliver também é muito influenciável e costuma acreditar mais “*nas pessoas de fora*” do que nela.

Ela afirma haver uma oscilação na “*personalidade*”, no comportamento de Oliver, que a deixam confusa. Isso também contribui para que ocorram conflitos conjugais. Esta idéia aparece em dois sentidos. A bebida transforma o marido. Quando ele bebe, “*é outra pessoa*”, “*outra personalidade*”, “*não é aquela pessoa séria*”. Bêbado, o marido parece enxergar Bárbara “*como uma qualquer*”, desrespeitando-a e fazendo ciúme para provocá-la. Isso faz com que ela não consiga entendê-lo e saber o que o parceiro realmente quer do relacionamento conjugal. O segundo sentido refere-se ao comportamento diurno e noturno de Oliver. À noite, na cama, ele é um homem carinhoso, mas “*de dia ele amanhece, parece que não aconteceu nada, ele já é outro*”. Tal dualidade faz Bárbara suspeitar da “*normalidade*” do parceiro.

Para Bárbara, Oliver é o maior responsável pelos conflitos conjugais, pois a bebida é o que mais prejudica o convívio a dois. Ainda assim, ela reconhece sua responsabilidade pessoal pela ocorrência destes conflitos. Conta que estoura por “qualquer coisinha” e se pergunta se isso é conseqüência do passado e se deve ao fato de ter testemunhado violência na interação de seus pais, o que criou um trauma.

Sua possessividade e o ciúme do parceiro também geram atritos: “*Até um dia ele falou assim – ‘Você não é minha dona.’ Não é querer ser sua dona, é querer muito só pra mim, sabe. Eu quero muito ele só pra mim, então eu acho que eu tenho que mudar esse jeito assim e pensar que eu não... Eu sou muito egoísta com ele, sabe, eu quero ele só pra mim ...*” O **vínculo conjugal** é forte demais, a ponto de querer o parceiro só para si e de estreitar sua percepção ao “*mundinho ali com ele*”. Bárbara disse que renunciou às amizades e mudou sua vida para não desagradar o marido. Fez isso por respeito, “*não por obrigação*” e se entristece por ver que o parceiro não fez o mesmo.

Se, no início da convivência conjugal, seu **investimento no casamento** era tão forte a ponto de provocar renúncias e certo esquecimento de si mesma, imagina-se que Bárbara esperava muito do parceiro. Um envolvimento exclusivo dele, à altura do seu. Possivelmente esta expectativa é ameaçadora para Oliver, que resiste: ela não é sua dona. Bárbara expõe esses dilemas e diz:

Amadureci muito. (...) eu vivo mais pra mim hoje, eu voltei a estudar, né, eu comecei a lutar mais por mim. Até mesmo eu achava que até comigo mesmo assim passei a me valorizar mais, sabe.

Por não ter esta expectativa correspondida e por causa dos problemas vividos na vida a dois, foi vendo que “*não vale a pena ficar ali, só ali*”. Embora consiga investir em outras dimensões da vida, como no estudo e na profissão, Bárbara diz que acha impossível viver sem o parceiro. Quando se separam, entra em “*desespero*”, fica em uma “*loucura*”. Percebe-se uma dependência gerada pela crença de que não pode viver sem Oliver.

Há no discurso dela uma esperança de que o parceiro mude:

Acho que quando a gente gosta a gente tem outra visão, né, eu acho que a gente não quer enxergar as coisas, quando a gente gosta da pessoa a gente acha que aquela pessoa vai melhorar que, né, que aquela pessoa um dia vai ter conserto você sempre tem aquela esperança. Então é assim deu uma melhorada, depois, minha vida sempre foi assim cheia de altos e baixos.

Ela reconhece que o gostar distorce a percepção, mas a consciência disso não a impede de prosseguir esperando mudança do parceiro. Espera uma mágica mudança, desde o namoro, quando acreditava que o casamento e a vinda dos filhos seriam capazes de fazer

o parceiro parar de beber. Há um gostar cego que a vincula a ele, ainda que apresente indignação e crítica quanto às atitudes do parceiro e ao próprio posicionamento na interação conjugal.

Ela se pergunta se está com Oliver por amor ou costume. Nesta indagação, vale a pena destacar a sua suspeita de que **o hábito**, o acomodar-se em um relacionamento também **vincula**. A capacidade reflexiva de Bárbara leva-a a aprofundar “*será que eu amo mesmo?*” Insinua-se outra suspeita: esse gostar estranho que a move a permanecer com o marido, mesmo com os altos e baixos, é amor? Isso aparece também quando ela fala da ambivalência pressentida no gostar do marido:

Ele fala que gosta, mas eu não sei, eu não entendo esse gostar dele. Sabe aquele gostar assim de maltratar, sabe? Porque eu acho que quando a pessoa... A pessoa não quer ver a outra chateada, faz o que a pessoa, não é fazer só o que quer, mas acho que a pessoa faz o possível pra não desagradar. Eu acho que isso é a gente gostar da pessoa, quando você quer a pessoa tá ali. Faz coisas de que não te agrada, faz e sabe que a pessoa não gosta daquilo, sai, eu acho que isso não é gostar. A parte da bebida mesmo...

Em sequência ao trecho do discurso no qual Bárbara pergunta a si se gosta de Oliver, ela diz “*acho que gosto*” e termina afirmando que, tem certeza, gosta muito dele. Ou seja, ela vai se convencendo ao longo do discurso que ama o parceiro, movimento que certamente é reiterado no cotidiano e contribui para a manutenção do vínculo. Entretanto, ela reluta em demonstrar o seu gostar para ele. Há certo “*orgulho*” que a impede de demonstrar seus esforços para melhorar e preservar o relacionamento: “*Eu falo que não, mas eu faço, sabe*”. Esta tendência é recorrente no discurso dela, aparecendo mais uma vez quando ela fala que quer o marido só para si, mas que não gosta de deixar este desejo transparecer. Segundo ela, o marido também age assim. Quando não gosta dela ter saído, ele fecha a cara e fica sem conversar. Oliver não admite que se incomoda. Bárbara provoca a problematização do gostar que comumente é apontado como razão que vincula um casal!

Surpreendentemente Bárbara coloca: “*eu queria que ele admitisse*”. Há aqui um desejo de ser controlada por ele? É como se o ciúme, a vigilância, a desconfiança do marido, se expressados por ele, fossem traduzidos como amor, como cuidado, como afeto. Ao dizer que Oliver faz cenas de ciúme como se estivesse tentando conquistá-la, ela diz: “*não é assim que um homem conquista uma mulher*”. Mas se contradiz: entende quando o marido fala de outra mulher para fazer ciúme. O problema parece ser apenas no fato de Oliver incitá-lo, melhor se o ciúme surgisse naturalmente. Percebe-se que, para Bárbara, o ciúme parece ser, sim, uma maneira de prender o outro. Há certa **tolerância ao que muitas**

pessoas considerariam violência e, mais do que isso, uma expectativa por isso. O que poderia ser conotado como violência, vincula.

O sexo se destaca como razão que vincula o casal. O fato de “*não ter olhos para outro homem*” e de sentir forte atração por Oliver, “*segura o relacionamento*”. Bárbara coloca, porém, que isso “*não é suficiente*”: “*O que adianta a gente se dar bem desse lado e por outro a gente viver brigando igual gato e cachorro?*”

5.5.1.2. Sentidos de gênero

A partir do discurso de Bárbara, pode-se perceber que **sentidos tradicionais de gênero** contextualizam a relação conjugal. Oliver “*pode tudo*”: sair, beber, programar atividades nos fins de semana com amigos, sem ter que dar satisfações. Ela “*não pode nada*”. Se age como ele já é motivo de briga. Segundo a entrevistada, o marido acha que ela deve ficar em casa, esperando por ele. Por “*pagar as contas*” e ser um bom pai, o parceiro acha que pode fazer o que quer e Bárbara “*tem que aceitar*”, “*não pode falar nada*”.

Ao queixar-se de que Oliver não compreende e a acompanha nas atividades do seu trabalho, ela refere-se a ele como “*machista*”. Conta que Oliver quer que ela precise dele, chegando a ter ciúme do sogro, nas vezes nas quais a esposa lhe pede algum favor. Em suma, sua narrativa revela idéias estereotipadas de gênero: o homem é o provedor; ao cumprir este papel tem direitos e autonomia da vida privada; é o chefe da família que conta com a dependência dos outros membros e impõe a estes seu controle. Cabe à mulher a dependência, a resignação e o silêncio. É seu papel esperar o marido. (O uso do singular ao falar de homem e mulher é proposital, no intuito de enfatizar o caráter essencial e universal dos sentidos de gênero presentes no discurso.) Valores relacionados ao casamento, como a fidelidade, aparecem destinados ao feminino. O controle da mulher, de sua autonomia e sexualidade consistem em uma forma sutil e perversa de violência de gênero.

Embora relate que estes sentidos tradicionais de gênero se presentificam na sua vida conjugal, Bárbara demonstra não aceitar e chega a questioná-los. Seu tom é crítico e indignado ao falar da postura abusiva do marido e os conflitos conjugais certamente sinalizam sua resistência. Mais do que isso, ela parece sentir a sobrecarga e o desgaste existentes no exercício dos papéis comumente designados ao feminino na vida conjugal e familiar:

Então eu acho que a tendência da mulher, eu acho... Eu acho que é... Vai até da mulher mesmo, a mulher tudo pra ela, ela trabalha o dia inteiro, ela que leva os

filhos pra escola, ela que organiza as tarefas dos filhos, né, aquela coisa toda. Então eu acho que isso aí já é um desgaste muito grande né pra mim (...).

Por outro lado, isso não a impede de incorporá-los, em parte, como esposa. É como se a consciência dos estereótipos de gênero não impedisse de atuá-los. Fica “calada”, “muda”, “aceita as coisas que não gosta” e o que não diz para o marido ou conta para outras pessoas, fica “guardado”, vai “se acumulando”:

Eu posso tá achando errado eu me seguro sabe pra não brigar, aí eu fico muda, mas eu acho que ele percebe que eu... Ele percebe que eu não gosto, ele já sabe o que eu gosto o que eu não gosto com certeza então, só que eu fico calada pra eu não... (...) Vai se acumulando... (...) eu penso assim será que porque eu tenho medo de enfrentar o mundo sozinha achar que eu não vou dar conta?

Bárbara age assim para evitar briga, movida pelo medo de encarar a vida sozinha.

O vínculo grita mais alto e provoca a rendição aos papéis de gênero tradicionais, ainda que se tenha consciência deles. Prevê certa tolerância à violência de gênero.

5.5.1.3. Sentidos da violência

O que Bárbara designa como “*crise conjugal*”, “*má convivência*” com Oliver, repercute na sua relação com os filhos. A agressão ao filho caçula, motivo que gerou a denúncia à Justiça, se deve a isso. Os conflitos/problemas conjugais fazem com que ela perca a paciência, especialmente, com os filhos. Ela diz ficar “*sem raciocinar direito*”, como estivesse “*em outro mundo*”, o que afeta também seu desempenho profissional.

Barbara, mesmo “*desesperada*”, mostra ser uma pessoa resiliente:

Aí eu fico desesperada, mas eu sou muito forte, quando eu vejo que chego a esse ponto eu mesmo, sabe, assim eu mesmo me domino. Não posso ficar assim prejudicando os filhos, né, eu não posso reagir dessa forma, por que eles dependem da gente, né. Então criança sofre e sente muito com isso.

As brigas em casa deixam as crianças agitadas e nervosas. O impacto da violência conjugal nos filhos é perceptível: a menina não fala; o menino é agressivo. O termo “*nervoso*” é recorrente no discurso, aparecendo atrelado a todos os membros da família. Provavelmente isso se deve ao fato de a vida conjugal ter sido “*sempre cheia de altos e baixos*”. Ela enfatiza que o marido a agrediu fisicamente uma única vez e atribui este ato à bebida: “*acho que ele tava tão inconsciente*”. O que comumente é designado como violência, é justificado. Diante do seu impacto, há uma atribuição externa de causalidade.

A referência a agressões mútuas e a discussões são frequentes. O episódio no qual Bárbara ameaça o parceiro com uma faca, exemplifica isso. Vale ressaltar a reação de

Oliver diante deste ato da esposa: ele manipula os filhos, denegrindo sua imagem de mãe. Mesmo dizendo que houve apenas uma agressão física que tenha envolvido a polícia, torna-se evidente que o casal frequentemente chega ao extremo: humilhações, indiferença, retaliações, vinganças, provocações, agressões verbais são constantes.

Ela narra ser uma pessoa tranquila, calma. Mas isso, em outras interações – como no seu trabalho. Com Oliver, perde a cabeça. Algumas atitudes do marido, como beber, tem o poder de transformá-la, levando-a ao limite e tornando-a capaz de fazer coisas que julga não serem corretas, que nunca fez na vida: como empunhar uma faca para ameaçá-lo. A “violência” cometida é provocada pelo outro. Não é significada como relacionada a uma essência identitária, mas às idiossincrasias do parceiro e do relacionamento estabelecido com ele.

Mas paradoxalmente é naturalizada como um modo de ser consequente de traumas vividos na trajetória familiar. A “violência” testemunhada na relação dos pais é percebida como algo que explica a facilidade que Bárbara tem de descontrolar-se, de estourar no casamento. Provoca um estado de alerta:

Aí então, se eu passo isso hoje eu fico nervosa, eu fico, sabe... Antes que aconteça eu já, eu quero, sabe, evitar. Eu já tenho isso na minha cabeça, esse trauma e assim... E o pior de tudo é que até nas brigas ele mesmo, meu marido, tudo o que ele vai brigar ele coloca família no meio (...). Então isso aí eu acho que também atrapalha muito o relacionamento né porque ninguém tem, acho que ninguém tem culpa do passado.

Há perigo de que o que foi visto seja repetido e é preciso evitar “antes que aconteça”. Bárbara parece culpar-se por ter herdado a violência de seus pais e Oliver, perversamente, parece fazer uso disso para culpá-la pela “violência” vivida a dois. A violência parece ser conotada como herança familiar, é desvinculada da interação conjugal e dos problemas decorrentes dela. Possivelmente esta é uma forma encontrada por Oliver para desvencilhar-se da responsabilidade pessoal por sua ocorrência.

Na dinâmica conjugal, o jogo do “toma lá dá cá” é recorrente. Se Bárbara desagrada Oliver, ele fará algo para atingi-la, como beber. Por ser fraca, ele tem êxito, a atinge. Quando ela reage, a briga começa. Se Oliver não dá satisfações do que faz, Bárbara também se recusa a fazê-lo. O jogo prossegue assim.

As explosões conjugais decorrem da falta de diálogo e negociação, pois o casal não consegue dialogar sobre as questões que geram as brigas. Fazem as pazes sem que estas questões sejam sequer tocadas. Isso provoca um acúmulo e novas explosões:

se eu não tomar se a iniciativa pra conversar sobre aquele assunto, que a gente tava chateado a gente tá...(...). Eu que fui juntando, não sei na cabeça dele, fui juntando aquilo ali como uma bola de neve. Você vai juntando os problemas você nunca que vai solucionado, vai juntando, juntando, juntando e ai vem outra.

A própria Bárbara, por não dialogar, explode (como a esposa de “A Guerra dos Roses”). A “violência” surge como canal de comunicação, como válvula de escape. Uma idéia inusitada emerge do discurso: o sofrimento decorrente da “violência”, “*das coisas que passou com o parceiro*” fez Bárbara amadurecer, acordar, viver para si. Antes de ter passado por tantos problemas conjugais, ela vivia só para Oliver. Estamos acostumados a pensar que a violência na esfera íntima leva a uma espécie de morte, à baixa auto-estima, a perdas.... Poderia a violência levar a um resgate de si?

Em suma, os sentidos atribuídos ao casamento levaram Bárbara a viver e esperar dedicação e investimento afetivo do parceiro. O vínculo com o parceiro é tão estreito que ela investiu a ponto de esquecer-se de si. Mas por não ver suas expectativas correspondidas, tem procurado resgatar sua autonomia. Sua dependência afetiva faz com que esta tarefa seja difícil. Mesmo acreditando que o parceiro seja o maior responsável pelos problemas conjugais, ela continua esperando que ele mude. Para preservar o vínculo, se cala, tolera violências que é capaz de perceber, exerce papéis tradicionais de gênero que sentem pesar sobre si.

Os sentidos atribuídos à conjugalidade, ao gênero e ao vínculo contribuem para que a violência sofrida seja minimizada e justificada. A violência recebida é atribuída a problemas individuais do parceiro, como a bebida e o fato dele ser influenciável por terceiros. A violência que é capaz de exercer é atribuída a traumas decorrentes de seu passado, a problemas conjugais e à capacidade que o marido tem de levá-la ao limite. Ou seja, quando se fala da violência do outro, enfatiza-se fatores intrapsíquicos; quando se fala da própria violência, resgata-se o contexto e a interação sistêmica que a gerou.

5.5.2. Entrevista Individual: Oliver

O discurso de Oliver é confuso, ele mistura as idéias e, em um tom ansioso, fala rápido. Em vários trechos, pode-se observar que Oliver resiste a demonstrar que tem ciúme da esposa ou, quem sabe, um desejo de ficar com ela. Oliver se corrige, denega, se contradiz quando ele narra algo que deixa escapar seu incômodo com o fato de a esposa divertir-se sem ele, estar com outras pessoas, recusar sair e fazer-lhe companhia. Também age desta forma nos trechos do discurso nos quais fala de momentos nos quais reviu seus próprio atos e quis resgatar o vínculo conjugal.

5.5.2.1 – Sentidos da conjugalidade, vínculo amoroso, sentidos de gênero

Para Oliver, o casamento é difícil, tem problemas desde o começo. Mais do que relacionar-se com as dificuldades dele e da esposa, a percepção de que o casamento tem problemas parece fundamentar-se nos sentidos que ele atribui à conjugalidade. Ele revela julgar que esta **não deve impor mudanças a seu modo de vida**. Nada mais razoável do que viver como antes de se casar: sair quando e com quem bem entender; não ter que dar satisfações; ter uma agenda e relacionamentos que não guardam nenhuma relação com a esposa.

Isso, para ele, é um direito. Direito que se fundamenta em **sentidos de gênero bem tradicionais**, afinal: “*homem é diferente*”; “*difícilmente é fiel igual a mulher*”, como diz seu irmão. Por ver deste modo, Oliver parece se admirar com as reações indignadas da esposa quando ele chega de madrugada ou passa o fim de semana fora de casa, por exemplo:

Eu não entendi porque, eu cheguei de manhã aí ela não dá espaço. Quando ela agride ela... Ela já sentou a mão na minha cara várias vezes aí, às vezes, eu relevo.

É como se esperasse que a parceira achasse normal, natural ele levar uma vida de solteiro. Os conflitos conjugais são inevitáveis, pois o acordo conjugal, nos moldes convencionais, impõe restrições ao exercício das liberdades individuais. Por sentir isso na pele, ele expressa:

Não nasci pra isso”, “acho até que eu perdi de ter vivido melhor porque na realidade não era pra mim ter casado. (pausa) “A gente não nasceu um pro outro.

Algumas **razões para os conflitos conjugais** podem ser rastreadas na entrevista. O relacionamento da esposa com os filhos foi o que trouxe o casal à Justiça. O filho caçula amassou a porta do carro de Bárbara e esta o puxou pela orelha e bateu no seu rosto. Oliver a denunciou. Ele coloca que a esposa costuma descontar nos filhos a raiva que tem dele. Os filhos parecem ser usados, pela mãe, como meios de controlar o marido: ela insiste para que Oliver os leve para suas saídas de fim de semana. Parecem também ser usados pelo pai como testemunhas da violência de Bárbara, como no episódio no qual ele pede que a parceira volte a segurar a faca com a qual o havia ameaçado enquanto as crianças dormiam e diz:

“’você vai pegar a faca e me furar. Você não ia me furar?’ Fiz ela segurar a faca, falei umas verdades pra ela, os meninos ficou assustados, os meninos sabem que eu não ia fazer nada com eles”.

Há aqui o intuito de mostrar aos filhos o quanto a mãe está errada e o quanto Oliver é vítima dela, certamente visando a cumplicidade destes.

O jeito de Bárbara que, segundo Oliver, o acusa e não lhe dá espaço para o diálogo é apontado como outra causa dos conflitos conjugais. Ao falar disso, Oliver explica que tem mais diálogo com a empregada do que com a esposa. Há uma constante exposição da vida conjugal a outras pessoas. Nos fins de semana, Oliver costuma ir para a chácara da mãe, acompanhado pelo tio de Bárbara que parece dar conselhos sobre o casamento. De lá, vai encontrar amigos e o próprio irmão da esposa para as noitadas. Tudo isso sem que ela saiba qual é a agenda do fim de semana, onde ele está, o que está fazendo, a que horas voltará. Ele conta que conversa sobre os problemas do seu relacionamento com uma amiga, com seu irmão, com a empregada, mas não com ela. As influências de terceiros – “ruídos” – não são relatadas por Oliver como causa de conflitos, mas pode-se imaginar o quanto são geradores deste.

A bebida e as farras de Oliver aparecem como causas para as brigas. Vale ressaltar a forma discursiva como isso aparece: *“diz que é quando eu saio pra beber... Com ela, né, falando deste jeito parece até um alcoólatra”*. Quando se refere à bebida é sempre na terceira pessoa, é ela que diz que isso é problema. Oliver não reconhece que o fato de beber provoca conflitos. O mesmo acontece quando ele refere-se às mulheres com quem *“ela diz”* que ele fica nas noitadas: *“ela diz que não, que eu gastei dinheiro com mulhezada, com homem, com gente à toa e por aí essa confusão”*.

Outra fonte de conflitos está na maneira como a esposa lida com as despesas familiares. Ela não o ajuda por *“achar desaforo”* investir seu dinheiro em casa, enquanto o marido fica *“esbajando”* dinheiro com cerveja, amigos e com a *“mulhezada”*. Segundo Oliver, Bárbara acha que ele tem obrigação de arcar com tudo sozinho e quando ela ajuda, e isso é raro, reclama e fica jogando na cara dele o que fez.

Há um marco que, para Oliver, foi crucial para o agravamento dos conflitos conjugais: a esposa ter comprado um carro. No início do casamento, ele a levava para o trabalho e para todos os lugares. *“Ela depe...”*: ele não termina a palavra. Segundo ele, ela mudou depois disso: *“Eu acho que ela se sentiu superior”*. Pode-se notar, aqui, o quanto os sentidos atribuídos aos papéis de gênero são tradicionais: enquanto ela dependia, o casal vivia melhor. A autonomia da esposa parece-lhe insuportável. O fato de as mulheres dirigirem e ousarem possuir um objeto frequentemente associado ao universo masculino – ao poder e ao status dos homens – costuma ainda provocar atritos em alguns relacionamentos conjugais.

Ele complementa falando sobre um apartamento da COAB que ele comprou ainda solteiro. Arrumou o apartamento “*com carinho*” e Bárbara “*sequer ia lá*”. Isso parece ter sido motivo para um desencanto, uma profunda desilusão com a parceira. Adiante na entrevista, ele se queixa de que, desgostoso, acabou “*jogando o apartamento fora*” por um preço baixíssimo. Mais do que a perda financeira, esta queixa demonstra o quanto, para Oliver, a esposa não soube dá valor ao que ele construiu para a família e o quanto se sente inferiorizado por ela. Ele acredita que o mesmo ocorrerá em relação à casa que ele construiu no terreno do pai dela. Oliver não abre mão de metade do que ela custa, pois acredita que a esposa colocará o imóvel a perder por ser incapaz de dar-lhe o devido valor, já que não teve que lutar, que sacrificar-se para erguê-la.

A casa emerge no discurso de Oliver como a principal fonte para os problemas do casal. No começo da entrevista, Oliver diz que o sonho de Bárbara é que ele saia da casa, mas que ele não está disposto a sair antes que o imóvel seja avaliado e haja uma divisão justa de seu valor. Ao longo da entrevista, a narrativa de Oliver vai trazendo outras razões que sustentam o vínculo conjugal.

Os filhos aparecem como motivo para que não se separe de Bárbara:

Se eu não tivesse filho pequeno eu teria já tomado outras atitudes”. “(...) na realidade o que eu não quero é tirar o conforto dos meus filhos, porque eu fui criado sem pai sem mãe, eu tenho pai tenho mãe, mas fui criado no mundo sem pai sem mãe.

Há a idéia de que a separação prejudicará os filhos, por isso, Oliver não quer abandoná-los.

Oliver acredita que a esposa gosta dele:

Se chegar às 5 horas da manhã, ela tá acordada, eu não consigo entender, ela: “não quero saber de você, não gosto de você!” ‘E o que que você fica às 5 horas no portão me esperando?’”

Em determinado trecho da entrevista, sugere que a vida de casal se preserva porque a esposa gosta dele: “*É uma vida normal, relação sexual acontece, não sei como, pinta um clima e ela diz que é louca por mim.*” Há nele, ao contrário, uma resistência de demonstrar que sente algo positivo pela esposa, que gosta dela. Indagado pela pesquisadora sobre o que sente por Bárbara, ele se contradiz: “*é uma pessoa que eu gosto, me relaciono bem*”. Prossegue dizendo que homem “*é mais na parte sexual*”. Novamente aparecem **sentidos tradicionais de gênero**: para o homem o sexo ocorre, independente do gostar; a mulher pode até ter sexo para não perder um homem, mas acaba se apaixonando. Oliver, então,

prossegue dizendo que viveria melhor se não tivesse casado. Culpando-se, diz achar que casou com a pessoa errada.

Pouco adiante, ele fala que só investiria no relacionamento se Bárbara mudasse. Explica que gostava mais da esposa e que, hoje:

Tanto faz, porque se eu me separar dela vou ter que conviver com outra pessoa. E esta pessoa eu não conheço, eu não sei como vai ser. Pode dar certo, pode não dar certo. (...) se fosse pra mim escolher começar com outra pessoa ou começar com ela... Se mudasse, eu preferia começar com ela. Eu tenho 41 ano de idade, então eu me separando dela eu não vou viver mais sem ninguém, entendeu?

A convicção de que não vai ficar sozinho caso se separe de Bárbara e a incerteza de que um novo relacionamento daria certo, leva-o a **preservar o vínculo**. Parece mais fácil manter uma situação relacional já conhecida e previsível, ainda que conflituosa.

Para Oliver, os conflitos conjugais parecem ser causados pela esposa. Ele demonstra dificuldade de refletir sobre sua responsabilidade pela ocorrência de conflitos. Mesmo quando fala de atitudes pessoais que os causam – como a bebida, as farras dos fins de semana – dá a entender que é Bárbara quem diz ser isso o motivo para as brigas. A idéia de que é a esposa que deve mudar é recorrente no seu discurso.

Na tentativa de problematizar esta visão, a pesquisadora pergunta o que ele poderia fazer para melhorar o relacionamento. Ele responde:

É só fazer tudo o que ela quer. Não tem problema nenhum, é só isso, que ela quer... (pausa) É ficar ali o dia a dia junto é é é (gagueja), ela diz que é isso. Quando sai, dá satisfação (...), não bebe nunca mais, acaba os amigo tudo, acho que teria que fazer isso pra ela... “Muda, ela falou, muda de vida”.

Nota-se que ele fala sobre o que ela quer, mas não sobre o que pensa e reconhece que deve mudar em si. Ele justifica que não mudaria de vida, como sabe que Bárbara espera, por causa “do jeito que ela tá”. A não mudança do outro é desculpa para não mudar. Não há uma percepção de que o seu modo de vida relaciona-se circularmente com “o jeito” da esposa.

Embora tenha uma visão negativa da conjugalidade e pareça sentir-se pressionado e limitado por esta experiência, Oliver não parece disposto a tomar uma atitude de rompimento, delegando para a mulher a iniciativa para tal: “ontem mesmo eu falei pra ela, você tem que tomar uma atitude”. Pelo que ele narra, a esposa tem o mesmo movimento. Após uma briga, ele conta o que ela disse: “nós precisamos ter uma atitude, resolver nossas vidas, como é que vai ficar?” Isso denota o quanto está vinculado à Bárbara, a despeito de dizer que a solução para os problemas conjugais é a separação e de insistir em

dizer que “*tanto faz*”. Se tanto faz, por que fica tão afetado pela suposta superioridade da esposa? Por que vai ao clube “só para beber” quando ela vai encontrar as colegas após recusar-se a sair com ele? Por que investe tempo em acusar a esposa de traição, mesmo sabendo que ela é inocente, só porque ela o acusa de ter ficado com outras mulheres? A denegação estampa o quanto está envolvido: não que esteja fazendo isso por ciúme, faz apenas para dar o troco, por “*vingança*”.

Em alguns trechos do discurso, o fato de ter agido de modo a contrariar a esposa – passando a noite fora de casa, indo beber e até se envolvendo com outras pessoas – aparece associado às colocações de que não estava bem por causa dos conflitos com Bárbara. Uma indagação que surge diante da entrevista de Oliver é se ele gosta da esposa e resiste em reconhecer e demonstrar isso ou se realmente não a ama mais. A primeira alternativa parece mais provável. O que se pode concluir, com prudência, é que **há muitas razões que vinculam uma pessoa a outra, além do gostar.**

5.5.2.2. Sentidos da violência

Quanto **aos sentidos atribuídos à violência**, chama a atenção, neste caso, que o que trouxe o casal à Justiça foi a denúncia de que Bárbara bateu no filho caçula, feita por Oliver. Ele explica que denunciou a agressão contra o filho por achar que o que ela fez foi uma covardia. Ao mesmo tempo que diz que o que Bárbara fez com o filho foi covardia, ele disse que teve “*vontade de pegar ela fisicamente*”, o que não ocorreu porque Deus lhe ajudou a se controlar. As agressões da parceira contra os filhos – ela bate no rosto da filha e costuma descontar a raiva que tem do marido nas crianças, segundo Oliver - e contra ele são significadas como inaceitáveis: o deixam “*nervoso*” e “*à flor da pele*”. No entanto, parece razoável agredi-la fisicamente por causa delas.

É curiosa a ênfase que Oliver dá às agressões de Bárbara contra os filhos. Ele busca retoricamente transmitir uma imagem agressiva dela à pesquisadora., Para que? Talvez para justificar as próprias violências perpetradas contra ela e para conquistar aliados. É como se, colocando-se como vítima, pareçam razoáveis as atitudes que tem na conjugalidade. Oliver parece também fazer isso diante dos filhos: quando a obriga a ameaçá-lo com a faca diante das crianças e no ato de denunciá-la após bater no filho. A denúncia traduz não apenas a indignação e reprovação das agressões contra este, mas parecem também ser uma maneira de formalizar, de demarcar a violência de Bárbara diante dos filhos.

As agressões também ocorrem na esfera conjugal, desde o início do casamento, quando pareciam “*ciúme*”. A sua narrativa revela agressões sutis que são freqüentes no

cotidiano a dois: pirraçar o par, ficar sem falar por um tempo razoável, responder mal. A autoria destas agressões é atribuída, principalmente, à Bárbara. Quando Oliver relata ter agredido, inclusive fisicamente, a esposa, logo justifica: revida porque ela agride. Atribuindo a responsabilidade ao outro, que provocou, a violência cometida é justificada. Violência é o que vem do outro.

5.5.2.3. Sentidos do gênero

A **reiteração dos papéis de gênero tradicionais** no relacionamento conjugal, presente nas entrelinhas do discurso de Oliver. Talvez essa seja uma das violências mais duras que pesam sobre Bárbara - e que provavelmente não é nomeada por Oliver como tal, posto que é naturalizada. A crença de que, como homem, ele pode lidar com as normas do contrato conjugal - fidelidade, sujeitar-se a um certo controle do outro, entre outras – com maior flexibilidade é presente. Em circunstâncias nas quais traía a esposa, ele a acusa de traição. Faz isso mesmo consciente da inocência dela e jurando que não a trai. Esta inversão seria um modo de fazê-la carregar a culpa que ele sente pelos próprios atos? A idéia de que “eu posso, ela não” aparece também na forma como Oliver acha natural ir para noitadas nos fins de semana, ao mesmo tempo que interpreta como absurda a atitude de Bárbara de sair sozinha.

Oliver narrou dois episódios – provavelmente esporádicos -nos quais ela saiu sozinha. O ocorrido parece ter-lhe incomodado muito. Por ela ter “*amanhecido na farra*”, ele acha que devia ter “*pegado um cinto e chegado a taca, que é o que os home faz*”. A possibilidade de fazer uso da violência é significada ao mesmo tempo como direito e dever, como uma atitude justificada e até esperada socialmente, com atitude de um homem. O mais perverso nisso é a negação do outro, a crença de que é justo se impor à parceira e controlá-la.

Os sentidos atribuídos à conjugalidade, ao vínculo, ao gênero contribuem para que a violência de Oliver seja justificada e minimizada. Contribuem também para que os atos de Bárbara sejam apontados como agressivos e denunciados como violência.

5.5.3. Entrevista de casal: Oliver e Bárbara

Nesta entrevista, colocou-se em cena a **dinâmica conjugal**. Oliver parece mais confuso do que na entrevista individual. Fala rápido, como se quisesse preencher o espaço de reflexão com palavras. Evasivo, é como se falasse para não dizer. Raras vezes dialoga a respeito do que está sendo colocado por Bárbara ou pela pesquisadora. Em diversos trechos do discurso, suas colocações soam sem nexos, como se não conseguisse (ou se negasse a?)

acompanhar a interação estabelecida, o contexto dialógico. Há quebras e desvios no discurso: ele muda de assunto ou insiste em prosseguir falando de Bárbara, especialmente quando se indaga o que ele quer do relacionamento, o que a esposa espera dele, o que pode fazer para melhorar a convivência a dois.

É como se quisesse evitar corresponder às expectativas discursivas da esposa e procurasse driblar questões colocadas por ela que provavelmente o confrontam. Quando estas questões ainda pesam no ar, ele costuma fazer referência à dimensão financeira do casal, queixando-se de que a esposa não dá valor ao que ele luta para construir, como a casa. É freqüente falar também de separação. Tal movimento insinua sua incapacidade de alcançar a perspectiva da parceira sobre a relação e os conflitos conjugais; revela sua resistência a pensar o vivido e, em consequência, a mudar. Retrata também sua **fuga da intimidade**, o que fica evidente quando ele recusa-se, inclusive, a reconhecer expressões carinhosas e interessadas da esposa.

Bárbara percebe estas dificuldades do parceiro e se queixa:

Mas você percebeu, que quando é pra falar comigo, ele nunca fala do assunto que é pra falar. Ele sempre desvia do assunto. Ele não chega no ponto, que às vezes até eu queria que ele chegasse. Ele só fala de coisas materiais, só fala de separação, de quando separar, vai, ele só fala assim. Chego ao ponto que achar que ele é materialista. E eu digo pra ele o que tem que ser resolvido vai ser resolvido na justiça. Se for, então toda vez que ele toca nesse assunto, só fala da mesma coisa.

Chega a se irritar: “Não, e ele é muito complicado. E isso aí me cansou, sabe?” No entanto, ela não assume a postura de convocá-lo a abordar o que espera, no discurso. Quando Oliver se desvia, fazendo acusações ou narrando cenas do cotidiano conjugal, ela acaba embarcando no assunto colocado por ele: respondendo a suas provocações, desmentindo, questionando. Desta forma, retroalimenta o circuito que torna a conversa vaga, sem profundidade, adiando o diálogo sobre aspectos fundamentais da vida conjugal.

A narrativa de um episódio no qual Oliver deixa de ir na apresentação da quadrilha dos filhos faz emergir diversos **dilemas do casal, ilustrando sua dinâmica cotidiana** e ajudando a entender porque Oliver recusa-se a corresponder às expectativas de Bárbara. Ele justifica ter faltado à festa junina por causa do trabalho, mas ela diz que ele prioriza outros compromissos e pessoas e que a família está sempre “*em segundo plano*”. Reclama do individualismo de Oliver, que não a considera e age como se ela não existisse, como se ela fosse um “*zero à esquerda*”.

Os filhos do casal ficam, mais uma vez, no meio dos conflitos conjugais. A falta de comunicação é notória. Bárbara não avisa Oliver sobre a quadrilha. Quem avisa, na

véspera, é a menina. Nesta altura, ele já havia arranjado um compromisso de trabalho. Quando o pai disse que não ia, Bárbara logo diz para a filha que ela, então, não vai mais dançar. Segundo Oliver, a menina “*entra em desespero*”.

Há uma **confusão entre a conjugalidade e a parentalidade**. Bárbara parece não conseguir controlar os afetos experimentados na briga com o marido, direcionando-os aos filhos. Oliver busca transmitir a estes uma boa imagem de pai, expondo aos filhos o descontrole e a instabilidade da mãe. Acusa Bárbara de ser agressiva com as crianças. Para Bárbara, o marido “*não é realista nas coisas que fala*”, ou seja, ele está tentando vender, também para a pesquisadora, uma boa imagem de pai e a de vítima da mulher.

Ela reconhece que não o informou sobre o evento na escola para pirraçá-lo:

Eu admito isso, assim o jeito dele, eu admito que é um jogo, que às vezes eu pirraço ele, eu quero pirraçar ele, porque sempre ele me pirraça. Às vezes eu falo pra ele, eu não sou de sentir ciúmes, se eu sentir que a pessoa está me provocando pra me sentir ciúmes dele, sabe, eu não sinto. Eu sinto é raiva. Eu gosto de sentir ciúme natural, sabe. Naturalmente, não aquele ciúme provocado, que eu sei que a pessoa ta fazendo pra me provocar. E ele faz isso comigo muito, mas eu nunca fiz, esse tipo de coisa eu nunca fiz. Mas eu já pirraçei muito, já mesmo, porque eu sei que ele me pirraça, então. Aí a gente fica nesse jogo.

O jogo do “**toma lá, dá cá**” é evidente: se ele não fala onde vai, ela também não conta da rotina que ele perdeu enquanto estava fora de casa e não lhe dá satisfações sobre o que faz. Ele provoca, faz ciúme; ela pirraça. A narrativa deste episódio ajuda a entender por que Oliver se recusa a corresponder às expectativas de Bárbara e por que esta sente-se tão frustrada. A resistência dela em demonstrar para o marido o que sente, o quanto a presença dele é importante, por exemplo, é visível. Este jogo no qual ninguém quer “dar o braço a torcer” e no qual expressões de afeto positivas parecem ser tomadas como “perigosas”, é atuado na dialogia estabelecida na entrevista. Ela claramente expressa que queria a presença de Oliver na festa, mas ele é incapaz de acolhê-la. O que poderia caracterizar-se como uma contrapartida carinhosa, soa estranho:

Eu acho que é uma implicância, uma desculpa dela. É um jogo, um jogo que ela usa. Porque a pessoa quando quer é diferente. Eu por exemplo, quando eu quero uma coisa, ela sabe, eu chego, eu nunca impus “você tem que fazer isso pra mim”, Oliver fala.

A pesquisadora tenta provocar uma reação à demanda apresentada por ela: “o que chateou Bárbara?” Oliver diz:

É a atitude dela assim, ela não pede, ela manda. Ela acha que você tem que fazer tudo aquilo que ela quer, tudo tem que ser do jeito que ela pensa, que ela imagina. Eu combinei com ela, ela fez o maior desespero lá gritando, chorando, berrando lá. Fez a menina entrar em pânico. Eu acho que não precisava daquilo. Qual era o combinado? Eu sair seis e meia de casa com as crianças. E foi o que foi combinado com a minha irmã.

Fazer algo que Bárbara quer é significado como aceitar sua posse, suas imposições. Corresponder às expectativas da esposa é como se render à violência, ao mando dela. É **perda de poder**, algo extremamente ameaçador para o universo masculino.

O diálogo não acontece. Ocorrem **desencontros face a face** nos quais cada um interage julgando-se capaz de saber o que o outro pensa, o que quer dizer, supondo suas expectativas. Ele afirma que o maior desejo da esposa é que ele saia da casa, enquanto ela demonstra não querer isso e diz que não consegue separar-se. Os conflitos e a violência vivenciada, no passado, criam um contexto comunicacional no qual cada membro do casal passa a adivinhar o pensamento e o desejo do outro e a projetar nele(a) as piores intenções.

Ambos **afirmam ver dificuldades na relação**. Bárbara enfatiza, esgotada, que está perdendo a disposição para lutar pelo relacionamento:

Eu já cheguei a um ponto que já não tem mais saída. Não sei nem por onde, sei lá, não tem mais aquela, aquele ânimo, de começar do zero, sabe. Perdi totalmente até a esperança de lutar, de fazer alguma coisa. Como você falou, a gente tem aquela coisa, mas eu já tou assim mesmo, não tenho mais força pra tentar lutar.

Bárbara demonstra maior esgotamento em relação ao casamento e aos conflitos conjugais do que Oliver, possivelmente por lutar para melhorar a relação e preservar o vínculo, como afirma. Em diversos momentos da entrevista, a pesquisadora busca mobilizar Oliver a entrar em contato com seus sentimentos, a refletir sobre suas expectativas e a ser sensível às de Bárbara, mas ele revela-se vago e incapaz disso. Bárbara insinua que a indiferença do parceiro a suas demandas não resulta apenas de sua dificuldade de escutá-las, mas do seu orgulho:

Às vezes ele sente as coisas, ele não fala. Ele morre ali dizendo que não quer, que não gosta. Só pra dizer assim que ele ta por cima e que é... Você é assim, é sim.

No episódio da quadrilha, por exemplo, ela diz que o que a chateou, na ausência do parceiro ao evento dos filhos, foi “o orgulho dele”. Explica que se ele decide fazer algo, mesmo que ela não concorde, “aí que ele faz mesmo”. Prossegue: “Isso aí é dele mesmo. Eu casei com ele já assim. Eu não era assim, eu passei a ser assim por causa dele.” Ou

seja, o modo de ser do parceiro - inclusive, sua indiferença - é naturalizado; o dela, é consequência dos problemas vividos com o marido.

O **vínculo** entre os dois é forte. Permanece ainda que ambos sintam-se frustrados e não consigam entender e, muito menos, corresponder às expectativas do par conjugal.

Oliver faz questão de deixar claro que não se separa da esposa por razões financeiras – não quer entregar a casa que construiu para Bárbara e acha que a separação prejudicará o sustento das crianças, pois Bárbara vai jogar fora o que lutou para conquistar - e por causa dos filhos. Bárbara contesta isso dizendo **que isso é desculpa** do parceiro. Para ela, dificuldades financeiras não impedem o rompimento do casamento, se a pessoa realmente quer separar e não é preciso viver “*o resto da vida porque construiu uma casa*”. Quanto aos filhos, salienta, não é bom para eles verem os pais brigando e o pai chegar embriagado.

Tudo indica que semelhante ao filme “*A Guerra dos Roses*”, a casa é apenas um pretexto. Os filhos também. Provavelmente seja o orgulho de Oliver que o leva a falar em separação. Arrisco-me a argumentar, neste sentido, pela forma como seu discurso se apresenta quando coloca-se em foco seu desejo de separação. Oliver fala de modo evasivo e não diz algo do tipo “eu quero”, “eu vou me separar”. Ele parece mais estar justificando o vínculo - “*só não me separo*”, “*eu não estaria mais nesta relação se...*”; e lamentando dos problemas: “*eu não vejo outra saída*”, “*Não tem condições de viver igual tá não. Igual tá não, a gente ver isso muito tempo. As crianças vão crescendo.*”. Ele a desafia: “*Eu desejo que ela arrume outro dez vezes melhor que eu*”. É como se falasse que não vai mudar, se ela tiver insatisfeita, deve procurar outra pessoa. Bárbara responde que não está “*atrás de ninguém. Eu estou atrás de paz, mesmo, porque cansa*”. Ela acredita que Oliver gosta dela, mas se recusa a demonstrar isso.

O tom de voz de Oliver soa como uma forma de humilhá-la e de mostrar que, para ele, a esposa não tem importância. **É uma forma de violentá-la**. Talvez por perceber este jogo, a intencionalidade do parceiro, Bárbara não o confronta e não toma a iniciativa de aceitar a proposta de ruptura do vínculo; apenas ressentida.

Os **sentidos atribuídos ao gênero oscilam entre a tradição e a mudança**. Ele se queixa de que os filhos se dirigem para ele para perguntar coisas que uma mulher é que deveria responder:

Aí uma coisa que a gente se chateia muito, os meninos, isso é normal o menino perguntar uma coisa pra mãe e isso me chateia. Os meninos chegam me perguntando papai tem carne pro almoço, papai tem isso. Isso é o papel da mãe.

Embora ele faça o almoço, cuide de afazeres domésticos - aspecto que sugeriria mudanças nos sentidos atribuídos aos papéis de gênero - demonstra pensar que isso é papel de mãe. Ou seja, **os estereótipos de gênero** parecem conviver com novas práticas sociais que se precipitam na vida familiar e conjugal, resistindo e boicotando mudanças nos sentidos atribuídos aos papéis masculinos e femininos. Bárbara argumenta que assume cuidados com os filhos que “*podiam ser papel de Oliver*”, como ensinar o dever de casa. Diz que ele nem toma conhecimento disso e que os homens e mulheres Argumenta:

Têm direitos iguais. Eu acho que os dois têm as mesmas obrigações, um ajudando o outro. Com certeza, eu acho que, se eu trabalho fora, ele também.

A fala dela indica que ela não parece se incomodar com o fato de o casal vivenciar novos papéis de gênero; ao contrário, pensa que Oliver poderia assumir mais a educação dos filhos. O fato de também trabalhar fora leva-a a pensar que as tarefas da família devem ser divididas.

Em suma, **ambos os cônjuges mostram sentir-se negados e agredidos pelo par**. Oliver queixa-se da falta de reconhecimento da parceira dos seus esforços para manter a família, da ausência de cumplicidade, das acusações constantes que ela faz e da impossibilidade de dialogar. Da parte dele, manter uma programação à parte da família, que inclui noitadas, bebidas e amigos, parece tão razoável quanto a expectativa de que Bárbara o aguarde quando ele retorna para a casa. **Sentidos tradicionais de gênero** contribuem para que não precise separar para ter a vida de solteiro que deseja.

Bárbara reclama de não ser prioridade na vida de Oliver, de estar em segundo plano. É possível argumentar que, para ela, o problema parece não ser a falta de amor, mas o fato do marido se negar, por orgulho, a demonstrá-lo. Mesmo sofrendo por isso, contar com o que Oliver só demonstra na intimidade do casal e nega na presença de outros e alimentar a esperança de ele mude, é o bastante para que preserve o vínculo.

Chama a atenção a intensidade afetiva através da qual o casal fala de brigas que ocorreram há muito tempo. Isso mostra o quanto os problemas não ditos, mal resolvidos e acumulados se presentificam na convivência. Há, nas entrelinhas do discurso de ambos, a percepção de uma “violência” quase oculta: a indiferença, a falta de investimento do(a) parceiro(a), conseqüentes de violências sofridas e cometidas. Isso é tocado com maior veemência no discurso de Bárbara quando ela narra que, certa vez, quando foi beijar Oliver, este a acusou de apenas estar querendo mostrar para as colegas que o casal estava bem. Isso pareceu representar, para ela, uma espécie de **morte do sonho da incondicionalidade do amor**; de que é possível expressar carinho e ser íntimo, mesmo que

não esteja tudo bem. A decepção decorrente disso e o sentimento de perda se consolidaram como uma violência perturbadora e de difícil diagnóstico.

Ambos os cônjuges falam mal e não poupam queixas ao par conjugal: **acusam, responsabilizam, culpam a(o) parceira(o) pelos conflitos vividos**. Isso é mais radical em Oliver: ele não fala de si, do que sente, do que quer, dos próprios erros. Bárbara mostra-se mais sensível e capaz de refletir sobre sua responsabilidade pessoal pelos problemas vividos na esfera conjugal, mas o fato de ter sido “*machucada*” nos anos de convivência, a “*endureceram*”. Nenhum dos dois fala de um NÓS conjugal, ou seja, do que decidimos, do que discutimos, do que esperamos. Estão vinculados, em uma solidão a dois. Ambos parecem atribuir ao outro a iniciativa de mudança do relacionamento. Ou será que almejam que uma mágica o transforme? Enquanto ninguém dá o primeiro passo, vivem a vida e as violências cotidianas como elas são.

CAPITULO VI - DISCUSSÃO

A POLISSEMIA DOS SENTIDOS

A palavra polissemia faz alusão às várias possibilidades de construção de sentidos no contexto dos processos dialógicos. Interessava aqui compreender como cada homem e mulher individualmente e depois como casal percebia a relação conjugal e as violências presentes nessa relação. Dai a opção por realizar entrevistas individuais e de casal.

A entrevista individual, além de permitir à pessoa se exprimir livremente, leva em conta um cuidado ético relevante na pesquisa e intervenção na área de violência conjugal. Em contextos de violência é fundamental ter em conta as pressões e ameaças que as mulheres costumam sofrer por parte dos agressores para não falarem sobre o que é vivido na relação. Falar pode colocar a vida de mulheres em risco e isso não pode ser negligenciado. Ademais, a entrevista individual abre espaço para a individualidade de cada um(a) na elaboração de sentidos para sua experiência.

A entrevista de casal por sua vez, abre espaço para a compreensão da dialogia estabelecida entre o casal. A presença do(a) parceiro(a) nos possibilita entender como esse outro afeta o posicionamento individual de cada um e leva à reconstrução dos discursos e dos sentidos, sobre si mesmos e a dinâmica da relação.

O papel do(a) pesquisador(a) não pode ser ignorado nessas duas modalidades de entrevista. Primeiro, porque ela(e) fala de um lugar – traz consigo valores, compreensões e sentidos próprios para o tema estudado e precisa estar ciente disso. Segundo, porque sua presença assim com sua fala, amplia a complexidade do processo dialógico. Abre espaços para as pessoas ouvirem os ecos de suas próprias palavras, histórias e refletir sobre elas.

Apresentamos neste capítulo, a síntese dos principais achados da pesquisa, que serão discutidos de acordo com os objetivos estabelecidos. A forma de organização deste capítulo representa mais um esforço de clareza para comunicar os sentidos produzidos na interação e dialogia da pesquisa do que a crença na linearidade dos achados. Como é complexa a trama que envolve as questões estudadas, estas se articulam de modo circular, se interpenetram. A subdivisão dos tópicos abaixo, portanto, não é rígida: é evidente interseção entre eles.

Para concluir, a reflexão recai sobre o objetivo geral da pesquisa - compreender os sentidos da violência. Será problematizada a seguinte indagação: como os sentidos que os casais participantes da pesquisa atribuem à conjugalidade, ao gênero e ao

vínculo amoroso afetam/constroem os sentidos da violência? O propósito é apontar o que há de comum nas histórias dos casais, sem negligenciar a pluralidade de suas narrativas.

6.1. Sentidos da conjugalidade

Cabe esclarecer que em três dos casais participantes - Lineu e Nenê; Oliver e Bárbara; Maria Rosa e Campos - a queixa foi feita pelos homens. Em um casal -Arlequim e Colombina - pela esposa e em outro - Estácio e Helena - pelos filhos do casal.

A conjugalidade é significada pelos homens, independente deles serem os “autores do fato”, como uma experiência privada, em relação à qual não cabem intervenções externas. Quando as mulheres são as “autoras do fato”, isso não ocorre: elas vêem a conjugalidade como aberta a intervenções e, por vezes, como uma realidade que as demanda. Isso é evidente no discurso de Bárbara, que diz que pedia a Deus uma ajuda e que isso lhe foi concedido no atendimento psicossocial viabilizado pela Justiça. Tal achado corrobora alguns estudos que mostram que as mulheres procuram a delegacia e a justiça não para punir seus parceiros, mas como terceiros mediadores que podem ajudar a cessar sua violência e fazê-los mudar.

Vale indagar se tais distinções na percepção da conjugalidade talvez se devam às diferenças na forma como homens e mulheres são afetados pela violência conjugal. Quando autores, aos homens parece mais viável manter o status quo, prosseguir sem interferências, sendo clara a intenção de resguardar a sagrada privacidade familiar. Já as mulheres parecem mais suscetíveis a buscar e aceitar ajuda externa quando vêem suas tentativas de administrar os conflitos, de acalmar os parceiros e de evitar a violência fracassarem. O fato de serem ainda socializadas para cuidar dos vínculos familiares e para serem “salvadoras”, à custa do sacrifício e da renúncia pessoal (Pondaag, 2003) deve contribuir para isso. As questões de gênero deixam uma marca clara nesses posicionamentos e serão exploradas mais adiante.

6.1.1. Sentidos do vínculo conjugal

É tocante a força do vínculo que caracteriza as interações conjugais investigadas. Todos os participantes da pesquisa expressaram o desejo de manter a vida a dois. O que variou foi o grau em que acreditam ser possível a mudança dos(as) parceiros(as) e a melhoria do relacionamento. Colombina, por exemplo, expressa dúvida quanto à possibilidade de continuar vivendo com Arlequim, pois acha difícil o parceiro mudar, já que a agressividade dele é naturalizada por ela como um jeito de ser e como doença. Helena já havia dado muitas chances para Estácio e estava descrente quanto ao

distanciamento do parceiro das bebidas alcoólicas. Maria Rosa, Barbara e Nenê demonstravam cansaço por esperar mudanças que nunca ocorreram nos comportamentos dos parceiros, mas apesar de estarem no limite, demonstraram investimento afetivo e esperança por mudanças relacionais.

Os homens não demonstraram duvidar da possibilidade de preservar o vínculo conjugal. Falar em separação é algo que fazem quando estão com raiva e parece mais uma forma de revidar, de desprezar as parceiras do que um desejo, de fato. Ainda que menosprezem, agridam e até mesmo traíam suas esposas, eles não querem se separar. Sentidos tradicionais de gênero contribuem para que acreditem que alguns de suas atitudes destrutivas não sejam razão para o rompimento conjugal: tendem a minimizar os danos e o impacto destes danos; do mesmo modo que é natural exercer essas agressões é natural que as suas mulheres as suportem. Ainda que não almejem a separação, ficou evidente a resistência em demonstrar o interesse de preservar o relacionamento conjugal nos seus discursos. Oliver, por exemplo, afirmou estar com Bárbara apenas para não perder a casa que construiu para a família, mas sua narrativa revelou o desejo de preservar a relação com a esposa.

O vínculo relacional dos casais entrevistados mostrou-se tão intenso que supõe a expectativa de exclusividade do investimento afetivo. Esta expectativa foi mais comum nos homens e apareceu também no discurso de Bárbara. Para as demais mulheres, a vida conjugal pode ser conciliada com outras experiências: a convivência com amigos e familiares, por exemplo. A exigência de que o olhar esteja voltado apenas para o par conjugal é significada pelas mulheres como obsessão, doença, que implica em privação.

Chamou a atenção os sentidos conferidos à atitude pessoal de manter o vínculo conjugal. Algumas mulheres disseram que gostariam de separar-se dos parceiros, mas não conseguem. Colombina e Bárbara significaram esta dificuldade como problema, consequência de traumas vividos. Nenê falou que é doença. Maria Rosa disse que é sem vergonhice e Colombina se tortura dizendo que é sinal de que concorda com as agressões do parceiro. A dependência afetiva, o medo de ficar só e a sensação trazida por Colombina de que sente-se “largada” quando está sem alguém, são razões apontadas para esta dificuldade de rompimento. É como se cobrassem de si mesmas atitudes mais firmes diante dos problemas relacionais e das agressões dos parceiros. Elas revelaram culpa por sustentar o vínculo. O discurso de Helena se distinguiu: ela disse estar pronta para separar-se e explica que não é o tipo de mulher que fica aguentando problemas conjugais porque se julga incapaz de tocar a vida sozinha.

Os homens não demonstraram culpa por sustentar o vínculo conjugal e resistiram a mostrar que acham difícil separar. Pelo contrário, fazem questão de transmitir às parceiras que isso é fácil. Não é raro insinuarem para elas que não perderiam muito com o rompimento. Elas, sim, perderiam e teriam dificuldade de encontrar alguém que ainda as desejasse.

As razões apontadas pelos participantes para a manutenção do vínculo conjugal se diferenciaram nos discursos de homens e mulheres. Para todos os participantes, os filhos aparecem como fator que leva a evitar a separação: há medo de que sofram com o rompimento dos pais e de que este rompimento os traumatize. Existe também a preocupação de dar-lhes bom exemplo preservando a vida a dois. Os homens revelaram que temem, caso tenham que sair de casa, ficar distantes dos filhos e não poder dar a eles a assistência de que podem precisar. Gostar do (a) parceiro (a) também é uma razão que aparece nos discursos femininos e masculinos.

Homens e mulheres apontaram qualidades/características positivas dos parceiros para explicar por que não se separam e para justificar o vínculo conjugal. As mulheres referiram-se às idiossincrasias dos parceiros: é honesto, trabalhador, organizado, bom. Os homens referiram-se mais aos papéis tradicionais atribuídos às mulheres: é boa mãe, boa esposa, boa dona de casa. Ao mesmo tempo que vasculham características positivas dos parceiros para manterem e justificarem o vínculo, as mulheres demonstraram surpresa ao se darem conta, no processo de busca destas características, de que os parceiros não correspondem satisfatoriamente à suas expectativas e ao não identificarem razões plausíveis que expliquem por que se mantém vinculadas a eles. Foi comum se perguntarem: por que estou com ele, ainda assim? Foi como se percebessem que o vínculo se sustenta a despeito de existirem razões perceptíveis para tal, como se houvesse nele algo da ordem do inconsciente, do incondicional e do incompreensível.

A dificuldade de compreender o que as vincula aos parceiros e a tentativa de entender isso perpassou os discursos femininos. Elas chegaram a problematizar as explicações usuais que justificam o vínculo de um casal. Bárbara, por exemplo, suspeitou que o gostar que vincula o casal não seja amor, afirmando que o amor do parceiro é ambivalente, pois maltrata. Colombina disse que não é amor o que a liga a Arlequim, é doença. Nenê também afirmou isso. Bárbara chegou a criticar as justificativas que Oliver deu para não separar-se dela: a casa e os filhos. Ela afirmou que isso é desculpa, sugerindo claramente existirem outros motivos para manutenção do vínculo que o parceiro não queria confessar - como gostar dela. Ou será que existem motivos que ambos desconhecem?

Ter construído uma história juntos é citado por homens e mulheres participantes como algo que os leva a preservar a convivência a dois. Nos discursos das mulheres, isso foi mais forte por associar-se à valorização do casamento, à crença de que este deve ser preservado e ao desejo de manter a família unida, o que é apontado por outras pesquisas (Hirigoyen, 2006; Pondaag, 2003). Tais crenças consolidam uma visão positiva da relação.

As dificuldades financeiras apareceram como razão para preservar o vínculo. Os homens associaram à separação com perda financeira e patrimonial; as mulheres ao temor de privações pessoais e para os filhos.

O sofrimento vivenciado na conjugalidade – “ter passado por altos e baixos”, nas palavras de Bárbara e Arlequim - foi mencionado como algo que leva a dar valor ao par conjugal. O sofrimento cria laços. Nas narrativas masculinas, o fato de as mulheres cumprirem o “papel de esposa” - como disse Campos; passarem dificuldades para estar do lado deles contribui para que os parceiros lhes atribua valor. Quer dizer, a incondicionalidade do amor das mulheres, para a qual foram socializadas (Ravazzola, 1997), nas conjugalidades pesquisadas, é um apelo à manutenção do vínculo na perspectiva masculina. Na perspectiva feminina, a crença de que cabe às mulheres tolerar o sofrimento, bem como a resignação e o sacrifício (Hirigoyen, 2006; Pondaag, 2003; Ravazzola, 1997), contribui para que prossigam no vínculo conjugal, a despeito do sofrimento. Suportar, enfrentar problemas e agressões na vida a dois tomam, para elas, o sentido de autovalorização.

As entrevistas permitiram identificar, nas falas das mulheres, razões para manutenção do vínculo conjugal, que são apontadas por outras pesquisas (Alvim & Souza, 2005; Hirigoyen, 2006; Moreira, 1992): o receio de não arranjar outro parceiro, por já estar velha, por ter filhos; o medo de ficar só; a percepção de que é incapaz de tocar a vida sozinha; o medo da perda; a dificuldade de viver sem o parceiro; a esperança de que o par conjugal mude; a crença de que o parceiro vai sofrer e não vai se virar sozinho; pena de ver o parceiro mal com a separação; falta de apoio da família extensa, pelo fato de esta ser contra a separação.

Os casais participantes desta pesquisa trouxeram outras razões para justificar a manutenção do vínculo que surpreenderam por se distinguirem do que é comumente levantado por outros estudos. Maria Rosa explicou que o fato de ter um passado conjugal carregado de dificuldades a impede de deixar o marido. A justificação do comportamento passado (Aronson, Wilson e Akert, 2002) contribui para preservar o vínculo: separar-se, depois de todo um histórico de conflitos e sofrimentos na vida a dois provoca dissonância - interromper a trajetória conjugal inviabilizaria conferir um sentido à experiência vivida e

ao sofrimento; implicaria dar-se conta de escolhas que tiveram alto preço e estar diante das próprias atitudes, com todo o incômodo que isso pode trazer.

Lineu e Bárbara disseram que o costume vincula: as pessoas não apenas se acomodam em uma relação conjugal, mas também se acostumam com os altos e baixos da convivência e com a própria violência, o que as leva a seguir em frente. Oliver sugeriu ser mais fácil manter um relacionamento já conhecido, ainda que conflituoso, do que arriscar-se quanto à imprevisibilidade de um outro.

O sexo apareceu como uma vivência que vincula o casal, nos discursos de Colombina e de Bárbara, não só pelo prazer ou pela importância que toma na rotina a dois. Para estas mulheres, o sexo é uma forma de resolução de conflitos, uma via de comunicação que permite a aproximação de um outro que não escuta. É uma maneira de apaziguar brigas.

Distinções de gênero ficaram evidentes nas justificativas trazidas pelos homens e mulheres participantes para a manutenção do vínculo amoroso. Razões concretas, materiais, como a preocupação com a divisão dos bens e com a vida financeira, foram mais presentes nos discursos masculinos. Para explicar o vínculo, e, provavelmente para torná-lo compreensível para si mesmas, as mulheres falaram de experiências que tiveram nas famílias de origem e em outros relacionamentos e apresentaram razões subjetivas, como o medo de ficar só e a dependência emocional dos parceiros.

Todas as mulheres expressaram o desejo de preservar a relação com os parceiros, mas com a seguinte condição: o parceiro teria que mudar. Um olhar mais cuidadoso, porém, permite compreender que a imposição desta condição parece mais uma forma de justificar o vínculo, do que uma exigência, de fato. Afirmar que só continuarão com os parceiros se eles mudarem é uma forma de lidar com a culpa que sentem pela manutenção do vínculo e de dar satisfações para um meio social que cobra atitudes drásticas de mulheres que vivenciam violência na vida a dois. Colocar-se na posição de quem espera mudanças é um modo de amenizar as incongruências da escolha de manter-se ao lado de um homem que agride e parece um meio de dizer: “viu, eu não aceito, não admito o que ele faz comigo”.

Por vezes, os relatos das mulheres causavam a impressão de que o vínculo conjugal subsiste de maneira autônoma, ou seja, independente do que vivenciam em suas vidas conjugais. Isso foi mais evidente nos discursos de Maria Rosa, de Nenê e de Colombina, que chegaram a dizer que não entendem por que estão com os parceiros, já que eles não correspondem à suas expectativas, falhando como provedores e companheiros. É como se prosseguissem na relação, independentemente da qualidade da convivência a dois.

A disposição para a incondicionalidade (Pondaag, 2003; Ravazzola, 1997), consolidada na socialização das mulheres como uma espécie de virtude necessária à maternidade, precipitou-se nas narrativas femininas. Essa disposição incondicional para permanecerem ao lado dos parceiros, a despeito das agressões sofridas, baseia-se, ao mesmo tempo em que realimenta as crenças de que elas serão capazes de salvá-los (Soares, 1999) e de que eles irão mudar. Estas crenças funcionam como uma razão forte para permanecerem na relação. Elas parecem ter um papel determinante em provocar um sentimento de dúvida quanto à capacidade delas de manterem-se distantes dos parceiros.

Os homens também parecem duvidar de sua capacidade de romper o vínculo. Essa dúvida torna-se evidente nos jogos usados para manipular as parceiras: ao ameaçarem separar, o intuito é “dar um gelo”, um susto na parceira, como mostrou Arlequim. Quando elas aceitam os parceiros de volta, depois de determinado tempo de separação conjugal, isso parece empoderar ainda mais os homens: “quis de volta, agora agüente”, é o trunfo de Campos.

O desespero feminino pela manutenção vínculo dá a entender que são aceitáveis determinadas violências e soa como concessão para maus-tratos. Lineu, Campos, Arlequim e Oliver, fizeram questão de esclarecer à pesquisadora e, de vez em quando, de cutucar suas parceiras, que eles foram embora – ou quiseram ir – e elas é que impediram isso ou imploraram que voltassem. É como se justificassem a violência: se elas conheciam as condições e ainda assim optaram pelo vínculo, não é preciso mudar. Maria Rosa colocou que o fato de ter reatado inúmeras vezes com Campos, torna-a responsável por salvá-lo das drogas e por resolver os problemas conjugais. Helena demonstrou pressentir o perigo de dar chances a Estácio. É como se ser carinhosa e agir de maneira normal com ele, equivalesse a aceitar o alcoolismo do parceiro. Ela precisa “manter a guarda” – tratá-lo com certa desconfiança e rispidez – para que Estácio não se acomode e prossiga nos seus erros.

Se tanto os homens quanto as mulheres participantes revelaram desejos de preservar o relacionamento, diferenças de gênero puderam ser observadas na forma como perceberam as conseqüências da separação. Para os homens, a idéia de separação está associada à perda da comodidade de um lar e ao distanciamento dos filhos. A separação ameaça, sobretudo, suas conquistas, o que lhes pertence: a mulher. A pretensão de relegar as parceiras à condição de objetos, ainda que não seja legitimada por estas, tem o poder de incluí-las em suas posses. Dessa forma, enquanto, para os homens, a separação ameaça o que julgam possuir; para as mulheres, ameaça o que são.

O investimento afetivo das mulheres participantes na relação conjugal e na família é tal, que romper o vínculo equivale a perder algo de si. O medo da perda foi significativo nos discursos femininos, o que é ilustrativo do que é argumentado por Chodorow (1979): as mulheres são ameaçadas pela separação. Esta disposição incondicional das mulheres para viverem em relação contribui para que a percepção negativa dos parceiros e dos problemas conjugais não abale o vínculo.

As participantes revelaram ter consciência destes problemas e clareza do quanto os parceiros destoam de suas expectativas pessoais. No entanto, tal consciência não as impede de prosseguir na relação conjugal. Algumas revelaram significativa indignação e crítica quanto às atitudes dos parceiros e ao próprio posicionamento na interação conjugal, como Bárbara e Colombina. A primeira chegou a reconhecer que o fato de gostar muito de Oliver pode levá-la a se enganar em relação a ele, a esperar mudanças que podem não acontecer. Maria Rosa abandona o próprio argumento de que o parceiro é doente, acusando-o de não ter força de vontade para lidar com as drogas. Isso também não tem o poder de mudar seu posicionamento.

Investigar outros mecanismos que, somados à incondicionalidade do amor, impedem que a percepção dos problemas conjugais e dos danos causados pelos conflitos e pelas violências dos parceiros levem a mudanças de postura no relacionamento ou à ruptura do vínculo amoroso é um desafio instigante para pesquisas futuras. Um desses mecanismos é a própria necessidade de amenizar a dor gerada pela violência – o que pode provocar distorções e até mesmo negações (Laird, 1994). Por sua intensidade e pelos danos gerados, a violência é uma experiência difícil demais de ser encarada. Essa dimensão da experiência violenta precisa ser melhor compreendida.

Chamou a atenção o fato dos casais participantes não tomarem iniciativa de ruptura do vínculo, embora falassem muito em separação. Os impactos dos problemas e da violência vivenciados podem até provocar o desejo de se ver livre do par conjugal. No entanto poderosos arranjos perceptivos, mecanismos de defesa e sentidos atribuídos à conjugalidade, à causalidade dos conflitos e ao gênero, contribuem para que não prossigam nesta intenção.

Homens e mulheres delegam a iniciativa do rompimento aos(as) parceiros(as). Nas ameaças de separação de que são autores e no movimento que fazem para mostrar que estão prontos para isso, os homens parecem ser movidos pelo orgulho. Já as mulheres, parecem delegar aos homens a responsabilidade por torná-las felizes: esperam mudanças deles em lugar de tomar decisões e de modificar o próprio posicionamento diante do par conjugal. Este achado confirma o que é apontado no estudo de Araújo (1995): a tendência

feminina de esperar que outros mudem suas vidas. Cabe pontuar que essa delegação mútua tem sentidos importantes – primeiro, revela que nenhum dos dois quer assumir a responsabilidade pela iniciativa; depois torna-se uma ferramenta de poder na relação (eu fui embora mas você me pediu para voltar); converte-se em um pacto mútuo pela permanência – se ninguém toma a iniciativa nada acontece; e por último, justifica a relação – a gente pode desconhecer o motivo, mas se permanecemos juntos deve ser por uma forte razão.

As entrevistas permitiram identificar razões para manutenção do vínculo conjugal que são apontadas por outras pesquisas (Hirigoyen, 2006; Pondaag, 2003), mas a forma como estes motivos foram discutidos, neste trabalho, trazem contribuições significativas para o estudo do vínculo e da violência conjugal. A análise dos achados não se reduziu a citar as razões para manutenção do vínculo conjugal, mas buscou discutir as conotações, os sentidos que tomam para os participantes, considerando o gênero como categoria de análise e explorando os posicionamentos, as autocríticas, as justificações e o grau de indignação dos participantes em relação ao vivido na conjugalidade e às próprias atitudes de preservação do vínculo. Explorou-se o que há em comum nos discursos sem, ingenuamente, acreditar na universalidade de sentidos e negligenciar as diversidades existentes nas narrativas dos participantes.

Em suma, os sentidos atribuídos ao vínculo conjugal contribuem para que a violência conjugal seja relativizada e para que sua percepção seja minimizada. Campos parece relevar as agressões de Maria Rosa em função do valor que confere à sua disposição para enfrentar dificuldades da vida a seu lado. Um achado importante dessa tese é que o vínculo amoroso também mobiliza o casal a controlar as atitudes e a própria violência - afinal, sempre há um limite que não pode ser ultrapassado para que a convivência não se torne insuportável. Quando o risco da separação é eminente, há movimentos de trégua, de recuo que visam preservar o vínculo afetivo. Para que o jogo continue – para que a violência seja possível – é necessário não anular o outro completamente. Como diz Arlequim, “apesar de tudo”, Colombina é boa pessoa. A percepção da violência não chega a alterar a visão positiva do par conjugal. O vínculo prevê também certa tolerância à violência, demandando o desenvolvimento de estratégias para administrar conflitos, lidar com os riscos e sobreviver aos seus impactos.

6.1.2. Solidão a dois: percepções da causalidade dos conflitos/problemas conjugais

O desafio aqui foi compreender o modo os casais participantes vêem a causalidade dos conflitos/problemas conjugais. Em decorrência do forte vínculo que une os pares conjugais entrevistados, a conjugalidade é significada como uma experiência que impõe limites ao exercício das liberdades individuais - relaciona-se quase a um encarceramento a dois. As expectativas de que o par conjugal corte os vínculos com os familiares e amigos, que se prive de momentos de lazer sem a família são comuns. A opção pela conjugalidade implica quase em não ter vida própria, em ter que prestar contas ao (à) parceiro(a).

Tais sentidos são mais evidentes nos discursos masculinos. Nas narrativas de alguns dos homens participantes da pesquisa – como Lineu e Arlequim - isso é gritante. A conjugalidade relaciona-se a sentimentos de posse, de controle da parceira; à expectativa da dependência e subserviência dela à maneira de ver a vida do outro. Para Arlequim, por exemplo, a própria alteridade de Colombina parece insuportável.

Nas narrativas da maioria das mulheres participantes, as queixas de que o parceiro demanda exclusividade na atenção e no investimento afetivo são marcantes. O ciúme é levantado como causa das brigas. Isso faz com que a conjugalidade seja percebida como privação, restrição; algo coercitivo que “*apaga*” aquilo que foram um dia, nas palavras de Colombina. A narrativa de Bárbara destoa, pois ela reconhece ser ciumenta e diz querer o marido só para si, revelando que, até recentemente, almejava viver e esperava que o parceiro também vivesse apenas “*no mundinho*” a dois.

A significação da conjugalidade como experiência que restringe as individualidades e limita a relação de cada membro do casal com outras pessoas, ou seja, que mantém o casal e a família como sistema fechado, está fundamentada no ciúme e no sentimento de posse sobre o outro e marcou a postura dos homens e também de algumas mulheres. Outras colocações masculinas relacionadas ao controle foram: o fato das parceiras não darem satisfações, tomarem decisões por conta própria, sem consultá-los; a independência e autonomia que leva as mulheres a mudar, agindo com superioridade; as cobranças das parceiras, a mania de reclamar e de falar muito. Além dessa demanda por exclusividade, os homens participantes da pesquisa fizeram referência aos seguintes fatores geradores de problemas/conflitos conjugais: a influência de terceiros, a quem se expõe a intimidade do casal, que dão palpites e/ou roubam a atenção do (a) parceiro (a); problemas decorrentes da convivência com os filhos; o estresse do trabalho que interfere na vida familiar; o fato de nenhum dos dois querer ceder, dar o braço a torcer ou ficar por baixo; a dificuldade de comunicação e diálogo.

Algumas razões para os conflitos conjugais presentes nos discursos das mulheres são da ordem do afetivo: a falta de romantismo e sensibilidade; a falta de carinho e atenção; o orgulho do par, que resiste em expressar afeto e admitir que gosta delas. Mulheres chamaram atenção também para o uso da violência patrimonial: queixam da avareza do par conjugal; das dificuldades financeiras e do fato do parceiro ajudar pouco nas despesas de casa. No caso de Oliver e Bárbara, é ele quem se queixa disso.

Chama atenção a influência do gênero nos tipos de fatores levantados pelos(as) participantes. As mulheres revelaram expectativas de ter um par sensível, carinhoso; bom provedor. Os homens reforçam dimensões relacionadas ao uso da autoridade e do controle. Têm expectativas de que a mulher não tenha vontade própria e que voltem todas as suas energias e atenção para eles. Os homens queixam-se da autonomia, da independência, da ousadia das parceiras – lidas como atitudes de desrespeito que os inferioriza. Queixam-se também da tendência feminina de lamentar-se e falar demais, o que remete a sentidos históricos associados ao feminino.

A sexualidade é uma área de tensão. O sexo, para as mulheres, não é um momento estanque, desvinculado dos problemas conjugais. Elas expressaram incômodo quando tem relações sexuais para cessar as brigas e sentem-se culpadas por manter relações sexuais e por sentir prazer quando a convivência não está boa, como diz Colombina. Incomoda também quando o parceiro age normalmente na cama, depois de ter agredido, algo que faz Bárbara sentir-se um objeto, por exemplo. As mulheres relatam que os parceiros não compreendem sua falta de desejo sexual e, às vezes, parecem cobrar que estejam disponíveis sexualmente. Esse relato revela o quanto os sentidos tradicionais de gênero perpassam o relacionamento dos casais participantes: os maridos tem direitos sobre os corpos, os desejos das mulheres, querem controlar sua sexualidade.

O “*jeito*”, a “*personalidade*” do par conjugal também aparece como causa dos conflitos nas narrativas dos casais participantes. O estopim curto, a facilidade de explodir pela falta de paciência e tolerância, aparecem como geradores de conflito. As mulheres falam da agressividade; da grosseria; do ciúme, da desconfiança e da insegurança dos parceiros quanto ao relacionamento. Também apontam a tendência controladora e impositiva destes como fonte de desentendimentos. A agressividade aparece relacionada à vida difícil que seus parceiros tiveram, aos traumas e às violências vividas nas suas família de origem. Se estas razões são compreensíveis, acabam por ser justificadas (Ravazzola, 1997, 1998). A agressividade é conotada também como loucura, como sugere Nenê. A obsessão no gostar de Arlequim, o gostar que maltrata de Oliver, são significados como doença, “não é normal”. Os homens já falam da instabilidade emocional das mulheres, da

facilidade com que perdem o controle e partem para agressões verbais. Relacionada a um *modo de ser*, à *essência identitária*, a violência é naturalizada.

O álcool e as drogas parecem funcionar como bodes expiatórios para todas as mazelas vividas a dois. Embora sejam capazes de levantar inúmeras causas para as dificuldades dos parceiros e para os problemas/conflitos conjugais, as mulheres parecem necessitar colocar o foco nestes problemas. Elas chegam a dizer que, quando está bêbado - no caso de Bárbara e Helena, ou drogado - no discurso de Maria Rosa, o parceiro é outra pessoa. Enquanto fazem isso, deixam de se dar conta de outras dimensões conflituosas da convivência, talvez dolorosas demais. Quem sabe, se distraiam da culpa, já que demonstraram que também se fazem perguntas à respeito de possíveis contribuições para o surgimento e/ou a manutenção dos conflitos.

Enfatizar os problemas com álcool e drogas parece, portanto, uma forma de justificar o vínculo. Acreditar que o parceiro é bom, tranquilo e que o problema é a dependência atenua o incômodo de continuar vivendo com um homem que agride. Este curioso mecanismo contribui para que a violência seja desvinculada do seu agressor. Contribui também para torná-la aceitável: afinal, esta passa a ser significada como doença.

No discurso de Nenê, outra razão emerge como causa para os problemas e para que ela permaneça com o parceiro, a despeito das agressões dele: o irmão dela disse que deve ser macumba. Mais uma vez, um fator que independe da vontade do parceiro é mencionado como causa dos conflitos conjugais, desresponsabilizando-o pelas agressões. Atribuir as causas da “violência” a razões externas ofusca a reflexão sobre as escolhas pessoais e intimida mudanças relacionais e pessoais de ambas as partes.

A ausência de motivos para os desentendimentos e brigas também aparece nos discursos dos participantes, especialmente no de Campos, de Colombina, de Bárbara e de Maria Rosa. A última chega a mencionar que, às vezes, nem sabe mais por que está brigando, pois fica confusa por causa da tensão gerada. A “violência” é desencadeada pelo banal, como se o motivo fosse apenas um pretexto, um gatilho. Relaciona-se à imprevisibilidade (Michaud, 1989): se a tensão está acumulada, qualquer coisa pode ser a chama necessária para detonar o barril de pólvora. Daí a percepção de falta de controle e o desgastante estado de alerta que ela provoca em quem a vive.

A estratégia metodológica de realizar as entrevistas individuais, seguidas da entrevista de casal possibilitou constatar que existem diferenças significativas na maneira como os membros do casal percebem a conjugalidade e os conflitos/problemas. Isso foi tão marcante que, às vezes, parecia que cada um deles falava de relacionamentos diferentes. As mulheres, por exemplo, enfatizaram muito os problemas causados pelo álcool ou pelas

drogas na vida conjugal e familiar, enquanto os usuários destas substâncias demonstraram não dar tanta relevância a isso. Eles se queixaram mais das questões financeiras que vinculam o casal, da falta de reconhecimento e das agressões verbais das parceiras.

Foi notório o quanto as expectativas em relação ao casamento podem ser distintas das do par conjugal. Helena quer curtir a vida e a família, enquanto Estácio quer ganhar dinheiro. Bárbara espera manifestações de amor de Oliver enquanto este espera que ela dependa dele e o valorize, mas ele está muito ocupado com as farras masculinas para que ela tenha chance de fazer isso. Colombina reivindica liberdade e Arlequim a quer exclusivamente e por inteiro. Campos casou para ter filhos, enquanto Maria Rosa desejava uma paixão, um homem com quem pudesse contar, que aliviaria o medo que tem da solidão. Nenê esperava viver um grande amor, já Lineu não gosta de “*bestage*” - nada de luz de velas – e coloca-se à disposição apenas para ser o companheiro com quem ela pode contar em alguns dos momentos duros da vida. Para as participantes da pesquisa, a conjugalidade é significada como experiência amorosa, enquanto para os homens, parece relacionar-se mais à constituição da família, como argumentado por Negreiros e Féres-Carneiro (2004).

Todos os membros dos casais participantes demonstraram dificuldade de comunicar suas expectativas para o par conjugal e de compreender as expectativas do outro. Tais desencontros fazem com que vivam uma espécie de “solidão a dois”.

6.1.3. Até que a vida os separe...

Os casais participantes não apresentaram a crença de que o relacionamento conjugal deve durar “até que a morte os separe”, dado que também aparece na pesquisa de Azerêdo (no prelo). A crença na indissolubilidade do casamento aparece apenas no discurso de um dos cinco casais participantes, Lineu e Nenê. É Nenê que traz a metáfora da cruz referindo-se ao casamento: é uma missão que deve ser levada até o fim, mesmo com sofrimento. Lineu expressa hesitação e questiona: desejaria Deus ver pessoas juntas, mesmo infelizes? Mas ao mesmo tempo associa a idéia de separação à noção de pecado.

Ainda que não tenha que durar até a morte, a conjugalidade é significada como algo a ser preservado. Homens e mulheres falaram que não é fácil, que dói abrir mão de toda uma história vivida a dois. Ainda mais se esta foi construída com sacrifício. O sofrimento é compreendido como motivo que vincula ainda mais o casal, como pode ser notado de forma mais evidente nos discursos de Bárbara, Campos, Arlequim, Helena e Francisco.

A conjugalidade é significada também como uma conquista, que os participantes não querem colocar a perder, inclusive, por questões identitárias. Diferenças de gênero

chamam a atenção. Nos discursos dos homens, a conjugalidade aparece relacionada à constituição de uma família e de um patrimônio – o que é literal na entrevistada de Campos: separar é perder também o que construíram financeiramente, e isso é ameaçador para as identidades masculinas. A noção de luta aparece, nos discursos deles, relacionada ao trabalho duro e à aquisição de bens para a família.

Nas narrativas das mulheres, a preservação do relacionamento é associada também à realização de outro sonho: o de exercer os papéis femininos tradicionais de mãe e esposa. A idéia de luta, nos discursos delas, aparece relacionada aos esforços para cuidar da família, preservá-la unida, e para melhorar a convivência conjugal. A resignação e o sacrifício necessários para a manutenção da relação e tão característicos do gênero feminino (Amâncio, 2001; Pondaag, 2003; Ravazzola, 1997) tomam, nesse contexto, o sentido de autovalorização. Foi possível, portanto, constatar o que Negreiros e Féres-Carneiro (2004) apontam: enquanto a conjugalidade, para as mulheres, relaciona-se à possibilidade de viver uma relação amorosa, para os homens, associa-se à constituição de uma família. Os homens dessa pesquisa valorizaram também a construção de patrimônio como um sentido importante para a conjugalidade.

Em suma, os sentidos atribuídos à conjugalidade por cada um - homens e mulheres participantes difere, muitas vezes, daqueles atribuídos pelo par conjugal. Mesmo tendo expectativas distintas em relação aos(as) parceiros(as) e apontando causas diferentes para os problemas da vida a dois, há um movimento em todos os casais participantes de manutenção do vínculo amoroso. Diferenças de gênero afetam a percepção da conjugalidade, da causalidade dos conflitos/problemas, bem como a forma como homens e mulheres percebem sua implicação na situação de violência. Atribuir a responsabilidade ao par conjugal faz com que a violência pessoal cometida contra o (a) parceiro (a) tome o sentido de reação, sendo sua percepção minimizada.

6.2. Sentidos de Gênero

Sentidos tradicionais de gênero apareceram nos discursos de todos os participantes da pesquisa. As idéias de que o homem deve ser provedor e exercer a autoridade na família caracterizaram tanto os discursos das mulheres quanto dos homens. Nos discursos das mulheres, mesmo quando isso não é dito literalmente, pode ser lido nas entrelinhas, nas queixas de que o parceiro deixa a desejar nestes papéis. Nas falas dos homens, pôde ser constatado o incômodo de alguns deles por não conseguir assumir esse papel significativamente, como é o caso de Lineu e Arlequim. O êxito no cumprimento do papel de provedor parece fundamental para a viabilização e a legitimação de alguns direitos do

homem, na vida familiar: como o de poder ditar regras, de exercer autoridade diante dos filhos e da esposa. Bárbara queixa-se de que Oliver acha que, pelo fato de sustentar a casa mais do que ela, pode fazer o que quer e espera que ela aceite. Ser bom provedor é também um modo de submeter a parceira; acaba sendo uma forma de violência sutil.

Os homens parecem relacionar o masculino a direitos, como o de ter de maior autonomia da vida privada. Oliver parece acreditar no seu direito de ter maior flexibilidade para lidar com o “contrato conjugal”, cabendo à Barbara, assim como às mulheres em geral, o cumprimento de normas como a fidelidade, por exemplo. Muitas vezes, os homens julgam-se no direito de fazer coisas das quais privam as mulheres, como sair quando bem entendem e não dar explicações sobre suas vidas.

Imagens estereotipadas do feminino são evocadas com mais intensidade nos discursos dos homens participantes. A mulher apareceu como provocadora (o que aparece nos discursos de Arlequim, Lineu e Campos) e perigosa (como afirma Campos). Todas as mulheres se queixaram do controle e da desconfiança dos seus parceiros. Os próprios discursos dos homens participantes revelaram o quanto estes acreditam poder impor controle e restrições às parceiras.

Alguns parecem mesmo ver as mulheres como propriedade. Cabe a eles controlar não só o que elas fazem, mas o que são: seus corpos, desejos, sua sexualidade. Isso é mais notório nas narrativas de Maria Rosa e Nenê, que contaram o quanto foram vigiadas pelo pai, que temia que elas se “perdessem”. Colombina conta que viveu outros relacionamentos nos quais os parceiros também a vigiavam, monitorando sua rotina. As mulheres parecem ser ainda vistas como propriedade de homens, objetos a serem dispostos por estes (Rubin, 1975).

O ideal da mulher “pura”, inexperiente sexualmente aparece especialmente na narrativa de Maria Rosa. Campos a acusa de promiscuidade pelo fato de ela ter ousado ter se relacionado com outros homens, no passado, quando vivia sozinha. Duas questões parecem, aqui, perturbadoras: o exercício feminino da autonomia e da sexualidade. A última parece ser mesmo ameaçadora à própria identidade masculina. Cabe lembrar que Campos afirmou ter se casado para ter filhos. A velha cisão entre a “puta” e a “santa” ainda é notável: se o que esperava de Maria Rosa era que fosse santa para ser a mãe de seus filhos; sua experiência sexual pregressa denigre sua imagem e a macula.

As participantes que possuem certa autonomia por terem um emprego e por se posicionarem diante das imposições dos parceiros – Roseli, Bárbara e Helena - disseram sentir que seus parceiros parecem desejar que sejam dependentes. Os discursos de Arlequim, Estácio, Lineu e Oliver permitem confirmar a existência desta expectativa e até

mesmo um incômodo com a autonomia das mulheres. Para Arlequim e Lineu, mais do que isso, a alteridade das parceiras lhes parece insuportável.

O estabelecimento de relações do feminino com a esfera privada aparece nos discursos de Lineu e Nenê, que afirmam ser papel da mulher cuidar da casa e dos filhos; e de Arlequim, que diz que mulher é mais amorosa que o homem e mais “*maternal ao lar*”. As mulheres revelaram perceber os papéis femininos para além da esfera da conjugalidade, direcionados também para a profissão e para a interação com amigos e familiares.

Alguns homens revelam achar errado e provocativo as parceiras falarem muito, gritarem, serem duras com as palavras. Todas as mulheres acabam dizendo que contribuem para as brigas por não se calar ou por falar na hora errada. Algumas afirmam terem encontrado uma forma mais adequada para lidar com o que não toleram nos parceiros: esperar a hora certa de falar. Para as participantes, o silêncio é forma de enfrentamento e nem sempre de resignação e conformidade (Pondaag, 2003; Diniz e Pondaag, 2004, 2006). O silêncio feminino parece ser, para ambos os sexos, uma virtude.

O uso do singular neste tópico, para referir algumas vezes às mulheres e aos homens, foi proposital. A intenção foi enfatizar o quanto sentidos tradicionais, universalizantes e essenciais de gênero estavam presentes nos discursos dos casais participantes da pesquisa. Os achados confirmam alguns estudos recentes que mostram que, apesar de ter havido transformações, as concepções sobre os papéis masculinos e femininos apresentam poucas mudanças (Coelho e Diniz, 2003; Diniz e Coelho, 2003; Feres-Carneiro, 2004; Giffin, 2005; Pondaag, 2003).

6.2.1. Sentidos conflituosos: mudanças de gênero e tensões na conjugalidade?

Os achados indicaram a coexistência de sentidos tradicionais e de novos sentidos e práticas sociais de gênero nas experiências dos casais entrevistados. Na ocasião das entrevistas, com exceção de Colombina, todas as mulheres entrevistadas trabalhavam fora de casa. Colombina fez a opção de passar um tempo sem um emprego fixo, para estar disponível para cuidar dos problemas de saúde do filho. Ainda assim, o dinheiro que recebia de uma bolsa do governo e da venda de cosméticos e bijuterias superava a renda do marido, sendo a principal entrada para o pagamento das despesas da casa. Helena acabou assumindo a responsabilidade de tocar o negócio da família, já que os transtornos gerados pelo alcoolismo de Estácio limitavam a atuação deste no trabalho. Maria Rosa e Nenê assumiram o papel de provedoras do lar.

Cabe ressaltar o movimento de não conformidade das mulheres diante das restrições e imposições de seus parceiros; seus posicionamentos diante das exigências dos

parceiros quanto à sua atuação como mães e esposas; seu enfrentamento ativo das violências diárias. Uma escuta cuidadosa permite fugir da tendência clássica de vitimizá-las apenas. Nenê enfrentou Lineu para trabalhar; Bárbara não se conforma com a indiferença e o abuso de direitos por parte de Oliver; Colombina briga, reivindicando sua liberdade e o direito de manter o contato com o mundo público; Helena pára de se preocupar com a reação de Estácio, conclui a faculdade, tira carteira de motorista e continua a cumprimentar seus amigos de faculdade. Maria Rosa sustenta a família, paga as dívidas do marido, mas não se sente empoderada; revela-se frágil demais para reagir às humilhações e inferiorizações do marido. Mantém a relação por valorizar o status de mulher casada e mãe. Mesmo vivendo essa ambigüidade ela não deixa de lamentar a perda da autonomia e da vida bem sucedida de solteira. O fato de lidarem com a presença cotidiana de conflitos conjugais *per si* atesta a resistência destas mulheres.

O descontentamento e o sofrimento das mulheres insinuam o quanto sentem o peso e o desgaste existentes no exercício dos papéis estereotipados comumente designados ao feminino nos cenários conjugal e familiar. Expressam, mesmo que não tenham consciência disso, a não conformidade e o questionamento dos sentidos tradicionais de gênero. Bárbara e Helena referem-se aos parceiros como machistas. Todas questionam o mando masculino e verdades suspeitas que convencionam que homens podem ter mais direitos, inclusive, o de dispor sobre os direitos de suas mulheres. Elas também querem decidir, participar, conviver com outros, ir e vir, ser donas de seus corpos e de sua liberdade.

Outro indício de ruptura com os sentidos tradicionais de gênero aparece nas expectativas que nutrem em relação aos parceiros. Embora cobrem um bom desempenho deles no papel de chefes da família e de provedores, desejam e cobram que sejam companheiros; sensíveis; românticos; bons pais; companhias agradáveis com as quais possam curtir a vida. As mulheres querem também que eles priorizem e dediquem mais tempo a elas e à família. Velhos e novos modelos de masculinidade aparecem entrelaçados nos discursos das mulheres.

Estes achados vão ao encontro de resultados de estudos que identificaram, nos posicionamentos das mulheres, o movimento de ruptura, resistência e enfrentamento das subordinações impostas por papéis sociais, moldes identitários e por relações demarcadas pelos estereótipos de gênero (Azerêdo, 2004; Cortez & Souza, 2008; Pondaag, 2003; Saffioti, 2002). A não conformidade com os estereótipos femininos, a postura ativa e de enfrentamento por mudanças em suas relações, suas “insubordinações” (Cortez & Souza, 2008) são indícios do empoderamento das mulheres participantes da pesquisa. As transformações introduzidas no tecido social pelos movimentos feministas e por novas

práticas sociais, como a inserção das mulheres em espaços ditos masculinos, entre outros fatores, contribuíram para tal.

Se nas mulheres este movimento de ruptura foi visível, nos homens foi quase inexistente. Suas narrativas precipitam resistências e boicotes às mudanças de gênero. Alguns afirmaram dividir as tarefas domésticas, o que foi mais característico dos discursos de Lineu, Arlequim e Oliver. O último se ocupava dos cuidados dos filhos. Entretanto, a busca por mudanças nos papéis e nos padrões relacionais por parte das mulheres, como o fato de terem um emprego e de adquirirem certa autonomia dos parceiros, parece ser conotada pelos homens com ressentimento, insegurança e como algo a ser suprimido.

Esse processo fica evidente nas queixas dos participantes de que as mulheres desobedecem, não pedem autorização para sair, não dão satisfação de tudo o que fazem, tomam decisões sozinhas ou que mudaram depois que começaram a trabalhar fora de casa ou que compraram um carro. Tais fatos são significados como algo que fez as parceiras ficarem diferentes, agindo como se fossem superiores. Note-se o quanto sinais do poder, alteridade e da atividade destas mulheres são tomadas como ameaça.

Estes achados corroboram estudos que apontam o quanto expressões do poder feminino se consolidam como ameaças às masculinidades (Cortez e Souza, 2008; Welzer-Lang, 2001; Wood, 2004). Mudanças nas concepções e práticas de gênero, introduzidas pelas parceiras, tocam diretamente na distribuição de poderes na arena conjugal. Ademais, para as próprias mulheres, seu empoderamento é ameaçador, pois pode representar alternativa para o rompimento da relação ou para uma busca de mudanças relacionais, que podem gerar conflitos. Há razões, portanto, para que suas percepções e seu empoderamento sejam relativizados por si mesmas e pelos parceiros.

A naturalização dos estereótipos de gênero é tão significativa que os relatos dos homens participantes da pesquisa que cuidam dos filhos e desempenham afazeres domésticos, surgem associados a acusações de que suas mulheres falham como esposas, mães e donas de casa. Daí Oliver não julga normal os filhos perguntarem a ele o que tem para o almoço. Quando narraram seu envolvimento nos afazeres domésticos, eles expressaram orgulho por serem homens bons, ao estarem assumindo tarefas que deveriam ser desempenhadas pelas parceiras. Ficou claro que eles se sentiam como se fossem exceção. Ademais, eles usavam com frequência o verbo “ajudar”, o que sugere que tais tarefas são mesmo femininas.

Os achados revelaram que as resistências a novos sentidos e práticas do gênero são mais presentes nos discursos masculinos. Corroboraram pesquisas que indicam que, nos sistemas conjugais violentos, as mulheres buscam mudar as condições de subordinação e

os estereótipos de gênero, enquanto os homens tentam mantê-los (Connell, 1995; Cortez & Souza, 2008).

Ainda que estivesse mais presente nas entrevistas dos homens, o aprisionamento a sentidos e práticas tradicionais de gênero não foi exclusividade do universo masculino. Foi visível, nos discursos dos homens e das mulheres participantes, o que podemos nomear como desejo do estereótipo. Quando mudanças de gênero se insinuam nas conjugalidades, surpreendentemente emergem imagens arcaicas do feminino e do masculino pelas quais os entrevistados anseiam.

Por um lado, as mulheres falaram de um esgotamento e de estarem no limite pelo acúmulo de responsabilidades relacionadas aos papéis tradicionais de esposa, de mães aliados ao de profissionais. O peso da múltipla jornada ficou evidente. Por outro lado, elas revelaram um desejo de encarnar estes papéis tradicionais, de ter o que “toda mulher sonha” (Bárbara). Mostraram, inclusive, sentirem-se culpadas quando algo não vai bem no desempenho destes. As mulheres têm consciência de que não é fácil desempenhar os papéis femininos tradicionais. Sabem que os sentidos tradicionais de gênero se impõem e restringem suas identidades e suas relações, entretanto essa consciência não as impede de incorporá-los em suas experiências.

A forma como as mulheres perceberam e se posicionaram diante de novos sentidos e práticas que se insinuam na vida conjugal e familiar evidenciou o apego aos estereótipos de gênero. Assim como os homens, elas também demonstraram sentir incomodadas quando práticas sociais de gênero fogem do estereótipo. Há uma expectativa de que os parceiros demonstrem força e comando na vida familiar, o que faz, por exemplo, Helena ver Estácio como fraco. Pelo fato de ser a provedora da casa, Nenê disse que os papéis de esposa e marido, na casa dela, são atuados “ao avesso”. Quer dizer, o normal, natural, seria o homem ser o provedor. Nas interações conjugais nas quais as mulheres são as provedoras da casa, essa expectativa ficou evidente. O fato do parceiro dar pouca ou nenhuma assistência financeira foi visto como uma falha masculina. Quando não dependem deles, as mulheres disseram não entender por que mantêm o vínculo.

As mulheres pareceram pouco confortáveis no papel de provedoras. Foram frequentes as queixas quando usam o dinheiro nas despesas domésticas. Um aspecto chamou a atenção: assumir esta condição não coloca as mulheres em uma posição de poder na relação. Assim Nenê se mata para pagar as despesas de casa, enquanto Lineu junta dinheiro e constrói um patrimônio sem fazê-la participar disso. Maria Rosa faz o mesmo, enquanto Campos, desempregado, se gaba e se diz empresário, subestimando e humilhando a esposa.

A autonomia financeira parece dar lugar para novas formas de subjugação das mulheres: a exploração, o deboche, a violência patrimonial. A independência, financeira da mulher apareceu como elemento ameaçador das identidades masculinas - ela mobiliza os homens a utilizarem mecanismos que as afetem, abalem sua auto-estima, fazendo-as sentirem-se incompetentes e incapazes. Foi comum os homens participantes acusarem as parceiras de falhas nos papéis de mãe, esposa e dona de casa, o que agravava a culpa que elas já sentiam por trabalhar fora de casa. Deste modo, o trabalho profissional das mulheres é significado como falha e é desqualificado. Neste jogo paradoxal, elas acabam não se sentindo empoderadas. Aliás, isso confirma o que Amâncio (2001) advoga: é difícil, para as mulheres, assumirem a posição de poder. A independência financeira é condição necessária, mas não suficiente para a autonomia e o empoderamento das mulheres.

A pesquisa permitiu constatar mudanças no tocante ao gênero que impõem aos casais entrevistados negociações conjugais inusitadas, como discutido por Alvim & Souza (2005). Paradoxalmente confirmou a tendência característica de famílias com histórico de violência, apontada por alguns estudos (Corsi, Pondaag, 2003; Ravazzola): a de reiteração dos sentidos tradicionais de gênero, de preservação de expectativas relacionadas aos papéis femininos e masculinos convencionais e de uma estruturação hierárquica. Os sentidos do gênero, para os participantes, oscilam entre a tradição e a mudança. Isso permitiu visualizar que estamos vivendo um momento histórico de “transição de gênero”, como denominado por Dantas-Berger e Giffin (2005).

Foi possível perceber a existência de uma tensão na coexistência de sentidos tradicionais e novas configurações e práticas sociais de gênero. Poderia ser razoável acreditar que novas configurações de gênero seriam positivas para as interações conjugais. Mas o que se observou é que, coexistindo com sentidos arcaicos típicos dos contextos conjugais caracterizados pela violência (Corsi, 1999; Goldner e cols., 1990; Ravazzola, 1997), tais configurações não são sempre positivas para a conjugalidade. Contribuem para a ocorrência de conflitos, pois é como se os atores estivessem comparando o vivenciado com a matriz tradicional de gênero (Rubin, 1975) que, surpreendentemente, ainda marca sua orientação no tocante ao sistema sexo/gênero. Neste momento de transição representacional, foi possível observar que as mudanças nos sentidos e práticas de gênero geram conflitos que, por sua vez, podem resultar em violência (Cortez & Souza, 2008; Pondaag, 2003).

Concepções tradicionais de gênero mostraram sua força: foi possível perceber o quanto a presença dessas concepções boicota novas significações e práticas dos homens e mulheres participantes do estudo no cenário conjugal. Por vezes, a impressão é que as

mudanças nos sentidos de gênero não acompanham o ritmo das transformações nas práticas sociais, descompasso que é razão para os conflitos na vida a dois. Outras vezes, é como se mudanças nas práticas funcionassem apenas como novas roupagens para sentidos históricos de gênero, que permanecessem intactos nas formas como restringem modos de ser, papéis e interações entre homens e mulheres.

Os achados desta pesquisa corroboram, portanto, estudos que apontam para a relação entre violência conjugal e concepções tradicionais de gênero (Hirigoyen, 2006; Pondaag, 2003; Ravazzola, 1997) e que mostram que os sentidos atribuídos aos papéis de gênero não mudaram tanto como se possa imaginar (Alvim & Souza, 2004; Dantas-Berger & Giffin, 2005). A presença de tais concepções favorece a produção da violência na conjugalidade, bem como serve para justificá-la e legitimá-la.

Foi notório o quanto o uso da violência, para os homens, aparece como uma forma de preservar poder e a própria masculinidade, como mostram Cortez & Souza (2008), autor de homofobia e viol contra mulher, Wood (2004). Para estes, a possibilidade de fazer uso dela é significada não só como direito, mas como dever; como atitude respaldada socialmente. A crença de que é justo e natural impor-se às parceiras, controlá-las, convertê-las em objeto (Chauí, 1985) respalda e justifica a perversidade da violência perpetrada.

Para as mulheres, o uso da violência é instrumento para conquistar poder, para se fazer ouvir. Serve também para provocar, lavar a alma, se vingar e exigir que suas demandas silenciadas e negadas sejam colocadas em foco. É tentativa de espelhar para o outro o sofrimento vivido pelas violências impetradas e minimizadas. É, sobretudo, um recurso para buscar sair da condição de coisa, de objeto do discurso, para preservar e ressignificar suas identidades. Os achados permitem questionar estudos que apontam que mulheres agredem apenas em autodefesa. Melhor ainda, permitem qualificar os sentidos dessa autodefesa.

Ficou claro que *o sistema sexo/gênero* (Rubin, 1975), oprime tanto homens quanto mulheres. Foi notório o quanto os casais participantes estão presos a papéis de gênero tradicionais. Cabe colocar então a questão: será que o processo de tolhimento de novas possibilidades de ser e de se relacionar, não constitui uma violência muito dura que se impõe sobre cada um dos participantes? Foi visível o sofrimento decorrente do exercício dos papéis tradicionais de gênero para ambos os sexos. Para as mulheres, isso mostrou-se ainda mais grave, pois concepções tradicionais implicam, muitas vezes, na privação de suas escolhas, no controle e na sua negação como sujeitos por parte dos parceiros. Se alguns destes chegam a se dar conta do peso dos estereótipos de gênero, há razões para

argumentar que esta violência sutil é pouco nomeada como tal. É que as prescrições de gênero são naturalizadas.

6.3. Sentidos da Violência

Homens e mulheres participantes da pesquisa se queixaram de agressões físicas, verbais e psicológicas. Foi visível o quanto esses tipos de “violências” são marcados por dimensões de gênero. No tocante à “violência” física, os homens referiram-se ao fato das parceiras arremessarem objetos, darem tapas e unhá-los, como exemplos. Já as agressões físicas mencionadas pelas mulheres foram de outra natureza: chutes, empurrões, murros, tapas, socos, pontapés, puxões de cabelo, arranques, pancadas, enforcamento, arrastamento, golpes com objetos e arremesso destes, entre outras formas. Fica evidente que os tipos de “violência” física usados por homens contra as mulheres são mais diversificados, pesados e drásticos.

A violência psicológica também foi muito mencionada nos relatos. Ambos os sexos se queixaram de xingamentos, ofensas, rispidez, cobranças, pressões, imposições, agressões verbais. A quebra de objetos apareceu nos discursos, sobretudo, de celulares. Foi frequente os homens afirmarem que as mulheres falam muito, ficam facilmente irritadas, gritam, perdem facilmente o controle, ferindo com palavras e fazendo acusações. As queixas de que elas pirraçam, reclamam demais e a evocação da imagem de provocadoras para se referir a elas também tiveram destaque. As mulheres, por sua vez, referiram-se a humilhações, controle, monitoramento, golpes em sua auto-estima, restrição à liberdade, restrição ao convívio social (com familiares e amigos), proibições, desqualificações, brutalidade e indiferença no trato dos parceiros.

Todas as mulheres reclamaram de exaustão, de um cansaço causado por conflitos e agressões rotineiras, o que ilustra o quanto a violência psicológica leva ao limite, ao esgotamento, como dito por Hirigoyen (2006). Com exceção de Helena, elas disseram sofrer de calúnia e ameaça. Elas fizeram referência ainda à sobrecarga de responsabilidades tanto domésticas quanto ligadas ao sustento da casa. Para algumas delas, como Nenê e Maria Rosa, o fato de terem uma boa renda financeira parece ter se convertido em mais uma razão para o abuso dos parceiros: são exploradas e, apesar de serem provedoras, são desvalorizadas enquanto profissionais. Apenas nos discursos femininos, aparece o relato de que há pressões para que tenham relações sexuais.

A partir destas diferenças nos tipos de violências relatados pelos participantes, pode-se concluir que as violências exercidas por homens contra as mulheres relacionam-se não apenas à descarga da raiva, mas sobretudo ao controle das mulheres e ao intuito de

subjugá-las, de convertê-las à condição de coisa, de objeto (Chauí, 1985). Embora eles também sofram agressões das parceiras, como discutido por Soares (1999), as violências que vivenciam não implicam na sua subjugação, em golpes contra sua auto-estima: eles não estão presos a um ciclo de violência, tendo sua liberdade cerceada, sendo monitorados e controlados pelas parceiras. Ao reclamarem das violências de suas parceiras, eles evocam imagens estereotipadas do feminino: as mulheres são provocadoras, dissimuladas; sabem ferir com as palavras; falam demais; se descontrolam com facilidade.

Tanto os homens como as mulheres demonstraram sentirem-se vítimas das agressões dos pares conjugais. No circuito da violência, de tanto ser agredido e agredir, os membros do casal deixam de investir no relacionamento e a indiferença torna-se uma das violências ocultas que mais provocam dor. Os participantes demonstraram percebê-la: nos homens, ela abala o orgulho e incita seu ciúme e desconfiança; nas mulheres, provoca o sentimento de perda, de impossibilidade de realizar o sonho do casamento feliz.

6.3.1. “Você provocou, eu só reagi”

Todos os casais participantes da pesquisa fizeram acusações, culparam a (o) parceira (o) pelos conflitos vividos. Alegar que o outro provocou aparece como uma justificativa freqüente para as agressões cometidas. Nos discursos dos homens, tal justificativa impede uma reflexão sobre a responsabilidade pessoal pela ocorrência da “violência”. Esta é apenas uma reação, conseqüência de agressões de que foi alvo primeiro, quase que uma forma de reparar os danos sofridos, de fazer justiça.

O tom de Oliver, de Lineu, de Arlequim e de Campos não carregava nenhum pesar: se ela começou, teve o que mereceu, “*quem procura, acha*”. É como se uma violência justificasse outra, sem que importe a natureza da agressão que vem depois, muito menos seu impacto: se é mais intensa, se anula covardemente, se é cruel e até desproporcional à primeira. Justifica-se, é apenas reação. Só a própria dor é legítima. O discurso de Estácio foi mais ameno, mas ele não deixou de apontar a agressividade verbal da esposa como algo que contribui para as brigas.

Dizer que foi o outro que provocou, nas narrativas das mulheres, apareceu mais como uma forma de expressão do quanto sentiam-se agredidas e machucadas do que como justificativa para suas agressões. A percepção de que reagiram agressivamente para se defender esteve presente nos discursos de Nenê, de Colombina e, sobretudo, no de Maria Rosa. Helena não afirmou isso; explicou que age agressivamente porque já não se importa muito com as imposições de Estácio e por que perde a paciência com ele. Colombina e, principalmente, Bárbara reconheceram que, às vezes, provocam os parceiros

independentemente de eles as estarem agredindo no momento: irritam, pirraçam, dão o troco e não cedem.

A análise das entrevistas como um todo permite concluir que elas acreditam fazer isso em conseqüência de problemas acumulados e mal resolvidos e de atos dos parceiros que fazem com que percam a cabeça. A idéia de que agir normalmente com os parceiros, demonstrar carinho, comporta o risco de que eles interpretem que está tudo bem, que elas concordam com alguns dos seus atos que as incomodam ou mesmo com as agressões, aparece nos discursos de Helena, Colombina e Bárbara. Algo inusitado é colocado por Colombina: ela agride também para sensibilizar Arlequim. Agride para fazer o outro experimentar um pouco do dano que ele causa é um modo de buscar reconhecimento para a dor que ele parece não perceber.

Os achados da pesquisa revelam que as participantes acreditam agredir em resposta a violências sofridas. Suas violências são conseqüências de todo um histórico de situações abusivas e elas justificaram que só se tornaram agressivas depois de inúmeras tentativas fracassadas de lidar com os conflitos e abrandar a fúria dos parceiros através do silêncio e do controle das próprias emoções. Por outro lado, esses achados nos permitem criticar a leitura de que as mulheres só agredem em auto-defesa (Alvim & Souza, 2005). Elas são ativas, ou melhor dizendo, passaram a ser ativas no uso da violência e este uso se dá por diversas razões e serve a vários fins.

Reconhecer que as mulheres não são meras “vítimas” não implica em responsabilizá-las pelas violências que sofrem. A intenção aqui é ampliar a compreensão do seu papel na construção da dinâmica conjugal violenta (Alvim & Souza, 2005; Araújo, 1995; Bucher-Maluschke, 2004; Giffin, 1994; Gregori, 1993). A violência feminina aparece como forma de expressar a dor, de dar o troco, de convocar os parceiros a se responsabilizarem pela violência de que é autor. É, ao mesmo tempo, reação e resistência (Strey, 2000). Ainda que tenham reconhecido a autoria de violências, sobretudo, psicológicas, há que se enfatizar que estas se distinguem das violências masculinas, em tipo e em grau de intensidade.

Foi possível constatar que as violências das mulheres participantes da pesquisa não visam a inferiorização, o assujeitamento, a negação da condição de sujeitos, a destruição da auto-estima, a restrição da liberdade e autonomia dos seus parceiros, como ressalta Soares (1999). Não resultam, portanto, na destituição de sua condição enquanto sujeitos da própria história. A constatação de que estas mulheres detêm menos poder na vida conjugal e familiar, impede que seja atribuído a elas igual responsabilidade pela ocorrência da violência (Goldner, 1998, Hare-Mustin, 1997). Ademais cabe resgatar a indagação da

pesquisa: o que é violência? E mais: a pessoa que irrompe a violência bruta, que fecha o ciclo com a explosão, é necessariamente a mais violenta?

Os homens revelaram maior dificuldade de perceber sua responsabilidade pessoal pela ocorrência de conflitos e agressões e minimizaram os danos causados por estas, o que confirma o que é apontado em outros estudos (Greenspun, 2002; Hirigoyen, 2006; Ravazzola, 1997, 1998; Pondaag, 2003). Nenhum deles falou espontaneamente sobre a própria participação nas situações de conflito. Lineu e Oliver, mesmo motivados pela pesquisadora a refletirem sobre isso, não conseguiram falar de si e refletir sobre seus atos. Demonstraram dificuldade de autopercepção e autocrítica. Arlequim e Campos até admitiram cometer erros e ser agressivos no trato conjugal, mas em seguida acabaram por culpar suas parceiras de provocarem, sem reconhecerem, de fato, sua parte na situação de “violência”.

Estácio apontou o abuso de álcool como o problema da relação e Campos referiu-se às drogas. Constatamos que é em relação a estes fatores que os homens mais afirmaram contribuir para os problemas conjugais. Esse reconhecimento possivelmente se deve à clara evidência dos prejuízos que o abuso destas substâncias traz para a convivência familiar e ao fato das parceiras terem dado um ultimato: ou cessam o uso ou o rompimento é inevitável. No entanto, as análises das entrevistas, nos fizeram crer que os dois parecem reconhecer o abuso de álcool e drogas mais por pressão externa do que por um insight individual. Quando falam que isso é o problema, usam a terceira pessoa: a parceira é que diz que isso é problema.

A clássica tendência a negar a dependência atenua um reconhecimento sincero de que, utilizando estas substâncias, os homens ‘contribuem para os conflitos conjugais. Observamos também que Campos e Estácio não conseguem perceber outras atitudes e atos pessoais, além do abuso de álcool e drogas, que possam ser geradoras de conflitos. Eles falam em um tom que dá a entender que suas parceiras exageram na importância que conferem ao abuso do álcool ou das drogas e que, mesmo que isso cause problemas, elas ainda são as maiores responsáveis pelas brigas e agressões.

As mulheres participantes refletiram mais sobre sua implicação na situação de “violência” do que os homens, especialmente Nenê e Bárbara, que fizeram isso por iniciativa própria. Elas disseram que acabam perdendo o controle e agredindo, principalmente verbalmente, por estarem cansadas de esperar que os parceiros mudem. O discurso de Nenê é mais carregado pela culpa. Não somente por também agredir: é como se tivesse falhado na sua escolha amorosa, fracassado na mudança do parceiro e na construção de um casamento feliz.

Entre as mulheres participantes, apenas Bárbara e Nenê demonstraram perceber a “violência” como algo que circula na relação, atentando para seu papel na retroalimentação desta. Nenê disse que contribuiu para que Lineu se acomodasse financeiramente, quando passou a sustentar a casa. Levantou a hipótese de que talvez o marido a agrida porque ela também o maltrata. Bárbara explicou que pirraça o parceiro e que dá o troco: se é tratada com indiferença, faz o mesmo. Se ele não lhe dá satisfações do que faz, ela também não comunica nada; os dois ficam nesse “jogo”.

Colombina e Maria Rosa só refletiram sobre sua implicação na ocorrência dos conflitos e da violência depois de serem motivadas pela pesquisadora, o que ilustra o quanto o processo de construção dos dados da pesquisa viabilizou a produção de sentidos. Se todas as mulheres, com exceção de Helena, disseram agredir em consequência de agressões sofridas, os discursos de Colombina e Maria Rosa giram em torno desta argumentação. O da primeira é ainda mais dramático. Colombina enfatiza que agride para se defender da violência de Arlequim, pois teme que ele faça algo que lhe cause sérios danos. Ela disse que não consegue identificar o que provoca a violência, pois qualquer situação banal pode provocá-la. Isso dificulta que ela perceba sua implicação pessoal na ocorrência dos conflitos e da violência, pois sente que, independentemente do que faça, a situação conflituosa com o parceiro pode se agravar, levando à explosão.

Colombina e Maria Rosa questionaram a falta de atitude diante das agressões dos parceiros e disseram sentirem-se culpadas por permanecerem com ele: Maria Rosa diz que só pode ser sem-vergonha; Colombina expoz que pensa que deve concordar com os maus-tratos sofridos. Maria Rosa vai além. O mal-estar gerado pelo que vê como falta de atitude sua leva-a a se responsabilizar: ao perdoar, aceitar o parceiro como a “Amélia” que aprendeu a ser, contribui para que ele a humilhe.

O discurso de Helena se distinguiu entre o das outras mulheres participantes da pesquisa. Mesmo quando motivada pela pesquisadora a refletir sobre sua implicação nos problemas conjugais, ela pareceu não se ver como parte implicada nos problemas e agressões vividos no casamento. O fato de ver a bebida como a causa para os problemas conjugais faz com que o marido seja visto como o único responsável e a impede de identificar outros posicionamentos, assumidos por ele e por ela na convivência a dois, que produzem violência.

Significar as agressões cometidas como auto-defesa, mera reação às “violências” dos parceiros; como imprevisível e atribuir suas causas a fatores “externos”, como à bebida, atenua a percepção de algumas participantes sobre o modo como uma conjugalidade violenta é construída e sustentada. A culpa está presente em todos os

discursos femininos. As mulheres participantes se culpavam por razões diversas: pelo fracasso no casamento; por permanecerem com um homem que agride; por terem errado nas escolhas feitas no passado; pelas vezes nas quais não mantiveram a incondicionalidade do amor. Enfim, falharam por não suportar o encargo dos papéis femininos, entre outras.

Foi visível o quanto as mulheres participantes sentem-se esgotadas pelos problemas relacionais. Mesmo sentindo-se culpadas por estes, elas demonstraram ao mesmo tempo que lutaram, tentaram de tudo para melhorar a vida a dois e mudar os parceiros. Isso faz com que não se sintam em débito. Quando a pesquisadora provocava as mulheres a pensarem sobre o impacto desse estilo de convivência conjugal, era comum ficarem em silêncio por algum tempo, reflexivas. Algumas disseram que estavam exauridas; outras disseram que o parceiro é quem tinha que mudar. Falaram sobre ameaças de deixar a relação mas paradoxalmente se mantêm presas a essa relação.

Estudos apontam para a tendência das mulheres de atribuir ao outro a responsabilidade pela mudança de suas vidas (Araújo, 1995). Os achados revelaram que esta tendência não é exclusiva das mulheres. Homens e mulheres, participantes do estudo, revelaram delegar ao outro a iniciativa de mudar, talvez pela tendência de culpar o par pelos problemas vividos e, em consequência, achar que é ele ou ela é quem deve mudar. Por vezes, a sensação é que os participantes vão tocando a vida, esperando que o tempo cure as dificuldades, que algo aconteça, para que a vida melhore.

Os achados acerca de como os homens participantes percebem sua responsabilidade pelos conflitos/problemas conjugais e pela violência corroboram estudos que apontam que os homens tendem a minimizar a violência que exercem e o impacto desta (Greenspun, 2002; Hirigoyen, 2006; Pondaag, 2003; Ravazzola, 1997, 1998; Soares, 1999). Por outro lado, contribuem também para relativizar a leitura universalizante de que as mulheres se responsabilizam pela violência. Estudos apontam que o fato das mulheres terem sido socializadas para a culpa (Chauí, 1985) seja algo que as dispõe a se responsabilizarem pela violência mais do que os homens. Essa dinâmica apareceu nos discursos de duas participantes, Nenê e Bárbara. Entretanto, mesmo sentindo-se culpadas, algumas mulheres não se vêem como responsáveis pela violência vivida na conjugalidade, pelos sentidos que conferem ao sofrimento, à resistência, à violência. A percepção de que a violência imposta pelos parceiros é mais grave do que a que cometem, contribui para isso.

6.3.2. O boicote das percepções como estratégia: não nomeação da violência vivida

Os casais participantes usaram as seguintes palavras para referir-se os conflitos e agressões conjugais: drama, briga, atrito, conflito, problema, processo que foi acumulando,

estupidez, ignorância, cobranças, baixaria, brutalidade, discussão, pressão, desentendimento, entre outras. Nenê, Bárbara e Lineu fazem uso da palavra violência para referirem-se a estes processos. Foi possível perceber em algumas entrevistas, como a de Colombina e de Bárbara, certa dificuldade de explicar o que é violência, bem como o que leva a seu uso. A idéia de que a violência é algo da ordem do imprevisível e do que escapa à compreensão perpassa os discursos femininos.

Foram múltiplos os sentidos conferidos às agressões dos (as) parceiros (as) conjugais. Nos discursos de Nenê, Bárbara e Helena, além das agressões físicas, há referências a agressões verbais e à violência psicológica. Nas narrativas de Maria Rosa, agressão é o que passa pelo físico. Não se pode afirmar que, para esta participante, as agressões verbais não sejam interpretadas como violência. Ao mesmo tempo em que ela diz que Campos não a agride, narra detalhadamente cenas de agressões verbais e psicológicas, nas quais ficam visíveis o quanto o ele a humilha e manipula. A intensidade emocional através da qual ela se referiu ao sofrimento provocado por algumas atitudes e comportamentos do parceiro seria um indício de que estes sejam representados como violência? O que parece é que há uma negação, uma espécie de distorção na percepção das violências sofridas, que servem para reduzi-las a uma porção digerível.

O discurso de Colombina oscilou entre trechos nos quais demonstra perceber como agressão não só a violência física. Ela afirma que o pior da convivência a dois é o medo, a restrição de sua liberdade e do convívio social. Em determinados momentos da entrevista, entretanto, pareceu conotar como agressão apenas ataques físicos: por exemplo, conta de uma briga na qual Arlequim só xingou e, nas palavras dela, não agrediu. Categorizar como agressão, como violência, apenas algumas das agressões sofridas seria um modo de amenizar a angústia, o impacto da violência, seus riscos? Banalizar agressões rotineiras, como xingamentos, quebra de objetos, humilhações, seria uma artimanha para ocultar razões que poderiam levar à ruptura do vínculo conjugal?

Homens e mulheres participantes expressaram sentirem-se violentados, agredidos. Ambos os sexos demonstraram sensibilidade às violências verbais e psicológicas e reconhecimento dos danos subjetivos e relacionais provocados por estas. Nos discursos masculinos, estas violências tiveram maior destaque na percepção do vivido. Os homens apontaram a tendência feminina de xingar, reclamar, cobrar, ofender com palavras como, senão a maior, razão significativa para brigas. Disseram ser vítimas destes tipos de violência e não atenuaram o peso destas agressões, como o fizeram as mulheres participantes.

Nos discursos femininos, a violência é significada de maneira mais ampla, mas foi possível observar que as mulheres criam arranjos, mecanismos de defesa, para boicotar as pretensas mudanças que sua percepção aguçada poderia provocar. Suas narrativas são ricas em relatos das violências verbais e psicológicas que, por vezes, amenizam no trecho discursivo que os precede. Elas demonstraram pressentir o sentido subjetivo que os atos dos parceiros tomam, o que comunicam no contexto conjugal. Foram capazes de interpretar sua intencionalidade e mostraram que se incomodam com a violência prescrita na reiteração dos padrões estereotipados de gênero.

Bárbara e Colombina, por exemplo, chegaram a insinuar que a violência vai além do dano físico: visa o assujeitamento, a negação de si, a conversão em coisa/objeto. Assim, elas explicam que se, sentem usadas, meros objetos, quando os parceiros as procuram para sexo, depois das brigas. Curiosamente, em seguida, referem-se ao sexo como forma de apaziguar, de colocar um ponto final nos desentendimentos, de se aproximar de novo.

Os achados indicam que descrever com detalhes violências vivenciadas na vida a dois, senti-las na pele e sofrer em função delas não implica necessariamente em nomeá-las como violência. Como discutido em estudo anterior (Pondaag, 2003; Diniz e Pondaag, 2004,2006). Poderosos mecanismos entram em ação, contribuindo para que a violência percebida seja distorcida, negada, mascarada. Há razões para argumentar que as mulheres participantes a vêem, que essas violências as tocam afetivamente, mas que sentidos são construídos para amenizar a dor, para permitiir às mulheres cumprirem sua sina - guardar o sonho e prosseguir no vínculo.

6.3.3. Autoria, atribuição e distorção: mecanismos de significação das violências

Os sentidos conferidos à “violência” variaram de acordo com quem é autor desta, ou seja, depende de quem agride. Quando a própria violência está em foco, tanto homens quanto mulheres tenderam a atribuir a responsabilidade ao par conjugal; quando é a violência do (a) parceiro (a) que está em jogo, fica mais fácil dar-lhe o título de protagonista da violência. Há maior facilidade de nomear como violência as agressões que vem do outro. As razões para isso parecem também ser perpassadas pelo gênero.

Homens e mulheres participantes tenderam a acreditar que só revidam porque foram agredidos. Embora as mulheres revelem maior capacidade de se implicar na reflexão sobre os atos agressivos cometidos, a percepção de que a violência sofrida é mais grave do que a que cometem, a presença da dor causada por esta e a justificativa de que só agem agressivamente em resposta às agressões dos parceiros, atenua a significação de seus atos agressivos como violência. Quando são elas que fazem uso da “violência”, as mulheres

ênfatizam que não são naturalmente agressivas e justificam que agiram de tal modo por causa do jeito, das personalidades complicadas dos parceiros e do acúmulo de problemas e agressões conjugais.

Vale lembrar, inclusive, que em três das cinco situações conjugais pesquisadas, os homens denunciaram as mulheres por agressões físicas: em dois dos casos, elas cometeram agressões contra eles; em um caso a agressão foi contra o filho do casal. Com exceção de Helena, as mulheres participantes explicaram que, às vezes, partem para cima dos parceiros, dando início às agressões. Justificaram que fazem isso porque eles fazem com que percam a cabeça. Nenê disse que só começou a agredir Lineu quando, cansada de apanhar, decidiu que ia dar o troco para mostrar ao parceiro que suas agressões teriam consequências.

Representações estereotipadas do feminino contribuem para que os homens só signifiquem como violência os atos das parceiras. Além de minimizarem as violências que perpetram na esfera conjugal, como apontam alguns estudos (Greenspun, 2002; Hirigoyen, 2006; Soares, 1999), os homens demonstraram acreditar que revidam porque são agredidos, afinal, as mulheres falam e provocam demais. Enquanto suas “violências” são justificadas, há uma hipersensibilidade masculina às atitudes e atos das parceiras, que facilmente são significados como violência, já que eles atribuem a estes as piores intenções, como a de lhes causar danos.

Chamou a atenção o quanto eles desconsideraram violências graves que cometeram - como ameaçar de morte ou machucar as parceiras - enquanto as torturaram por terem lhes agredido verbalmente, por exemplo. Para Oliver, por exemplo, as agressões da parceira contra ele e contra os filhos foram e continuam sendo inaceitáveis. No entanto, parece-lhe razoável agredir Bárbara fisicamente por causa delas. Lineu desconsidera as queixas de Nenê relacionadas a agressões físicas como pancadas na cabeça, tentativa de enforcamento, insistindo em afirmar que o problema são as agressões verbais da esposa.

O movimento de atribuir sentidos à violência parece mais ligado à percepção da intencionalidade do ato, do que ao ato em si (Brito, 2002; Pondaag, 2003). Da mesma forma que as mulheres, quando falaram da violência que cometem, os homens explicaram que ela se deveu à agressividade das parceiras. Quando falaram das violências de que são alvo, os homens simplificam a leitura das reações agressivas das mulheres: a agressividade delas é naturalizada, vista como essencial às suas identidades, e não é significada como decorrente dos problemas e conflitos vividos na conjugalidade; como resposta à provocações e atos advindos deles. Eles mostraram-se muito hábeis para desconsiderar o

contexto que gerou as brigas e o próprio comportamento violento ao significar as violências das parceiras.

Em suma, quando os participantes falam da violência do outro, esta é atribuída a características individuais, a um modo de ser do par conjugal; fatores intrapsíquicos são enfatizados. Quando se referem às violências que exercem, os homens resgatam o contexto e a interação que a gerou. Assim, a violência perpetrada pode ser atribuída a traumas decorrentes do seu passado, é conseqüência de problemas vividos com os (as) parceiros (as) e à capacidade que o outro tem de provocar, de levar ao limite, por exemplo. Os homens disseram que sempre há um motivo para agredirem e que a violência é conseqüência de provocações das mulheres.

Esta tendência de atribuição de responsabilidade ao outro mostrou-se mais marcante ainda nos discursos masculinos. As mulheres, embora tenham feito uso deste mecanismo, fizeram referências a características pessoais - como o nervosismo e a impaciência - como justificativas para as violências cometidas. Os homens mostraram-se menos capazes de refletir sobre a sua implicação na situação de violência.

Apontar fatores intrapsíquicos ou externos como causadores da violência contribui para que a violência vivida na conjugalidade não seja significada como tal. Ao atribuí-la a fatores intrapsíquicos, a violência é naturalizada e perversamente justificada. Desvincula-se da interação conjugal e dos problemas decorrentes dela. É conotada como herança familiar, essência identitária, conseqüência de traumas vividos ao longo da vida.

A atribuição a fatores externos - como a drogas, bebida, dificuldades financeiras, provocações do (a) parceiro (a), macumba, entre outras - faz com que a violência do par seja interpretada como doença, como conseqüência de pressões externas à família e como mera reação às agressões do par. Este mecanismo de atribuição ameniza a responsabilidade pessoal pelo vivido, e cria um arranjo que faz com que, mesmo percebendo que o relacionamento vai mal, o vínculo possa ser mantido.

Ravazzola (1998) e Greenspun (2002), alertam que buscar explicações para violência equivale a justificá-la, o que impede reflexão, responsabilização e mudanças nos sistemas conjugais caracterizados por este fenômeno. Se as idéias de escolha e responsabilidade pessoal ficam como pano de fundo e os homens participantes da pesquisa definem seus comportamentos como involuntários, movidos por fatores essenciais e/ou coercitivos, que fogem a seu controle, como colocado por Goldner (1998), é tímida a abertura para a mudança.

No caso das mulheres participantes, foi notório o quanto estas tendências atribucionais boicotam sua capacidade de identificar pontos fracos nos parceiros e sua

sensibilidade aos problemas conjugais. Em alguns dos discursos, foi possível até perceber certa aceitação da violência. No discurso de Nenê, por exemplo, as imposições e os mandos de Lineu quanto à organização da casa não são significadas como violência, mas recebem a conotação de cuidado, de ensinamento. Com suas exigências, Lineu a ensinou a ser uma pessoa mais organizada. Para Bárbara, Nenê e Colombina, no início da convivência a dois, as agressões pareciam ciúme, sinalizando o quanto os parceiros gostavam e temiam perdê-las. No discurso de Bárbara emergiu, inclusive, o desejo de que o parceiro demonstre o ciúme, a vigilância e a desconfinça que, segundo ela, ele insiste em negar. Se fossem expressadas por ele, tais atitudes seriam interpretadas por ela como amor, cuidado e afeto.

Os achados dessa pesquisa deixam evidente que a distorção do relacionamento e dos atos dos parceiros não são mecanismos de negação eficazes a ponto de amenizar o mal-estar e a insatisfação que as mulheres sentem com os abusos sofridos; entretanto, o vínculo conjugal prossegue intacto. Acreditamos que dar atenção ao modo como as pessoas percebem o impacto da violência conjugal viabiliza apreender os sentidos desta.

6.3.4. Entrelaçamento de sentidos: conjugalidade, gênero, vínculo e violência

Torna-se importante retomar o objetivo desta pesquisa: a compreensão dos sentidos da violência. Podemos concluir que a estratégia metodológica utilizada, neste estudo, criou um contexto dialógico que viabilizou um rico processo de produção de sentidos sobre a violência vivenciada pelos casais participantes. A tese levantada foi corroborada, pois a construção dos sentidos da violência mostrou se dar na confluência com outros sentidos: da conjugalidade, do gênero, do vínculo conjugal. Estes sentidos afetam e, ao mesmo tempo, constroem os sentidos da violência.

Os sentidos atribuídos à conjugalidade contribuem para que a violência que as mulheres são alvo seja significada por elas como causada por fatores externos e por traços de personalidade dos parceiros. Se está em jogo a primeira causa, o problema não são os relacionamentos ou os parceiros. Se é a segunda, cabe perdoar e cuidar deles. Sendo ou não causadores da violência, os parceiros são isentados de culpa. A violência é, portanto, algo que independe da vontade dos homens, sendo estes vistos como traumatizadas por dificuldades pelas quais passaram na trajetória de vida ou como doentes. Já a violência que elas cometem é vista, sobretudo, como tentativa de proteger-se, de revidar as agressões masculinas, de se defender. Esta idéia, agravada pelo sofrimento decorrente da violência sofrida, contribui para que não interpretem seus atos como violência, ainda que se culpem por eles. Todas as participantes demonstraram sentir-se mais agredidas do que agressoras.

Para os homens, as violências de que são autores são provocadas pelas parceiras; enquanto as cometidas por estas deve-se à sua agressividade. Esta agressividade é vista como característica das identidades das mulheres e não como consequência dos problemas relacionais ou das atitudes masculinas. As violências das suas parceiras são significadas como agressão, sendo que eles mostraram-se hipersensíveis a elas, usando-as para justificar o próprio uso que fazem da violência. Os homens participantes tenderam a justificar, minimizar e negar as violências que cometeram.

As justificativas para a violência variam: os homens são provocados, as mulheres revidam agressões. Tanto os homens como as mulheres atribuem a responsabilidade pela violência aos pares conjugais, mas a desresponsabilização foi mais gritante nos discursos masculinos. Há uma tendência maior a significar como violência o que vem do outro.

Significar a conjugalidade como história a ser preservada, ainda que não tenha que durar para sempre, leva a ver a violência como ameaça, ao mesmo tempo que como mecanismo de resolução de conflitos e de regulação. Para os homens, a violência é tida como experiência privada, em relação à qual não deveria haver intervenções externas. Para as mulheres é sinal de perigo e de que precisam de ajuda.

A conjugalidade, para os homens, confunde-se com a constituição de um patrimônio material – a partir dessa atribuição de sentido manter o vínculo e brigar pelos bens é um modo de garanti-lo. Vista também como experiência que permite a posse sobre as parceiras, os sentidos atribuídos à conjugalidade fazem da violência um instrumento para demarcar território e legitimar tal direito, através da restrição da liberdade e da destituição da autonomia das mulheres. Como, para as mulheres, a conjugalidade relaciona-se ao sonho romântico e ao desejo de ter uma família feliz e unida, a violência é um modo de lutar por isso, de reivindicar atenção, de dar visibilidade à indiferença e os abusos dos parceiros.

Os sentidos atribuídos ao gênero fazem com que a violência seja vista como parte da vida. Para os homens, a idéia de que é seu papel fazer com que as mulheres se enquadrem nos estereótipos de boa esposa, mãe e dona de casa, torna a violência quase que um dever. A violência é um modo de preservar a própria masculinidade (Welzer-Lang, 2001; Wood, 2004), ameaçada pela ousadia, autonomia e periculosidade das mulheres.

A estruturação hierárquica das famílias em questão, fundamentada em valores patriarcais (Corsi, 1999; Goldner, 1998; Pondaag, 2003), contribui para que a violência seja vista como forma de colocar as mulheres no seu devido lugar, ainda que tenham nível educacional superior ao dos homens e que sustentem a casa. A violência é vista como meio de restrição de suas escolhas e de boicote a seu poder.

Para as mulheres participantes, expectativas baseadas em estereótipos femininos, como o desejo de casar, ser mãe e de manter a família unida, contribuem para que a violência masculina seja significada como mal inevitável, preço a ser pago, condição a ser encarada para realizar o sonho. Estas expectativas pesam tanto que, ainda que questionem a postura machista dos parceiros, não conseguem romper completamente com as prescrições de gênero: na representação, podem questionar os papéis de gênero; nas práticas sociais as exercem, pelo desejo do estereótipo. A dificuldade de exercer poder, mesmo quando sua independência financeira poderia viabilizar isso, faz com que algumas das mulheres, como Maria Rosa e Nenê, vejam os argumentos e atos de mando, de subjugação e de desvalorização dos parceiros como lógicos, tanto que estes abalam sua auto-estima e as tornam incapazes de se valorizar.

Constatou-se, nos discursos dos casais participantes, sentidos tradicionais de gênero que contribuem para a naturalização da violência. Foi rica a presença de crenças que atenuam a percepção da violência, o que permite confirmar o argumento de Ravazzola (1997) de que os sistemas conjugais violentos assemelham-se aos sistemas autoritários, nos quais ideologias mascaram a opressão. Só para ilustrar, seguem algumas idéias que emergiram nas entrevistas: o parceiro é organizado, por isso exige que a casa seja arrumada da maneira dele; sair de casa sem dar satisfações é coisa de homem; mulher casada não tem que visitar os familiares com frequência; ele fica nervoso e perde a cabeça porque tem medo de me perder. Ao buscar exemplificar as crenças trazidas pelos homens participantes, foi difícil lembrar daquelas que mascaram a violência feminina. As crenças identificadas nos discursos dos participantes servem para justificar, com maior frequência, a violência masculina.

Os achados nos permitiram identificar que o contexto no qual se desenrolam as tramas conjugais em foco, nesta pesquisa, caracteriza-se por uma transição de gênero (Dantas-Berger & Giffin, 2005). Novos sentidos de gênero, convivendo com representações de gênero tradicionais, levam à tensão entre os sexos e, por vezes, à violência. O desenho de novos sentidos da masculinidade e feminilidade tem sido conflituoso e conota a violência como forma de resistir ao novo e, ao mesmo tempo, de lutar por transformações identitárias, nos papéis e nos padrões relacionais.

Os valores atribuídos pelos casais participantes ao vínculo conjugal contribuem para que a violência seja relativizada e justificada. Dada à intensidade, o vínculo dos participantes, por vezes, parece ter autonomia das agressões que se passam na vida a dois. O próprio fato de ter sofrido junto com o par conjugal – até mesmo por causa da violência conjugal – leva a valorizar o par e a amenizar os seus atos violentos. Ter construído uma

história com o outro, cheia de altos e baixos, é motivo para querer seguir adiante. Para preservação do vínculo, a violência dos pares conjugais é ressignificada como causada por fatores que independem da vontade deles, é colorida com um tom mais calmo, de modo a tornar possível tocar a vida juntos.

Os achados da pesquisa nos permitem afirmar que os sentidos da conjugalidade, do gênero e do vínculo contribuem para que a percepção da violência sofra distorções, ressignificações, negações. A forma como os participantes vêem sua implicação na dinâmica conjugal leva a uma maior facilidade de perceber como violência o que vem do outro. Leva também a enxergar a própria violência como reação, mesmo que sejam levantadas razões diferentes para esta, por homens e mulheres. Tais sentidos contribuem para que a construção de sentidos para a violência que permitem a sua justificação. Mecanismos poderosos - de anestesia, de defesa, de manipulação, de mascaramento da opressão, de atribuição e de justificação - atuam para que ela seja suportável; para atenuar conflitos, danos e riscos gerados por sua experiência, de modo a não colocar em risco o vínculo conjugal. Perpassada por estes sentidos e construída nos jogos que caracterizam a dinâmica conjugal, a violência assume diversas funções, impactos e sentidos.

Os achados levam também a criticar estudos da violência conjugal que defendem categoricamente que as mulheres são vítimas, em um extremo, ou argumentam em favor da circularidade e retroalimentação que coloca homens e mulheres como igualmente responsáveis pela situação de violência, em outro (Alvim & Souza, 2005). Concluímos, em função da polissemia de sentidos encontrada, nesta pesquisa, que definições apriorísticas e leituras universais da violência podem comprometer ou mesmo impedir a compreensão das dinâmicas conjugais. Ressaltamos ser fundamental olhares plurais sobre as conjugalidades violentas, de modo que, em algumas circunstâncias - como no caso das relações de Oliver e Bárbara, de Estácio e Helena, por exemplo - dimensão como a circularidade possa ser vista como mais evidente; assim como em outras que se caracterizam como “violência perversa” (Hirigoyen, 2006) - como nas relações de Lineu e Nenê, Arlequim e Colombina, Maria Rosa e Campos - as mulheres sejam vítimas, independente do que façam.

Cabe ressaltar que mesmo nos casos nos quais as agressões são mútuas, a violência parece pesar mais sobre as mulheres. As agressões tanto físicas quanto verbais perpetradas pelos homens são maiores em grau de intensidade e letalidade. As participantes da pesquisa, em diversos trechos das entrevistas, demonstraram ver isso. Deste modo, não cabe considerar mulheres como meras vítimas nem tampouco responsabilizá-las pela violência (Hirigoyen, 2006; Ravazzola, 1997; Strey, 2000). Não cabe afirmar, que homens e mulheres sejam igualmente responsáveis pela violência; nem supor que os primeiros são

agressores e as últimas são vítimas exclusivamente, sem antes, voltar o olhar para as particularidades de cada dinâmica conjugal, para as subjetividades e indagar sobre os sentidos.

Levar em conta os sentidos que a violência toma para aqueles que a vivenciam implica na consideração da pluralidade: as pessoas não são meras vítimas dos sistemas de sentidos que se impõem a elas (Hollway, 1984), colorem e conferem matizes únicos às experiências conjugais e à violência vivida nesses contextos.

6.5. Produção de sentidos

Há diversidade nos sentidos da violência, pois esta toma uma conotação pessoal a partir da história de vida de cada participante. Por outro lado, há também repetição: os dramas vividos nas conjugalidades ancoram-se em sentidos culturais sobre a conjugalidade, o gênero, o vínculo e sobre a própria violência. Parafraseando Rubin (1975), as histórias dos casais participantes caracterizam-se por sua “monótona similaridade e infinita variedade” (p. 2).

Pode-se concluir que a metodologia usada neste trabalho viabilizou contextos dialógicos férteis para a produção de sentidos. A realização de entrevistas individuais e de casal tornou o processo de construção destes sentidos um processo dinâmico. Cada modalidade de entrevista ofereceu possibilidades distintas para a construção dos sentidos da violência: nas entrevistas individuais, cada membro do casal pôde trazer sua perspectiva da experiência conjugal, enquanto a entrevista de casal possibilitou apreender dimensões da dinâmica conjugal que foram, inclusive, atuadas diante da pesquisadora.

Foi possível constatar que o processo de construção de sentidos da violência dos participantes se deu através de três eixos: os sentidos históricos da conjugalidade, do gênero e do vínculo amoroso; da experiência construída por cada participante ao longo de sua trajetória de vida; da dialogia estabelecida com a pesquisadora. Isso ilustra a concepção de sentido adotada, neste estudo. De acordo com essa concepção é importante considerar, nas práticas de negociações de sentidos, os processos dialógicos, as interações face a face nas quais está em jogo a diversidade dos repertórios dos sujeitos. Cabe considerar ainda que nessas interações convivem sentidos históricos e construções recentes, representações tradicionais e novas. Tanto a estratégia usada para a construção dos dados quanto o método escolhido para a análise dos dados foram adequados para compreender e dar visibilidade aos sentidos.

O peso dos sentidos históricos na construção de sentidos para a violência conjugal já foi extensamente discutido no corpo deste trabalho. Quanto ao eixo da história de vida,

as entrevistas individuais e de casal permitiram um olhar sobre a história de vida dos participantes, de modo a compreender como a violência é significada a partir das experiências subjetivas. No que diz respeito à dialogia, o uso do método proposto por Spink & Lima (2000), para análise das práticas discursivas, permitiu explorá-la no desenrolar da interação entre os casais participantes da pesquisa e a pesquisadora no decorrer das entrevistas. Esse processo fica visível a partir da constatação das tonalidades emocionais dos trechos dos discursos e do olhar sobre as persuasões, justificações, contradições e interpolações.

Segundo esta concepção, os sentidos se constroem na dialogia estabelecida na situação de pesquisa, não são dados passíveis de serem meramente captados, coletados (Amatuzzi, 2003; Holanda, 2003). Foi visível, nas entrevistas realizadas, que os participantes da pesquisa, ao narrar suas histórias, a reviviam, ao mesmo tempo que pareciam vislumbrá-la através de uma lente inusitada também para eles.

A pesquisa propiciou o que Spink & Medrado (2000) chamam de “rutpura com o habitual” (p.45), ou seja, mobilizou os casais participantes a se voltarem para aspectos da conjugalidade que talvez não haviam sido alvo de reflexões, convocando-os a dar significados à experiência (Holanda, 2003). Foi comum irem se perguntando, ao longo dos discursos, o que querem da relação, o que esperam do futuro, por que lidam e enfrentam a violência de determinadas formas. Seus discursos foram perpassados por tentativas de resolver dilemas gerados pelo próprio ato de narrar os problemas conjugais e a violência, ato que os convocou a refletir sobre o posicionamento na relação e sobre o próprio vínculo.

O movimento reflexivo e dialógico dos casais participantes pode bem ser traduzido por Clarice Lispector (1990):

É curioso como não sei dizer quem sou. Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer. Sobretudo, tenho medo de dizer, porque no momento em que tento falar não só exprimo o que sinto como **o que sinto se transforma lentamente no que eu digo** (grifo da pesquisadora) (p. 28-29).

Foi ilustrativo desse processo de saber-não saber o quanto os homens definiam sua realidade diante da pesquisadora, de modo a não revelar sua fragilidade, seu sofrimento; suas posturas visavam demonstrar sua indiferença e poder. À medida que diziam terem sido agredidos pelas parceiras, o narrar os levava cada vez mais a sentirem-se subjetivamente vítimas. Quanto às mulheres, quando narravam seu sofrimento diante das agressões sofridas, também se fragilizavam. Quando afetadas pelas intervenções da pesquisadora que as convidava a perceber seu poder pessoal e a vasculhar possibilidades

de exercer tal poder na relação, mostravam-se mais fortalecidas e empoderadas à medida que falavam.

Esta pesquisa propiciou, para a pesquisadora, o que há de mais belo na linguagem: o quanto ela é relação e constrói realidade. Possibilitou ver em cena uma faceta instigante da clínica psicológica: sua capacidade de colocar em ação a construção de sentidos para o vivido, de ressignificar a experiência e, mais, de produzir mudanças a partir deste movimento. A suspensão de uma precipitação de sentidos para as experiências dos participantes da pesquisa, por parte da pesquisadora, consolidou-se através da estratégia metodológica de não nomear suas experiências como violência. Isso foi feito de maneira literal - o termo violência conjugal não foi introduzido pela pesquisadora em nenhum momento durante as entrevistas. Essa postura possibilitou apreender a percepção, os sentidos atribuídos pelos participantes para o que é definido como violência conjugal nas leis, no direito, na psicologia, enfim, nas prescrições sociais normativas. Isso viabilizou, de fato, a produção de sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
UM SENTIDO ANUNCIA OUTRO:
SENTIDOS COMPARTILHADOS E PLURALIDADE

“Contempla as palavras”, convida Drummond, na epígrafe. Cada uma tem “mil facetas secretas”. E é a palavra que pergunta: “Trouxeste a chave?” O poeta prevê que é possível que a resposta a esta indagação possa ser “pobre ou terrível”. Limitar-se aos sentidos óbvios, imediatos, que se manifestam nos discursos é suspeitar da linguagem, negligenciando que um significado anuncia outro. A indagação demanda o reconhecimento da “primazia da interpretação” (Spink & Lima, 2000): o sentido é apenas uma das inúmeras possibilidades.

A chave foi compreendida, nesta pesquisa, como a abertura para nos aventurarmos na compreensão da produção de sentidos sobre a conjugalidade e sobre a violência nesta esfera. Seus contornos se delinearão pela suspensão de imposições apriorísticas de sentidos (Amatuzzi, 2003) para os dilemas, conflitos e experiências conjugais dos casais participantes da pesquisa. Desenharam as silhuetas desta chave a cumplicidade para co-construir sentidos para as experiências (Holanda, 2003), contemplando-as sob diversos ângulos e suspeitando haver ainda algo a ser visto. Como alerta Saramago: “nunca esqueci essa lição. Para conhecer as coisas há que se dar-lhes a volta. Dar-lhes a volta toda” (no filme “Janela da Alma”). Levar a sério esta suspeita, incita explorar, problematizar sentidos supostos pelos próprios casais participantes, incitando-os a olharem para as próprias experiências como algo nunca visto antes (Otávio Paz) e a vislumbrarem “sentidos segundos, terceiros e quartos” (Saramago, poema “Todos os nomes”). Envolve convidar a releituras, ressignificações...

A riqueza na produção de sentidos sobre a conjugalidade, o gênero e a violência ilustradas nos achados dessa pesquisa nos permite afirmar que os objetivos propostos no estudo foram alcançados. A estratégia metodológica adotada no estudo, tanto para a construção dos dados quanto para sua interpretação, atendeu ao convite do poeta e foi chave para alcançar a polissemia nas formas de perceber, sentir e significar a violência na vida a dois.

A estratégia metodológica alcançou a “historicização” (Scott, 1991), ao explorar os sentidos históricos do gênero, da conjugalidade e da própria violência que discursivamente posicionaram e produziram as experiências conjugais dos casais participantes da pesquisa. Ao mesmo tempo, possibilitou dar visibilidade às particularidades das experiências e aos

sentidos subjetivos. Os achados ilustram como os sentidos da violência são construídos a partir de sentidos históricos e das experiências pessoais vividas ao longo da história de vida. Também são construídos contexto do contrato conjugal – assim sendo, têm uma conotação cultural, intersubjetiva e subjetiva.

Ter dado visibilidade aos discursos de cada membro do casal, na explicitação dos resultados, propiciou demonstrar como a violência é interpretada a partir das experiências subjetivas. As entrevistas de casal, por outro lado, permitiram alcançar o quanto estes sentidos relacionam-se com a dinâmica conjugal, que define, normatiza o que é violência. A categorização dos discursos foi guiada pelos objetivos da pesquisa, estratégia que evidenciou as semelhanças no vivido e o papel dos sentidos históricos, que funcionam como matrizes para significar o vivido na conjugalidade. As estratégias de pesquisa, portanto, evidenciaram sentidos compartilhados e pluralidade. Os sentidos da conjugalidade, do gênero e da violência caracterizam-se por “monótona similaridade e infinita variedade” (Rubin, 1975, p. 2).

Foi notório o quanto as entrevistas foram mobilizadoras, ao convocar as pessoas a aproximarem-se tanto das experiências pessoais quanto das experiências conjugais, a produzirem sentidos, indo além dos modos habituais de pensar. Ao propor este movimento, as entrevistas assumiram uma conotação clínica e passaram a se configurar como práticas interventivas (Amatuzzi, 2003).

Explorar “o interior de sua experiência acerca dos episódios de violência” (Greespun, 2002, p. 179), ou seja, buscar o que cada membro dos casais participantes pensa e sente quando recorre à violência e o que experimentam por a terem usado, é uma profícua maneira de pesquisar e ao mesmo tempo de intervir. Assim, esse processo/essa estratégia nos permitiu também levá-los a vislumbrar o que ganhariam com a construção de novos padrões relacionais.

Mobilizar os casais participantes para a produção de sentidos e para refletirem sobre sua implicação na situação de violência tem o poder de transformar suas queixas em demandas de tratamento da questão da violência (Azerêdo, 2000; Lévy, 2001). Permite também converter a punição e o controle externo representados pela imposição de atendimentos psicossociais, como os propostos pela justiça, em possibilidades de melhoria da qualidade da vida a dois.

A possibilidade de atender os casais participantes após a realização da pesquisa viabilizou o cuidado ético com os sujeitos participantes. Permitiu o aprofundamento da relação entre pesquisadora-clínica/participantes e propiciou a esta ir além dos interesse de “coleta”. Mesmo sem ter a finalidade de coleta de dados, o atendimento grupal ampliou a

compreensão das histórias subjetivas e conjugais dos casais envolvidos, e nos permitiu aprofundar questões que foram tocadas nas entrevistas. Esse material será objeto de reflexões futuras.

A partir da pesquisa, pode-se concluir que a indagação sobre os sentidos da violência conjugal é relevante não apenas para ampliar a compreensão dos múltiplos elementos dessa dinâmica. A consideração dos sentidos atribuídos pelas pessoas às experiências conjugais e à violência provoca o exercício constante de reflexão crítica e autocrítica sobre os métodos de produção de conhecimento científico e de atendimento psicológico que utilizamos.

Entender os paradoxos da nomeação a partir de indagações do tipo o que seria violência para as pessoas? O que elas estão vivendo, se não é violência?, permite o confronto entre o que, como clínicos(as)/pesquisadores(as) (Lévy, 2001) convenciamos chamar de violência e os sentidos que as pessoas dão para as suas vivências conjugais. A partir da relevância atribuída aos sentidos que os *atores-protagonistas* (Ravazzola, 1997, 1998), os casais, dão a estas vivências, torna-se possível entender suas demandas.

Pesquisar e refletir sobre os processos de não nomeação e de nomeação pode contribuir para que evitemos o risco de que políticas públicas e atendimentos psicológicos oferecidos a pessoas em situação de violência - em instituições como a justiça, por exemplo - não correspondam às expectativas de seus usuários. Contribuí também para evitarmos que nossas propostas de pesquisa e de intervenção sejam significadas como estigmatizadoras e ameaçadoras.

Partir do pressuposto de que, na clínica psicológica, é fundamental levar em consideração os sentidos atribuídos pelas pessoas às experiências conjugais traduz a concepção de uma clínica psicológica problematizadora, produtora de novas significações. Ampliar, na pesquisa e na clínica, os repertórios de homens e de mulheres – ao invés de enquadrar, fixar sentidos; motivá-los a compreender os investimentos que fazem nas posições discursivas; levá-los à consciência das narrativas culturais dominantes que os engendram para que possam se desvencilhar de suas armadilhas e criar outras narrativas de si; incitá-los a imaginar como seriam fora dos papéis e modos de ser prescritos; contribuí para empoderá-los a assumir a autoria de suas histórias.

O presente estudo levantou o interesse de desenvolver pesquisas futuras voltadas para a criação e o teste de uma metodologia de atendimento psicológico baseada na produção e problematização dos sentidos da conjugalidade, do gênero e da violência na vida a dois. Entender que os sentidos não são capturados, mas construídos na relação

intersubjetiva estabelecida com os sujeitos e as(os) pesquisadoras(es) incita à constante reflexão sobre a dimensão ética desta relação, sobre os efeitos provocados pelas nossas ações como clínicos(as)-pesquisadores(as) sobre os outros: à ética do cuidado.

REFERÊNCIAS

- Acosta, F.; Filho, A. A. & Bronz, A. (2004). *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Alvim, S. F. & Souza, L. (2004). *Homens, mulheres e violência*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Alvim, S. F. & Souza, L. (2005) Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia teoria e prática*. 7 (2), 171-206. Retirado em 06/07/07, da SciELO (Scientific Electronic Library Online), <http://www.scielo.br/ptp>
- Amâncio, L. (2001). Gênero e Representações Sociais em Portugal. Perspectivas Atuais e Desenvolvimentos Futuros. Em A. S. P. Moreira (Org.), *Representações Sociais: teoria e prática* (173-201). João Pessoa: Ed. Universitária.
- Amatuzzi, M. M. (2003). Pesquisa fenomenológica em Psicologia. Em M. A. T. Bruns & A. F. Holanda (Orgs.), *Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas* (17-26). São Paulo: Ed. Alínea.
- Andrade, C. D. *Antologia poética* (organizada pelo autor). 52.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003
- Angelim, F. P. (2004). Construindo novos discursos sobre a violência doméstica: uma articulação entre a psicologia clínica e a justiça. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília.
- Araújo, M. F. (1995). Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. *I Simpósio Internacional de Terapia Familiar Sistêmica e III Simpósio de Terapia Familiar Sistêmica* do Rio de Janeiro.
- Araújo, M. F., Martins, E. J. S., & Santos, A. L. (2004) Violência de gênero e violência contra a mulher. Em M. F. Araújo & O. C. Mattioli (Orgs.) *Gênero e Violência* (17-35). São Paulo: Arte e Ciência.
- Aronson, E.; Wilson, T. D. & Akert, R. M. (2002). *Psicologia Social*. Rio de Janeiro; LTC. (Trabalho original publicado em 1999)
- Avis, J. M. (1992). Where are all the family therapists? Abuse and violence within families and family therapy's response. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18, 223-230.
- Azerêdo, S. M. M. (no prelo). Grupo de Mulheres. *Caderno de Debates Plural*.
- Azerêdo, S. M. M. (2000). *O Significado da Violência de Gênero e a Questão da Demanda na Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq.
- Azerêdo, S. M. M. (2004). Deslocamentos da identidade: teorizando a violência na Delegacia de Mulheres. Em C. S. M. Rial & M. J. F. Toneli (Orgs.), *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero* (pp. 117-130). Florianópolis: Ed. Mulheres.

- Azevedo, M. A. (1985). *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez.
- Badinter, E. *O feminismo visita o divã. Carta Capital: Política, Economia e Cultura*. (entrevista concedida a DUARTE, L.). ano IX, n. 248, 09/07/2003.
- Barsted, L. (1994). Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas. *Cadernos CEPIA*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 10-30.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1974) A sociedade como realidade objetiva. Em P. Berger e T. Luckmann, *A construção social da realidade* (2ª ed.) (pp. 69-172). Petrópolis: Vozes.
- Berger, Peter L. (1986) *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística* (12ª ed.). (D. M. Garschagen, Trad.) Petrópolis: Vozes.
- Bissoli, N. (2007). A personagem feminina Helena, de Machado de Assis [Resumo]. I Congresso de Letras: Memória, literatura e linguagem. Juiz de Fora. <http://www.cesjf.br/congressolettas2008/CongressoLetras2007/index.asp>
- Boff, L. (1997). *A águia e a galinha, a metáfora da condição humana*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bourdieu, P. (1999) *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brito, V. C. A. (1997) *A prevalência e classificação de situações de sexo não-consensual em mulheres brasilienses das classes A, B e C*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Brito, V. C. A. (2002). *Nem crime, nem castigo: o modelo de atendimento psicossocial do NUPS*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Brito, V. C. A. (2006). Nem crime, nem castigo: o modelo de atendimento psicossocial do Núcleo Psicossocial Forense e as possibilidades de intervenção clínica com casais em situação de violência. Em E. C. B. Roque, M. L. R. Moura & I. Ghesti (Orgs.), *Novos Paradigmas na Juizá Criminal* (pp. 51-70). Brasília, TJDFT.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2004) Vínculo, afetividade e violência: desafios para a família e a sociedade. Em G. Maluschke, J. S. N. F. Bucher-Maluschke & K. Hermanns (Orgs.), *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática* (213-230). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Burck, C. & Daniel, G. (1994). Feminismo e terapia estratégica: contradição ou complementação? Em R. J. Perelberg & A. C. Miller (Orgs.), *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 94-115). Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- CEDAW: Relatório nacional brasileiro: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, Protocolo facultativo*. (2002). F. Piovesa & S. Pimentel (Coords.) Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher.

- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. Em Franchetto e cols. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher/Sobre Mulher e Violência*. Rio de Janeiro, Zahar, 23-62.
- Chodorow, N. (1979). Estrutura familiar e personalidade feminina. Em M. Z. Rosaldo & L. Lamphere (Orgs.), *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Coelho, V. L. D. & Diniz, G. R. S. (2003). Vida de Mulher: Lidando com a Meia-Idade e a Menopausa. In: Terezinha Feres Carneiro. (Org.). *Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas* (pp.97-118). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola.
- Connell, R. W. (2005). Hegemonic masculinity - rethinking the concept. *Gender Society*, 19(6), 829-859.
- Corsi, J. (Comp.) (1999). *Violencia familiar. Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social* (3ª ed.). Buenos Aires: Paidós.
- Cortez, M. B., Padovani, R. C. & Williams, L. C. A. (2005). Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estudos de Psicologia*, 22(1), 13-21.
- Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. *Cadernos. Saúde Pública*, 21 (2), 417-425.
- De Paula, R. F. (1993). Violência conjugal, neutralidade e poder na prática clínica: revendo a literatura. *Nova Perspectiva Sistêmica*, II.(4), 28-35.
- Dell, P. F. (1989). Violence and the systemic view: the problem of power. *Family Process*, 28, 1-14.
- Demo, P. (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Diniz G. R. S. (1999) Condição feminina: fator de risco para a saúde mental? Em M. G. T. Paz e A. Tamayo (Orgs.), *Escola, saúde e trabalho: estudos psicológicos* (pp. 181-198). Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Diniz, G. R. S. (2001). Marriage and Family Life in a World United (or Divided) by Globalization. In: *American Family Therapy Academy 23rd Annual Meeting, 2001, Miami, Florida. Meeting of the Americas: The Family in a World Without Borders*, 01. (pp. 04-04).
- Diniz, G. R. S. & Coelho, V. L.D. (2003). Mulher, família, identidade: a meia idade e seus dilemas. In: T. Feres-Carneiro (Org.), *Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas* (79-98). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola.
- Diniz, G. R. S. (2004). Mulher, Trabalho e Saúde Mental. Em W. Codo. (Org.). *Psicopatologia do Trabalho: um olhar da Clínica* (pp. 105-138). Petrópolis: Editora Vozes.
- Diniz, G. R. S. & Pondaag, M. C. M. (2004). Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos da violência doméstica. Em G. Maluschke; J. S. N. F. Bucher-Maluschke & K. Hermanns. (Orgs.), *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática* (pp. 171-185). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Diniz, G. R. S. ; Coelho, V. L. D. (2005). A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. Em T. Féres-Carneiro. (Org.). *Família e Casal: Efeitos da Contemporaneidade* (pp. 138-157). Rio de Janeiro: EDPUC.

Diniz, G. R. S. & Pondaag, M. C. M. (2006) A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. Em A. M. O.; M. F.; S. Santos; G. R. S. Diniz & Z. A. Trindade. (Orgs.). *Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: Estudos em Representações Sociais* (pp. 233-259). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Diniz, N. M. F.; Lopes, R. L. M.; Gesteira, S. M. A.; Alves, S. L. B. & Gomes, N. P. (2003). Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Revista Escola Enfermagem USP*, 37 (2), 81-88.

Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos, previstas na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (1996).

Espíndola, C. R., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., & Santos, A. P. (2004). A mulher no contexto da violência. Em G. Maluschke, J. S. N. F. Bucher-Maluschke & K. Hermanns (Orgs.), *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática* (213-230). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11 (2), 379-394. Retirado em 03/05/2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online), <http://www.scielo.br/ptp>

Fleury, H. J. (2006). *Grupo de Mulheres*. (pp. 121-130). Revista Brasileira de Psicodrama, 14 121-130.

Foucault, M. (1981). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (M. Lopes, Trad.). São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista.

Giffin, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (1), 146-155.

Goldner, V. (1985). Feminism and family therapy. *Family Process*, 24, 31-47.

Goldner, V. (1988). The treatment of violence and victimization in intimate relationships. *Family Process*, 37, 263-286.

Goldner, V.; Penn, P.; Sheinberg, M. & Walker, G. (1990). Love and violence: Gender paradoxes in volatile attachments. *Family Process*. 29 (4), 343-364.

Goldner, V. (1998). The treatment of violence and victimization in intimate relationships. *Family Process*. 37 (3), 263-286.

- Goldner, V. (1999). Morality and multiplicity: perspectives on the treatment of violence in intimate life. *Journal of Marital and Family Therapy*, 25 (3), 325-336.
- Goodrich, T. J. e cols. (1988). Feminism and the family. In *Feminist Family Therapy* (pp. 1-33). New York: W. W. Norton & Company.
- Greenspun, W. (2002). Por uma abordagem metassistêmica da violência familiar. Em P. Papp (Org.), *Casais em perigo: novas diretrizes para terapeutas* (pp.165-191). Porto Alegre: Artmed Editora.
- Gregori, M. F. (1993) *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e terra/ANPOCS.
- Grossi, M. P. (1998) Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. Em J. M. Pedro e M. P. Grossi (Orgs.) *Masculino, feminino, plural* (293-313). Santa Catarina: Editora Mulheres.
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, 5, 07-41.
- Hare-Mustin, R. (1978). A feminist approach to family therapy. *Family Process*, 17, 181-194.
- Hare-Mustin, R. T. (1987). The problem of gender in family therapy theory. *Family Process*, 26, 15-27.
- Henriques, J.; Hollway, W.; Urwin, C.; Venn, C. & Walkerdine, V. (1984). *Changing the subject: psychology, social regulation and subjectivity*. Londres: Methuen.
- Hirigoyen, M.-F. (2006) *A violência no casal* (M. H. Küher, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Holanda, A. (2003). Pesquisa fenomenológica e psicologia eidética: elementos para um entendimento metodológico. Em M. A. T. Bruns & A. F. Holanda (Orgs.), *Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas* (41-64). São Paulo: Ed. Alínea.
- Jardim, J. & Carvalho, W. *Janela da Alma* [DVD]. Brasil: Europa Filmes.
- Jordan, J. V. (1991). Emphaty and self boundaries. In J. V. Jordan; A. G. Kaplan; J. B. Miller; I. P. Stiver e J. L. Surrey (Orgs.), *Women's growth in connection: writings from the Stone Center* (pp. 67-80). New York: Guilford Press.
- Kaplan, H. I, Sadock, B. J., & Grebb, J. A. (1997). *Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica* (7ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kaufman, G. J. (1993). The mysterious disappearance of battered women in family therapists' offices: Male privelege colluding with male violence. In: E. Imber-Black (Org.) *Secrets in families and family therapy* (pp. 196-212). New York: Norton.
- Koss, M. P. (1990). The women's mental health research agenda: violence against women. *American Psychologist*, vol. 45 (3), 374-380.

- Laird, J. (1994). Segredos das mulheres: os silêncios das mulheres. Em E. Imber-Black e cols. (Orgs.), *Os segredos na família e na terapia familiar* (pp. 245-268). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lauretis, T. (1994) A tecnologia do gênero. Em H. B. Hollanda (Org.), *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura* (206-242). Rio de Janeiro: Rocco.
- Lei 11.340/06, de 07 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e dá outras providências. Em R. S. Cunha & R. B. Pinto. *Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo*. (2007). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Lévy, A. (2001). *Ciências Clínicas e Organizações Sociais – Sentido e Crise do Sentido*. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC.
- Lima, M. E. A. (2003) Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. *Psicologia em Revista*, 9 (13), 76-88.
- Lispector, C. (1990) *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, (1a.ed.:1944)
- Lorber, J.(1994). *Paradoxes of gender*. New Haven e Londres, Yale University Press.
- Louro, G. (1995). Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Revista Educação e Realidade*, 20 (2), 101-131.
- Louro, G. (1996). Nas redes do conceito de gênero. Em: M. Lopes (Org.). *Gênero e saúde* (pp.7-18). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Madanes, C. (1981). *Strategic Family Therapy*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Martinelli, M. L. (Org.). (1999). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editoras.
- McWhirter, P. T. (1999). La violencia privada. Domestic violence in Chile. *American Psychologist*, 54, 37-40.
- Menandro, P. R. M.; Rolke, R. K. & Bertollo, M. (2005). Concepções sobre relações amorosas/conjugais e sobre seus protagonistas: um estudo de provérbios. *Psicologia Clínica*, 17 (2), 81-100.
- Meth, R. L. & Pasick, R. S. (1990) The road to masculinity. Em R. L. Meth & R. S. Pasick, *Men in therapy: the challenge of change*. New York: The Guilford Press.
- Michaud, Y. (1989). O problema das definições. In: *A violência* (pp. 7-15). São Paulo, Ática.
- Miller, J. B. (1991). The construction of anger in women and men. In J. V. Jordan; A. G. Kaplan; J. B. Miller; I. P. Stiver e J. L. Surrey (Orgs.), *Women's growth in connection: writings from the Stone Center* (pp. 11-26). New York: Guilford Press.
- Ministério da Saúde (2007). *Pesquisa sobre perigo das vítimas de acidentes e violências no país*. Retirado em 13/10/2008, da Agência Brasil.

Moreira, M. I. C.; Ribeiro, S. F.; Costa, K. F. (1992) Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: A. O. Costa & C. Bruschini (Orgs.), *Entre a Virtude e o Pecado* (169-190). Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.

Moreira, A. D. & Matta, K. W. (2006). Grupo de conversação sobre as relações: espaço de reflexão na Justiça para pessoas em situação de violência intrafamiliar. Em E. C. B. Roque, M. L. R. Moura & I. Ghesti (Orgs.), *Novos Paradigmas na Juiça Criminal* (pp. 223-234). Brasília, TJDFT.

Muniz, J. (1996). Os direitos dos outros e os outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ. Em L. E. Soares e cols. (Orgs.) *Violência e política no Rio de Janeiro*(pp. 125-164). Rio de Janeiro: Iser/Relume Dumará.

Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Revista Psico* 37(1), 7-13.

Negreiros, T. C. G. M. e Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisa em Psicologia* 4, (1).

Nichols, M. P. & Schwartz, R. C. (1997). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. (M. A. V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: Artmed.

Nolasco, S. (1995) *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro; Rocco.

Nolasco, S. (2001) *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco.

Organização Mundial da Saúde (1999). Dando prioridade às mulheres: *Recomendações éticas e de segurança para a pesquisa sobre a violência doméstica contra as mulheres*. Programa Mundial sobre Provas científicas para as políticas de Saúde. OMS, Genebra, Suíça.

Perlin, G. D. B. & Diniz, G. R. S. (2005). Casais Que Trabalham e São Felizes: Mito ou Realidade? *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, 17 (2), 15-29.

Philpot, C. L., Brooks, G. R., Lusterman, D., & Nutt, R. L. (1997). *Bridging separate gender worlds: why men and women clash and how therapists can bring them together*. Washington: American Psychological Association.

Pinheiro, O. G. (2000). Entrevista: uma prática discursiva. Em M. J. Spink (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 183-214). São Paulo: Cortez.

Pondaag, M. C. M. (2003). *O dito pelo não dito: desafios no trabalho com mulheres vítimas de violência*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

Queiroz, F. M. (2006) Não se rima amor e dor: representações sociais sobre violência conjugal [Anais]. Em: Seminário Internacional *Fazendo Gênero 7: Gênero e preconceitos*. Florianópolis: Mulheres, 1 CD-Rom.

Ravazzola, M.C. (1997) *Historias infames: los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.

Ravazzola, M.C. (1998) Violencia familiar. El abuso relacional como un ataque a los derechos humanos. *Sistemas Familiares*, 14 (3), 29-41.

Rey, F. L. G. (2004). O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes.

Rubin, G. (1975). The traffic in women. In R. Reiter (Org.), *Towards Antropology of women* (pp. 160-207). New York: Monthly Review Press.

Ruiz, J. M. & Mattioli, O. C. (2004). Em M. F. Araújo & O. C. Mattioli (Orgs.) *Gênero e Violência* (pp. 111-142). São Paulo: Arte e Ciência.

Sabat, R. (2001) Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas* 9 (1), 4-21. Retirado em 17/03/2007, da SciELO (Scientific Electronic Library Online, <http://www.scielo.br/scielo.php>)

Saffioti, H. (1992). Rearticulando gênero e classe social. Em A. O. Costa e C. Bruschini (Orgs.), *Uma questão de gênero* (183-215). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Saffioti H. (1994). Violência de gênero no Brasil contemporâneo. Em H. I. B. Saffioti & M. Munhoz-Vargas (Org.) *Mulher brasileira é assim* (151-185). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos-NIPAS/UNICEF.

Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo Perspectiva*. 13 (4), 82-91.

Saffioti, H. I. B. (2002). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Em L. Q. Moraes & R. Naves (Orgs.), *Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência* (pp. 197-221). Campinas: Unicamp.

Saffioti, H. I. B. (2002). Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade. Em: Corrêa, M. (org.) *Gênero e Cidadania*. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, Coleção Encontros.

Salem, T. (1980). *O velho e o novo*. Petrópolis: Vozes.

Santos, M. F. S., Novelino, A. M. & Nascimento, A. P. (2001). O mito da maternidade: discurso tradicional sobre roupagem modernizante? Em A. S. P. Moreira (Org.), *Representações Sociais: teoria e prática* (269-293). João Pessoa: Ed. Universitária.

Santos, B. S. (Org.) (2004). *Conhecimento prudente para uma vida docente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez.

Santos, C. V. M. (2005). *Climatério e autovalorização: uma reflexão feminista*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

Scott, J. W. (1991). "Experience". *Critical Inquiry*, Vol. 17, No. 4 (Summer, 1991), pp. 22-40. Published by: **The University of Chicago Press**.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2), 71-99.

Segato, R. L. (1997). Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado*. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 235-262.

Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Livro Pleno.

Silverstein, O.; Walters, M.; Carter, B. & Papp, P. (1988). *The Invisible Web — Gender Patterns in Family Relationships*, New York, Guilford Press.

Sluzki, C. Violência familiar e violência política: implicações terapêuticas de um modelo geral. Em D. F. Schnitman (Org.) *Novos paradimas, cultura e subjetividade* (pp. 228-240). Porto Alegre: Artes Médicas.

Soares, B. M. (1996) Delegacias de atendimento à mulher: questão de gênero, número e grau. Em L. E. Soares e cols (Orgs.), *Violência e política no Rio de Janeiro* (107-124). Rio de Janeiro: Iser/Relume Dumará.

Soares, B. M. (1999). *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Soares, B. M. (2006). A violência doméstica e as pesquisas de vitimização. Documento apresentado para discussão no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, 21 a 25/08/06. Retirado em 13/10/2008, do site do IBGE, http://www.ibge.gov.br/confest_e_confege/pesquisa_trabalhos

Sorj, B. & Monteiro, P. (1985): “SOS-Mulher e a luta contra a violência”. Em: Franchetto e cols. (Orgs.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher/Sobre Mulher e Violência*. Rio de Janeiro: Sahar.

Spink, M. J. (1994). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. Em P. Guareschi e S. Jovchelovi (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, (117-145). Rio de Janeiro: Ed.Vozes.

Spink, M. J. (2001). Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*, 17 (6), 1277-1311. Retirado da SciELO (Scientific Electronic Library)

Spink, M. J & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. Em M. J. Spink (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-40). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. & Gimenes, M. G. G. (1994). Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde e Sociedade*, 3 (2), 149-171.

Spink, M. J. & Lima, H. (2000). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. Em M. J. Spink (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 93-122). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. & Medrado, B. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. Em M. J. Spink (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 41-62). São Paulo: Cortez.

Strey, M. N. (2000). Será o século XXI o século das mulheres? Em M. N. Strey, F. Mattos, G. Fensterseifer & G. C. Werba (Orgs.). *Construções e perspectivas em gênero* (pp. 9-18). São Leopoldo: Unisinos.

Surrey, J. L. (1991). The sel-in-relation: a theory of women's development. Em J. Jordan e cols. (Orgs.), *Women's growth in connection – Writings from the Stone Center* (51-66). New York, The Guilford Press.

Vasconcellos, M. J. E. (2006). Pensando sistemicamente nossas relações familiares, a partir do novo paradigma da ciência. Em J. G. Aun; M. J. E. Vasconcellos & S. V. Coelho (Orgs.) *Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais: Fundamentos teóricos e epistemológicos* (pp. 105-114), vol. 1. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.

Vasconcellos, M. J. E. (2007). O profissional novo-paradigmático, sua prática, sua ética. Em J. G. Aun; M. J. E. Vasconcellos & S. V. Coelho (Orgs.) *Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais: o processo de atendimento sistêmico* (pp. 61-83), vol. 2, tomo 1. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.

Walker, L. E. (1984) *The Battered woman syndrome*. Nova York: Springer.

Walker, L. E. A. (1989). Psychology and violence against women. *American Psychologist*, 44 (4), 695-702.

Walters, M. (1994). Uma perspectiva feminista da terapia de família. Em R. J. Perelberg & A. C. Miller (Orgs.), *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 27-46). Rio de Janeiro: Imago Editora.

Weedon, C. (1997) *Feminist Practice et Poststructuralist Theory*. New York: Backwell Publishers.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9 (2), 460-482. Retirado da SciELO (Scientific Electronic Library)

Winck, G. & Strey, M. (2006). Considerações sobre gênero a partir da coordenação de grupos com homens acusados de agressão [Anais]. Em: Seminário Internacional *Fazendo Gênero 7: Gênero e preconceitos*. Florianópolis: Mulheres, 1 CD-Rom.

White, B. B. (1989). Gender differences in marital communication patterns. *Family Process*, 28, 89-106.

Wood, J. T. (2004). Monsters and victims: male felon's accounts of intimate partner violence. *Journal of Social and Personal Relationships*, 21(55), 555-576.

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa-intervenção sobre relacionamento conjugal, coordenada por uma psicóloga, pesquisadora da Universidade de Brasília.

Os objetivos desta pesquisa são:

Investigar o que homens e mulheres pensam sobre a vida a dois

Compreender os conflitos vividos no cotidiano conjugal, as significações atribuídas pelos participantes a estes conflitos e as estratégias utilizadas pelos casais para lidar com eles.

Entender o que as pessoas pensam sobre o ser homem e o ser mulher

Entender a natureza do vínculo amoroso e os acordos que sustentam este vínculo

A **justificativa** para a presente pesquisa é que a realização de intervenções (grupos e entrevistas) com casais ajuda tanto os participantes quanto os psicólogos-pesquisadores a compreender o relacionamento conjugal, melhorando as intervenções da Psicologia na vida conjugal e familiar. Contribui também para construir novos conhecimentos sobre o casamento e a família.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em:

- Atividades grupais: participação em grupos de casais, grupos de homens ou de mulheres. A **metodologia utilizada** envolve debates grupais sobre questões relacionadas à vida a dois, sobre as dificuldades de relacionamento e sobre os padrões utilizados na resolução de conflitos. Cenas de filmes serão utilizadas para mobilizar estes debates.
- Entrevistas individuais e do casal.

Benefícios relacionados com a sua participação:

A possibilidade de acesso a uma intervenção psicológica relacionada às dificuldades conjugais é o principal **benefício** da pesquisa, num contexto social em que há carência de serviços desta natureza na rede pública e existe uma demanda expressiva.

Refletir sobre as dificuldades de relacionamento e sobre a implicação de cada membro do casal nos conflitos pode contribuir para mobilizar a revisão das posturas individuais utilizadas na resolução destes, para a identificação de estratégias que evitem a escalada das agressões e auxiliar na busca de mudanças nos padrões relacionais. A sua participação nas atividades desta pesquisa permite a prevenção de riscos maiores que

poderiam ocorrer mediante o agravamento dos problemas conjugais. O grupo propicia trocas que ampliam a percepção dos participantes sobre o vivido e permite explorar estratégias e recursos utilizados para evitar ou lidar com conflitos.

Riscos relacionados com sua participação na pesquisa

As atividades grupais podem provocar desconforto, já que serão abordadas dificuldades nos relacionamentos e situações de conflito conjugal. Em casos nos quais o grau de conflito é extremo, a participação dos sujeitos no grupo de casais pode impedir que haja liberdade de expressão e de posicionamento por parte de um dos cônjuges, em especial, da pessoa que se julga mais vitimada.

A pesquisadora principal e os auxiliares de pesquisa se comprometem a: a) buscar promover o bem-estar dos participantes; b) estar sempre disponíveis para responder perguntas e prestar esclarecimentos, inclusive, sobre a metodologia utilizada; c) auxiliar e prestar ajuda em caso de alguma atividade do grupo causar desconforto, marcando atendimento individual para propiciar suporte psicológico; d) dar prioridade às necessidades de segurança dos participantes da pesquisa; e) dar devolução aos participantes sobre os achados da pesquisa.

Procedimentos e garantia do sigilo

Os encontros grupais e entrevistas serão anotados por escrito e gravados. Estes registros serão utilizados para estudar e melhorar os trabalhos da Psicologia na esfera conjugal e familiar.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. O presente estudo segue as *Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos*, previstas na *Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde* (1996), o que implica na garantia de que não serão divulgados dados que permitam sua identificação e violem sua privacidade.

Sua participação na pesquisa não é obrigatória. Você tem liberdade de recusar a participar ou poderá retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que haja penalização por parte do pesquisador, da instituição na qual o atendimento está sendo realizado ou da justiça. Sua recusa não inviabilizará a sua participação na intervenção grupal. Caso se recuse a participar da pesquisa, os dados relacionados à sua vivência da vida a dois não serão incluídos na análise da pesquisa.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

O termo será assinado pela pesquisadora principal e por cada sujeito da pesquisa, em duas vias, de igual teor. As assinaturas seguem, em anexo.

Nome da pesquisadora: Miriam C. Mendonça Pondaag

Telefone da Pesquisadora Principal: 34454502 (Clínica de Psicologia – IESB)

Assinatura da pesquisadora principal

Miriam Cássia Mendonça Pondaag – CRP 7826

Brasília, ____/____/____

Nome completo do sujeito da pesquisa:

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura Sujeito da pesquisa

Brasília, ____/____/____

ANEXO B

Entrevista individual (metodologia de entrevistas em profundidade)

1a. Fase

2.1 - História do relacionamento do casal – associação livre (conte um pouco da história do seu relacionamento atual)

2a. Fase

2.2 - Entrevista em profundidade

- f. Perguntas sobre a relação: (investigar se o problema é a relação ou somente estão juntos porque há um benefício em sustentar a relação, como questões práticas, instrumentais). Entrar na dinâmica psíquica. (O que os mantém juntos?)
- g. Questões do tipo (Quais foram os momentos mais difíceis vividos nesta relação? Por que? O que você sentiu diante da experiência? Há diferença na forma como o homem e a mulher vivem este tipo de experiência? E no modo como tentam enfrentá-la?)
- h. História de vida dentro da relação – Fazer perguntas que remetam às experiências. Indagar sobre casos, situações da vida cotidiana na quais você a pessoa sente as manifestações de violência. Explorar o vivido: casos concretos de violência vivida. Remeter perguntas, tais como: o que é isso para você? Que sentido isso tem? Se você fosse dar um nome para esta experiência, qual seria?
- i. Tocar Propor reflexão: qual o processo que permite entender uma relação amorosa, apesar das agressões? (decepções, o que sofre, como interpreta, como justifica)
- j. Problema a explorar (propor: relação entre a imagem ideal do casal e a vida real do casal).

3a. Fase

- a. Ver termos que foram explicitados e explorar
- b. Explorar contradições.
- c. Confrontar, contrastar perspectivas.
- d. Aprofundar o que a pessoa disse ou complementar o que ela não disse
- e. Investigar todos os aspectos: dimensão relacional, afetiva, dos papéis sociais etc. (Por que disse isso ou aquilo? O que significa? Marcar e investigar contradições.
- f. Introduzir aspectos relacionados aos objetivos da pesquisa que não foram abordados pelo sujeito.)

ANEXO C

Entrevista com casal

1ª. Parte: Avaliação do contexto relacional

- Avaliar grau de risco.
- Investigar se há uso de medicação regular, de drogas/álcool.
- Contrastar – pontuar diferenças entre percepções de cada um sobre o relacionamento e sobre os “problemas”.
- Detectar/Apontar diferenças na análise que cada um faz da violência
- Identificar força do vínculo romântico
- Identificar se há interesse em mudar a situação/melhorar o relacionamento.
- Identificar a percepção de causalidade da violência para os sujeitos.
- Investigar os sentidos atribuídos ao vínculo conjugal, ao gênero e à violência.
- Verificar se os dois membros do casal se responsabilizam pelo uso da violência e se se a pessoa agressora tem capacidade de escutar o par conjugal descrever as agressões.
- Verificar se há minimização da violência por parte do (a) agressor (a), da vítima ou de ambos.
- Verificar se a pessoa agressora é capaz de dar início ao processo de assumir a responsabilidade pelo comportamento abusivo e se tem disponibilidade para se empenhar em acabar com comportamento abusivo.
- Identificar o grau de liberdade da vítima para se expressar; capacidade de pensar com clareza e de tomar decisões e seu senso de segurança.